

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIANA MACHITTE DE FREITAS

*GESTÃO DA RENDA FAMILIAR
DE MULHERES ASSENTADAS:
PROCESSOS EDUCATIVOS E SUAS TENSÕES*

São Carlos - SP

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MARIANA MACHITTE DE FREITAS

*GESTÃO DA RENDA FAMILIAR
DE MULHERES ASSENTADAS:
PROCESSOS EDUCATIVOS E SUAS TENSÕES*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Educação.

Orientadora: Aida Victoria Garcia Montrone

Linha de Pesquisa: Práticas Sociais e Processos Educativos

São Carlos - SP

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Mariana Machitte de Freitas, realizada em 28/02/2020:

Profa. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone
UFSCar

Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA

Profa. Dra. Kergilêda Ambrosio de Oliveira Mateus
UESB

Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior
UFSCar

Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho
UFSCar

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Kergilêda Ambrosio de Oliveira Mateus e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ao) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Prof. Dra. Aida Victoria Garcia Montrone

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e contou com auxílio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq).

Este trabalho foi realizado dentro do quadro de pesquisas do grupo “Práticas Sociais e Processos Educativos” da Universidade Federal de São Carlos
(www.processoseducativos.ufscar.br).

*Para meus amores
Diogo e Maria Flor,
que, com alegria, me fazem
ver o mundo com outros olho*

AGRADECIMENTOS

Ao escrever estes agradecimentos, corro o risco de esquecer muitas pessoas que foram importantes no caminhar da pesquisa. Peço minhas desculpas desde já! Começo demonstrando minha gratidão à paciência, ternura, alegria e aprendizados que a minha pequena Maria Flor me deu. Seu brilho, mesmo sem saber, me deu forças para finalizar este trabalho. Sou grata também ao Diogo, companheiro incrível que também com seu amor e paciência, me fortaleceram o caminho que trilhamos junto na vida.

Gostaria de agradecer à Maria Luzia, minha mãe, Camila, Guto e Pedro, meus irmãos. Pedir desculpas pelas ausências e agradecer pelo amor e companheirismo. Também enviar meus agradecimentos ao Geraldo, meu pai, Ana e Tiago, Gabriela, Rafaela, Vinícius, Paulo, Maria Helena, Viviane, Marcelo, Laura, Pedro, Daniela, Edinho, Gabriel, Sara, Lissandra, Rodrigo, Lucas e Guilherme. Toda a família que compreendeu, deu força, amor e mandou boas vibrações para que finalizasse mais esta etapa.

Sou grata aos amigos que o doutorado meu deu: Vivian, Miriã, Ana Luiza, Beatriz, Anna. Foi especial caminhar e refletir sobre nossa caminhada com vocês! Obrigada também aos amigos de caminhada: Luana, Gabriel, Cacau, Fernando, Gleise, Jeyson, Paulinho, João, Fernanda, Gael, Carlinha, Dona Nancy, Lívia, Iratã, Júlia e Carlos. Para Flavinha e Andréia, Juliana, Mariana e Maria Gabriela, meu muito obrigada! E também à Bárbara, quem me deu meu primeiro livro sobre feminismo.

Agradeço à Victoria e toda sua orientação, aprendizados com exemplo de vida, atenção, carinho e seriedade que permitem que avancemos os limites que muitas vezes achamos que não podemos avançar. Obrigada pelos anos de aprendizados que tive com você.

Aos professores da linha de Práticas Sociais e Processos Educativos, pela disposição e escuta nas disciplinas e fora delas, aos professores e funcionários do PPGE, meu muito obrigada.

Gostaria de demonstrar minha gratidão à Débora Monteiro do Amaral e Iraí Maria de Campos Teixeira que colaboraram no exame de qualificação. E ao Joelson Gonçalves de Carvalho, Vera Lucia Silveira Botta Ferrante, Luiz Gonçalves Junior e Kergileda Ambrosio de Oliveira Mateus pelas contribuições na defesa da tese. Agradeço também à Valéria Vasconcelos e Henrique Carmona Duval pela suplência do exame final.

Agradeço aos agricultores e agricultoras do Assentamento Santa Helena pelos aprendizados com a comercialização das Cestas Agroecológicas; e em especial às agricultoras do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, pela vivência na pesquisa e por todos os ensinamentos destes dois anos de conversa, parceria e caminhada em conjunto. Muito obrigada!

Por fim, sou grata ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida, pois sem esta não teria sido possível realizar a pesquisa.

O Plantador

Geraldo Vandré

Quanto mais eu ando,
Mais vejo estrada
E se eu não caminho,
Não sou é nada.
Se tenho a poeira
Como companheira,
Faço da poeira
O meu camarada.
Se tenho a poeira
Como companheira,
Faço da poeira
O meu camarada.
O dono quer ver
A terra plantada.
Diz de mim que vou
Pela grande estrada:
"Deixem-no morrer,
Não lhe dêem água,
Que ele é preguiçoso
E não planta nada."
Eu que plantei tudo
E não tenho nada,
Ouço tudo e calo,
Na caminhada.
Deixem que ele diga,
Que eu sou preguiçoso,
Mas não planto em tempo
Que é de queimada.
Deixem que ele diga,
Que eu sou preguiçoso,
Mas não planto em tempo
Que é de queimada

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo compreender e analisar os processos educativos decorrentes da gestão da renda familiar realizada por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), moradoras do Projeto de Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, localizado na cidade de São Carlos/SP. Nosso referencial teórico e metodológico de estudo compreende que processos educativos decorrem da vivência e experiência das pessoas em diversas práticas sociais, sendo a gestão da renda familiar uma ação que envolve práticas de administração intermediadas pelo dinheiro, mas também por trocas, doação, autoconsumo e venda da produção obtida da terra. Os estudos sobre pobreza, gênero e feminização da pobreza perpassaram a fundamentação teórica e a análise dos dados realizada. A pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou para a coleta de dados a metodologia da observação participante, bem como a realização de entrevistas reflexivas com 6 mulheres agricultoras e beneficiárias do PBF. A análise de dados baseou-se na técnica da Análise de Conteúdo, a partir da qual 3 categorias temáticas foram encontradas: *“Tem que fazer virar”*: a mulher na gestão do dinheiro, que apresenta de forma minuciosa a gestão da renda financeira realizada pelas mulheres assentadas e os processos educativos decorrentes desta; *“Roça é tudo pra mim”*: a mulher na gestão da terra, que debate os processos educativos da gestão da renda ligada à gestão e manejo da terra, ao autoconsumo e à divisão do trabalho; *“Eu quero saber se eu tenho direito”*: a mulher em luta pelo acesso aos Direitos Sociais, que indica os processos educativos decorrentes do acesso ou não aos direitos sociais e seu impacto sobre a (inter) subjetividade destas mulheres, bem como suas consequências para a manutenção e aprofundamento das condições de pobreza vivenciadas no assentamento. Como resultado da pesquisa, afirmamos que a gestão da renda das mulheres assentadas vem se fazendo no processo de luta pelo direito à terra, pelo direito de se viver na terra e da terra. Luta em direção à libertação, à humanização, à superação das situações-limite em forma de resistência e persistência. São processos educativos produzidos pela tensão entre a desumanização imposta pelas condições sociais e o processo de busca pela libertação que, para elas, significa viver na terra.

Palavras-chaves: **Processos Educativos, Gestão da Renda Familiar, Programa Bolsa Família, Gênero, Reforma Agrária**

Resumen

Esta investigación tuvo como objetivo comprender y analizar los procesos educativos resultantes de la gestión de la renta familiar realizada por mujeres beneficiarias del Programa Bolsa Familia (PBF), residentes del Proyecto del Asentamiento de la Comunidad Agraria Nova São Carlos, ubicado en la ciudad de São Carlos / SP. Nuestro marco de estudio teórico y metodológico comprende que los procesos educativos sean el resultado de la vivencia y de la experiencia de las personas en diversas prácticas sociales, siendo la gestión de la renta familiar una acción que involucra prácticas de administración intermediadas por dinero, pero también por intercambios, donaciones, autoconsumo y venta de la producción obtenida de la tierra. Los estudios sobre pobreza, género y feminización de la pobreza revisaron los fundamentos teóricos y el análisis de los datos realizados. La investigación, de naturaleza cualitativa, utilizó para la recopilación de datos la metodología de la observación participante, así como la realización de entrevistas reflexivas con 6 mujeres agricultoras y beneficiarias del PBF. El análisis de los datos se basó en la técnica de Análisis de Contenido, a partir de la cual se encontraron 3 categorías temáticas: "Hay que lograrlo": la mujer en la gestión del dinero, que presenta en detalle la gestión de los ingresos financieros realizada por las mujeres asentadas y los procesos educativos resultantes de esto; "La tierra lo es todo para mí": la mujer en la gestión de la tierra, que debate los procesos educativos de gestión de ingresos vinculados a la gestión y manejo de la tierra, el autoconsumo y la división del trabajo; "Quiero saber si tengo derecho": la mujer que lucha por el acceso a los Derechos Sociales, lo que indica los procesos educativos resultantes del acceso o no a los derechos sociales y su impacto en la (inter) subjetividad de estas mujeres, así como sus consecuencias para el mantenimiento y la profundización de las condiciones de pobreza vividas en el asentamiento. Como resultado de la investigación, afirmamos que la gestión de la renta de las mujeres asentadas se ha llevado a cabo en el proceso de lucha por el derecho a la tierra, por el derecho a vivir de la tierra y en la tierra. Lucha hacia la liberación, la humanización, la superación de situaciones límite en forma de resistencia y persistencia. Son procesos educativos producidos por la tensión entre la deshumanización impuesta por las condiciones sociales y el proceso de búsqueda de la liberación, lo que, para ellos, significa vivir en la tierra.

Palabras clave: **Procesos educativos, Gestión de la Renta Familiar, Programa Bolsa Família, Género, Reforma Agraria**

Abstract

This research aimed to understand and analyze the educational processes resulting from the family income management carried out by women beneficiaries of the Bolsa Família Program (PBF), residents of the Nova São Carlos Agrarian Community Settlement Project, located in the city of São Carlos / SP. Our theoretical and methodological framework of study understands that educational processes arise from the experience of people in various social practices, with family income management being an action that involves administration practices intermediated by money, but also by exchanges, donation, self-consumption and sale of the production obtained from the land. Studies on poverty, gender and the feminization of poverty went through the theoretical foundation and analysis of the data carried out. The research, of qualitative nature, used for the data collection the methodology of the participant observation, as well as the accomplishment of reflective interviews with 6 settled women and beneficiaries of the PBF. The data analysis was based on the Content Analysis technique, from which 3 thematic categories were found. "It has to work": the woman in money management, who presents in a detailed way the financial income management carried out by settled women and the educational processes resulting from this. "Land is everything for me": the woman in land management, who debates the educational processes of income management linked to land use and management, self-consumption and the division of labor. "I want to know if I have rights": the woman struggling for access to Social Rights, which indicates the educational processes resulting from the access or not to social rights and its impact on the (inter) subjectivity of these women, as well as its consequences for the maintenance and deepening of the conditions of poverty experienced in the settlement. As a result of the research, we affirm that the income management of settled women has been taking place in the process of fighting for the right to land, for the right to live on the land and from the land. Fight towards liberation, humanization, overcoming limit situations in the form of resistance and persistence. These are educational processes produced by the tension between the dehumanization imposed by social conditions and the process of seeking liberation, which, for them, means living on the land.

Key words: Educational Processes, Family Income Management, Bolsa Família Program, Gender, Agrarian Reform

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Charge

Figura 2 – Mapa área urbana e rural - São Carlos – SP

Figura 3 – Mapa do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos

Figura 4 – Mapa do Assentamento com divisão dos lotes e área de proteção permanente

Figura 5 - Categorias temáticas – Gestão da renda familiar

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Proporção, número e participação de pobres na população total (1970 a 1999)

Tabela 2 – População por situação de domicílio, sexo e cor ou raça (%)

Gráfico 1 – Pobreza no Brasil – Proporção de pobres % - Série Harmonizada

Gráfico 2 – Bolsa Família - Famílias atendidas valor dos benefícios

Gráfico 3 – Proporção de trabalhadoras domésticas que possuem carteira de trabalho assinada, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015

Gráfico 4 – Taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça e de 9 a 11 anos de estudo - Brasil, 1995 a 2015

Gráfico 5 – Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015

Quadro 1 – Efeitos gradativos do descumprimento das condicionalidades do PBF

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACASCAR – Associação do Projeto de Assentamento da Comunidade Nova São Carlos

ATER – Assistência Técnica Rural

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CADÚNICO – Cadastro Único

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de informações do CADÚNICO

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

CONPACEL – Consórcio Paulista de Papel e Celulose

CPFL – Companhia Paulista de Força e Luz

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especial da Assistência Social

CUB – Custo Unitário Básico

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

DRUs – Desvinculações das Receitas da União

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FEPASA – Ferrovias Paulistas Sociedade Anônima

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INCOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Movimentos de Mulheres Agricultoras
MMC – Movimento de Mulheres Camponesas
MMTRs – Movimentos das Mulheres Trabalhadoras Rurais
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
NUMIEcoSol – Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária
ONGs – Organizações Não Governamentais
PA – Projetos de Assentamento
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PANCs – Plantas Alimentícias Não Convencionais
PBF – Programa Bolsa Família
PCS – Programa Comunidade Solidária
PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPIGRE – Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT – Partido dos Trabalhadores
RFFSA – Rede Ferroviária Federal S.A
SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos-SP.
SAF – Sistema de Agroflorestal
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SIPRA – Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SPU – Secretaria de Patrimônio da União

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCU – Tribunal de Contas da União

UFSCar – Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Sumário

Parte I – O caminhar da pesquisa em práticas sociais e processos educativos.....	17
Apresentação.....	18
Organização do texto.....	20
Construção da problemática de pesquisa: entre ser pobre e viver em situação de pobreza.....	22
A gestão da renda familiar como prática social promotora de processos educativos.....	30
Metodologia.....	40
São Carlos e o Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos.....	44
Processo de aproximação e apresentação das participantes da pesquisa.....	49
Parte II – Pobreza, Bolsa Família e a mulher do campo.....	54
Capítulo 1 – Pobreza.....	55
Interpretações sobre a pobreza.....	55
Formas de mensuração da pobreza.....	58
Manifestações históricas do fenômeno da pobreza no Brasil.....	61
O Programa Bolsa Família.....	69
Capítulo 2 – Gênero.....	77
A situação da mulher no Brasil.....	81
Feminização da Pobreza e o Programa Bolsa Família.....	87
A mulher do campo.....	92
Parte III – A luta diária da mulher do campo de viver e sobreviver na terra.....	96
Capítulo 3 – “Tem que fazer virar!”: A mulher na gestão do dinheiro.....	98
A geração de renda das famílias assentadas.....	99
A gestão do dinheiro familiar: acesso e controle dos recursos.....	106
A gestão do dinheiro familiar: estratégias de utilização dos recursos.....	112
Pobreza e condição feminina na visão das mulheres assentadas.....	122
Capítulo 4 – “Roça é tudo pra mim”: A mulher na gestão da terra.....	133
A rotina e a divisão sexual do trabalho familiar.....	134
O manejo produtivo da terra nos lotes familiares.....	143
Capítulo 5 – “Eu quero saber se eu tenho direito”: a mulher em luta pelo acesso aos Direitos Sociais.....	155
Percepções das mulheres assentadas sobre o Programa Bolsa Família.....	155
O acesso a outros direitos de cidadania.....	166
Direitos de um assentamento rural.....	173
Considerações Finais.....	179
Referências.....	189
Apêndices.....	201
I) Roteiro da 1ª entrevista:.....	201
II) Roteiro da 2ª entrevista:.....	201
III) Exemplo de entrevista e entrevista reflexiva.....	202
IV) Diários de Campo (exemplo).....	222
V) Tabela de análise (exemplo).....	223
VI) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Modelo utilizado.....	226
Anexos:.....	227
I) Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa.....	227

Parte I – O caminhar da pesquisa em práticas sociais e processos educativos

“É que ninguém caminha sem aprender a caminhar,
sem aprender a fazer o caminho caminhando,
sem aprender a refazer,
a retocar o sonho por causa do qual a gente se pôs a caminhar”
Paulo Freire (2011b, p. 213).

Apresentação

A proposição e consecução desta pesquisa partiram das experiências de minha trajetória acadêmica e profissional pregressa, em que a política, a educação e a economia são pilares constitutivos na visão de mundo a partir da qual me coloco em ação e reflexão. Realizei bacharelado em Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sendo que a realização deste curso contribuiu para o entendimento de que a Economia se constitui essencialmente enquanto relação social, e que o dinheiro não é um mero objeto de facilitação das trocas econômicas, pois produz e reproduz relações de poder, de exclusão, de autonomia e dominação. Ao final da minha graduação, ingressei na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP)¹ da UNICAMP para trabalhar como educadora em processos de formação de grupos, associações e empreendimentos econômicos solidários. Realizei trabalhos junto a prostitutas, portadores de HIV, moradores de bairros empobrecidos e profissionais desempregados, além de ter atuado em movimentos estudantis e político-partidários.

Esta atuação contribuiu para que continuasse o meu trabalho no campo da Economia Solidária² e buscasse aprofundar as reflexões sobre as suas Políticas Públicas. Ingressei, em 2009, no mestrado em Desenvolvimento Econômico na UNICAMP, na área de concentração em Economia Social e do Trabalho. Realizei disciplinas acadêmicas no âmbito da Economia do Trabalho, Políticas Públicas e Políticas Sociais no Brasil e no mundo, dentre outras, que contribuíram para a realização da dissertação. Meu objetivo foi analisar as Políticas Públicas de fomento à Economia Solidária³ realizada pelo governo federal entre os anos de 2003 e 2010. As políticas públicas de economia solidária são voltadas, em sua grande maioria, para inserção de pessoas empobrecidas e desempregadas em iniciativas autogeridas de geração de

1 As Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) são instituições universitárias que colaboram, por meio de projetos de extensão universitária, para o fomento e estruturação de Cooperativas e Empreendimentos Econômicos Solidários, bem como realizam a formação de alunos nas áreas relacionadas com os projetos.

2 Economia Solidária é um modo de produzir, comercializar e consumir de forma solidária, pautado em princípios como a gestão democrática, posse coletiva dos meios de produção e partilha justa das sobras (FREITAS, 2012).

3 As Políticas Públicas de Economia Solidária buscam fomentar a criação e fortalecimento de Cooperativas, Associações e Empreendimentos Econômicos Solidários com vistas à geração de trabalho e renda de seus participantes (FREITAS, 2012).

trabalho e renda, sendo que as mulheres são as principais participantes destes empreendimentos. Ao longo do primeiro governo da presidente Dilma Rousseff, de 2011 a 2014, as Políticas Públicas de Economia Solidária passaram a articular suas ações com os beneficiários do Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda condicionada do governo federal criado no ano de 2003⁴.

Ao final do mestrado, iniciei meu trabalho na Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar)⁵, a fim de trabalhar em um projeto na área de finanças solidárias. Foi no período em que atuei como educadora no processo de constituição de um Banco Comunitário em um bairro de periferia da cidade de São Carlos/SP (instituição que foi criada visando a promoção do desenvolvimento territorial local), que a temática desta tese surgiu. Esta organização comunitária recebia cotidianamente, de moradores e moradoras do bairro, diversos pedidos de crédito para pagamento de dívidas anteriores. No entanto, como a política de crédito do Banco Comunitário não previa a realização deste tipo de empréstimo (por conta da incerteza do retorno do montante emprestado e da própria natureza dos empréstimos concedidos pelo banco, que privilegiavam o financiamento de projetos produtivos locais, familiares ou coletivos), a alternativa buscada naquele momento foi de realizar oficinas de educação financeira de forma a colaborar para que as pessoas do bairro pudessem equilibrar suas finanças domésticas e, desta forma, arcar com suas dívidas.

As oficinas organizadas pelo banco comunitário com nossa parceria não tiveram continuidade por diversos motivos alheios ao Banco e à Incubadora, mas a inquietação científica sobre como e o que as pessoas aprendem enquanto tomam decisões acerca de seus gastos domésticos, bem como a forma com que aprendem a lidar com suas finanças no contexto das suas relações familiares e supra familiares se mantiveram enquanto questionamentos de pesquisa. Outra questão advinda dos processos educativos percebidos neste contexto de trabalho foi com relação a como as mulheres que dele participavam buscavam gerar renda em situação de pobreza e baixa renda. Desta forma, construí uma proposta de pesquisa que foi aprovada para ser realizada no doutorado no Programa de Pós Graduação em Educação da UFSCar no ano de 2016. O objetivo apresentado foi de

4 Falaremos mais adiante como funciona o Programa Bolsa Família.

5 Hoje a Incubadora de Cooperativas Populares da UFSCAR (INCOOP) se chama Núcleo Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NUMI-EcoSol).

compreender e analisar os processos educativos da gestão da renda de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família moradoras deste bairro de periferia urbana.

Ao longo do ano de 2016, passei a desenvolver duas atividades que me levaram a mudar o objeto de pesquisa proposto: primeiramente, realizei um trabalho em uma feira popular em que participavam agricultores e agricultoras do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, situado em São Carlos/SP; posteriormente, nos anos de 2017 e 2018, colaborei na assessoria para gestão de um sistema de cestas de produtos orgânicos proposto por agricultores do Assentamento Santa Helena, localizado neste mesmo município. Por conta da aproximação construída neste outro *locus* social e com os sujeitos do campo, passei a me interessar em pesquisar da forma com que se dava a implantação do Programa Bolsa Família em contexto rural, especialmente em assentamentos da reforma agrária, encontrando poucos artigos e estudos relacionados ao tema. Nesta convivência com produtores/as rurais, também fui percebendo os dilemas e dificuldades que os/as agricultores/as assentados/as possuíam em gerar renda para permanecer morando e trabalhando na terra, alçando a questão da gestão da renda familiar de mulheres assentadas ao centro das indagações de minha pesquisa de doutorado.

Organização do texto

Para facilitar a leitura e compreensão, o texto está organizado em três partes distintas. Na **primeira parte**, intitulada “O caminhar da pesquisa”, realizamos a apresentação da trajetória profissional e acadêmica da autora que possibilitou a concepção deste estudo, apresentando, em seguida, a problemática da pesquisa e sua relevância acadêmica e social, bem como seus fundamentos teóricos, epistemológicos e metodológicos. Por fim, realizamos uma breve apresentação do contexto histórico e social em que se situam o Projeto de Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos e as mulheres participantes da pesquisa.

Na **segunda parte**, elaboramos dois capítulos contendo a discussão teórica que colaboram com a fundamentação de nossa análise dos dados empíricos. No **capítulo 1**, investigamos a questão da pobreza, sua interpretação, estudos, dados e trajetória das políticas mitigatórias no Brasil. Além disso, debatemos alguns pontos essenciais para compreensão das causas estruturais da pobreza, tais como o processo histórico de concentração da propriedade

da terra e de desenvolvimento do capitalismo periférico no Brasil. Ao final deste capítulo, apresentamos o Programa Bolsa Família, desde sua história de implantação e modo de funcionamento, passando pela exposição dos dados de execução do Programa na cidade de São Carlos/SP. No **capítulo 2**, buscamos problematizar a forma com que as questões de gênero incidem na discussão proposta, apresentando o debate conceitual que permeia este tema, assim como alguns dados da condição social da mulher do campo e do processo de feminização da pobreza no Brasil.

A seguir, na **terceira parte**, apresentaremos os Resultados das Análises dos Dados empíricos por meio da Discussão das três categorias que emergiram do processo da pesquisa. No **capítulo 3**, debateremos a categoria “*Tem que fazer virar!*”: a mulher na gestão do dinheiro, que aborda os processos educativos em torno da gestão financeira da renda doméstica; no **capítulo 4**, com a categoria “*Roça é tudo pra mim*”: a mulher na gestão da terra, realizamos a discussão dos processos educativos advindos em torno do manejo da terra e do processo de autoconsumo. Por fim, no **capítulo 5**, com a categoria “*Eu quero saber se eu tenho direito*”: a mulher em luta pelo acesso aos direitos sociais, apresentaremos o debate sobre o acesso das colaboradoras da pesquisa às Políticas Sociais, como o Bolsa Família e as políticas de Assistência Social, Educação e Saúde. Ressaltamos que as questões de gênero perpassam por todo processo de análise.

Por fim, tecemos algumas **Considerações** sobre os alcances e limites da pesquisa realizada, em suas perspectivas e possibilidades de esperar.

Construção da problemática de pesquisa: entre ser pobre e viver em situação de pobreza

Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito presidente do Brasil⁶ em 2002 e tomou posse em 2003 com a promessa de reduzir a fome e a pobreza durante sua gestão, lançando, logo após eleito, o Programa Fome Zero. Em seu discurso de posse, em 2003, alçou a questão do combate à fome como uma das prioridades de seu governo:

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de Fome Zero. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. É por isso que hoje conclamo: vamos acabar com a fome em nosso país. Transformemos o fim da fome em uma grande causa nacional, como foram no passado a criação da Petrobrás e a memorável luta pela redemocratização do país. Essa é uma causa que pode e deve ser de todos, sem distinção de classe, partido, ideologia. Em face do clamor dos que padecem o flagelo da fome, deve prevalecer o imperativo ético de somar forças, capacidades e instrumentos para defender o que é mais sagrado: a dignidade humana (BRASIL, 2003).

Alguns meses depois de sua posse, Lula criaria o Programa Bolsa Família (PBF), programa de transferência de renda condicionada que possuía como objetivo reduzir a pobreza e a extrema pobreza no país, por meio da unificação e reformulação de programas sociais já existentes⁷. Em outubro de 2019, o Programa Bolsa Família completou 16 anos de existência, consolidando-se como um programa social reconhecido internacionalmente por reduzir a miséria no país⁸. No entanto, ainda assistimos debates acalorados nas redes sociais e

6 Luiz Inácio Lula da Silva foi presidente do Brasil por dois mandatos, entre os anos de 2003 a 2006 e de 2007 a 2010.

7 Na lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004, explica que o Programa Bolsa Família “tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001” (BRASIL, 2004).

8 Prêmio em 2013. Disponível em:

na imprensa questionando a eficácia do benefício, ou até mesmo a necessidade de sua existência. O editorial do jornal O Estado de São Paulo de 5 de abril de 2018⁹, por exemplo, questiona os efeitos positivos do Programa, alegando que o Bolsa Família não reduziu a quantidade de pobres nem reduziu a desigualdade social, sendo seu maior mérito a transferência de votos para seus criadores.

Singer (2012), ao fazer uma análise do fenômeno do “Lulismo” (força eleitoral de Lula após seu primeiro governo), defende que, nas eleições de 1989 e 1994, o eleitorado de Lula e do PT foi em sua maioria formado pelas classes média e alta, enquanto o de Collor¹⁰ e Fernando Henrique Cardoso (FHC)¹¹ foi constituído basicamente pelas classes mais pobres. De acordo com o autor, ainda que em 2002 Lula tenha sido eleito com o apoio de todos os setores sociais, dado o contexto do forte desejo de mudança que afetava o país, a partir de 2006, com as políticas sociais e de valorização do salário-mínimo, a relação de apoio eleitoral das décadas anteriores é invertida: os mais pobres passam a votar em Lula e a classe média, já crítica dos casos de corrupção denunciados, se torna anti-lulista e anti-petista (SINGER, 2012). Esta tendência do Lulismo se repetiu em 2010 e em 2014, com a eleição e reeleição de Dilma Vana Rousseff¹², também do Partido dos Trabalhadores. Porém, o anti-petismo se ampliou e levou ao Impeachment¹³ de Dilma em 2016 (SINGER, 2012) e à eleição de Jair Messias Bolsonaro em 2018, representante de uma pauta conservadora nos costumes e liberal na economia e, portanto, contrária ao gasto público com políticas sociais.

Desde sua criação, diversos estudos foram realizados sobre o Programa Bolsa Família. Em um deles, Rego e Pinzani (2013a; 2013b) realizaram durante cinco anos uma pesquisa qualitativa com mulheres beneficiárias do PBF, moradoras de regiões rurais afastadas dos

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_acymailing&ctrl=archive&task=view&listid=10-avisos-de-pauta&mailid=655-brasil-recebe-premio-internacional-por-bolsa-familia. Acesso em: 11 nov. 2018.

9 JORNAL O ESTADO DE S.P. A verdade sobre o Bolsa Família. Editorial Estadão de 05 abr. 2018. Disponível em: <https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,a-verdade-sobre-o-bolsa-familia,70002255217> Acesso em: 05 out. 2018.

10 Eleito presidente em 1989, governou entre 1990 e 1992, quando teve seu mandato cassado por processo de Impeachment por motivos de corrupção e desvio de verbas.

11 Eleito presidente por dois mandatos, governou entre os anos de 1995 e 1998, e entre 1999 e 2002. Foi também ministro da fazenda em 1994, momento em que implementou o Plano Real, política monetária que possibilitou a estabilização da inflação.

12 Eleita presidente para dois mandatos, governou entre os anos de 2010 a 2014 e entre 2014 a 2016, quando teve seu mandato cassado por processo de Impeachment.

13 “Houve um golpe por dentro da Constituição” (SINGER, 2018, p. 15). O Impeachment de Dilma foi considerado golpe por retirar uma presidente eleita legitimamente por um crime fiscal que, após sua deposição, tal manobra contábil não se configurou mais como crime.

grandes centros urbanos e que viviam em situação de fome e miséria. Os autores afirmam que o benefício gerou processos e mudanças significativas na vida destas mulheres, como o início da superação da cultura da resignação, por eles entendida como a espera resignada da morte por fome e por doenças ligadas a ela (REGO; PINZANI, 2013b). Por outro lado, algumas opiniões contrárias sobre o Programa Bolsa Família, exemplificadas pela charge abaixo, defendem a ideia que, de modo geral, as pessoas preferem receber o benefício do que conseguir um emprego:

Figura 1 – Charge



Autor: Sizar¹⁴, s/d.

O argumento implícito na charge do cartunista Sizar, que expressa o preconceito e generalização de que as pessoas preferem receber o Bolsa Família em vez de trabalhar, foi dado por pensadores como Malthus¹⁵, representante da escola clássica dentro do pensamento econômico, a qual influenciou o pensamento liberal e posteriormente neoliberal contemporâneo. De acordo com Corazza (2005), Malthus não concordava com o pagamento de assistência pela Lei dos Pobres na Inglaterra do século XIX, pois para ele o crescimento da

14 Cartunista Sérgio César da Silva (Sizar). Ilustração retirada em: “O Bolsa Família foi politizado”, denuncia o ministro do Desenvolvimento Social. In: Tribuna da Internet. 13 nov. 2016. Disponível em: <http://www.tribunadainternet.com.br/o-bolsa-familia-foi-politizado-denuncia-o-ministro-do-desenvolvimento-social/> Acesso em: 05 out. 2018.

15 Thomas Robert Malthus (1766-1834) economista inglês realizou estudos sobre o crescimento populacional e a disponibilidade de alimentos, criando uma vertente de pensamento denominada malthusianismo.

população era associado ao crescimento da pobreza, e esta era considerada por ele como um problema natural, não social:

A pobreza faz parte das leis naturais, que indicam um futuro sombrio para a humanidade; não há distribuição de renda e reforma social que possa garantir um padrão de vida digno para os pobres; se a causa da pobreza é o excesso da população, qualquer distribuição só serve para estimular a indolência e a preguiça (CORAZZA, 2005, p.5).

O pensamento de Malthus igualmente ilustra, desde o final do século XVIII, um tipo de argumento que associa a pobreza com um paradigma da preguiça. Esta descrição essencializada de **como** é o pobre, e que não parte da visão de si mesmo que possui a pessoa empobrecida, representa um tipo de humilhação que se soma a um processo de silenciamento: “Tal humilhação representa uma erosão da autonomia individual, pois explicita uma desconexão da comunidade e implica uma perda do respeito de si” (REGO; PINZANI, 2013a, p. 31). Prosseguem Rego e Pinzani:

Isto pode ser constatado cotidianamente no Brasil pela maneira na qual os pobres são descritos pelos membros da classe média e pela própria mídia (por exemplo, quando o indivíduo pobre é chamado de “marginal”, de “preguiçoso”, de “vagabundo” ou é acusado de ser culpado pela sua situação, sem poder em momento nenhum oferecer sua visão da pobreza) (REGO; PINZANI, 2013a, p. 32).

Esta visão historicamente construída em nossa sociedade pela classe dominante em para com as classes populares, de que os pobres são vagabundos e preguiçosos, contribuem para alimentar e ampliar um sentimento preconceituoso em relação às formas de ser e agir das pessoas em situação de pobreza. A fala de um camponês relatada por Freire (2011a) e transcrita a seguir, assim como os relatos de campo da pesquisa de Rego e Pinzani (2013a), demonstram similitudes quanto aos preconceitos dirigidos aos oprimidos, o qual seria *borracho*¹⁶ e preguiçoso:

É impressionante, contudo, observar como, com as primeiras alterações numa situação opressora, se verifica, uma transformação nesta autodesvalia. Escutamos, certa vez, um líder camponês dizer, em reunião, numa das unidades de produção (*asentamiento*) da experiência chilena de reforma agrária: “Diziam de nós que não produzíamos porque éramos *borrachos*, preguiçosos. Tudo mentira. Agora, que estamos sendo respeitados como homens, vamos mostrar a todos que nunca fomos

16 Bêbado em espanhol.

borrachos, nem preguiçosos. Éramos explorados, isto sim”, concluiu enfático (FREIRE, 2011a, p. 70).

Ao relatar a situação concreta de opressão, Freire (2011b) nos apresenta algumas das formas de agir dos oprimidos que podem ser compreendidas como reflexo da estrutura de dominação em que estão inseridos. Uma destas formas seria o fatalismo que estes assumem frente à realidade, ao não identificarem o opressor e a situação de opressão em que estão inseridos, e construindo conseqüentemente a visão de que seu destino está determinado¹⁷. Disto se desdobra uma outra característica da condição de oprimido, a autodesvalia, que segundo Freire resulta da “(...) introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores” (FREIRE, 2011a, p. 69). Este comportamento se traduz na dependência e sentimento de incapacidade perante as possibilidades de mudança de sua própria condição de vida. Entretanto, ao verificar alterações nas relações de opressão, das condições materiais e/ou da percepção da estrutura de dominação, os oprimidos podem se colocar em luta para sua libertação e humanização. Neste sentido, de forma geral, os programas de combate à pobreza são vistos como “perigosos”, pois possibilitam a construção de certa base material para autonomia e independência, para uma menor sujeição às situações de extrema exploração.

A visão liberal sobre a pobreza reflete a forma como grande parte da sociedade enxerga as pessoas empobrecidas. Os beneficiários de programas sociais são vistos com preconceito, como preguiçosos, pois, em vez de receber o benefício da transferência de renda advinda do governo, deveriam se inserir no mercado de trabalho para auferir renda própria. São vistos como pessoas que gastam tudo em “pinga” (*borrachos*) e que “não sabem usar o dinheiro”, pois se soubessem não seriam pobres. Por conta disto, advogam a favor de que tal benefício deveria ser realizado em espécie (gás, cesta básica, material escolar, leite), visão de fundo paternalista e tutelar, visto que coíbe a liberdade destes grupos em realizarem suas próprias escolhas. Estas visões ignoram os saberes acumulados dos oprimidos em relação a utilização de seus recursos financeiros e as formas complexas por eles utilizadas para “fazer render” o dinheiro até o final do mês:

17 Um exemplo do próprio Freire é quando relata uma situação com os camponeses em que estes dizem que eles não tiveram estudos porque o Pai (Deus) não quis. Freire, ao receber esta resposta, pergunta se um pai sacrificaria um filho para o outro poder estudar e eles disseram que não. Freire continua dizendo que, se eles que são homens não teriam coragem, por que Deus teria? Nesse momento, um deles diz que não é de Deus a culpa, e sim do patrão (FREIRE, 2011b).

A formação escolarizada da classe média e mesmo daqueles profissionais que agem como mediadores entre os grupos populares e a sociedade (através de partidos políticos, ONGs, igrejas, sindicatos) frequentemente leva-os a ter dificuldade em aceitar o fato de que o conhecimento é produzido também pelas classes subalternas. Neste sentido, mesmo que alguns mediadores sejam mais atenciosos e mais respeitosos com as pessoas pobres da periferia, os muitos anos de uma educação classista e preconceituosa fazem com que o papel de “tutor” predomine nas suas relações com estes grupos (VALLA, 1996, p. 187).

O dinheiro não é apenas um mero objeto de intermediação de trocas, mas a sua utilização e significação colabora na construção de relações para a sobrevivência material e simbólica, tecendo novos significados que geram aprendizados para e com as mulheres. A ausência do dinheiro também produz criatividade, relações de trocas, de partilha e tensões nas relações familiares. Entendemos, pois, que “A independência material garantida por meio do dinheiro é um elemento essencial de tal liberdade e deveria ser considerada, portanto um bem básico e um objeto possível de políticas públicas voltadas à criação de cidadãos autônomos” (REGO; PINZANI, 2013a, p.73).

Para fins desta pesquisa, a gestão da renda familiar se constitui na administração tanto do dinheiro que a família possui para comprar itens de sua necessidade, como na gestão dos recursos materiais que a família obtém por troca ou por autoconsumo. Em economias e contextos essencialmente monetizados, a gestão da renda familiar coincide plenamente com a gestão financeira, pois as necessidades são solucionadas basicamente por relações mercantis. Porém, em contextos menos monetizados, como em áreas rurais, as relações de autoconsumo e de trocas não monetárias possuem maior peso na satisfação das necessidades materiais familiares (ROCHA, 2006). Por conta disto, adotaremos **gestão da renda familiar como uma prática social** mais ampla, que envolve tanto a gestão financeira do dinheiro da família (e, portanto, dos recursos oriundos do Programa Bolsa Família) como a gestão dos recursos produzidos ou obtidos por trocas diretas.

A gestão da renda familiar ou gestão doméstica da renda se configura a partir de todo o conjunto de processos de planejamento das atuais e futuras necessidades materiais da família: é o controle da movimentação financeira, ou seja, quando e quanto entra e sai dinheiro; é o controle e planejamento de quanto se pode produzir para o consumo da família, o aproveitamento e reaproveitamento dos alimentos; é a busca pela troca do excedente da

produção por algum item que se deseja obter de um vizinho, amigo ou parente; é a análise e avaliação deste planejamento, e sua readequação periódica. Cotidianamente, cada uma a sua maneira, as famílias realizam a gestão dos seus recursos, uns com mais “folga” e outros com nenhuma. Em um contexto de pobreza, as dificuldades desta gestão são ampliadas, e surgem estratégias criativas para fazer os poucos recursos renderem e durarem até a próxima colheita ou entrada prevista de dinheiro. No caso das beneficiárias do PBF, como muitas destas mulheres não possuíam acesso à nenhuma renda fixa mensal (REGO; PINZANI, 2013a, 2013b), ao mesmo tempo em que o recebimento deste recurso traz a segurança de que ela e sua família não passarão fome, ele traz consigo o desafio de gerir esta renda para que esta seja suficiente para cobrir as necessidades materiais mínimas, individuais e familiares.

No decorrer do processo de realização da pesquisa, algumas inquietações surgiram em nossas reflexões: o que é e como é gerir a renda familiar por parte de mulheres pobres moradoras de um assentamento rural? Quais problemas esta gestão traz na sua dinâmica familiar e comunitária? Quais soluções? Quais aberturas sociais e vantagens? Como se dá o processo de tomada de decisão dos gastos? Como o fato de ter Bolsa Família gerou a possibilidade ou não de acesso a novas formas de crédito, e como isto influenciou na gestão da renda familiar? O fato de poder decidir sobre a destinação desta renda produziu mudanças nas suas relações e práticas sociais? O que é ser mulher em situação de pobreza? O que é vivenciar esta condição em um assentamento rural? Quais mudanças o recebimento do benefício trouxe em relação à sua vivência na terra? Foram questionamentos disparadores que colaboraram na elaboração da pergunta de pesquisa: quais são os processos educativos decorrentes da gestão da renda familiar por parte de mulheres empobrecidas e moradoras de um assentamento rural paulista?

Dialogando com a produção acadêmica elaborada em relação a tal temática na área da Educação, nossa pesquisa bibliográfica¹⁸ encontrou trabalhos que abordam o nível de conhecimento financeiro de jovens universitários (LOPES JUNIOR, 2014), as condições e condicionalidades na elaboração do orçamento familiar pelos grupos de baixa renda (STRATE, 2010), e as razões do endividamento desta parcela da população (ZERRENNER,

18 Revisão efetuada a partir de exame dos anais dos encontros da Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPED) ocorridos de 2004 a 2013, especificamente do grupo de trabalho *Educação Popular* (GT 06); também foi realizada busca de teses, dissertações e artigos científicos por meio do assunto *Educação (financeira), Finanças e Bolsa Família* na Biblioteca Brasileira Digital de Teses e Dissertações e no portal científico eletrônico SCIELO até o ano de 2016.

2007). Também foram localizados trabalhos que investigaram, sob a perspectiva da educação financeira, o desenvolvimento do campo das finanças no Brasil (ANSELMO, 2013; CAMILLO, 2014), o engajamento dos agentes públicos e privados em programas de educação financeira (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007), e a promoção da educação para o consumo responsável (SALEH, 2013). A respeito do objeto específico do presente trabalho, as pesquisas que investigam o Programa Bolsa Família sob o foco da Educação ressaltam, sobretudo, o seu sistema de condicionalidades (VAZ, 2013; FICK, 2015) e seus resultados nos índices de educação dos municípios brasileiros, especialmente no que se refere ao impacto sobre a frequência, o rendimento escolar e a taxa de analfabetismo (REIS, 2009; OLIVEIRA, 2009; MELO; DUARTE, 2010; CAMARGO, 2011; FERREIRA, 2012; CAVALCANTI; COSTA; SILVA, 2013; CAVALCANTI, 2013; CASONATO, 2014; SANTOS, 2014).

Convém ressaltar a inexistência de trabalhos publicados sobre finanças domésticas, educação financeira e Programa Bolsa Família no Grupo de Trabalho de Educação Popular dos encontros nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (2004 a 2013). Apenas o trabalho de Buaes (2011; 2015) buscou refletir sobre o modo como um grupo de idosas se apropriou do conhecimento no contexto de intervenções educativas financeiras pautadas na educação popular. Isto reflete a lacuna acadêmica de estudos sobre os processos educativos decorrentes da prática social de gestão da renda familiar de grupos historicamente marginalizados

Buscando suprir tal lacuna, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender e analisar os processos educativos decorrentes da gestão da renda familiar realizada por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, moradoras do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, localizado na cidade de São Carlos/SP. Partimos do princípio de que as relações econômicas e, em específico, a gestão da renda doméstica, se constituem enquanto prática social conformadora de processos educativos, em que mulheres, familiares e outros atores econômicos (comerciantes, vendedores, prestadores de serviços, entre outros) tecem certas relações sociais ora mediatizadas pelo dinheiro e pelo consumo, ora mediatizadas por relações de trocas, de colaboração e pelo autoconsumo.

A gestão da renda familiar como prática social promotora de processos educativos¹⁹

Compreender a realidade que nos cerca colabora para termos compreensão de nós mesmos, enquanto seres constituintes e constituídos no mundo, bem como conhecer o passado contribui para compreender as raízes de nossa formação cultural, social e econômica, entendendo que nossas estruturas sociais são frutos de uma construção histórica e, no contexto brasileiro e latino-americano, tais raízes estão marcadas pelo passado colonial e de capitalismo periférico. Enrique Dussel, Paulo Freire e Ernani Maria Fiori, dentre outros autores, trazem contribuições fundamentais para o entendimento do percurso histórico dos países e povos latino-americanos em suas lutas contra as relações opressoras e dominadoras existentes em âmbito global, colaborando cada qual a seu modo com a edificação de uma visão de mundo descolonizadora em que a construção dos saberes e das práticas sociais dos e com os oprimidos podem produzir processos educativos libertadores.

Dussel apresenta a compreensão da formação histórica e filosófica da Modernidade que conforma a criação e consolidação do Sistema-Mundo (DUSSEL, 2016), simultaneamente ao nascimento do capitalismo mercantil e do colonialismo:

No Ocidente, a “Modernidade”, que começa com a invasão da América pelos espanhóis (...) é a “abertura” geopolítica da Europa para o Atlântico; é a implantação e o controle do “sistema-mundo” no sentido estrito (pelos oceanos e não mais pelas caravanas continentais lentas e perigosas) e ainda a “invenção” do sistema colonial, que, por 300 anos, irá inclinar lentamente o equilíbrio econômico-político em favor da antiga Europa isolada e periférica. Tudo o que é simultâneo com a origem e desenvolvimento do capitalismo (mercantil a princípio, de mera acumulação primitiva do capital), ou seja, a Modernidade, o colonialismo e o sistema-mundo, denota aspectos de uma mesma realidade simultânea e mutuamente constitutiva (DUSSEL, 2016, p. 58).

O Sistema-Mundo é compreendido em um sistema dual dividido entre Totalidade e Exterioridade, o *ser* e o *não ser* (DUSSEL, 2016). Dussel entende por Totalidade todos os aspectos que se encontram em uma normalidade hegemônica, uma referência que ela mesma se coloca como o certo, o centro, o correto, e tudo que não faz parte deste padrão é colocado

19 Parte deste capítulo foi publicado em artigo: Freitas; Montrone, 2019.

na Exterioridade, em que o *Outro* possui sua alteridade negada e é tratado como coisa, onde se encontram os oprimidos, excluídos, as vítimas deste sistema. “Em outras palavras, são gerados dois polos, por uma parte as elites, por outra a exterioridade, e nela o Outro, o diferente colocado *fora da totalidade*, embora dando sustentação para a manutenção e o desenvolvimento dessa totalidade” (ARAÚJO-OLIVERA, 2014, p.79). Neste sistema dual, se conforma também uma relação de Totalidade e Exterioridade traduzida em uma dinâmica de centro e periferia, demonstrada por Dussel (2010; 2016) como uma relação opressora não apenas no campo econômico, mas no campo cultural e epistemológico: “A cultura ocidental, com seu evidente ‘ocidentalismo’ alocava todas as demais culturas como mais primitivas, como pré-modernas, tradicionais e subdesenvolvidas” (DUSSEL, 2016, p. 59).

Desde o advento da modernidade, a Europa se coloca como centro da história e da produção de conhecimento legítimo, sendo o resto do mundo considerado uma espécie de não-humanidade, de não-conhecimento. Ela (2007) afirma que houve uma memória seletiva da Europa no sentido de aproveitar alguns conhecimentos produzidos por outras culturas e apropriá-los. Santos (2010) nos alerta sobre o que esta seletividade produziu no campo da epistemologia: um pensamento abissal que oculta e ignora o *Outro*, o Sul²⁰, a Exterioridade. O processo de dominação colonial construiu uma versão única da história, a partir do centro, e ocultou e suprimiu culturas e povos inteiros.

Na busca por um pensamento em que as epistemologias dialoguem, em respeito às culturas e a partir do Sul, da posição daquele que é colocado na Exterioridade e que tem seu valor negado, o autor sugere novas formas de produzir conhecimento a partir de um pensamento pós-abissal construído a partir de uma ecologia de saberes.

O pensamento pós-abissal pode ser sumariado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul. Confronta a monocultura da ciência moderna com uma ecologia de saberes. É uma ecologia, porque se baseia no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer a sua autonomia. A ecologia de saberes baseia-se na ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2010, p.45).

Os pressupostos epistemológicos apresentados são fundamentais para o entendimento do papel da educação e dos processos educativos presentes nas práticas sociais e sua

20 Geográfico e Metafórico.

contribuição na construção de saberes, de visões de mundo que traduz a forma como nos colocamos no mundo. Corroboramos com o “Entendimento de que eu me construo enquanto pessoa no convívio com outras pessoas; e, cada um, ao fazê-lo, contribui para a construção de ‘um’ nós em que todos estão implicados” (OLIVEIRA *et al.*, 2014a, p. 29).

Passei a pensar o mundo como é – um mundo de consciência, ou a consciência como consciência do mundo – e vi que há uma fonte de constituição desse mundo, que não é a minha subjetividade, nem a sua subjetividade: é a intersubjetividade, isto é, o homem só se faz homem quando se intersubjetiva no reconhecimento das consciências. A consciência, isolada em si mesma, não tem quem a reconheça e só se faz homem quando se intersubjetiva no reconhecimento das consciências (FIORI, 2014b, p. 53).

Fiori (2014b, 2014c) afirma que neste convívio, neste encontro de intersubjetividades, o mundo da consciência se forma, se expressa como mundo consciente, significando-o. Este processo se produz na materialidade e na produção e reprodução da existência.

Toda e qualquer ação humana é realizada sempre em relação ao mundo e às consciências intersubjetivadas que nele existem, ou melhor, este mundo comum que a um só tempo constitui e é constituído pela existência humana, mediatiza a comunicação das consciências e possibilita sua intersubjetivação humanizadora e a historicização da cultura (TAFURI; GONÇALVES JUNIOR, 2017, p. 43).

Por vezes, há o estranhamento neste encontro e convívio, mas com o diálogo respeitoso é possível existir partilha e compreensão. Para Freire (2011a): “Não há palavra verdadeira que não seja práxis. Daí que dizer a palavra verdadeira seja transformar o mundo” (p. 107). A importância da *práxis* como um desafio histórico para a transformação está presente tanto nas formulações de Freire como de Fiori. Estes autores comungam do entendimento de que, ao ter consciência do mundo, significando-o e pronunciando-o, as mulheres e os homens se fazem na ação-reflexão transformadora do mundo.

Por conta deste entendimento, as práticas sociais são fundamentais para compreender a ação-reflexão dos seres humanos no mundo. Práticas sociais são construídas nas relações entre as pessoas, entre grupos e comunidades, podendo tais práticas ter objetivos diversos, tais como o de repassar conhecimentos, suprir necessidades de sobrevivência, garantir direitos (econômicos, sociais, políticos, culturais, civis), corrigir injustiças sociais, entre outros (OLIVEIRA *et al.*, 2014a).

Práticas sociais decorrem de e geram interações entre os indivíduos e entre eles e os ambientes natural, social e cultural em que vivem. Desenvolvem-se no interior de grupos, de instituições, com o propósito de produzir bens, transmitir valores, significados, ensinar a viver e a controlar o viver; enfim, manter a sobrevivência material e simbólica das sociedades humanas (OLIVEIRA *et al.*, 2014a, p.33).

Ao perceber que os processos educativos estão também presentes nas práticas sociais não escolares, Oliveira *et al.* (2014a) volta um olhar crítico ao monopólio pedagógico da escola, inserida em uma estrutura social condicionada pela relação opressores-oprimidos e que, portanto, refletiria a sociedade opressora na própria relação educadores-educandos. Nesta estrutura, o educador é a pessoa que sabe e faz “comunicados”, depositando conhecimento nos educandos, meros receptáculos deste conhecimento, aos quais caberia apenas memorizar e repetir o conteúdo aprendido (FREIRE, 2011a, p. 80). Freire (2011a) conceitua esta forma de educação como “bancária”.

Educar, neste contexto, é “(...) o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos” (FREIRE, 2011a, p. 82), anulando o poder criador e crítico dos educandos, e por consequência, caminhando num sentido inverso ao da conscientização e humanização. Fiori (2014a) defende que a escola amplia o sistema de dominação e produz uma cultura alienante, pois produz um ensino separado do saber libertador, e segundo o autor, isto seria a própria negação da educação.

Enganam-se, pois, os que pensam libertar os dominados integrando o maior número possível deles ao sistema escolar de dominação. Esta pseudodemocratização do ensino é a maneira mais eficaz de funcionalizar os dominados ao sistema de dominação. (FIORI, 2014a, p 110)

Pensamos que a educação pode cumprir o papel de libertação na relação opressores-oprimidos, ao problematizar e romper com a concepção e prática da Educação Bancária e da escola que ensina os valores dominantes e alienantes. Para Fiori (2014a), educação é o esforço permanente de criação e recriação de mulheres e homens, produzindo autonomia e liberdade. Para o autor, a educação libertadora não é feita pelo educador para o povo e sim pelo povo: “A educação, pois, é libertadora ou não é educação” (p. 106). Tal concepção de educação é denominada por Freire como a Pedagogia do Oprimido, “(...) aquela que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade” (FREIRE, 2011a, p. 43). Freire analisa que esta estrutura social opressora

desumaniza os oprimidos, por isso, a educação pode contribuir nesta luta por sua humanização na busca por *ser mais*.

Como distorção do *ser mais*, o *ser menos* leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores (FREIRE, 2011a, p. 41).

Para ambos os autores, a educação deve estar conectada com a prática para se tornar de fato libertadora. A *práxis*, enquanto ação e comportamento, é produtora de saber, ao mesmo tempo em que é intrínseca ao saber, o constitui em uma relação dialética na junção entre teoria e prática (FIORI, 2014a).

A educação libertadora não pode ser, obviamente, cúmplice do ensino dos valores da dominação, mas não pode também ser, somente a crítica das ideias dominantes. Será libertadora, na proporção em que seja aprendizagem, isto é, participação ativa na *práxis* produtora do mundo e do homem (FIORI, 2014a, p. 111).

Fiori (2014a) reforça:

Aprender, portanto, não é saber como foi o mundo ou como deverá sê-lo; essencialmente, é esforço por re-inventá-lo numa *práxis* que assume e supera as condições objetivas da situação histórica em que se vive. Se o aprendizado criador é substituído pelo ensinamento de um saber separado da produção real da existência, então este saber trai sua vocação originária e passa a instrumentalizar as mais terríveis alienações humanas (FIORI, 2014a, p. 108).

Esta separação do saber da produção real da existência conduz ao descolamento entre “teoria” e “prática” e muitas vezes ao questionamento do papel da educação, principalmente a escolar. As consequências de um ensino alienante e descolado da realidade podem conduzir em um conjunto de forças que legitimem a relação de opressão e perpetuação das condições degradantes de muitos oprimidos.

Brandão (2009a) também defende uma educação em que as pessoas, em conjunto, compreendam o mundo em que vivem de forma crítica, compartilhando os saberes e construindo em conjunto sua libertação. “A grande vocação e a maior aventura humana residem no aprender a saber, no partilhar o saber e no transformar vidas pessoais e mundos

sociais por meio de um saber tornado ação, e uma ação coletiva vivida como projeto de transformação” (BRANDÃO, 2009a, p.10). O autor apresenta a Educação Popular enquanto prática humanizadora, destinada a conviver com os outros, em que possui um compromisso com cidadania e a serviço das classes populares (BRANDÃO; ASSUMPCÃO, 2009). Afirma o papel e o sentido da Educação Popular como **resistência e oposição ao status quo** (BRANDÃO, 2009a). Tal concepção se contrapõe novamente à educação bancária e depositadora de conteúdos.

É possível encontrar trabalhos em territórios pobres, rurais e de periferias urbanas hoje no Brasil, desempenhado principalmente por Organizações Não Governamentais (ONGs) e por políticas governamentais, que possuem tanto práticas da Educação Popular comprometidas com um projeto pedagógico humanizador e libertador; como práticas pedagógicas tecnicistas (não política e militante) que produz um educando “instruído e participante, desde que ordeiro e subalterno” (BRANDÃO; ASSUMPCÃO, 2009, p. 45). A segunda prática é fortemente associada às de “gestão social da pobreza” (TELLES, 2001) em que não buscam alterar estruturalmente a questão da pobreza. Estas instituições voltadas para ações educativas principalmente em territórios subalternizados, buscam qualificar jovens para o mercado de trabalho a partir do discurso hegemônico do sistema, formando muitas vezes pessoas individualistas e competitivas.

Muitas dessas ações educativas de programas ou projetos variados, principalmente oriundas do segundo e do terceiro setor, servem aos mais variados interesses, cujo conteúdo e objetivo, embora o discurso afirme o contrário, não correspondem ao caráter originário da Educação Popular. São, muitas vezes, práticas financiadas e a serviço do capital e dos interesses da classe dominante (PACHECO JUNIOR; TORRES, 2009, p. 27).

Para romper com a educação alienante, as ações de Educação Popular devem estar associadas a processos contínuos de reflexão sobre o mundo, a vida cotidiana e principalmente sobre o momento histórico (PACHECO JUNIOR; TORRES, 2009). Por isso, a importância do desvelamento da realidade, o entendimento do momento histórico e seu contexto; de analisar a conjuntura, suas contradições e compreender, a partir da sua realidade material e as subjetividades que fazem parte da nossa relação com o outro, constituindo-nos. “Assim, na expressão do mundo pela consciência o próprio mundo se expressa como consciência do mundo” (FIORI, 2014b, p.58).

Em uma situação de exterioridade e dominação, Freire (2011b) apresenta comportamentos de pessoas oprimidas que refletem a estrutura opressora em que estamos inseridos. São comportamentos fatalistas e de autodesvalia, como já apresentado anteriormente. A autodesvalia resulta da “(...) introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores” (FREIRE, 2011a, p. 69). A visão liberal que a classe média e a mídia possuem sobre as pessoas em situação de pobreza as responsabilizam pela sua própria situação. Ao interiorizarem a visão da elite e se sentirem únicos responsáveis por sua própria condição de pobreza, consideram-se não ter direito de voz e de serem reconhecidos como portadores de direitos. Esta visão faz parte da ideologia dominante da sociedade dividida em classes sociais e a visão sobre as classes mais pobres. Marilena Chauí (2008) define ideologia como:

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção (CHAUÍ, 2008, p. 109).

Os mecanismos ideológicos impõem um silenciamento e privação de voz aos mais empobrecidos, desqualificando-os e invisibilizando-os: “A privação de voz equivale a falta de reconhecimento do indivíduo como sujeito por parte daqueles que o silenciam ou não querem ouvi-lo ou até não querem vê-lo, como se além do silêncio lhe fosse imposta a invisibilidade” (REGO; PINZANI, 2013a, p. 35). No entanto, ao verificar alterações na relação de opressão, das condições materiais e/ou da percepção da estrutura de dominação, os oprimidos podem se colocar em luta para sua libertação e humanização. Neste sentido, de forma geral, os programas de combate à pobreza são vistos como perigosos, pois constroem a base material para autonomia e independência, para uma menor sujeição às situações de extrema exploração. Os beneficiários destes programas são vistos com preconceito, pois uma visão corrente em nossa sociedade é a de que as pessoas em condição de pobreza “não sabem usar o dinheiro”.

A tentação da mentalidade preconceituosa é muito grande na operação ideológica de imputar aos que considera desiguais, e, frequentemente, inferiores a ela, atributos negativos gerais tendentes à homogeneização das condutas perante determinados fatos. No caso, em especial, quando se trata de pessoas pobres, lidando com dinheiro, ainda mais provenientes de uma transferência estatal de renda, imediatamente são acionados mecanismos mentais ideológicos desqualificadores dos pobres (REGO; PINZANI, 2013a, p. 199).

Uma mudança na ordem material pode alterar significativamente as subjetividades, a forma como me vejo no mundo e compreendo este *estar sendo*. Rego e Pinzani (2013a) defendem a ideia de que não apenas “[...] o dinheiro é um elemento necessário para a construção de uma base material da autonomia” (p. 71), mas, ao se verificarem mudanças quantitativas na renda monetária das pessoas em condição de pobreza, o acesso ao dinheiro pode alterar o sentimento de autodesvalia dos grupos marginalizados, a partir da aquisição de maior respeitabilidade em sua comunidade de pertencimento. Isto decorre de que as transações monetárias permitem não apenas o acesso a bens de consumo e meios de vida, mas também produzem dinâmicas, ações, geram novas práticas, símbolos e significados.

A postura de tutela em relação aos mais pobres foi de certa forma rompida com a criação das políticas de transferência de renda como o Programa Bolsa Família (PBF), a partir da substituição da doação de itens de consumo em espécie pelo dinheiro, da relação personalizada (e coronelista) de doação de políticos pelo depósito realizado pelo Governo Federal em um cartão bancário, visto que contribuiu para que as beneficiárias²¹ de programas sociais pudessem praticar e realizar suas escolhas de gastos, e aprender a partir desta prática, a partir da qual podem concretizar suas vontades e desejos.

No caso do Brasil atual, existe uma ofensiva para redução dos direitos e dos programas sociais por parte dos defensores e representantes de políticas neoliberais. Além disso, as classes mais abastadas perceberam uma redução da possibilidade de maior exploração, sentindo-se ameaçada, por exemplo, com a garantia de direitos trabalhistas, pois ficou mais “caro” pagar empregada doméstica²², não conseguindo mais pagar salários baixíssimos para tais funções (SINGER, 2018). Rego e Pinzani (2013a; 213b) nos oferecem

21 O Programa Bolsa Família prioriza a transferência no nome da mulher, como veremos no capítulo “Pobreza”.

22 Decorrente da ampliação dos direitos trabalhistas das empregadas domésticas pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm . Acesso em: 21 jan. 2020.

um exemplo de uma mulher que deixou de trabalhar, pois começou a receber o benefício do Programa Bolsa Família. No entanto, ela trabalhava em seis dias da semana por um salário menor do que o valor do benefício. Ou seja, ele afeta o mercado de trabalho apenas nos trabalhos relativos às condições de superexploração e precariedade.

Mas o que ocorre, ainda quando a superação da contradição se faça em termos autênticos, com a instalação de uma nova situação concreta, de uma nova realidade inaugurada pelos oprimidos que se libertam, é que os opressores de ontem não se reconheçam em libertação. Pelo contrário, vão sentir-se como se realmente estivessem sendo oprimidos. É que, para eles, “formados” na experiência de opressores, tudo o que não seja o seu direito antigo de oprimir significa opressão a eles. Vão sentir-se, agora, na nova situação, como oprimidos porque, se antes podiam comer, vestir, calçar, educar-se, passear, ouvir Beethoven, enquanto milhões não comiam, não calçavam, não vestiam, não estudavam nem tampouco passeavam, quanto mais podiam ouvir Beethoven, qualquer restrição a tudo isto, em nome do direito de todos, lhes parece uma profunda violência a seu direito de pessoa. Direito de pessoa que, na situação anterior, não respeitavam nos milhões de pessoas que sofriam e morriam de fome, de dor, de tristeza, de desesperança (FREIRE, 2011a, p. 62).

As consequências de um programa de renda condicionada como o PBF são de reduzir esta situação de superexploração. O fato de possuir uma renda mensal garantida produziu mudanças subjetivas e na ordem moral em mulheres, bem como processos de maior autonomia e respeito (REGO; PINZANI, 2013a; 2013b). Ao realizar a compra dos bens, estas mulheres se inserem em relações sociais “(...) mais amplas, plenas de contradições, mas também potencialmente emancipatórias. Em outras palavras, tais relações sociais trazem em suas entranhas tanto potencialidades libertárias quanto novas formas de opressão” (REGO; PINZANI, 2013a, p.73).

Também há aqueles que advogam a favor de que o benefício do PBF deveria ser realizado em espécie (gás, cesta básica, material escolar, leite), visão de fundo paternalista e tutelar, visto que coíbe a liberdade destes grupos em realizarem suas próprias escolhas. Estas visões ignoram os saberes acumulados dos oprimidos (VALLA, 1996) em relação à utilização de seus recursos financeiros e as formas complexas por eles utilizadas para “fazer render” o dinheiro até o final do mês. Neste sentido, a gestão da renda familiar se constitui na administração financeira e na gestão dos recursos materiais que a família obtém por troca ou por autoconsumo, forjando-se como uma **prática social** que produz e reproduz modos de vida e estratégias de sobrevivência.

As relações econômicas e, em específico, a gestão da renda doméstica, se constituem enquanto prática social conformadora de processos educativos, em que as mulheres e seus familiares tecem relações sociais ora mediatizadas pelo dinheiro e pelo consumo, ora mediatizadas por relações de trocas e de colaboração. Também tecem relações sociais em que o autoconsumo e a relação com a terra produzem significados para estas mulheres e seus familiares.

Metodologia

Todos estão loucos, neste mundo? Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total. Todos os sucedidos acontecendo, o sentir forte da gente – o que produz os ventos. Só se pode viver perto de outro, e conhecer outra pessoa, sem perigo de ódio, se a gente tem amor. Qualquer amor já é um pouquinho de saúde, um descanso na loucura.

Grandes Sertões Veredas, Guimarães Rosa (1994, p.439).

Assim como a “Educação Bancária”²³ (FREIRE, 2011a), o ato de pesquisar pode também se tornar “bancário” se a postura do/a pesquisador/a for de realizar pesquisas em que considera os sujeitos apenas como objeto de investigação, em que os “pesquisados” ouvem passivamente o pesquisador que “detém o conhecimento”. Neste sentido, Valla (1996) defende que a referência centrada no saber profissional dificulta nossa chegada ao outro, e por consequência, terminam por gerar interpretações equivocadas sobre os saberes das pessoas com as quais se pretende pesquisar. Estes dois tipos de saberes não são mutuamente excludentes, mas se configuram e partem de pontos distintos da realidade social, pois diferem quanto à relação com o tempo, com o dinheiro, o consumo, a partir do ponto de vista específico com que vivencia as diversas situações de vida (OLIVEIRA *et al.*, 2014b).

Corroborando com tal argumentação, a presente pesquisa utilizou-se de pressupostos metodológicos pautados pela *dialogicidade e convivência metodológica*, visto que, em relação ao ato de pesquisar, “(...) para nós, contudo, a questão não está propriamente em explicar às massas, mas em dialogar com elas sobre a sua ação” (FREIRE, 2011a, p. 55). O diálogo, segundo Freire (2011a), é um ato de amor e fé no ser humano, e pesquisar em diálogo com o outro exige disponibilidade do/a pesquisador/a-educador/a em aprender, com posturas de respeito, humildade e confiança. Neste sentido,

23 Conforme já exposto no item anterior, a crítica sobre a Educação Bancária é aquela em que reproduz a relação opressor-oprimido na relação educador-educando, em que o primeiro detém o conhecimento e o deposita no aluno, considerado vazio de saberes (FREIRE, 2011a).

Inserir-se em uma prática social e construir um processo de pesquisa junto com os grupos populares significa que esta inserção não é um momento técnico, um simples procedimento. Inserir-se é dialogar, vivenciar, conviver, compartilhar momentos felizes, tristes, angustiantes, esperançosos (OLIVEIRA *et al.*, 2014b, p. 129).

Dialogar também implica em conviver com o outro e em saber ouvi-lo. “A convivência não se configura como uma etapa do processo de pesquisa, mas, sim, como o próprio processo de pesquisa” (OLIVEIRA *et al.*, 2014b, p. 134). Salienta-se a disposição do/a educador/a-pesquisador/a em deixar-se educar pelas situações e pela prática em uma realidade social.

Além da disposição em conviver, dialogar, estar, aprender com os participantes da pesquisa, Brandão (1981; 1984) atenta para a importância do envolvimento pessoal e comprometimento do/a pesquisador/a com os homens e mulheres que ele/a investiga. “Em boa medida, a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca *na* pesquisa e *através* dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o *outro* que investiga” (p. 8). Por isso, é necessário que sua inserção na prática social seja cuidadosa, respeitosa, partilhada e participativa.

Essa inserção deve se dar na tentativa de assumir o lugar de um integrante, procurando olhar, identificar e compreender os processos educativos que se encontram naquela prática social. Isto só é possível quando somos acolhidos, nos dispomos a ser acolhidos e a acolher. Participar com a intenção de compreender, não para julgar. Esta inserção é insuficiente se ficar apenas no olhar e não houver participação ou se ficar apenas na procura de resultados, sem se perguntar sobre o processo (OLIVEIRA *et al.*, 2014a, p. 39-40).

Partindo dos pressupostos apresentados, realizamos uma pesquisa de cunho *qualitativo*, a fim de compreender e analisar os processos educativos decorrentes da prática social da gestão da renda familiar por mulheres beneficiárias do PBF moradoras de um assentamento rural. A escolha pela metodologia de natureza qualitativa deveu-se por “(...) ela trabalhar com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes” (MINAYO, 2015, p.21), servindo para problematizar como a realidade social e as práticas vivenciadas são construídas a partir do pensar sobre o agir e a interpretação sobre esta própria realidade.

A metodologia utilizada baseou-se na observação participante, em que o intuito é a construção de conhecimento gerado pela própria experiência de interação entre as mulheres moradoras do Assentamento e a pesquisadora. Brandão (1984) defende que, na observação participante, o pesquisador se insere na vida e na cultura que investiga. “Quando o outro se transforma em uma convivência, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua vida, de sua cultura. Quando o outro me transforma em compromisso, a relação obriga a que o pesquisador participe de sua história” (BRANDÃO, 1984, p. 12).

O procedimento para coleta de dados escolhido foi a realização de duas entrevistas reflexivas semiestruturadas com cada uma das 6 (seis) mulheres participantes da pesquisa, com registro em gravações de áudio (Apêndices 1 e 2). A primeira foi realizada no primeiro semestre de 2018, entre os meses de abril e maio. Na segunda entrevista, realizamos a reflexão da primeira, ou seja, fizemos a leitura e entendimento conjunto sobre as respostas anteriores (SZYMANSKI, 2002). As entrevistas reflexivas ocorreram no primeiro semestre de 2019, entre os meses de março e junho.

Sobre a utilização de entrevistas como fonte de coleta de dados, Bosi (2003) ressalta a formação e a preparação do/a pesquisador/a para a realização destas entrevistas, no sentido de não preencher lacunas ou realizar interpretações da escuta quando a narrativa apresentada é hesitante e cheia de silêncios, promovendo escutas cautelosas para plena compreensão dos discursos proferidos pelos/as participantes da pesquisa. Se colocar no lugar do outro, aproximar-se e afastar-se em um processo de estranhamento.

Deste modo, a escolha por realizar entrevistas semiestruturadas se deu visto que o grau de estruturação da entrevista deve manter-se coerente com a natureza da pesquisa realizada e permitir compreender o discurso próprio das mulheres entrevistadas, sem que a entrevistadora controle o conteúdo do diálogo de modo rígido. Já a preferência por realizar entrevistas *reflexivas* considerou que o retorno e reflexão das perguntas da entrevista pode gerar a construção de narrativa particularizada, em que os significados são construídos na interação Pesquisadora-Entrevistada: “Reflexividade tem aqui também o sentido de refletir a fala de quem foi entrevistado, expressando a compreensão da mesma pelo entrevistador e submeter tal compreensão ao próprio entrevistado, que é uma forma de aprimorar a fidedignidade” (SZYMANSKI, 2002, p. 15).

A entrevista reflexiva permite que, no processo de retorno da entrevista e de

problematização conjunta entre a pesquisadora e a participante, gere um processo de ação-reflexão transformador de olhares e pensamentos de ambas. Assim, como defende Freire (2011a), neste caminhar reflexivo existe transformação da pesquisadora e da participante, nas práticas e no pensamento. O retorno da entrevista, de forma reflexiva e também o compartilhamento dos dados, cumpre o papel ético do/a pesquisador/a com os/as participantes da pesquisa, para que este possa modificar, explicar ou mesmo discordar da interpretação do/a pesquisador/a sobre a sua própria fala. Ao apresentarmos os trechos das entrevistas ao longo da tese, tratar-se-á da primeira entrevista quando apenas o nome da participante for indicado; e da segunda entrevista, quando, ao lado, estiver indicado “entrevista reflexiva”. Um exemplo de entrevista foi apresentado no Apêndice 3.

Outro instrumento de obtenção de dados utilizado na pesquisa foi o diário de campo, que registram o que o/a pesquisador/a vivencia durante a pesquisa, inclusive sobre suas reflexões sobre os dados que ali foram recolhidos (BOGDAN; BIKLEN, 1994). Um exemplo de diário de campo foi inserido no Apêndice 4.

Durante o processo de campo, realizamos a amostragem da pesquisa em Bola de Neve, metodologia que utiliza cadeia de referências pessoais dos participantes e informantes-chaves, também chamados de “sementes”, para a indicação de possíveis pessoas participantes da pesquisa (VINUTO, 2014). Esta forma de indicação é vantajosa para pesquisas em que a população-alvo é difícil de alcançar.

Em suma, a amostragem em bola de neve mostra-se como um processo de permanente coleta de informações, que procura tirar proveito das redes sociais dos entrevistados identificados para fornecer ao pesquisador com um conjunto cada vez maior de contatos potenciais, sendo que o processo pode ser finalizado a partir do critério de ponto de saturação (VINUTO, 2014, p. 204).

Por ponto de saturação, Vinuto (2014) salienta que o/a pesquisador/a deve estar atendo às minúcias e sutileza da pesquisa, compreendendo que as novas entrevistas não apresentam visões distintas sobre determinado tema.

O procedimento qualitativo adotado para interpretação dos dados fundamentou-se na *análise de conteúdo* proposta por Bardin (2009), a qual divide a análise em três etapas: 1) pré-análise; 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (BARDIN, 2009, p. 121). Durante o processo de pré-análise, realizamos a leitura flutuante e

levantamento de documentos. Nesta etapa também foi realizada uma revisão da transcrição das entrevistas de modo a trocar todos os nomes que pudessem identificar as participantes por nomes fictícios. Durante o tratamento e exploração do material, realizamos a aproximação e contraposição de trechos das entrevistas em uma tabela, de forma a destacar e agrupar assuntos trazidos pelas participantes (Apêndice 5). Na primeira coluna, colocamos o assunto mais geral; na segunda coluna, colocamos as frases com aproximação de outros assuntos secundários, os conjuntos categoriais (BARDIN, 2009); na terceira coluna, descrevemos observações sobre as falas, e, por fim, na quarta coluna, inserimos as falas da entrevista reflexiva, observando as mudanças, manutenções e aprofundamentos realizados sobre as falas da primeira entrevista.

Na terceira e última etapa do processo de análise, ao realizar o tratamento do material, a codificação das entrevistas foi efetuada, o que corresponde no recorte de Unidades de Registro e Contexto. No nosso caso, essa unidade foi organizada em Categorias Temáticas, “(...) núcleos de sentido que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objectivo analítico escolhido” (BARDIN, 2009; p. 131). Neste processo de análise, emergiram três categorias temáticas que apresentaremos na parte III do presente trabalho: *“Tem que fazer virar!”: a mulher na gestão do dinheiro*, *“Roça é tudo pra mim”*: a mulher na gestão da terra e *“Eu quero saber se eu tenho direito”*: a mulher em luta pelo acesso aos Direitos Sociais. A seguir, situaremos o processo de constituição do Projeto de Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, delineando o caminho de busca por documentos e dados para iniciar as atividades de campo e a forma de aproximação com as mulheres assentadas, realizando por fim a apresentação de cada uma das colaboradoras da pesquisa.

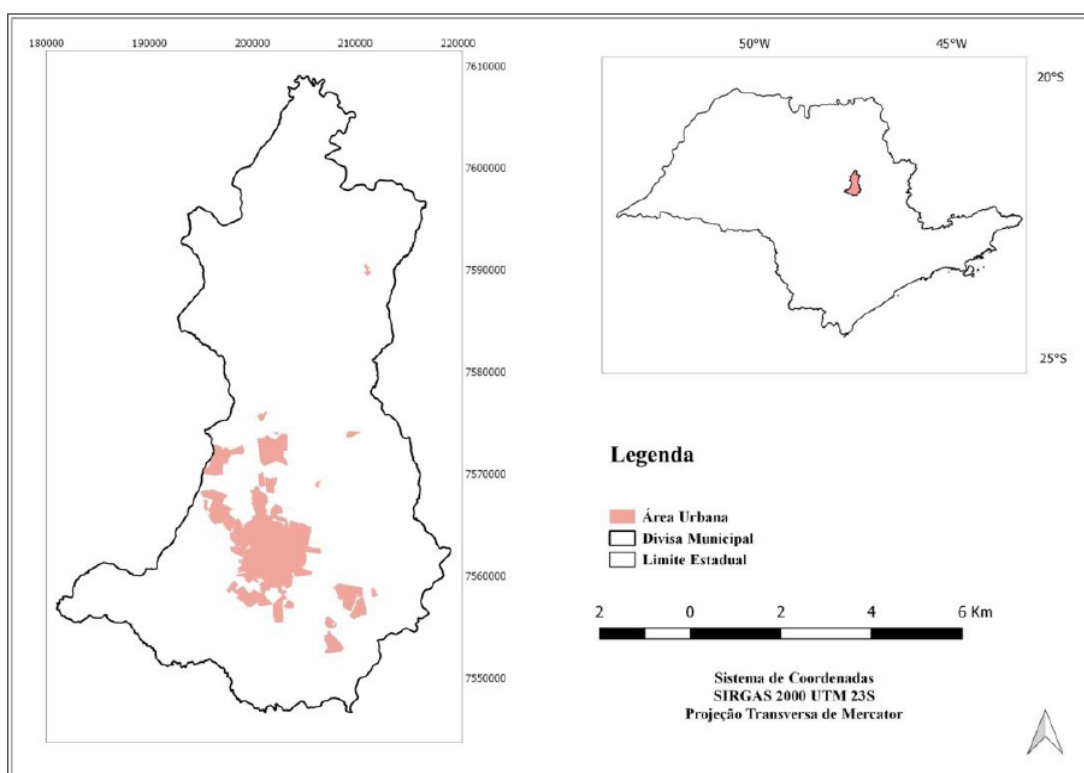
São Carlos e o Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos

A cidade de São Carlos teve seu nascimento e desenvolvimento baseado na economia cafeeira, tendo o café como principal produto até 1965 e após este período se consolidou como a terceira maior bacia leiteira do estado (TRUZZI, 2007). No entanto, desde 1940 o papel da agricultura na economia da cidade foi se reduzindo, tendo a indústria e serviços como setores econômicos crescentes. Na década de 1950, a cidade recebeu a Escola de

Engenharia de São Carlos, vinculada à Universidade de São Paulo (USP), e, na década de 1970, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), as quais cumpriram papel de relevância na formação técnica para os setores industriais e de serviços, local e regional.

Segundo dados do censo de 2010 (IBGE), a cidade possui uma população total de 221.950 pessoas, sendo destas, 213.061 na área urbana e 8.889 na área rural. Em termos econômicos, os percentuais do PIB no ano de 2017 por setor foram: agricultura com 1,6%, indústria com 32,9%, serviços com 54,9%, e administração pública, serviços de educação e saúde, e seguridade social com 10,6% (IBGE). Apesar do menor papel econômico, vale ressaltar que a cidade possui 1.136,907 km², e tem uma área urbana de apenas 102,70 km² (STANGANINI, LOLLO, 2018). Isto significa que a maior parte do território de São Carlos é de área rural, como podemos ver pelo mapa abaixo.

Figura 2 – Mapa área urbana e rural - São Carlos - SP



Elaboração: Stanganini; Lollo, 2018.

A maior parte das áreas cultivadas de produção temporária é destinada à produção de

cana-de-açúcar, principalmente em estabelecimentos que concentram grandes proporções de terras, segundo Censo Agropecuário de 2017 (IBGE). Outros setores que se destacam são o de produção de gado leiteiro e de frango.

O Projeto de Assentamento (PA) Comunidade Agrária Nova São Carlos foi constituído em agosto de 2009, possuindo 84 famílias assentadas, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)²⁴. O Assentamento foi a segunda iniciativa desta natureza da cidade de São Carlos²⁵, estando localizado em na área do antigo Horto Florestal do município (onde antes havia plantação de eucalipto) e próximo ao Distrito Industrial, aos bairros da área sul de São Carlos, sendo dividido pela estrada Municipal Domingos Innocentini (BERNARDINO, 2013).

Figura 3 - Mapa do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos



Elaboração: Ferreira (2014)

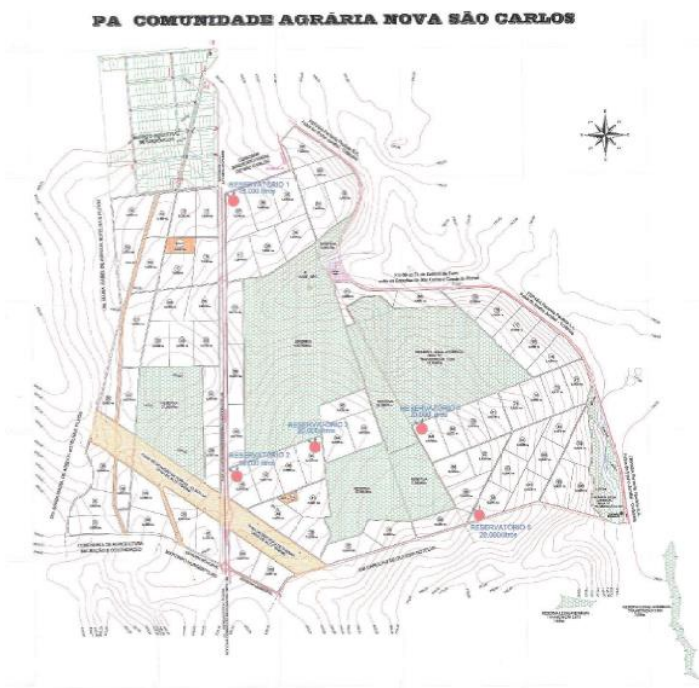
De acordo com Ferreira (2014), o terreno onde se localiza o assentamento, denominado Horto Florestal de São Carlos, era inicialmente propriedade da antiga empresa

24 http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/rela-o-de-benefici-rios-rb-da-reforma-agr-ria/sr-08_sp_0.pdf

25 O primeiro foi o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Santa Helena, que conta com 14 famílias e foi criado em 2006. Sobre a história do PDS Santa Helena, ver Mateus, 2016 e Tafuri, 2019.

Ferrovia Paulista S.A. (FEPASA), a qual de 1986 a 1998 arrendou a terra para produção de eucalipto para a empresa Ripasa Papel e Celulose. No ano de 1998, com a incorporação da FEPASA à empresa estatal Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), manteve-se o contrato de arrendamento com a Ripasa até 2004. Entre 2004 e 2007 a RFFSA firmou contrato com o Consorcio Paulista de Papel e Celulose (CONPACEL), empresa criada a partir da compra da Ripasa. Em 2007, a RFFSA é privatizada, sendo que seus bens passaram para a Secretaria de Patrimônio da União (SPU). A SPU manteve o contrato de arrendamento com a CONPACEL até 2010 (FERREIRA, 2014).

Figura 4 - Mapa do Assentamento com divisão dos lotes e área de proteção permanente



Fonte: Carvalho, 2016, Elaboração: INCRA

O Acampamento de trabalhadores sem terra que desdobraria na criação do PA Nova São Carlos começou em meados de 2008 em torno de uma das estruturas construídas no terreno, a despeito da existência anterior de outras tentativas frustradas de ocupação, ocasiões em que o terreno havia sido reintegrado pela justiça. Em junho de 2009, o INCRA entrou com o pedido para utilização do Horto para fins de reforma agrária (FERREIRA, 2014). Em

novembro deste ano mesmo ano, a CONPACEL desocupou uma parte do terreno, cerca de 106 hectares²⁶. A segunda parte, de 1050 hectares, foi liberada em julho de 2010, com a colheita dos eucaliptos que restaram. Entre 2009 e 2010, o acampamento mudou de lugar algumas vezes. Em meados de 2009, saiu a certidão de posse das 84 famílias pelo INCRA, mas a divisão dos lotes para todos saiu apenas em 2010, depois da divisão e topografia dos lotes.

Durante o processo de acampamento, lideranças da Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo (FERAESP) colaboraram na mobilização e organização deste, bem como com a intermediação da relação dos acampados com o INCRA. Houve o cadastramento das famílias interessadas por parte do INCRA e a oferta de cestas básicas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), enquanto o processo de assentamento não era finalizado. As participantes da pesquisa contam que, no início, eles dividiam o valor do combustível do caminhão para buscar as cestas na CONAB. Após a cessão da terra, o INCRA ofereceu o apoio e assessoria técnica para as famílias, ainda que de forma insuficiente.

Após a fixar-se nos lotes, as famílias tiveram novos desafios. O INCRA entregou o assentamento com 5 poços artesianos construídos, sem, no entanto, instalar a rede de distribuição de água para as famílias. Alguns assentados conseguiram se organizar para usar os poços localizados próximos de suas casas, dividindo a conta de luz gerada pela utilização da bomba elétrica que distribui a água. No entanto, muitos assentados não conseguem utilizar o poço coletivo. Alguns conseguiram fazer o seu próprio poço, mas a maioria depende de receber água por caminhão-pipa a cada 15 dias ou uma vez ao mês pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos (SAAE – São Carlos). A **questão da água** impede que muitos assentados consigam realizar atividades agrícolas que dependam de irrigação em seus lotes.

Atualmente, existem projetos para resolver a questão da distribuição da água²⁷ no Assentamento, no entanto, os dados de pesquisa amostral realizada entre 2014 e 2015 mostram que cerca de 42% dos assentados se dedicam em atividades ligada ao meio rural (não necessariamente no seu lote) e que 59% dos assentados consideram sua renda familiar

26 Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sp-incra-inicia-assentamento-no-horto-florestal-sao-carlos> Acesso em: 06 out. 2018.

27 Segundo notícia de 2017, o INCRA destinaria recursos para a Prefeitura municipal fazer a obra de distribuição de água no Assentamento. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2017/171160-incra-vai-liberar-recursos-para-instalacao-de-rede-de-distribuicao-de-agua-no-assentamento-nova-sao-carlos-.html> Acesso em: 10 out. 2019.

insuficiente para sobreviver (VARISON, TAVER, 2017). A cidade, que é considerada e possui o título de capital da tecnologia²⁸ por possuir duas universidades de ponta e maior número de doutor por habitante²⁹, possui áreas e bolsões de pobreza, bem como moradores sem acesso a itens básicos, como à água!

Processo de aproximação e apresentação das participantes da pesquisa

A aprovação da pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) se deu no dia 21 de fevereiro de 2018, com o parecer número 2.504.205 (Anexo 1). Após permissão para o início da pesquisa, buscamos as possibilidades de chegar até as mulheres participantes. Primeiramente, definimos os critérios de participação na pesquisa: ser mulher; ser assentada do Projeto Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos ou do Assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena (ambos em São Carlos/SP); ter recebido o benefício do Bolsa Família no mês de referência de janeiro de 2018.

Buscamos a lista das beneficiárias moradoras dos Assentamentos por meio de ofício entregue na Secretaria Municipal de Assistência Social, pedindo o acesso aos dados do Cadastro Único (CADÚNICO). A Secretária Municipal respondeu apresentando os procedimentos metodológicos padrão que o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)³⁰ solicita para pesquisas sobre o Bolsa Família e CADÚNICO. Percebemos que o processo de solicitação dos dados iria para o governo federal e ficamos com receio de atrasar a realização da atividade de campo, por isso, buscamos outra alternativa. Por meio de acesso ao site Portal da Transparência³¹, pegamos a lista de beneficiários do Programa Bolsa Família em São Carlos, com o mês de janeiro de 2018 como referência. Também pelo site do INCRA é possível ter a relação dos assentados de cada localidade. Realizamos o cruzamento das duas

28 A cidade recebeu o título de Capital Nacional da Tecnologia pela lei nº 12.504, de 11 de outubro de 2011, assinada pela presidente Dilma Rousseff. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-2014/2011/Lei/L12504.htm Acesso em: 16 dez. 2019.

29 Segundo pesquisa do Instituto de Química da USP São Carlos. Disponível em: <http://www5.iqsc.usp.br/2019/a-cada-100-habitantes-de-sao-carlos-pelo-menos-um-tem-doutorado> Acesso em 16 dez. 2019.

30 Brasil, 2018a.

31 <http://www.portaltransparencia.gov.br/>

listas e chegamos na lista de beneficiários. Nesta seleção inicial, vimos que havia muito mais beneficiárias do Programa Bolsa Família no Assentamento Nova São Carlos – 34 pessoas no total, sendo 31 mulheres e 3 homens – do que no Assentamento Santa Helena – 5 mulheres. Apesar de já ter inserção consolidada neste último assentamento decorrente de assessoria na gestão e comercialização das cestas de produtos orgânicos de 6 agricultores e agricultoras, a quantidade maior de beneficiárias nos levaram a escolher apenas o Assentamento Nova São Carlos como local de pesquisa.

Após a aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa, pensamos na possibilidade de aproximação com as mulheres assentadas por meio da Associação do Projeto de Assentamento da Comunidade Nova São Carlos (ACASCAR), porém as reuniões da Associação não estavam acontecendo. Como eu já conhecia Isabel³² por conta de atividade prática realizada em uma feira que acontecia em 2016, no bairro Cidade Aracy, em São Carlos/SP, busquei sua ajuda para encontrar possíveis participantes da pesquisa. Ela me recebeu com muito carinho e alegria. Expliquei sobre a pesquisa e ela disse que conversaria com algumas mulheres para ver quem gostaria de participar.

Isabel tem 50 anos, se autodeclarou negra e nasceu no município de Ortigueira, no Paraná. Morou em sítio até seus 18 anos, mudando-se então para a cidade de São Carlos/SP. Possui 7 irmãs, que vieram antes da chegada de seus pais na cidade. Em São Carlos, trabalhou em sítio, granja, foi caseira e também trabalhou em uma cooperativa de reciclagem. Casou-se aos 24 anos e tem uma filha de 22 anos. Construíram uma casa em um bairro de periferia da cidade, localizado perto do assentamento. Na época de acampamento, tanto ela como seu marido possuíam trabalho com carteira assinada. Eles se revezavam para ficar no barraco do acampamento até sair a terra, para então se demitirem do trabalho. Isabel mora em uma casa de alvenaria que construiu com crédito Habitacional Rural fornecido pelo INCRA, mas passa o dia no que chama de “seu barraco”, sua antiga casa de madeira onde tem um fogão a lenha e uma sala com TV. Também tem sistema de tratamento de água negra construído por projetos sociais. Por conta da hidroponia, ela tem seu poço próprio. Em seu lote tem, além da plantação hidropônica, pasto com algumas vacas, galinheiro, chiqueiro, um mangueiral e um jardim com árvores frutíferas e flores.

32 Os nomes das participantes da pesquisa foram trocados para garantir o sigilo, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 6).

Em uma segunda visita à Isabel, de posse da lista das beneficiárias (sendo ela mesma uma delas), conversamos sobre as possibilidades de contato com as outras mulheres. Ela se ofereceu para ir comigo em alguns lotes para conversar pessoalmente com algumas delas. Foi assim que conheci dona Aurora e Rosa, as quais aceitaram prontamente participar da pesquisa.

Rosa tem 39 anos, se autodeclarou parda, nasceu e cresceu em uma fazenda em São Carlos, onde seus pais trabalhavam. Sua mãe faleceu quando era criança e seu pai, igualmente, quando tinha 12 anos de idade. Saiu da fazenda casada com o atual marido, indo morar na periferia da cidade, perto do assentamento. Teve 4 filhos: três meninas (respectivamente com 13, 8 e 2 anos) e um menino de 10 anos. Trabalhou em cooperativa de reciclagem, com poda de árvores e com material de fábricas de fundição. Veio para o acampamento com seus dois primeiros filhos. Passou por um longo processo de tratamento da doença do filho. No início, antes de fazer a entrevista, ela disse que estava com o benefício do Programa Bolsa Família bloqueado, que estava se separando do marido e que iria se mudar do assentamento, causa pela qual não poderia dar a entrevista. Conversamos sobre esses momentos difíceis e depois de um tempo de conversa ela acabou decidindo dar a entrevista. Rosa mora em uma casa de alvenaria e possui em seu lote poço próprio, estufa, tanque de peixe, galinheiro, pasto, chiqueiro, árvores frutíferas e flores.

Aurora tem 47 anos, se autodeclarou branca, nasceu no Paraná e veio para São Carlos/SP com 17 anos, já casada com seu marido, que hoje tem 50 anos. Eles trabalharam com colheita de laranja e, depois que ele arrumou outro trabalho, ela foi trabalhar de babá. Moraram os dois na periferia da cidade, região próxima da onde está o assentamento, onde compraram um terreno e construíram uma casa. Ela teve 3 filhos, o mais velho de 26 anos, a filha de 24 anos e o filho mais novo de 17 anos. Antes de vir para o assentamento, o marido obteve afastamento por doença. Ela não trabalhava nesse período e decidiu voltar a trabalhar, sendo cozinheira de uma empresa multinacional. Quando surgiu o acampamento, o marido quis ir, mas ela não queria. Ela conta que foi um “pé de guerra” entre os dois, mas que quando saiu a terra ela pediu demissão do trabalho e foi para o assentamento. Hoje, Dona Aurora mora em uma casa de alvenaria e possui o próprio poço. No momento da entrevista, os filhos mais velho e mais novo moravam com ela, mas segundo Dona Aurora, apenas o mais novo tem interesse em continuar na terra. Seu lote tem um chiqueiro, pasto, galinheiro, uma horta atrás da casa, mangueiral, bananal, além de outras árvores frutíferas.

Também por meio destas visitas que conheci a mãe de Carolina, que me passou o telefone de sua filha e da vizinha, Sheila. Ela também me indicou onde ficava o lote de Sheila e Carolina, mas avisou que elas não se encontravam em casa naquele momento. Em visita posterior, passei na casa de Sheila e esta aceitou participar da pesquisa. Logo em seguida, fui ao lote de Carolina, mas não a encontrei. Falamos-nos posteriormente por telefone e ela também aceitou participar da pesquisa, indicando uma data para a entrevista.

Sheila tem 40 anos, se autodeclarou parda e nasceu em São Carlos. Quando era pequena, morou em instituição filantrópica até os 14 anos. Voltou a morar com a mãe, que morava em bairro da zona sul de São Carlos, região perto do assentamento. Ela é chefe de família e a responsável pelas contas da casa. Sheila tem 4 filhos e os três filhos mais novos moram com ela, um moço de 19 anos, uma menina de 15 anos e um menino de aproximadamente 8 anos. Reside em um barraco de madeira e não tem poço próprio, tendo em seu lote árvores frutíferas plantadas próximo da casa, um pequeno galinheiro, a obra de sua casa de alvenaria em andamento e uma grande área de pasto.

Carolina tem 32 anos, se autodeclarou branca, nasceu em São Carlos/SP e passou parte da sua infância em Minas Gerais, vivendo em fazenda e sítio. Irmã mais velha dos cinco filhos, quando adolescente cuidou dos mais novos enquanto sua mãe trabalhava: levava os irmãos na escola, limpava a casa e fazia comida. Voltou para São Carlos com 15 anos, indo morar com o avô em bairro da periferia de São Carlos, próximo ao assentamento. Trabalhou de faxineira, de babá e de cuidadora de idosos. Casou-se e parou então de trabalhar. Tem dois filhos, um de 14 e outro de 11 anos. Ela veio com o marido no começo do acampamento, em 2008. Carolina mora em uma casa de alvenaria e ao seu lado moram sua mãe e sua sogra. Apesar de o poço comunitário estar próximo ao seu lote, ele está desligado, por isso depende da água do caminhão-pipa do SAAE. A maior parte do seu lote é constituída por pasto.

Por fim, já conhecendo o marido de Margarida, que fez alguns trabalhos na área da construção civil na comunidade em que moro, combinei com ela um dia em que poderia visitá-la. Margarida me recebeu com um café, um bolo e um sorriso no rosto. Conversamos ao lado do fogão a lenha, e de seus filhos, que ouviram com curiosidade o que a visitante queria. Ela me apresentou seu lote e marcamos um dia para nossa entrevista.

Margarida tem 49 anos, se autodeclarou branca, nasceu em São Carlos e cresceu em cidade vizinha, morando no sítio com seu pai e sua mãe. Seu pai trabalhava de motorista de

cana-de-açúcar para uma usina. Saiu do sítio casada, aos quinze anos de idade. Teve dois filhos do seu primeiro casamento, um que faleceu aos 14 anos, devido a um câncer, e outro que hoje tem 31 anos. Foi técnica em enfermagem em Hospital, Asilo e de forma particular. Depois se casou com seu segundo marido e voltou a morar na região de São Carlos. Teve mais dois filhos, uma menina de 10 e um menino de 9 anos. Veio para o acampamento grávida do menino e com a filha pequena, em novembro de 2008. Ela mora em dois barracos de madeira: um, que tem a cozinha com fogão a lenha e o quarto das crianças, e outro, que é o seu quarto e que abriga o banheiro com água. Entre os dois barracos, fica um galpão, obra da sua casa iniciada em parceria com projeto de extensão universitário, mas que atualmente está parada. Seu lote tem galinheiro, tanques de peixe e plantio de árvores em Sistema de Agroflorestal (SAF). Possui banheiro seco e fossa de tratamento das águas negras do banheiro, ambos construídos com parceria com a Universidade e projetos de Organizações Não-Governamentais. Ela não possui poço próprio e depende do abastecimento de água do SAAE.

-

Parte II – Pobreza, Bolsa Família e a mulher do campo

“Hoje vivemos no meio desse naufrágio. Vivemos no caos, na incerteza de que será possível construir e manter uma comunidade. (...) Nos ensinam a crer que a dominação é “natural”, que os fortes e poderosos têm o direito de governar os fracos e impotentes” bell hooks (2017, p. 43).

Capítulo 1 – Pobreza

A pobreza dos dias presentes possui características diferentes da pobreza manifestada no passado, o que pode ser demonstrado tanto pelos dados como pela mudança no debate sobre a temática no meio acadêmico e no âmbito da formulação de políticas públicas, a partir do final do século XX. O que antes era visto como consequência, desajuste ou deficiência do sistema econômico e social, passou a ser visto como um problema focalizado a ser gerido por meio de ações e políticas isoladas e pontuais.

Neste capítulo apresentaremos os conceitos e algumas correntes de pensamento sobre a pobreza, o que dizem os estudos recentes, quais são as formas de medi-la, as políticas sociais que atuam sobre ela, seus efeitos, incluindo, ao final, uma apresentação e discussão sobre o Programa Bolsa Família.

Interpretações sobre a pobreza

As diversas interpretações sobre as causas da pobreza colaboram para compreender e construir políticas que a combatam. O fenômeno da pobreza pode ser observado em nossa história desde tempos remotos, se considerarmos a existência de sistemas que possuem a concentração de riqueza e a exploração do trabalho de parcelas da população em regimes de escravidão e servidão. Segundo a visão marxista, a pobreza no capitalismo é uma consequência do regime de exploração de classes e compõe sua própria lógica de funcionamento, implicando na impossibilidade de se erradicar a pobreza a partir de reformas realizadas no interior de tal sistema econômico (BÚRIGO, 2010). Para Marx³³, o capitalismo é um regime de produção em que uma minoria detém os meios de produção e explora o trabalho de uma grande maioria, que produz valor a partir da sua força de trabalho. Neste sistema econômico, a existência de oprimidos e opressores é intrínseca ao seu funcionamento, em uma relação dialética em que um só existe enquanto o outro existe:

33 Karl Marx foi um pensador alemão que viveu de 1818 a 1883.

Embora ela não seja tratada como uma categoria analítica específica, ou como problema social concreto pela matriz marxiana, é tangenciada e pode ser explicada, nas suas determinações, pela categoria classes sociais e, mais especificamente, pelas categorias exército industrial de reserva, Lumpen proletariado, exploração e desigualdade social.

O pressuposto básico é de que a exploração é intrínseca à constituição do sistema de produção capitalista que se funda na separação do trabalhador dos meios de produção, levando à concentração da propriedade nas mãos de poucos - os capitalistas (SILVA, 2002, p.77).

Para esta corrente de pensamento, as determinações da pobreza remetem às questões estruturais em nossa sociedade, sendo passível de transformação apenas com a mudança da própria estrutura que causa a desigualdade, visto que, como afirma Singer (2000), pessoas pobres vão sempre acumular “derrotas” e pessoas ricas vão sempre acumular “vitórias” dentro do sistema capitalista. A dinâmica de funcionamento do capitalismo produz o que Marx (2002) denomina de exército industrial de reserva (superpopulação relativa), ou seja, uma massa de pessoas desempregadas à espera de um emprego ou subemprego que propicia fácil substituição do trabalhador, forçando o nível dos salários para baixo. A superpopulação relativa é composta por diversos estratos de trabalhadores, sendo “o mais profundo sedimento” (MARX, 2002, p. 747) o pauperismo, em que se enquadram as pessoas inaptas para o trabalho, indigentes e incapazes, os quais não serão inseridos de forma alguma no mundo do trabalho.

Segundo Maria Ozanira da Silva e Silva (2002), o marxismo realiza uma abordagem estruturalista sobre a pobreza, diferenciando-se de outras três abordagens apresentadas pela autora: a visão culturalista, a visão liberal/neoliberal e a abordagem multidimensional e relativa. As abordagens culturalistas, ao contrário da visão estruturalista, “(...) focalizam os pobres ressaltando-lhes os comportamentos e valores, transformando a pobreza num mundo fechado, auto-reduzido” (SILVA, 2002). A pobreza é passada de geração em geração e reproduzida em comportamentos baseados em uma cultura da pobreza.

Na abordagem liberal clássica, baseada na defesa do livre mercado e do Estado Mínimo, a visão de pobreza é pautada pela ideia de que esta é de responsabilidade do indivíduo empobrecido, sendo que qualquer atitude do Estado no sentido de realizar políticas de Assistência Social, desestimula a ação dos indivíduos na persecução de seus objetivos (MOUNTIAN, 2018). Conforme já apresentado, Malthus foi um dos autores que representou

e influenciou esta interpretação liberal sobre pobreza (CORAZZA, 2005).

Representante da escola Neoclássica do pensamento econômico, Marshall³⁴ afirma que a causa da pobreza advém da diferença de qualificação entre os sujeitos dentro do jogo concorrencial posto pelas exigências do mercado. Com a melhoria de sua qualificação profissional, proporcionada tanto por estímulo individual como pelas instituições de ensino que atendem a classe trabalhadora, a pessoa empobrecida poderá romper com a situação de miséria (MOUNTIAN, 2018). Na vertente de pensamento Neoliberal, já nos anos 1970, Friedman³⁵ coloca a questão da liberdade individual no centro do debate econômico, defendendo que as intervenções estatais ferem a liberdade das pessoas e desestimulam a livre competição.

Nesse sentido, os programas sociais, enquanto provisão de renda, bens e serviços, representam uma intervenção que ameaça os interesses e liberdades individuais, sendo uma coerção à liberdade de escolha, além do que o Welfare State é apontado como responsável pela crise econômica, ao provocar a elevação crescente do déficit público, acompanhado de inflação e de redução da poupança privada. Ademais, o Welfare State é também visto por Friedman como provocador de desestímulo ao trabalho e à concorrência, com conseqüente diminuição da produtividade (SILVA, 2002, p. 81).

Hayek³⁶ defende que em uma economia de mercado existirão indivíduos que terão sucesso e outros não. Compreende que, nestes casos, o Estado deve pagar um valor mínimo para suprir a sobrevivência dos pobres (MOUNTIAN, 2018). Na interpretação e abordagem liberal e neoliberal, é apresentada uma visão moral sobre pobreza, em que, ao identificar a causa da pobreza no indivíduo, o culpabiliza sobre sua própria situação:

(...) a expropriação, a exploração e a opressão social não existem, sendo a exclusão (diga-se pobreza) explicada por motivos pessoais: inabilidade, falta de sorte, preguiça, ou seja: a destituição é considerada como voluntária e determinada pela incapacidade de os indivíduos competirem no jogo do livre mercado. Por conseguinte, as desigualdades sociais e a pobreza só serão superadas, a longo prazo, com o progresso social, percebido como mera decorrência do crescimento econômico, sendo admitido apenas o desenvolvimento de políticas focalizadas para minorar a extrema pobreza ou pobreza absoluta (SILVA, 2002, p. 81).

Por fim, Silva (2002) apresenta a abordagem que entende a pobreza como um

34 Alfred Marshall foi um economista inglês que viveu de 1842 a 1924.

35 Milton Friedman foi um economista e estatístico norte-americano que viveu de 1912 a 2006.

36 Friedrich Hayek foi um economista e filósofo austríaco que viveu de 1899 a 1992.

fenômeno multidimensional e relativo. A complexidade que envolve o fenômeno da pobreza implicaria em compreendê-la de forma ampla, “como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada” (ROCHA, 2006, p.9). Nesta abordagem, determinadas tipologias são desenvolvidas para tratar da temática, sendo elas:

- a) A que promove a diferenciação entre pobreza absoluta e relativa. Pobreza absoluta é quando as necessidades de alimentação e de sobrevivência não estão atendidas, sendo a pobreza relativa associada ao conjunto de necessidades consideradas mínimas em uma sociedade dependendo do estilo de vida e da cultura de cada país (ROCHA, 2006).
- b) A que realiza a distinção entre pobreza objetiva e subjetiva, colocando em tensão os fatores materiais *versus* fatores de como a pessoa vê sua própria condição.
- c) Aquela que distingue a pobreza estrutural da conjuntural, em que a pobreza persiste por anos ou é decorrente de uma conjuntura ou circunstância.
- d) A que diferencia a pobreza tradicional e a nova pobreza, em que a primeira vem de uma pobreza que continua por gerações, e a *nova pobreza* vem de uma conjuntura do mundo do trabalho em que profissões que antes não se situavam na linha da pobreza, passam a se situar. São pessoas inseridas em trabalhos precários, que não possuem acesso à seguridade social, entre outros (SILVA, 2002).

Formas de mensuração da pobreza

Outro aspecto a se destacar é a forma como os governos, estudiosos sobre o tema e organismos multilaterais utilizam os parâmetros para medição da pobreza, geralmente associados à medição da renda:

Nas economias modernas e monetizadas, onde parcela ponderável das necessidades das pessoas é atendida através de trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento às necessidades seja operacionalizada de forma indireta, via renda. Trata-se de estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias de uma pessoa de uma determinada população. Quando se trata especificamente das necessidades nutricionais, esse valor é denominado linha de indigência, ou de pobreza extrema, em referência ao caráter essencial das necessidades alimentares. Quando se refere ao conjunto mais amplo de necessidades, trata-se da chamada linha de pobreza (ROCHA, 2006, p. 12).

Ainda que a renda não devesse ser o único fator a ser analisado nos estudos sobre pobreza, ela continua sendo central em diversas pesquisas sobre o tema. Como a renda das pessoas empobrecidas advém basicamente da renda do trabalho, a questão da pobreza torna-se sensível a qualquer mudança no mercado de trabalho e no contexto econômico: se há crise econômica, a pobreza se amplia; se há crescimento, ela se reduz. Isto se dá devido à dinâmica do mercado de trabalho no capitalismo, que pode ampliar ou reduzir o exército industrial de reserva. Tal dinâmica também inclui a ampliação ou redução da população inativa (mudando leis de idade mínima e máxima para o trabalho, por exemplo), de acordo com o contexto econômico e necessidade de ampliação das taxas de lucro.

Segundo Rocha (2006), a argumentação para adoção do fator renda como o principal indicador de medição da pobreza é a sua correlação com outros dados que avaliam a situação e as condições de bem-estar da população. No entanto, a autora defende que outros índices devem ser levados em conta na análise temática. Uma das formas por ela apontada seria por meio da avaliação das *Basic Needs*, constituídas pelas necessidades básicas atendidas pela renda, como a alimentação, como saúde, educação, saneamento, moradia, entre outros. “A ótica das *basic needs* dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências” (ROCHA, 2006, p. 20).

Rego e Pinzani (2013a, 2013b) também defendem que é necessário avaliar a pobreza para além do critério da renda, pois não é possível perceber toda a complexidade que envolve a temática apenas a partir da dimensão financeira. Um bom nível de bem-estar pessoal pode estar associado, por exemplo, a um estado mais ou menos atuante nas áreas de interesse social (saúde, educação, lazer e cultura), o que se associará de formas distintas com os níveis de renda auferidos pelas famílias em contextos específicos (REGO; PINZANI, 2013a).

Outros critérios podem ser considerados como elementos que influenciam na situação da pobreza, como local de moradia, cor e etnia, sexo, o acesso à bens públicos como saúde e educação. Rego e Pinzani (2013) elaboraram uma lista em que elenca 11 elementos econômicos, éticos, objetivos e subjetivos que caracterizam a pobreza extrema. São eles:

- 1) Falta de condições básicas para uma vida saudável;
- 2) Acesso nulo ou irregular à renda derivada de um trabalho regular;
- 3) Trabalho infantil e abandono escolar;
- 4) Alta natalidade;
- 5) Acidentes;
- 6) Falta de crédito;
- 7) Invisibilidade e mudez;
- 8) Desigualdade interna às famílias;
- 9) Vergonha;
- 10) Cultura de resignação;
- 11) Exclusão da cidadania (REGO; PINZANI, 2013a, p. 153).

No entanto, mesmo considerando outros critérios, os estudos não podem ignorar a questão do nível de renda, pois “(...) a renda representa um elemento essencial a ser considerado em qualquer estudo sobre pobreza” (REGO; PINZANI, 2013a, p. 148). Mesmo levando em consideração um conjunto de fatores extra-econômicos, Amartya Sen (2010) defende que a privação da renda pode levar a outros tipos de privações das *capabilities*³⁷ básicas, visto que a privação monetária induz em uma restrição ao desenvolvimento de capacidades e habilidades das pessoas em condição de pobreza, restringindo seu desenvolvimento econômico e social.

A partir dos anos 1980, a forma mais utilizada para mensuração da pobreza baseou-se na metodologia de análise desenvolvida pelo Banco Mundial e centrada apenas no fator renda, denominada de “linha da pobreza”³⁸. Nesta definição, a pessoa é considerada em situação de pobreza quando está abaixo de uma determinada renda mínima diária, insuficiente para atender as necessidades mais básicas de uma família. Rocha (2006) salienta que a tradição de utilizar linhas de renda para determinar a pobreza vem de estudos realizados em contextos de países desenvolvidos, e que a comparabilidade entre países é problemática pois não considera a diversidade cultural e as diferenças de desenvolvimento entre os eles.

Como se trata de utilizar enquanto referência a renda das pessoas, estabelecer linhas de indigência e de pobreza pode não ser uma abordagem produtiva para enfrentar a questão da pobreza em países onde o nível de desenvolvimento social e produtivo é muito baixo. Na verdade, a renda sofre tanto mais restrições à sua utilização quanto mais pobre é o país. São restrições à renda como indicador de referência, pois implica associar níveis de bem-estar ao grau de sucesso na integração das famílias à economia de mercado, desconsiderando autoprodução e outros consumos não-monetários que têm impacto relevante justamente sobre as condições de vida das camadas mais pobres. Desse modo, quando uma parte preponderante das necessidades não é atendida via transações mercantis, a renda se torna um critério irrelevante para delimitar a população pobre (ROCHA, 2006, p. 17).

Outra forma de mensuração da pobreza que se tornou difundida foi o coeficiente de Gini, criado por Corrado Gini em 1914 e adotado para medir a desigualdade entre a renda das

37 Termo criado pelo próprio autor que significa a junção das palavras em inglês *capacity* (capacidade) e *abilities* (habilidades).

38 O Banco mundial utiliza o valor de U\$1,90 (um dólar e noventa centavos) por pessoa por dia. Disponível em: <http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/10/04/world-bank-forecasts-global-poverty-to-fall-below-10-for-first-time-major-hurdles-remain-in-goal-to-end-poverty-by-2030> . Acesso em: 7 de mai. 2016.

peças. É um índice que varia entre 0 (zero), que significa nenhuma desigualdade, e 1 (um), desigualdade máxima. Também é utilizado para medir a desigualdade em outras áreas relevantes como na educação, por exemplo. Para não centrar a análise do fenômeno da pobreza apenas na renda, nos anos 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) desenvolveu o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com o intuito de sintetizar diversos índices anteriores que buscavam formas de medir e comparar as condições de vida e de desenvolvimento de um país (ROCHA, 2006). O IDH é auferido por uma média entre os índices de esperança de vida ao nascer, de educação e o Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

Manifestações históricas do fenômeno da pobreza no Brasil

Além das interpretações conceituais e das formas de medir a pobreza apresentados, a forma como tal fenômeno vem manifestando na atualidade é consequência das transformações históricas ocorridas nas formas de reprodução global capitalista ao longo do século XX e XXI. Até os anos 1970, o crescimento econômico em nível mundial propiciou quedas expressivas nas taxas de pobreza, tendência revertida a partir dos anos 1980, quando se revelou uma “tendência paradoxal de crescimento positivo com o aumento simultâneo da pobreza” (SILVA, 2002, p.66), tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, devido à reestruturação industrial e nova configuração da divisão internacional. Além disso, o grau de integração à economia de mercado e o grau de dependência de transações mercantis para satisfação das necessidades básicas de determinadas populações fazem diferença para compreendermos a pobreza. Famílias moradoras de área rural, de área urbana ou de metrópole podem, por exemplo, possuir a mesma renda familiar *per capita*, mas obterem níveis de qualidade de vida diferentes entre si.

Esta tendência é percebida no Brasil quando levamos em conta as transformações históricas nas relações estabelecidas entre campo-cidade. Até meados dos anos 1960, “o modelo econômico funcionou e bem: excluía no campo e incluía na cidade, impedindo que a questão agrária se tornasse evidente como problema social” (MARTINS, 2008, p. 171). No entanto, com o golpe civil e militar de 1964 e a instauração do período da ditadura política, houve uma nova reconfiguração da estrutura produtiva rural no país, sendo que a perspectiva

de uma reorganização fundiária e de reforma agrária se desfaz completamente.

Apesar dos militares criarem um Estatuto da Terra para conduzir uma reforma agrária e tentar acalmar os conflitos no campo, a estrutura fundiária não se alterou substancialmente no período; ao contrário, ela se concentra ainda mais (LOUREIRO, 2016). Ademais, a modernização conservadora da agricultura brasileira baseou-se no investimento em tecnologia agrícola subsidiado pelo Estado, o que diminuiu a necessidade do contingente de trabalhadores rurais no campo (LOUREIRO, 2016). Assim, o crescimento econômico auferido no meio rural brasileiro foi acompanhado pelo aumento da concentração fundiária, com a conseqüente expulsão dos pequenos agricultores de suas terras. Sem possibilidade de usufruto da terra de trabalho, tais agricultores sem-terra passaram a migrar para as grandes e médias cidades em busca de emprego, ou se tornaram trabalhadores rurais sazonais e precários para os latifundiários.

O que deu novas e problemáticas características à pobreza rural, nas figuras humanas do “clandestino” e do “bóia-fria” e dos migrantes sazonais, tanto para o campo quanto para cidade. Desaparece a produção direta de meios de vida, de tipo camponês, que era própria das duas grandes culturas de exportação, complementada por pagamentos em dinheiro. Difunde-se no campo o trabalho puro, configurado no salário puro, isto é, pagamento do estrito número de horas trabalhadas. Decorre daí a nova pobreza brasileira que, sendo rural e agrícola, se manifesta como pobreza urbana e como marginalidade social ou que alguns preferem definir, nem sempre com precisão, como “exclusão social” (MARTINS, 2008, p 172).

Percebe-se, a partir de então, uma transformação na forma como se estrutura o trabalho na terra, gerando uma nova configuração da pobreza rural. Surge a figura do “boia-fria”, que mora em recantos rurais mais remotos ou em periferias de grandes centros, deslocando-se para o trabalho sazonal no campo, precário em sua grande maioria. Segundo José de Souza Martins (1997), o direito de terra no Brasil possui um objetivo presente até os dias de hoje: “tornar o trabalho em terra alheia, em terra dos grandes proprietários, o único meio de sobrevivência dos pobres” (MARTINS, 1997, p. 66). Ressaltamos que a concentração de terras no campo e a marginalização de populações, principalmente negra e indígena, com precárias condições de vida e de trabalho objetivadas ao longo da história do Brasil, se constituem como pilares estruturais para a formação da pobreza e da desigualdade social no país.

Nos anos 1980, no bojo do processo de redemocratização e da conjuntura econômica

de crise, houve um aumento na incidência da pressão dos movimentos sociais para que o Estado assumisse sua responsabilidade em relação à redução da pobreza no Brasil. Dentro de tal contexto, a pobreza adquire centralidade no debate da Constituição de 1988.

Antes da constituição, os direitos sociais constituídos estavam atrelados aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada³⁹, principalmente os direitos de acesso à saúde e aos sistemas de aposentadoria (FAGNANI, 2005). A constituição de 1988 cria e legisla sobre um conjunto de políticas sociais universais, em que toda a população tem direito, pelo menos por lei, de acessar. É criado um Sistema de Seguridade Social, em que Saúde, Assistência Social e Sistema Previdenciário são regulamentados e passam a possuir orçamento próprio vinculado⁴⁰. A constituição reforça também a função social da terra e institui a responsabilidade da União para a realização da reforma agrária nos imóveis rurais que não cumprem tal função, estando sua implementação, entretanto, dependente de projetos governamentais e das pressões realizadas pelos movimentos sociais de luta pela terra.

A partir dos anos 1990, e principalmente no final desta década, o entendimento do fenômeno da pobreza nos governos e sociedade brasileira se transformou com a influência da atuação de organismos multilaterais e a imposição de uma nova agenda política para os países em desenvolvimento. Representada principalmente pelo Consenso de Washington, o conjunto de políticas sugeridas por organismos como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI) para a América Latina impunha políticas de ajustes fiscais e redução dos gastos sociais para saldar as contas e conseguir honrar suas dívidas com estes próprios organismos, bem como conseguir mais empréstimos.

Dentro deste contexto, a pobreza passa a ser entendida não mais como um problema do Estado, mas como algo em que a sociedade civil deve atuar, configurando-se como uma paisagem incomoda e, “tal como a natureza, se estrutura fora e por fora da trama das relações sociais” (TELLES, 2001, p. 9).

Se durante décadas a pobreza foi figurada como sinal de um atraso que haveria, quem sabe, algum dia, de ser superado pelas forças do progresso, agora aparece como cifra de nossa própria modernidade, que apenas acompanha as tendências consideradas inelutáveis no mundo inteiro em tempos de globalização e aceleração

39 Desde a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), decretada em 1943.

40 Artigo 194 da Constituição Federal do Brasil de 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_194_.asp Acesso em: 01 out. 2018.

tecnológica (TELLES, 2001, p.11).

Com o avanço da agenda neoliberal, os organismos multilaterais recomendavam aos governos dos países subdesenvolvidos, incluindo o Brasil, a ampliação das políticas sociais focalizadas e redução dos gastos com políticas sociais universais, deixando estas últimas para setores do mercado atuarem (ensino privado e planos de saúde particulares). Em linhas gerais, as políticas sociais universais são destinadas para todos os cidadãos e cidadãs; já as políticas sociais focalizadas são voltadas para públicos específicos em situação de vulnerabilidade social, como mulheres, crianças, idosos, pobres, negros, indígenas, entre outros.

Nessa perspectiva [do FMI], os Estados nacionais deveriam reduzir seu gasto social (diminuindo o investimento em serviços universalizados e direcionando os recursos ‘disponíveis’ para programas assistenciais específicos, destinados apenas aos mais pobres) (VALLA, 2005, p. 43).

Durante a década de 1990, foi possível observar dois movimentos. O primeiro, relativo à regulamentação e operacionalização das políticas sociais universais da Constituição Federal de 1988, com a regulamentação do Sistema Único de Saúde (SUS), do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), aposentadorias, entre outras políticas. O segundo, iniciado no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), de retirada de recursos constitucionais direcionados às políticas sociais universais⁴¹ e de adoção de políticas sociais focalizadas, como o Programa Comunidade Solidária (PCS), por exemplo. Telles (2001) argumenta que esta mudança “parece cristalizar a concepção, hoje corrente, de que pobreza é um dado inevitável, que nada existe a ser feito além da gestão da miséria para minorar seus efeitos mais perversos e também neutralizar seu eventual potencial conflitivo” (TELLES, 2001, p. 158).

De acordo com estudo realizado por Rocha (2006), cuja análise sobre o fenômeno da pobreza no Brasil abarcou três décadas subsequentes (1970 a 1999), a proporção de pessoas pobres moradoras de área rural no Brasil em 1970 era 51%, enquanto no ano de 1999 este número caiu para 20%. Apesar da queda do número absoluto de pobres no período todo (de 61 milhões para 32 milhões), a proporção de pobres no que ela chama de Brasil Metropolitano

41 Este mecanismo foi realizado com o nome de Fundo Social de Emergência, criadas em 1994, e posteriormente denominado como Desvinculações das Receitas da União (DRUs) a partir de 2000. Trata-se de uma manobra para desvincular receitas com gastos constitucionais já determinados, como saúde, educação e previdência. Ao desvincular, os gastos são realizados principalmente para pagamento de juros da dívida pública.

umenta, de 18% para 34% da população (cabe salientar também que a pobreza geral caiu com o Plano Real e a estabilização da moeda em 1994, o que demonstra como políticas econômicas influenciam no aumento ou redução da pobreza, para além de políticas específicas da área).

Tabela 1 – Proporção, número e participação de pobres na população total (1970 a 1999)

	1970	1980	1981	1983	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Brasil	0,684	0,353	0,346	0,412	0,350	0,237	0,283	0,292	0,299	0,303	0,306	0,304	0,206	0,214	0,209	0,202	0,211
Número (mil)	61.138	41.297	41.053	51.190	46.116	31.847	37.260	39.178	40.938	41.970	43.027	43.277	30.438	31.994	31.756	30.973	32.892
Participação (%)	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Brasil metropolitano	0,532	0,272	0,295	0,384	0,335	0,234	0,261	0,253	0,285	0,289	0,312	0,323	0,201	0,210	0,214	0,213	0,237
Número (mil)	11.478	9.069	10.829	15.123	14.014	10.051	10.565	10.286	11.925	12.261	13.524	14.156	9.084	9.513	9.947	9.887	11.245
Participação (%)	18,77	21,96	26,38	29,54	30,39	31,56	28,35	26,26	29,13	29,21	31,43	32,71	29,84	29,73	31,32	31,92	34,19
Brasil urbano	0,653	0,327	0,319	0,385	0,313	0,210	0,253	0,274	0,272	0,268	0,278	0,270	0,192	0,196	0,189	0,183	0,190
Número (mil)	18.179	14.830	15.596	19.883	17.269	11.874	15.085	16.903	17.347	17.483	19.033	18.835	14.065	14.726	14.445	14.162	14.935
Participação (%)	29,73	35,91	37,99	38,84	37,45	37,29	40,48	43,14	42,37	41,65	44,23	43,52	46,21	46,03	45,49	45,72	45,41
Brasil rural	0,786	0,456	0,442	0,487	0,427	0,284	0,367	0,379	0,372	0,393	0,367	0,356	0,247	0,267	0,252	0,235	0,226
Número (mil)	31.481	17.398	14.629	16.185	14.833	9.922	11.610	11.988	11.666	12.227	10.471	10.286	7.289	7.755	7.364	6.924	6.713
Participação (%)	51,49	42,13	35,63	31,62	32,16	31,15	31,16	30,60	28,50	29,13	24,33	23,77	23,95	24,24	23,19	22,35	20,41

Fonte: Rocha (2006).

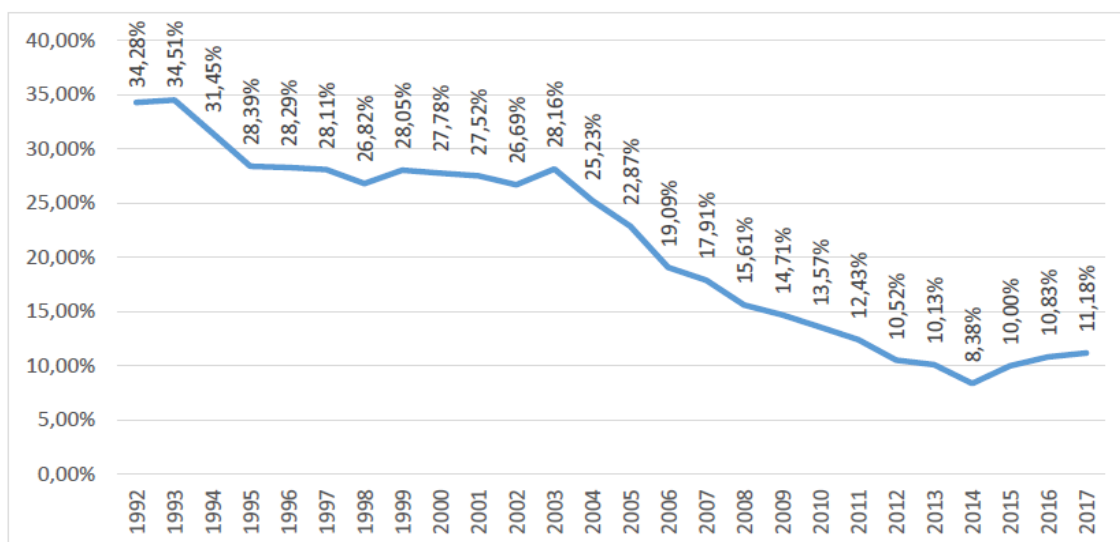
A partir dos anos 2000, a abordagem dos estudos tendo a renda como parâmetro para medidas de bem-estar é complementada com as pesquisas sobre as *Basic Needs* no Brasil. As pesquisas estabelecem uma linha de pobreza a partir da renda, para após, analisar a qualidade de vida e de bem-estar da população que ficou abaixo da linha (ROCHA, 2006). Com isto, foi possível pensar em políticas públicas que articulassem e atuassem em diferentes frentes para combater a pobreza. Uma destas ações que se tornou amplamente conhecida foi justamente o Programa Bolsa Família (PBF)⁴², criado em 2003 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Este programa reuniu programas assistenciais anteriores em um único programa de transferência de renda condicionada. O PBF ganhou destaque na mídia e no âmbito acadêmico por reduzir a pobreza extrema e a miséria no Brasil na primeira década do século XXI. Destaca-se, entretanto, um conjunto de fatores que colaboraram para a melhoria dos

42 O próximo item será dedicado a explicar o que é e como funciona o Programa Bolsa Família.

índices de pobreza, de forma articulada com o PBF: o crescimento econômico aliado com políticas de valorização do salário-mínimo, de redução das taxas de desemprego e a ampliação da taxa de ocupação proporcionaram um aumento da renda e do consumo das famílias (FREITAS, 2012; FAGNANI, 2014).

No gráfico 1 percebe-se a redução da proporção de pobres com relação ao total da população ao longo dos anos 1990, 2000 e 2010. Houve também redução do Coeficiente de Gini no Brasil, ou seja, a redução da pobreza após o plano real, em 1994, e crescente queda nos anos 2000 segundo dados do IBGE.

Gráfico 1 - Pobreza no Brasil – Proporção de pobres % - Série Harmonizada



Fonte: NERI, 2018a. FGV Social/CPS a partir de microdados da PNAD, PNADC Trimestral e PNADC Anual/IBGE.

Para André Singer (2012), a partir do primeiro governo de Lula (2003 a 2006) houve um realinhamento eleitoral em que a redução da pobreza se torna peça central na análise⁴³, provocando uma divisão política entre ricos e pobres a qual é conceituada por Singer (2012) como “Lulismo”. Lula conseguiu apoio das populações mais pobres devido ao seu conjunto de políticas que provocaram melhora nas condições de vida, principalmente com o

⁴³ “Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – com destaque para o combate à miséria – e para a ativação do mercado interno, sem confronto com o capital” (SINGER, 2012, p. 13).

recebimento do PBF, mas também com outras políticas sociais, ao mesmo tempo em que as classes médias e altas passaram a criar um sentimento “anti-petista” após casos de corrupção envolvendo o partido em 2006. No segundo governo de Lula (2007 a 2010) e no primeiro governo de Dilma Roussef (2010 a 2014), é possível perceber os efeitos da continuidade desta política centrada no combate à pobreza nos índices de redução da proporção de pobres no Brasil (Gráfico 1).

No entanto, a magnitude dos níveis de redução da pobreza é controversa a depender dos índices e cálculos analisados. Em 2009, a linha da pobreza foi estimada pelo governo em 140 reais e da extrema pobreza em 70 reais (redução de 50%). Estes valores representavam o valor estipulado pelo Banco Mundial em 1,25 dólares por pessoa por dia e metade disso (SINGER, 2018).

Baseado no [cálculo] do governo, em 2012 restariam em torno de 17 milhões de pobres no Brasil, ao passo que, a partir de [Waldir] Quadros [2014], existiriam ainda cerca de 64 milhões nessa condição (...). Em outras palavras, o lulismo por vezes considera que foi muito mais longe na redução da pobreza do que realmente o fez. Isso não significa que a redução da pobreza tenha sido pequena. Foi expressiva, mas não a ponto de tornar o contingente de pobres residual ou próximo disso, uma vez que os antigos miseráveis ocuparam esse lugar (SINGER, 2018, p. 85).

As políticas do governo Lula e posteriormente Dilma, marcadas pelo reformismo fraco sem conflitos, gerou descontentamento das classes dominantes. “O lulismo não pretendia produzir confronto com as classes dominantes, mas ao diminuir a pobreza o fazia sem querer” (SINGER, 2018, p.22). Ao reduzir a quantidade de miseráveis, que não deixam de ser pobres, contudo, o lulismo reduziu a reserva de mão de obra, gerando certa escassez de trabalhadores em determinadas áreas, como construção civil e trabalho doméstico.

A redução da pobreza vista no gráfico 1 também pode ser percebida na área rural, convergindo com os dados gerais. Segundo os Censos Demográfico de 1991 e 2010, houve uma melhora na renda mensal dos domicílios rurais no período (DELGADO, 2015). Em 1991, 65% das casas recebiam até 1 salário-mínimo e em 2010 este número se reduz para 44%. Esta melhora, segundo Delgado (2015), decorre da ampliação dos direitos e benefícios da previdência e assistência social voltados para o campo, do crescimento econômico e do processo de valorização do salário-mínimo. No entanto, quando buscamos dados sobre Concentração da Produção do Censo Agropecuário de 2006, o autor destaca que 2/3 dos

estabelecimentos agropecuários se encontravam ainda em nível de subsistência, ou seja, apesar da melhora dos rendimentos, os agricultores se encontravam em um nível de produção muito baixo (DELGADO, 2015). O autor destaca que as políticas sociais implantadas no período analisado foram em direção contrária das políticas de desenvolvimento agrário, pois estas últimas levaram a ampliação da concentração de terras e da produção agrícola, favorecendo principalmente os grandes produtores rurais organizados na lógica do agronegócio⁴⁴.

Dados do *Programa Agrário do MST* [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] (2014) indicam que, dentre os 4,8 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, somente 1 milhão de famílias tem renda que garante sua reprodução, alguma poupança, vive do trabalho familiar, contrata esporadicamente trabalho assalariado, acessa o crédito do PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar] e produz mercadorias integradas à agroindústria. O restante são famílias camponesas pobres à margem do agronegócio que produzem basicamente para subsistência, vendem pequenos volumes de excedente, vivem do Bolsa Família ou da aposentadoria de um familiar, são reserva de mão-de-obra ou fornecedores de alimentos para as pequenas cidades (LOUREIRO, 2016, p. 134).

Apesar da melhora dos índices de pobreza rural e urbana, da renda do trabalhador e do desemprego, alguns autores ponderam para o limite do avanço destas políticas para a redução da desigualdade social estrutural do país:

(...) os progressos recentes, embora positivos, não apagaram as marcas profundas da crônica desigualdade social brasileira, que tem raízes históricas herdadas do passado escravocrata, do caráter específico do capitalismo tardio, da curta experiência democrática do século XX e do acelerado progresso de urbanização, na ausência da reforma agrária e de políticas urbanas e sociais (FAGNANI, 2014, p. 05).

Dados mais recentes demonstram que no começo do segundo mandato do governo Dilma (2014), com a grave recessão econômica que se instaurou no período, temos ano a ano o agravamento dos índices de pobreza, principalmente depois do golpe constitucional contra Dilma em 2016 (SINGER, 2018). Em contexto de crise econômica, a pobreza e extrema

44 Agronegócio vem originariamente da tradução do conceito norte-americano *Agrobusiness* que “é uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial, realizada antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica” (DELGADO, 2012, p.89). No entanto, seu desenvolvimento no Brasil se deu, ao longo dos anos, “na associação entre o capital agroindustrial, capital financeiro e grande propriedade” (CARVALHO, 2011, p.6).

pobreza se ampliam de forma perceptível, como apontado pelos dados do gráfico 1. Waldir Quadros (2014) destaca uma redução da camada de miseráveis de 2002 a 2012 de 33,4% para 11,6%, e a ampliação, em estudo posterior (QUADROS, 2019) para 13,1%⁴⁵.

O Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF), política de transferência de renda condicionada do governo federal, é uma política focalizada de combate à pobreza e à extrema miséria no país. Criado pelo governo federal no ano de 2003, está inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e possui três dimensões distintas e complementares, segundo documento do Ministério do Desenvolvimento Social:

Transferência de renda, condicionalidades e ações complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações complementares objetivam o desenvolvimento de capacidades das famílias e a superação de sua situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2018a, p. 5).

O programa transfere um valor monetário mensal às famílias em situação de extrema pobreza. O cartão vem no nome da mulher, e no caso de famílias em que não tenham mulheres, os homens são os beneficiários. No entanto, as mulheres são a maioria, sendo que 93% dos benefícios estão no nome delas⁴⁶:

Sob a ótica conceitual, essa opção ratifica a perspectiva já existente nesses programas, e embasada em análises empíricas sobre os gastos domiciliares, de que a transferência monetária direta à mulher reforça sua utilização em prol de toda a família (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, p. 8).

Para definição do critério de distribuição dos recursos, o governo federal adota a definição de pobreza e extrema pobreza baseada na renda monetária mensal por pessoa. Atualmente, as famílias consideradas extremamente pobres são aquelas em que a renda mensal por pessoa é igual ou menor a R\$89,00, e as famílias pobres são aquelas em que a

45 Dados PNAD 2002 a 2012 e PNAD do quarto trimestre de 2018.

46 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://blog.planalto.gov.br/quebrando-mitos-bolsa-familia-reflete-no-empoderamento-e-independencia-das-mulheres/> Acesso em: 01 out. 2018.

renda mensal por pessoa é de R\$89,00 a R\$178,00⁴⁷. O Cadastro Único (CadÚnico) é um instrumento de identificação e cadastramento destas famílias para os Programas Sociais, constituindo-se na forma como as famílias de baixa renda (de meio salário-mínimo por pessoa ou até três salários-mínimos totais) têm acesso ao Programa Bolsa Família e outros benefícios sociais (BRASIL, 2018b). Os benefícios do PBF são divididos nas seguintes modalidades⁴⁸:

- **Benefício Básico:** Pago para famílias em situação de extrema pobreza (até R\$ 89,00 mensais por pessoa), independente da quantidade de pessoas que compõe a unidade familiar. **Valor R\$ 89,00.**
- **Benefício Variável:** Pago para famílias pobres ou em extrema pobreza que possuam mulheres gestantes, bebês, crianças ou adolescentes. É pago o **valor de R\$ 41,00** por criança, sendo que cada família pode ter até 5 benefícios.
- **Benefício Variável Vinculado ao Adolescente:** Pago para famílias pobres ou em extrema pobreza que possui até 2 adolescentes entre 16 e 17 anos. Valor por jovem: **R\$ 48,00.**
- **Benefício para Superação da Extrema Pobreza:** É calculado de acordo com a realidade de cada família, com o intuito de, somando o valor do PBF com outras rendas, a família consiga ter a renda acima de R\$89,00 mensais por pessoa.

As **condicionalidades** exigidas para manter-se no programa são⁴⁹:

- a) manter os filhos na escola, com frequência mínima de 85% das crianças de 6 a 15 anos e 75% para os adolescentes de 16 a 17 anos;
- b) manter a carteirinha de vacinação em dia para as crianças menores de 7 anos;
- c) fazer o pré-natal;
- d) pesagem anual das crianças menores de 7 anos para acompanhamento do crescimento e desenvolvimento.

47 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios> Acesso em: 01 out. 2018.

48 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios> Acesso em: 01 out. 2018 e BRASIL, 2018a.

49 BRASIL, 2018a.

A gestão do Programa Bolsa Família ocorre nos três níveis da federação: municipal, estadual e federal⁵⁰. No município é realizado o Cadastro Único, o acompanhamento das condicionalidades, a articulação com Assistência Social, a execução financeira, a fiscalização e incentivo à participação social nos mecanismos de controle social. Os estados colaboram com o acompanhamento das condicionalidades, capacitando os municípios e realizando também a execução financeira e fortalecimento do controle e participação social. Já o governo federal realiza toda a operacionalização e gestão, sendo responsável tanto por criar os mecanismos e procedimentos, execução financeira, como em realizar a relação institucional com a Caixa Econômica Federal (banco que realiza os pagamentos dos benefícios). A Caixa deve estar em diálogo com os gestores municipais para executar a folha de pagamento dos benefícios.

Existem etapas a serem cumpridas caso a família não cumpra as condicionalidades. Primeiramente, caso esteja com alguma pendência, ela tem seu benefício bloqueado. Com o *bloqueio*, o pagamento continua a ser realizado, ficando impedida a realização do saque, até que a situação seja regularizada. Para *desbloqueio*, é necessário que a beneficiária indique que resolveu a pendência ou explique os motivos desta. Posteriormente, pode haver a *suspensão* do PBF por motivos de continuidade do descumprimento das condicionalidades, bem como quando a beneficiária recebe outro tipo de benefício, por exemplo, o Seguro Defeso⁵¹, deixando o beneficiário de ter suas parcelas pagas. A *revisão da suspensão* é realizada logo que acaba o pagamento do outro benefício ou regularização da situação. Já o *cancelamento* estabelece o desligamento do programa. Para sua reversão, é necessário procurar o gestor municipal no prazo de 180 dias (BRASIL, 2018a). As etapas e avisos de descumprimento são realizados de forma gradativa, segundo publicação sobre o PBF, com cartas de advertências, bloqueios, suspensão e cancelamento (BRASIL, 2018a).

50 Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/atribuicoes-de-cada-nivel-de-governo> . Acesso em 18 de dez. 2019.

51 Seguro destinado a pescadores artesanais para garantir renda durante período de defeso, ou seja, em que a pesca de determinadas espécies é proibida para garantir sua reprodução.

QUADRO 1

EFEITOS GRADATIVOS DO DESCUMPRIMENTO DAS CONDI- CIONALIDADES DO PBF

Advertência:

É uma notificação por meio de carta e/ou mensagem no extrato de pagamento do benefício. Não tem efeito sobre o benefício. A família pode sacar normalmente.

Bloqueio:

O benefício fica bloqueado por um mês e pode ser sacado no mês seguinte.

Suspensão:

O benefício fica suspenso por 2 meses.

O benefício pode ser suspenso repetidas vezes --, em caso de novos descumprimentos em período inferior a seis meses.

A família não recebe os benefícios referentes aos meses de suspensão.

Cancelamento:

A família deixa de receber o benefício. Mas nenhuma família tem o benefício cancelado sem que antes seja acompanhada pela assistência social.

Fonte: BRASIL 2018a.

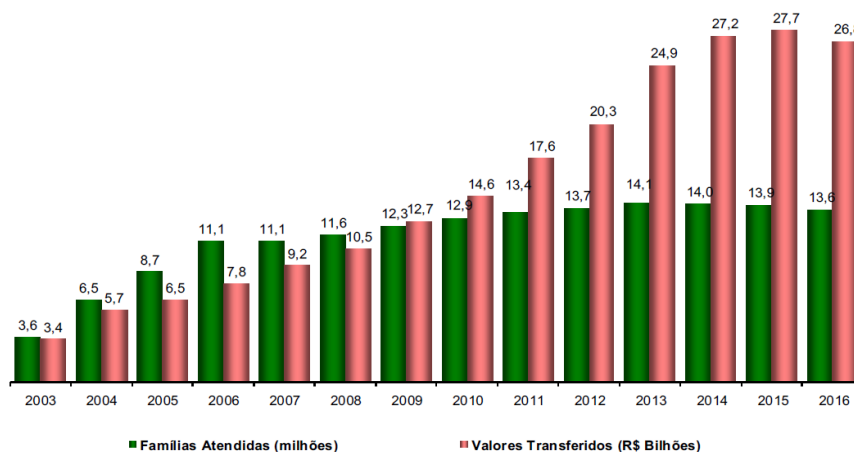
Em seu mandato presidencial, Dilma Rousseff articulou as ações do PBF com outras políticas setoriais, por meio da criação de políticas interministeriais que tinham intuito de articular as políticas de assistência social voltada para a redução da pobreza e pobreza extrema. Deste modo, promoveu iniciativas que articulavam o PBF com iniciativas de inclusão produtiva e formação técnica, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); o incentivo à Economia Solidária e Empreendedorismo; a ampliação do acesso a serviços públicos básicos com a ampliação de investimentos na construção de postos de saúde e escolas. Além disso, realizou um sistema de busca ativa por novos cadastros e beneficiários, dado o diagnóstico da existência de bolsões de pobreza que não eram prospectados pelo Estado.

No que se refere à transferência de renda, aumentou o valor do Bolsa Família em 46% para as casas que tivessem crianças e adolescentes até quinze anos, estabeleceu um benefício para as mulheres gestantes e as que tinham bebês em fase de amamentação, criou um novo pagamento às famílias com crianças até seis anos (depois estendido também até os quinze anos) e, por meio de um programa de busca ativa, logrou incorporar mais 1 milhão de famílias ao BF, chegando ao total de 14 milhões em 2014 (SINGER, 2018; p. 83).

Percebe-se, pelo gráfico abaixo, a ampliação do valor destinado ao PBF, que a partir

de 2011 cresce com maior vigor. A quantidade de famílias atendidas também cresceu, estabilizando-se no número de 13 a 14 milhões, entre 2011 a 2016.

Gráfico 2 – Bolsa Família - Famílias atendidas valor dos benefícios



Fonte: MDS. Elaboração: GOMES, G; CRUZ, C.A.S.; 2017.

Estudos econômicos como o realizado por Neri (2018b) avaliam o impacto do PBF na economia. Este autor defende que a cada 1 real pago pelo programa, ele se multiplica em R\$ 1,78 no Produto Interno Bruto (PIB), ou seja, o efeito multiplicador do Bolsa Família sobre a economia é de 1,78 vezes o valor gasto com o benefício. Neri (2018b) explica que isto se deve ao fato de o PBF ser pago justamente às pessoas pobres que tendem a gastar todo o benefício em bens de consumo, e com isso geram um aquecimento da economia local. Por conta disto, com o aumento do valor do benefício, tanto beneficiários como o conjunto da economia local são positivamente afetados.

No governo de Michel Temer (2016-2018), houve reajuste de 5,67% no valor pago pelo programa em abril de 2018. Neste mesmo ano, o PBF entrou novamente na pauta das campanhas presidenciais, pois o apoio à sua continuidade era incerta. Jair Messias Bolsonaro foi eleito presidente em 2018 prometendo não acabar com o programa, já que em toda a sua trajetória como parlamentar criticou⁵² sua existência. Ademais, prometeu ainda ampliar o

52 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/10/17/antes-de-ampliar-bolsa-familia-bolsonaro-defendeu-fim-do-beneficio.htm> Acesso em: 01 dez. 2019.

valor do benefício, pagando o que chamou de 13º do Bolsa Família⁵³. Ao final do seu primeiro ano de governo (2019), realizou o pagamento do 13º benefício, porém não previu reajuste no valor pago para 2020: manteve o valor do orçamento o PBF de 2019, rompendo com a tendência de ampliação constatada no gráfico 3.

Em âmbito municipal, no ano de 2019, o PBF beneficiou 7,88% da população total da cidade de São Carlos (SP). São 16.360 famílias cadastradas no Cadastro Único e 7.118 famílias beneficiárias, segundo dados da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social⁵⁴, do Ministério da Cidadania. O valor médio pago por família em outubro de 2019 foi de R\$ 184,52 (cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos). São acompanhadas, no total, 6.751 crianças ou adolescentes que tiveram frequência de 97,57% na escola, acima da média nacional que é de 91,18%. Na área da saúde, as mulheres e crianças devem ter acompanhamento para pesagem e também a carteirinha de vacinação das crianças tem que estar em dia. No primeiro semestre de 2019, o número de beneficiários que deveriam ter acompanhamento foi de 11.945 pessoas, no entanto, foram acompanhados apenas 7.282 pessoas. O percentual de cobertura foi de 60,96%, enquanto que a média nacional é de 76,09%. Neste item, o site destaca o baixo acompanhamento e a necessidade de melhoria e articulação do gestor municipal PBF com o gestor municipal de saúde.

Pelo programa CECAD 2.0, um sistema de dados do CadÚnico⁵⁵, São Carlos possui 16.616 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo 15.825 na área urbana, 622 na área rural e 169 sem resposta. Esta informação, em termos de quantidade de pessoas, se traduz em 39.952 moradores de área urbana, 1.629 da área rural, e 172 que não responderam o local de moradia. Os dados nacionais indicam um total de 13.189.564 famílias recebendo o benefício em outubro de 2019 e, destas, 3.670.507 são da área rural, ou seja, quase 28% dos beneficiários no Brasil.

Vimos a contribuição que o Programa Bolsa Família desempenha em nível local, regional e nacional no combate à pobreza. No meio rural, de acordo com Delgado (2015), a ampliação de direitos constitucionais aos trabalhadores rurais e agricultores familiares melhoraram a qualidade de vida no campo, tendência que se ampliou com o início do

53 Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/10/15/bolsonaro-assina-13-salario-a-beneficiarios-do-bolsa-familia.htm> Acesso em: 01 dez. 2019.

54 Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html> Acesso em: 18 dez. 2019.

55 Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/cecad20/tab_cad.php Acesso em: 18 dez. 2019.

Programa Bolsa Família (REGO; PINZANI, 2013a; 2013b). Considerando a conjuntura apresentada, depreende-se que a implantação de programas sociais focalizados como o PBF é de suma importância para conseguir resultados em relação à redução da pobreza extrema e da fome no Brasil, principalmente em contextos de recessão e crise econômica. No entanto, tais ações não alteram a nossa estrutura social desigual, pois, segundo Paulani (2010), estas políticas:

(...) ao invés de integrar os excluídos, elas consagram a fratura social: distribuem uns poucos recursos àqueles que jamais conseguirão se integrar, para que se possam dar andamento tranquilo à usual política concentradora e excludente (...). No caso do Brasil de Lula, essa verdade é facilmente constatada pela simples comparação entre o que vem gastando o Estado com o Bolsa Família e o que vem gastando com o pagamento de juros aos detentores de títulos da dívida pública, ou seja, pelo menos dez vezes mais com o último (p. 36).

A crítica levantada pela autora traduz as relações de poder presente na sociedade brasileira, em banqueiros, grandes empresas e as famílias mais ricas detentoras da dívida pública influenciam os gastos do governo a seu favor. Tal correlação de forças é inerente também ao sistema capitalista, pois quem detém o poder econômico, detém o poder político. Para Rego e Pizani (2013a), o problema não está em realizar políticas focalizadas, tais como o PBF, mas em não alterar as estruturas sociais que perpetuam a desigualdade social: “A pobreza é um problema complexo e, como tal, não admite uma solução fácil. Portanto, não pode ser resolvida simplesmente por meio de um programa de transferência direta de renda como o Bolsa Família” (REGO; PINZANI, 2013a, p.11). Desta forma, o PBF deve estar articulado com outros programas da Assistência Social e da área das políticas sociais e econômicas, bem como com políticas de distribuição da renda e de reforma agrária. É um equívoco realizar políticas focalizadas como a do PBF sem combiná-la com políticas sociais universais, de acesso a serviços públicos essenciais (FAGNANI, 2014).

Segundo Dussel (2007), devemos construir critérios para ações políticas que valorizem a vida humana e não o capital, e que estejam articuladas com um projeto de sociedade que busque a construção de relações mais justas e igualitárias entre os seres humanos:

A vida humana, sendo o critério material por excelência, é o conteúdo último de toda ação ou instituição política. A vítima é vítima porque *não-pode-viver*. O político de vocação está chamado a trabalhar em favor da reprodução e aumento da vida de todos os cidadãos. Mas as vítimas do sistema imperfeito, indevidamente injusto em

algum momento, (..) são as que sofrem em maior grau, como feridas abertas, a enfermidade do corpo social. Elas mostram o *lugar* da patologia do sistema, da injustiça que terá de saber reparar (DUSSEL, 2007, p. 105).

E continua:

A afirmação da vida da vítima, que não-pode-viver pela injustiça do sistema, é ao mesmo tempo o que permite cumprir a exigência de aumentar a vida da comunidade (ou do novo sistema que tivesse de originar-se). Repito: a mera reprodução da vida do pobre exige tais mudanças que, ao mesmo tempo, produz o *desenvolvimento civilizador de todo sistema*. Afirmação de vida da vítima é crescimento histórico da vida toda da comunidade. É através da solução das insatisfações dos oprimidos, os últimos, que os sistemas históricos progrediram (DUSSEL, 2007, p.106).

Corroborando com tal visão, compreendemos que a existência de políticas sociais que contribuam com a existência digna e resistência das vítimas do sistema pode ampliar nossa visão de sociedade, fazendo-nos caminhar no sentido da construção de processos de libertação e humanização. No próximo capítulo, aprofundaremos o debate sobre os estudos de gênero e a condição de vida da mulher do campo, bem como o impacto do PBF em tais relações.

Capítulo 2 – Gênero

Este capítulo realizará uma breve revisão da literatura a respeito das questões de gênero que nos auxiliam na compreensão do que é ser mulher na nossa sociedade brasileira, e, mais especificamente, do que é ser mulher, moradora da área rural, pobre, e em sua grande maioria, negra ou parda. Inicialmente, abordaremos os conceitos de gênero, patriarcado, feminismo, feminismo negro, interseccionalidade, lugar de fala, bem como também realizaremos uma síntese da história do feminismo no Brasil. Em seguida, apresentaremos alguns dados e faremos uma discussão acerca da situação atual da mulher brasileira, do processo de feminização da pobreza. Discutiremos os papéis de gênero que envolve a execução e a distribuição dos benefícios do Programa Bolsa Família e por fim, apresentaremos questões sobre a mulher camponesa e suas lutas.

No ano de 1949, Simone de Beauvoir publicou seu livro “O segundo sexo”, que se tornou um marco ao trazer o entendimento do “ser mulher” como uma construção social, questionando a determinação biológica como fonte explicativa de comportamentos e valores próprios das mulheres. A filósofa criticou o posicionamento da mulher na sociedade, considerada uma experiência específica, em contraste com a experiência de ser homem, considerada como universal e representante de toda a humanidade. A mulher é colocada no lugar de “Outro”, distinta como um objeto (RIBEIRO, 2018). Seu livro foi referência para os estudos sobre mulher e posteriormente sobre relações de gênero.

A categoria *gênero* foi utilizada pela primeira vez por feministas inglesas e norte-americanas na década de 1980, como “uma maneira de se referir à organização social da relação entre os sexos” (SCOTT, 1995, p.72). Esta maneira de abordar o assunto buscou explicitar a questão relacional entre homens e mulheres. Tais militantes e autoras feministas corroboraram com Beauvoir e defendiam que as diferenças produzidas socialmente entre os sexos não são biológicas, mas sim papéis construídos pela nossa história, cultura, política e relações sociais desenvolvidas em nossas sociedades (MONTRONE; DIAZ, 2013). “O uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade” (SCOTT, 1995, p. 76).

Heleieth Saffioti (2015) defende o uso combinado do conceito de *gênero* com o de *patriarcado*. Argumenta que o conceito de gênero é amplo e considera-o uma categoria histórica, tomando como referência o início da humanidade. “O conceito de *gênero* não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é presumida” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). Para a autora, o conceito não abarca a questão da relação de poder dos homens sobre as mulheres, relação esta que o conceito de *patriarcado* aborda, sendo este um “regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens” (SAFFIOTI, 2015, p. 47). O regime do patriarcado é mais recente na história da humanidade, tendo seu surgimento por volta de 3.100 a.C. e sua consolidação em 600 a.C. Neste sistema de poder, em determinados locais e formas de sociedade, homens possuem direito sobre corpos e vidas das mulheres, considerada como objeto e sua propriedade. A perpetuação deste regime não depende necessariamente da presença física de homens, sendo que as mulheres são também reprodutoras desta ordem social e cultural.

O feminismo é uma filosofia universal que considera a existência de uma opressão específica a todas as mulheres. Essa opressão se manifesta tanto a nível das estruturas como das superestruturas (ideologia, cultura e política). Assume formas diversas conforme as classes e camadas sociais, nos diferentes grupos étnicos e culturas. Em seu significado mais amplo, o feminismo é um movimento político. Questiona as relações de poder, a opressão e exploração de grupos de pessoas sobre outras. Contrapõe-se radicalmente ao poder patriarcal. Propõe uma transformação social, econômica, política e ideológica da sociedade (TELES, 1999, p.10).

Segundo Bell Hooks, o “Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (HOOKS, 2018; p. 13), compreendendo sexismo como a discriminação baseada no sexo, em que existe uma cultura de dominação masculina sobre a mulher, ou seja, o machismo institucionalizado pelo patriarcado. A autora defende que a luta contra o patriarcado deve ser de todos, assim como o feminismo é para todos, homens e mulheres. Para tal, além de confrontar-se com o machismo e opressões diárias, as próprias mulheres dentro do movimento feminista devem confrontar também seu próprio sexismo, visto que a dominação cultural impele às mulheres a reprodução de atitudes sexistas mesmo sem a presença de homens.

O patriarcado possui sua ideologia, ou seja, um conjunto de ideias que o transforma em ideia dominante. Saffioti (2015) defende que, ao demonstrar uma desvantagem dos homens, há uma inversão para tornar aquilo como vantagem, e que esta:

(...) servirá para mostrar que, em toda ideologia, seja machista, seja étnico-racial, ou ainda de classe social, está sempre presente a inversão do fenômeno. Isto não é apenas um detalhe, mas o núcleo duro da ideologia. Portanto, é interessante retê-lo, uma vez que todos os membros de uma sociedade como brasileira convivem com tais falácias, acreditando nelas como verdades (SAFFIOTI, 2015, p. 36).

Isto significa que, se existe alguma ideologia de gênero como alardeada pelo movimento conservador nos últimos anos no Brasil, é a que corresponde à ideologia machista e patriarcal em que homens devem ser agressivos, “durões” e fortes e mulheres devem ser dóceis, frágeis e maternais; homens devem ser superiores e mulheres inferiores. A autora descreve esta como a ideologia dominante de gênero. “As mulheres são ‘amputadas’, sobretudo no desenvolvimento e uso da razão e no exercício do poder” (SAFFIOTI, 2015, p. 37).

O questionamento à submissão das mulheres pela lógica imposta, à invisibilidade de suas contribuições e desvalorização do seu trabalho, bem como à violência cotidiana sofrida, impulsionam o movimento feminista em direção à libertação das mulheres. Libertação esta que também liberta os homens à lógica opressora do machismo, no sentido imputado por Freire (2011a) à Libertação, em que oprimidos e opressores se libertam em conjunto.

Desta forma, o feminismo tem também um caráter humanista: busca a libertação das mulheres e dos homens, pois estes têm sido vítimas do mito do macho, que os coloca como falsos depositários do supremo poder, força e inteligência (TELES, 1999, p.11).

A construção histórica dentro do movimento feminista trouxe em muitos momentos uma universalidade da categoria mulher que, em realidade, não deve ser tomada como universal, pois não considera as especificidades de raça e classe. Angela Davis, militante negra estadunidense, escreveu em 1981 um importante livro para o movimento feminista negro, chamado “Mulheres, Raça e Classe”. Neste livro, aponta para os mitos e opressões que a mulher negra escravizada sofreu (e ainda sofrem mesmo fora desta condição), a invisibilidade da trajetória da mulher negra no movimento feminista norte-americano, com a ausência de suas pautas, bem como o racismo sofrido por elas dentro e fora do movimento sufragista do final do século XIX (DAVIS, 2016). Também aponta para a importância das diferentes categorias de opressão de raça, classe e gênero. Lélia Gonzalez, feminista negra

brasileira, também questionou a ausência das indígenas e negras dentro do movimento feminista brasileiro (RIBEIRO, 2019).

Djamila Ribeiro (2016; 2018; 2019), por sua vez, resgata o conceito de *interseccionalidade*⁵⁶ das opressões, ou seja, que não é possível uma pessoa escolher por qual das opressões ela deve lutar contra, mas sim como tais opressões se entrelaçam dentro das estruturas sociais e atuam de forma conjunta sobre as vidas das mulheres negras. Ribeiro rebate o argumento que o feminismo negro trouxe cisão ao movimento feminista, afirmando a importância de nomear as distintas formas de opressões:

Logo, não é uma política reducionista, mas atenta-se para o fato de que as desigualdades são criadas pelo modo como o poder articula com essas identidades; são resultantes de uma estrutura de opressão que privilegia certos grupos em detrimento de outros (RIBEIRO, 2019, p.31).

E continua

Essa insistência em não se perceberem como marcados, em discutir como as identidades foram forjadas no seio de sociedades coloniais, faz com que pessoas brancas, por exemplo, ainda insistam no argumento de que somente elas pensam na coletividade; que pessoas negras, ao reivindicarem suas existências e modos de fazer político e intelectuais, sejam vistas como separatistas ou pensando somente nelas mesmas. Ao persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais (RIBEIRO, 2019, p.31).

A mesma autora desenvolve o conceito de *Lugar de Fala*, que traz o entendimento que todo mundo possui uma posição e fala a partir de um local social, não podendo se colocar como representante de uma pretensa universalidade que não existe (RIBEIRO, 2019).

Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus* social consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar, e como esse lugar impacta diretamente a constituição dos lugares de grupos subalternizados (RIBEIRO, 2019, p. 85).

56 Segundo Ribeiro (2016), este termo surgiu com Kimberlé Crenshaw em 1989. Ribeiro defende que feministas negras já utilizavam o conceito anteriormente, e que inclusive Davis (2016) já abordava a interseccionalidade das opressões em seu livro *Mulheres, Casse e Raça*. Davis e Crenshaw são de escolas de pensamento diferentes, o que não necessariamente gera interpretações similares sobre as opressões.

Questionar o racismo estrutural, em que negros e negras experimentam opressões diversas e brancos e brancas os privilégios, faz com que busquemos mudar esta realidade. “Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos” (RIBEIRO, 2019, p. 85).

O conceito Lugar de Fala dialoga com os conceitos de Paulo Freire (2011a) na busca por *ser mais*, a busca pela própria humanização. A desumanização que mulheres e homens negros sofrem em nossa sociedade é denunciada por escritoras negras e escritores negros: “a reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida” (RIBEIRO, 2019, p. 42). Para a autora, nós, brancos, devemos questionar o nosso posicionamento de privilégio e adotar postura de ouvir estas vozes que foram silenciadas por séculos de opressão.

A situação da mulher no Brasil

Com o intuito de reivindicar direitos e denunciar opressões, mulheres começaram a se organizar em grupos e movimentos feministas. No começo do século XIX, houve o que se denominou de “primeira onda” do movimento feminista no Brasil, com pautas que reivindicavam o direito ao sufrágio e ao trabalho feminino. O voto foi permitido apenas em 1934, com a constituição do Estado Novo. A “segunda onda” do movimento feminista no Brasil aconteceu nos anos 1970, quando “além de lutar pela valorização do trabalho da mulher, pelo direito ao prazer e contra a violência sexual, essa segunda geração combateu a ditadura militar” (RIBEIRO, 2018, p. 45). Nesta segunda onda, já existiam movimentos de mulheres negras dentro do movimento feminista, questionando a invisibilidade da mulher negra. Por fim, a “terceira onda” aconteceu nos anos 1990, com a introdução das questões da micropolítica trazida principalmente por Judith Butler, desnaturalizando a categoria gênero e criticando o modo dual de ver a questão (RIBEIRO, 2018).

As diferenças de gênero podem estar no âmbito público, nas diferenças de oportunidades de emprego e remuneração, na menor participação da esfera política; também no âmbito privado, como na divisão sexual do trabalho, na maior responsabilidade na esfera

reprodutiva da vida (como cuidar da casa e filhos), na maior vulnerabilidade em relação à violência física e psicológica (MONTRONE; DIAZ, 2013). O objetivo de lançar luz sobre este debate é contribuir para acabar com a relação de opressão e desnaturalizar tais diferenças como sendo inerentes a cada sexo.

Historicamente, o patriarcado reservou as funções públicas aos homens e as privadas e de âmbito doméstico, às mulheres. Esta divisão sexual do trabalho trouxe diferentes valores para as diferentes tarefas, dependendo de quem geralmente as desempenham. Em relação às profissões, aquelas voltadas ao cuidado do outro estão geralmente ocupadas por mulheres, sofrendo desvalorização salarial se comparadas à remuneração das profissões desempenhadas por homens.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Segundo Hirata e Kergoat, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios: da separação, em que se distinguem as tarefas desempenhadas por homens e mulheres; e o princípio hierárquico, em que o trabalho do homem possui maior valor do que da mulher (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599). Assim, o trabalho doméstico é geralmente desempenhado por mulheres e possui menor valor como tarefa. As mulheres ficam com a sobrecarga da realização do trabalho doméstico, mesmo quando exercem o trabalho fora de casa. Dados da PNAD 2016 (IBGE) sobre o uso do tempo entre homens e mulheres para o trabalho doméstico gira em torno de 90% para as mulheres e 50% para os homens.

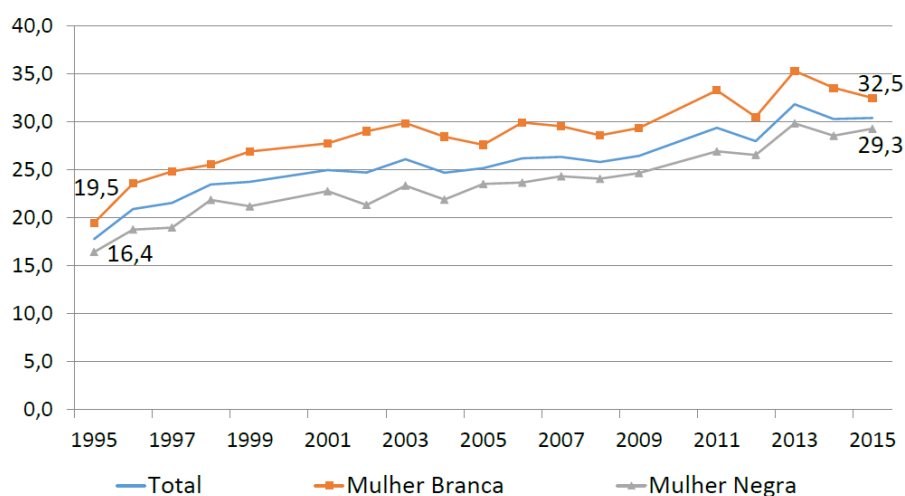
No caso das mulheres que ingressaram no mercado de trabalho, a terceirização das atividades domésticas recai sobre outras mulheres, de classes mais baixas. As mulheres negras possuíam, em 2015, maiores taxas de participação em trabalho doméstico, comparado com as mulheres brancas, com participação de 18% para a primeira e 10% para a segunda⁵⁷. Entretanto, as mulheres negras possuem menores taxas de formalização que as mulheres brancas, como indica o gráfico abaixo. Apesar da ampliação da formalização observada em

57 Dados da PNAD de 2016 (IBGE)

ambos os grupos ao longo dos anos, o percentual continua baixo, demonstrando a precariedade nas relações trabalhistas no setor do trabalho doméstico. Pode-se estender igualmente o argumento para os setores terceirizados.

Gráfico 3

Proporção de trabalhadoras domésticas que possuem carteira de trabalho assinada, por cor/raça – Brasil, 1995 a 2015

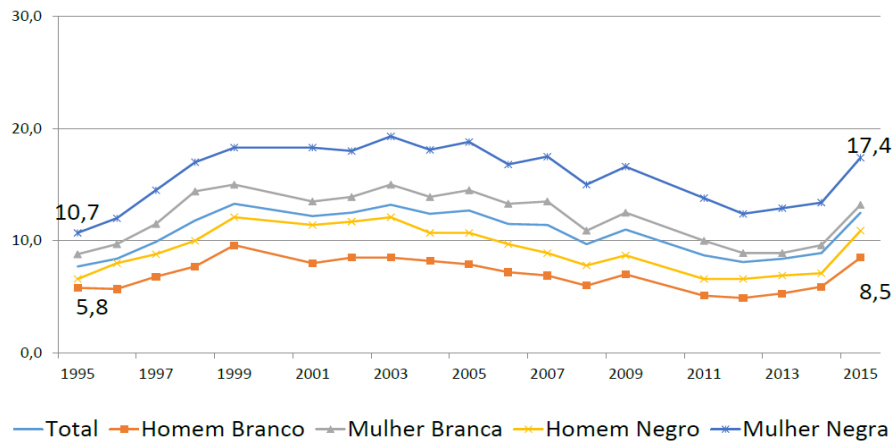


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA, 2016.

A taxa de desemprego para as mulheres são maiores que para os homens. Ainda segundo dados da PNAD 2016, os homens brancos possuem menor taxa de desemprego, seguido pelos homens negros, as mulheres brancas e, com as maiores taxas, as mulheres negras. O gráfico a seguir demonstra tal dinâmica.

Gráfico 4

Taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça e de 9 a 11 anos de estudo - Brasil, 1995 a 2015

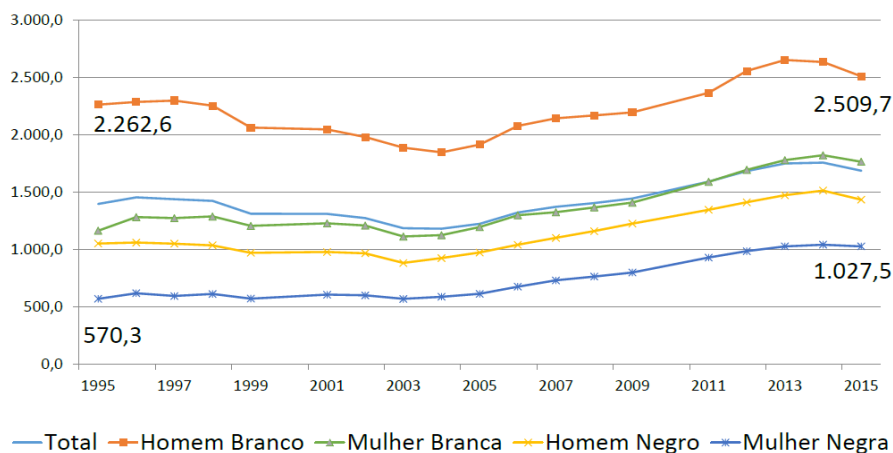


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA, 2016.

Um exemplo que evidencia como as opressões de gênero e raça incidem sobre a mulher negra é a diferença salarial com as mulheres brancas, homens negros e brancos. As mulheres negras recebem, em média, salários menores que os homens negros, que recebem menos que as mulheres brancas e que recebem menos que os homens brancos, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 5

Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA, 2016.

As mulheres e homens negros possuem menores taxas de escolaridade e maiores taxas de analfabetismo que as mulheres e homens brancos. A frequência escolar auferida pela PNAD 2016 foi de 57,3% para homens negros, 69,3% para mulheres negras, 71,9% para homens brancos e 80,1% para mulheres brancas. Os dados sobre desemprego, diferença salarial e frequência escolar demonstram igualmente as desigualdades de gênero e de raça em nossa sociedade, a interseccionalidade das opressões e suas consequências nas vidas destas pessoas.

Vivemos em uma cultura machista e patriarcal que perpetua as relações de opressão e dominação sobre as mulheres, sendo diversos os exemplos de violências física, sexual, psicológica e moral sofridos por elas, tal como a existência da cultura do estupro, a qual corrobora com o discurso que a violência sexual é culpa da mulher⁵⁸, e não do estuprador: “Os condicionamentos sociais induzem muitos a acreditar na incontrolabilidade da sexualidade masculina” (SAFFIOTI, 2015, p. 28). Em 2018 foram registrados no Brasil mais de 180 estupros por dia⁵⁹, mas estima-se que as denúncias estão sub-notificadas. Cerca de 54% das vítimas são crianças menores de 13 anos, e, na grande maioria dos casos, os abusos são realizados por pessoas conhecidas, amigos e familiares.

A violência física sofrida por mulheres e cometidas por companheiros e ex-companheiros tem se tornado manchete em jornais nos últimos anos. Esta violência, que anteriormente era escondida dentro de casamentos, começou a ser denunciada pelos movimentos feministas a partir da década de 1980. Estes tipos de violência são traduzidos no campo dos direitos humanos e da cidadania:

Com relação à mulher, durante séculos da nossa história, agressões perpetradas por maridos e companheiros contra mulheres não pertenciam ao universo da violência, no sentido de que não eram nem mesmo nomeadas enquanto tal. Há um salto paradigmático fundamental quando essas agressões passam a ser reconhecidas como formas de violência e estas como crimes e violações de direitos humanos (PITANGUY, 2002, p. 116).

58 Em pesquisa realizada em setembro de 2016 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 1 em cada 3 brasileiros acham que a culpa pelo estupro é da mulher (que não se dá ao respeito e usa roupas provocativas). Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml> Acesso em: 10 nov. 2018.

59 Dados do 13º Anuário de Segurança Pública. Matéria Folha de SP. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/brasil-registra-mais-de-180-estupros-por-dia-numero-e-o-maior-desde-2009.shtml> Acesso em: 10 set. 2019.

No ano de 2006, foi promulgada no Brasil a Lei Maria da Penha⁶⁰, depois de longo processo de luta de movimentos e organizações de mulheres. Esta lei institui como crime a violência doméstica e familiar contra a mulher, com pena de prisão para ao agressor. Possui também ações de prevenção, assistência, apoio e medidas protetivas. Apesar do avanço político representado, a lei possui ainda muitos limites em sua execução, principalmente no que concerne a não prevenção da violência e na ineficácia para a redução das taxas de homicídio de mulheres.

Saffioti (2015) defende o uso do termo *feminicídio* para designar o assassinato de mulheres, termo também usado para designar o assassinato de mulheres por motivos de discriminação à mulher e principalmente, por violência doméstica, causado geralmente por seus companheiros ou ex-companheiros. Segundo o Atlas da violência de 2019 (IPEA, 2019)⁶¹, no ano de 2017, o número de mulheres assassinadas no Brasil foi de 4.936, a maior taxa em 10 anos. Destas, 66% eram negras. A pesquisa indica que de 2007 a 2017, a taxa de homicídio (ou seja, feminicídio) cresceu 29,9% para mulheres negras, enquanto a de mulheres não negras cresceu 4,5%. Mesmo com campanhas incentivando mulheres a denunciar as violências sofridas, a situação permanece grave: na maior parte das vezes, “as mulheres são treinadas para sentir culpa” (SAFFIOTI, 2015, p. 24) e acabam acreditando que sofreram violência por algum motivo próprio.

Muszkat (2006; 2008) realizou uma pesquisa com grupos de homens que realizaram violência contra suas mulheres e foram obrigados, por determinação judicial, a participar de grupos de apoio. Nela, a autora percebeu o que denominou de *desemprego identitário*, pois, ao desempenhar papéis e perceber sua imperfeição e impotência (visto que estamos inseridos em um sistema que também determina ações e atividades inerentes à condição masculina), os homens partiam para a violência física a fim de buscar a restauração desta potência, a posição de poder que o homem possui sobre a mulher (MUSZKAT, 2006; 2008). No entanto, isto gerava um círculo vicioso, já que o homem nunca alcançará o papel idealizado pela

60 Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 10 set. 2019.

61 Destacamos também que na taxa total do ano de 2017, 75,5% das vítimas de homicídio foram de pessoas negras e 55% eram jovens (IPEA, 2019). Estes dados corroboram para o que autores chamam de genocídio da população jovem e negra no país.

masculinidade tóxica.

Dentro da cultura machista, existe também a dominação sobre a sexualidade que foge o “padrão” heterossexual, com exemplos de intolerância, preconceito, violências e assassinatos. Os próprios homens que possuem comportamentos diferentes, como expressar seus sentimentos e chorar, são associados à sexualidade homossexual e considerados “afeminados”, no sentido de atribuir características femininas para os desvalorizarem. Afinal, nada pior para um homem que estar no lugar de uma mulher em nossa sociedade.

Feminização da Pobreza e o Programa Bolsa Família

Conforme apresentado, as mulheres possuem maiores fatores de vulnerabilidade social do que os homens. Diversas pesquisas indicam o crescente processo de *feminização da pobreza* no Brasil e no mundo (GUIMARÃES, 2005; 2009; LAVINAS, 1996; MARIANO; CARLOTO, 2009). A inserção da mulher no mercado de trabalho é, em grande parte, precarizada, mal remunerada e instável (por conta dos empregos temporários), o que amplia a vulnerabilidade da mulher pobre que depende da venda da sua força de trabalho para sobreviver. As mudanças nas estruturas familiares também ampliam tal vulnerabilidade, pois em muitas famílias a mulher acumula o papel de provedora e de responsável exclusiva em sua esfera reprodutiva (LAVINAS, 1996). Mariano e Carloto (2009) apresentam estudos que indicam que, de 1993 a 2007, houve um crescimento de 33% no número de famílias chefiadas por mulheres, com maior concentração nas famílias de baixa renda.

Segundo dados da PNAD 2017 (IBGE, 2018), neste ano a pobreza atingiu com maior intensidade as “mulheres sem cônjuge e com filhos de até 14 anos” do que os “casais com filhos”, sendo que 56,9% do primeiro arranjo estão abaixo da linha da pobreza, contra 30,4% do segundo. Dentro da categoria “mulheres sem cônjuge e com filhos até 14 anos”, o corte racial indica maior impacto da situação de pobreza nas mulheres negras, sendo 64,4% das mulheres negras sem cônjuge e com filhos estão nesta condição, contra 41,5% das mulheres brancas sem cônjuge e com filhos.

Tais dados confirmam o crescente processo de *feminização da pobreza* em curso no Brasil, indicando que a maior parte da população pobre é mulher, com maior impacto na mulher negra. Ou seja, a pobreza no Brasil tem cor: é negra e parda (REGO; PINZANI,

2013a). Neste estrato social, as mulheres negras acumulam desvantagens e vulnerabilidades, fruto do preconceito e herança de nossa formação histórica colonialista e escravocrata. Hoje, no Brasil, uma mulher negra recebe 40% do salário de um homem branco, exercendo a mesma função (IPEA, 2016). Elas também são a maior parte das chefes de família: “A esse respeito, serve de comparativo o dado segundo o qual 11,7% dos domicílios urbanos em favelas são chefiados por mulheres brancas, enquanto 26% deles são chefiados por mulheres negras.” (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 904).

O problema vai se tornando mais complexo quando, além dos fatores de vulnerabilidade já elencados, a mulher negra e pobre é moradora de um bairro de periferia ou da área rural, vivendo em condições de moradia precárias e com baixo acesso a serviços públicos essenciais. A pobreza está concentrada em territórios urbanos de periferia e em zonas rurais afastadas dos grandes centros urbanos. O espaço reservado para as mulheres pobres e negras na construção da sua participação política e cidadã é reduzido.

Esses dados são exemplos que demonstram parte da problemática relacionada à cidadania das mulheres, em especial das mulheres negras. Devemos, ainda, tomar em consideração que a divisão sexual do trabalho, as responsabilidades com as tarefas de reprodução, sobretudo quanto às atribuições domésticas, e a quase interdição dos espaços de poder às mulheres, notadamente as negras, são fatores que contribuem para obstar a conquista das mulheres no campo da cidadania (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 903).

. O Programa Bolsa Família (PBF) está no bojo das políticas públicas que são propostas a fim de combater a pobreza e a miséria, com o intuito de romper com seu ciclo intergeracional. No entanto, o programa não possui um caráter de política de gênero, apesar de possuir efeitos para mudanças nessa área.

É fato que trabalhar para a equidade de gênero não faz parte dos objetivos do PBF. No entanto, é expressivo o interesse sobre quais seriam os resultados da titularidade feminina do benefício nessa dimensão analítica, afinal, as relações de gênero são um tema transversal nas políticas públicas e programas sociais, pois, mesmo não tendo esse objetivo, podem ou não contribuir no sentido de sua equidade. De um lado, uma vertente da crítica feminista aponta o uso instrumental da mulher pelo Estado como forma de ampliar a eficácia da política pública e o reforço da naturalização do papel feminino de cuidado. De outro, argumenta-se que o acesso à renda pela titular pode ampliar seu poder de decisão e gerar mais autonomia, na medida em que permite à mulher participar da provisão financeira do lar, tarefa tradicionalmente masculina (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, p. 9).

As mulheres são as titulares do benefício social e se tornam responsáveis tanto pela gestão do recurso familiar, como pelo cumprimento das condicionalidades, que são frequência escolar, vacinação em dia dos filhos e acompanhamento do crescimento dos filhos, com a pesagem no posto de saúde (MARIANO; CARLOTO, 2009). Em pesquisa realizada sobre o PBF com mulheres moradoras de regiões rurais extremamente pobres do país, Rego e Pinzani (2013a; 2013b) buscaram captar as mudanças morais e políticas que estas mulheres tiveram após receberem o benefício. De acordo com os resultados da investigação, o acesso a uma renda monetária regular permitiu às beneficiárias do programa o desencadeamento de processos de autonomia em vários níveis da vida, percebendo transformações inclusive na subjetividade destas mulheres (REGO; PINZANI, 2013b).

Segundo as autoras, um dos níveis de vida influenciado pelo processo de recebimento do benefício foi a maior autonomia em seus relacionamentos pessoais. “Observamos em alguns casos que o recebimento de uma renda regular monetária permitiu a algumas mulheres saírem de casamentos difíceis, com isso alcançando maior liberdade individual” (REGO; PINZANI, 2013a; p. 194). Por outro lado, de acordo com Mariano e Carloto (2009), o Estado, através do PBF, reforça a associação ao papel tradicional da mulher com a maternidade e o cuidado ao estabelecer condicionalidades e a sua responsabilização a estas.

Um ponto de ilustração a esse respeito é o modo como os grupos de mulheres estão sujeitos a obrigações impostas pelo Estado e geram efeitos para o tempo e o trabalho femininos. Tais obrigações se expressam no cumprimento de atividades e responsabilidades estipuladas pelas políticas sociais, com destaque para as políticas de desenvolvimento e, mais recentemente, para as de combate à pobreza. O Estado cobra das mulheres pobres a execução de tarefas relacionadas ao cuidado de crianças, adolescentes, idosos, doentes e pessoas com deficiência. Igualmente, convoca as mulheres para a participação em atividades extras, como, por exemplo, grupos de geração de trabalho e renda (com duvidosa potencialidade para a melhoria do bem-estar) e grupos de ações educativas, sendo estas, via de regra, relacionadas às tarefas reprodutivas. Ao fazê-lo, o Estado está gerando, para as mulheres pobres, responsabilidades ou sobrecarga de obrigações relacionadas à reprodução social (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 902).

As autoras destacam que as divisões sexuais do trabalho no âmbito familiar se mantêm com a forma com que se estrutura o PBF, sendo que a responsabilização das tarefas e condicionalidades por parte do Estado para a beneficiária reforça os papéis tradicionais de gênero e minimiza a responsabilização do homem no cuidado com as crianças e adolescentes: “Consideramos que o PBF teria mais contribuições a oferecer na luta pela redução das

desigualdades se viesse a incorporar concepções mais críticas acerca dos papéis de gênero” (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 907). A escolha por parte do Estado sobre quem representa a família é baseada em uma divisão sexual do trabalho que atribui à mulher a função de cuidadora da casa.

Portanto, ao mesmo tempo em que cria novos processos de autonomia, o PBF também reforça papéis tradicionais e opressores de gênero. A respeito da titularidade e dos gastos, na pesquisa com as beneficiárias do PBF, Rego e Pinzani (2013a) afirmam que a maioria das mulheres participantes consideram positivo o fato do cartão vir em seu nome. “A clássica resposta sobre essa questão é a de que elas são melhores gestoras da economia doméstica e de que seus maridos normalmente são incapazes de fazer compras adequadas às necessidades familiares ou gastariam o dinheiro em bebidas” (REGO, PINZANI; 2013a, p. 192). Mariano e Carloto (2009) concordam também que as mulheres utilizam os recursos da melhor forma para melhorar as condições de sua família:

A gerência do recurso para beneficiar a família, principalmente as crianças, tem sido citada por diferentes autores e gestores dos programas de combate à pobreza, nos diferentes escalões, desde o âmbito federal até o municipal, e é nesse sentido que tem recaído sobre a mulher a preferência pela titularidade do benefício. As mulheres, na sua grande maioria, realmente utilizam o benefício para melhoria das condições de vida da família, em particular das crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar, mobiliário para a casa e material de construção para melhoria das condições físicas da casa (p. 906).

No entanto, as autoras salientam que “o uso de recursos por parte da mulher constitui-se em um bom indicador, embora não único, das dinâmicas de poder e controle dentro da família” (MARIANO; CARLOTO, 2009, p. 906). Chiara Saraceno⁶² afirma que mulheres abrem mão do consumo individual a favor do consumo dos outros membros da família e que possuem dificuldades em separar despesas familiares e despesas pessoais, mesmo quando a despesa vem do dinheiro ganho por elas. Ao realizar determinados gastos, uma parte das beneficiárias afirmou que os fazem sem o conhecimento prévio do marido; quando o consumo é para benefício próprio, criam sentimento de culpa por ter realizado tal gasto. (PIRES, 2012)

Algumas das entrevistadas “confessaram”, às vezes com tão visível quanto injustificado sentimento de culpa, que de vez em quando usam o dinheiro da bolsa

62 Apud Mariano e Carloto (2009).

para comprar um batom ou um creme para o cabelo. Essas atitudes configuram um tipo de *morality of spending* que age fortemente sobre suas subjetividades (REGO; PINZANI, 2013a, p. 198).

O processo da monetarização é complexo e seus impactos nas subjetividades não são homogêneos (SIMMEL, 1998). Porém, o acesso a uma renda regular em forma de dinheiro produz processos de maior autonomia, respeitabilidade e confiabilidade na sua comunidade local, em que mulheres relataram conseguir crédito nos estabelecimentos comerciais locais depois que passaram a receber o benefício.

De modo geral, as mulheres beneficiárias do BF não conheciam a experiência da regularidade do rendimento monetário e da confiabilidade que passaram a fruir entre os comerciantes da cidade, além de tantas outras exigências sociais para um mínimo de vida digna. O ganho de confiabilidade é visto por quase a totalidade delas como mais um fator positivo da bolsa, pois ser uma pessoa confiável é um valor importante nessas paragens: conforma a aquisição de mais respeitabilidade e é vivido como um aumento de autorrespeito (REGO; PINZANI, 2013a, p. 200).

Os estudos apresentados demonstraram que as beneficiárias auferiram maior segurança financeira e respeitabilidade, com atitudes, por parte de algumas mulheres, de questionamento as relações de gênero e patriarcal dentro de casa, levando até mesmo a separação de relacionamentos conjugais. O acesso ao benefício do PBF também possibilitou a ampliação da perspectiva de ampliação das suas próprias escolhas. (REGO; PINZANI, 2013a; BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017)

Ainda que as beneficiárias percebam que somente na geração dos filhos haverá saída, existe o sentimento de que é possível romper com a história de miséria. O acesso à renda regular lhes possibilita também maior circulação: ir ao comércio, fazer compras e sentir-se respeitadas pelos comerciantes proporciona às titulares a diminuição do isolamento social e a sensação de dignidade (BARTHOLO; PASSOS; FONTOURA, 2017, p. 24).

Portanto, diversos os estudos demonstraram que houve melhorias e ganhos de maior autonomia com o recebimento do benefício do PBF, apesar de também incorrer na manutenção de papéis tradicionais da mulher na responsabilização do cuidado dos filhos e outras atividades reprodutivas. Tais pesquisas demonstram a diversidade e complexidade dos efeitos que um benefício social produz na vida das pessoas, com avanços limitados na

transformação das relações de gênero. Enfim, pretendemos colaborar com este estudo temático buscando compreender o que as mulheres aprendem enquanto tomam decisões sobre o uso do seu dinheiro e quais são os processos educativos que decorrem da gestão da renda por parte das mulheres beneficiárias do PBF moradoras de um assentamento rural.

A mulher do campo

A população rural compreende cerca de 15% da população total do Brasil. Enquanto nas áreas urbanas a maior proporção da população é composta por mulher, no campo, esta relação se inverte. Segundo dados da PNAD de 2015, a proporção entre homens e mulheres na área urbana é de 47,85% e 52,15% respectivamente, enquanto na área rural é de 52,25% e 47,75%. Ou seja, a maior parte da população rural é masculina. Outro dado importante refere-se à constatação de que a proporção da população negra e parda em área rural é maior que a proporção da população negra e parda em área urbana, como mostra a tabela 2, apresentada a seguir. Nas áreas urbanas, 53,25% dos homens e 50,94% das mulheres são negros/as ou pardos/as. Já na área rural, a proporção de negros/as ou pardos/as sobe para 64,98% para homens e 63,63% para mulheres. Ou seja, quase dois terços da população do campo é negra ou parda.

Tabela 2 – População por situação de domicílio, sexo e cor ou raça (%)

Situação do domicílio e sexo	População residente (%)					
	Cor ou raça					
	Branca	Preta	Parda	Amarela	Indígena	
Total						
Homens	48,52%	43,97%	9,12%	46,06%	0,46%	0,39%
Mulheres	51,48%	46,40%	8,62%	44,12%	0,48%	0,38%
Urbana						
Homens	47,85%	45,98%	9,45%	43,79%	0,52%	0,25%
Mulheres	52,15%	48,27%	8,89%	42,05%	0,53%	0,25%
Rural						
Homens	52,25%	33,75%	7,41%	57,57%	0,19%	1,08%
Mulheres	47,75%	35,05%	7,01%	56,63%	0,18%	1,14%

Fonte: PNAD 2015 (IBGE). Elaboração da autora.

As mulheres camponesas participaram ativamente das lutas no campo por terra. Nos anos 1980, durante o processo de redemocratização, lutaram para ter o reconhecimento da profissão enquanto agricultoras, garantindo assim tanto os direitos previdenciários como de salário-maternidade, bem como o direito à sindicalização. Importante destacar que apenas com a Constituição de 1988 as mulheres do campo tiveram o reconhecimento de sua profissão, deixando de ser dependentes de seus maridos para acessar seus direitos enquanto trabalhadora rural.

Nos anos 1980 e 1990, criaram seus próprios movimentos de mulheres, como os Movimentos das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) e os Movimentos de Mulheres Agricultoras (MMAs), que posteriormente veio a se chamar Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), ingressando na Via Campesina⁶³ (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015). Estes movimentos rurais feministas estiveram articulados aos demais movimentos de luta pela reforma agrária, reivindicando a titulação da posse da terra em nome do casal ou da mulher chefe de família, como também levantando pautas de organização e melhorias das condições da mulher trabalhadora rural.

Nos anos 2000, por meio da Marcha das Margaridas⁶⁴, estes movimentos apresentaram reivindicações relacionadas ao direito ao acesso às políticas públicas produtivas e à documentação básica (como carteira de identidade por exemplo), ao título da terra, e pelo fim da violência contra a mulher. Além disso, as mulheres do campo foram protagonistas nas críticas ao modelo do agronegócio e das sementes transgênicas, defendendo a agroecologia⁶⁵ como modelo de desenvolvimento do campo, soberania alimentar e nutricional.

As mulheres rurais também participaram ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país. Coube aos movimentos de mulheres o pioneirismo na apresentação dos temas da agroecologia como uma proposta de política pública, a partir das Marchas das Margaridas e dos movimentos organizados pela Via Campesina em prol de um

63 A Via Campesina é uma organização internacional de camponeses criada em 1992, composta por organizações e movimentos sociais de diversos países.

64 As Marchas das Margaridas reuniram os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em suas 5 edições (2000, 2003, 2007, 2011 e 2019) e apresentou pautas reivindicativas importantes tanto para o movimento de mulheres como para o movimento de luta no campo em geral.

65 Agroecologia é um estudo e aplicação de técnicas do campo da agricultura e ecologia para manejo de agroecossistemas de forma ecológica e sustentável (FEIDEN, 2005). Associa o resgate de técnicas e conhecimentos ancestrais a estudos recentes de manejos sustentáveis e orgânicos.

sistema agroalimentar sustentável (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 578).

No dia 8 de março de 2006, as mulheres da Via campesina organizaram uma ocupação na sede da Aracruz Celulose, no Rio Grande do Sul. A ocupação foi uma ação direta crítica ao modelo de negócio implantado pela empresa e chamado de “deserto verde”, onde o plantio de eucalipto impacta negativamente no equilíbrio ambiental; também protestavam contra a expulsão de indígenas e camponeses por parte da Aracruz em terras no estado do Espírito Santo (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015).

Além de seu papel político, as mulheres do campo vêm desempenhando importante papel econômico em seus territórios. Mesmo não sendo maioria da população do campo, as mulheres da área rural são responsáveis pelo cultivo de 45% dos alimentos na América Latina. No entanto, ao declarar o número de horas semanais trabalhadas no ano de 2006, os homens declararam uma jornada de 39 horas enquanto as mulheres de 21,7 horas (PACHECO, 2009). Esta diferença de declaração de horas trabalhadas entre homens e mulheres da área rural se deve ao fato de que o trabalho feminino é visto como “ajuda” e não contabilizado por elas mesmas. Também se deve à divisão sexual do trabalho, em que mulheres ficam responsáveis pelas atividades de cuidado e que envolvem o âmbito privado, e os homens pelas atividades ligadas à produção agrícola, ao âmbito público e à geração de renda.

Na agricultura familiar, além do trabalho na casa, as mulheres participam do trabalho na agricultura (preparação do solo, plantio, tratos culturais, colheita, pós-colheita) e também se responsabilizam pelo “quintal”, onde podem realizar atividades agrícolas (hortas, pequeno roçado para consumo, transformação de alimentos) e o trato dos animais, especialmente aqueles de pequeno porte e/ou destinados ao consumo direto da família. Por serem muitas vezes realizadas próximas a casa e concomitantemente a outras tarefas, as atividades agrícolas das mulheres são vistas, em geral, como uma extensão das suas tarefas domésticas ou como uma “ajuda”, não sendo contabilizadas em termos monetários e nem consideradas como “trabalho”. No entanto, seus produtos contribuem para conformar a renda da unidade familiar, seja via consumo direto ou via comercialização. Essa forma de inserção econômica (subordinada) produz uma representação do trabalho feminino como atividade secundária e marginal, mesmo que, sem este trabalho, não seja possível garantir a reprodução física e social da agricultura familiar (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 574).

O trabalho da mulher do campo, tanto produtivo como reprodutivo, não é reconhecido como trabalho. Ele se torna invisível ou de menor valor que o trabalho do homem, pois muitas vezes não gera renda financeira. O autoconsumo não é visto como renda por não existir uma

relação de troca mercantil envolvida; porém, é uma forma de poupar gastos em dinheiro e gerar segurança alimentar para a família. “Deste ponto de vista, as relações de gênero adquirem hierarquias de poder que refletem a estrutura social ‘convencional’, na qual o homem está sempre em posição superior à da mulher, reproduzindo assim uma situação de violência simbólica” (FERRANTE; DUVAL, 2012, p.5). A estrutura de dominação patriarcal é reforçada no campo.

A precariedade dos assentamentos e condições de vida nas áreas rurais impactam em maior grau também na vida das mulheres, pois com o baixo acesso à saúde, educação e água, o cuidado da família fica mais difícil. O desenho das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar é voltado para a unidade familiar como um todo, sem considerar as especificidades e necessidades das mulheres.

Prevalece, tanto no âmbito público quanto privado, uma visão patriarcal, de que cabe primordialmente ao chamado “chefe da família” (homem) a interlocução com o Estado e com a sociedade em geral. Via de regra as políticas para a agricultura familiar priorizam a produção e as mulheres rurais são excluídas tanto da negociação quanto da execução destas políticas. Ainda não está generalizado o reconhecimento de duas questões importantes: (i) que as mulheres também são produtoras rurais, e, portanto, potenciais beneficiárias de programas e políticas estatais, independente de seus vínculos familiares; (ii) que as mulheres rurais muitas vezes demandam outro tipo de políticas, que não apenas as produtivas, colocando na agenda pública temas relacionados com o bem-estar, seja em nível pessoal, familiar ou comunitário, que podem tensionar a direção para onde essas políticas apontam (SILIPRANDI; CINTRÃO, 2015, p. 572).

Em 2003, foi criada a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), com o intuito de criar políticas que buscassem maior equidade de gênero. Também em 2003 foi criado, dentro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁶⁶, o Programa de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (PPIGRE). As ações desenvolvidas pelo MDA ao longo da primeira década dos anos 2000 buscaram possibilitar o acesso das mulheres à documentação, ao crédito produtivo, à organização e assistência técnica, aos programas de comercialização e compras públicas; também garantiu a titulação da terra cedida pela reforma agrária no nome da mulher ou de forma conjunta com seu companheiro. Esta última ação fez com que ampliasse de 24% para 72% o percentual da presença do nome das mulheres na titularidade da terra, entre os anos de 2003 e 2013 (HORA; BUTTO, 2014).

66 O MDA foi extinto sob o governo Bolsonaro.

**Parte III – A luta diária da mulher do campo de viver e sobreviver
na terra**

Análise dos dados e resultados

Com o intuito de organizar e aprofundar a análise empreendida, realizamos um esquema de núcleos de relações (BARDIN, 2009) entre as categorias, com aproximações e intersecções dos assuntos dentro dos três temas que emergiram da análise das entrevistas. Neste esquema, é possível perceber que gênero não é uma categoria temática, mas perpassa a análise das três categorias. As percepções do que é ser mulher e ser mulher pobre estão inseridas na categoria “Tem que fazer virar”. A significação do que é ser mulher assentada e moradora de área rural, na categoria “Roça é tudo pra mim!”. Além disso, na categoria “Eu quero saber se eu tenho direito”, será analisado o fato de a mulher ser a responsável tanto por receber o benefício como de cumprir as condicionalidades do PBF.



Figura 5 – Categorias temáticas – Gestão da renda familiar

Elaboração da autora

Capítulo 3 – “Tem que fazer virar!”: A mulher na gestão do dinheiro

*Dinheiro na mão é vendaval
É vendaval
Na vida de um sonhador
De um sonhador
Quanta gente aí se engana
E cai da cama
Com toda a ilusão que sonhou
E a grandeza se desfaz
Quando a solidão é mais
Alguém já falou
Mas é preciso viver
E viver não é brincadeira não
Quando o jeito é se virar
Cada um trata de si
Irmão desconhece irmão
E aí dinheiro na mão é vendaval
Dinheiro na mão é solução
E solidão*

Música: Pecado Capital
Compositor: Paulinho da Viola, 1975

A categoria temática “*Tem que fazer virar*”: *a mulher na gestão do dinheiro* surgiu ao buscarmos compreender os processos educativos da gestão da renda familiar relacionados, especificamente, com as transações financeiras envolvendo a utilização de dinheiro. A forma como cada mulher aprendeu a lidar e gerir sua renda monetária traz perspectivas particulares e ao mesmo tempo comuns de ser e agir no mundo, com aprendizados decorrentes dos processos de produção e reprodução de suas existências, vivenciados ao longo de suas vidas.

Neste capítulo, primeiramente discutimos um conjunto de informações sobre aspectos da gestão financeira da renda familiar das mulheres assentadas, como as fontes de receitas, as despesas, a tomada de decisão sobre os gastos, quem decide onde vai gastar o benefício do Programa Bolsa Família, quais estratégias envolvem ou não o acesso ao crédito ou produção de poupança, a percepção das mulheres sobre lidar com dinheiro e a falta dele, bem como a forma como se apresentam os processos educativos durante a realização desta gestão. São nestas estratégias aprendidas ao longo de cada experiência vivida que percebemos a criatividade como resposta às limitações do dia-a-dia e contingenciamentos impostos pelas condições socioeconômicas. Além disso, a questão do controle do dinheiro é ressaltado ao

longo da análise, pois revela como se dão as relações de gênero dentro de cada família.

A seguir, revelamos aspectos relativos às perspectivas das participantes da pesquisa sobre o que pensam ser pobreza e sobre ser mulher pobre, assim como percepções sobre o que consideram sobre *ser mulher*, em que comungam com o fato de que tal condição é ter que dar conta de tudo, casa, filhos, renda, e por conta disso ficam sobrecarregadas. Também nesta seção, as mulheres colaboradoras nos apresentam visões sobre seus modos de ser e agir no mundo, não corroborando com a percepção de pobreza liberal apresentada em capítulos anteriores. Ao final, realizaremos algumas considerações sobre os resultados, a análise da categoria temática e a discussão desta, bem como a contribuição da categoria para a pesquisa.

A geração de renda das famílias assentadas

Uma primeira informação importante na gestão da renda doméstica são as fontes de receitas possíveis de serem acessadas pelas famílias das mulheres assentadas, ou seja, tudo que pode entrar como recurso financeiro no cotidiano de trabalho, de forma permanente ou esporádica. Em linhas gerais, isso se dá basicamente por meio da venda de produtos agropecuários produzidos nos lotes do assentamento, pela venda da força de trabalho em serviços esporádicos e geralmente de cunho precário, e também pela entrada financeira de benefícios sociais, como aquele proveniente do PBF.

A geração de renda proveniente da venda de produtos agropecuários oriundos do manejo dos lotes produtivos depende, diretamente, das condições de produção na terra específicas de cada família, as quais são fortemente influenciadas pelo acesso ou não à água para irrigação e trato da terra. Das mulheres entrevistadas, Aurora, Rosa e Isabel contam com poço artesiano próprio em seus lotes e Margarida, Sheila e Carolina dependem do abastecimento de água quinzenal ou mensal do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE - São Carlos). No caso das pessoas que dependem do abastecimento pelo SAAE, este é disponibilizado apenas para o consumo da casa.

Para a família de Isabel, a principal renda vem da venda de produtos produzidos por ela e seus familiares no lote, tais como hortaliças, frutas, legumes, leite e doce de leite, ovos e frango, sendo a renda complementada por alguns trabalhos temporários do marido, além do

benefício do PBF. Ela é a única entre as seis entrevistadas que consegue ter como renda principal a venda de produtos produzidos na terra. Por conta disto, aprofundaremos este aspecto em sua relação com o modo com que ela realiza a gestão das suas receitas. Uma das formas utilizada pela agricultora para comercializar seus produtos é a venda direta, de porta em porta, realizada aos sábados nos bairros de periferia localizados perto do Assentamento:

Então, aqui a gente vende o leite, a gente vende galinha. Quando tem a gente vende! E mais a verdura, alface, couve. A gente passa com o carro anunciando na rua. E o pessoal vem até o carro e vai comprando, só que a maioria na *caderneta*. Então é onde às vezes a gente leva muito, muito calote. Às vezes perde muito, porque o pessoal compra, quando chega em uns 200 reais, você vai entregando pra ele. “Ah essa semana eu não tenho dinheiro, na semana que vem você pode passar?” Aí você vai entregando. Quando chega em uns 200 reais, que você dá aquele limite, que você vai cobrar a pessoa. Você tem que bater umas 10 vezes na porta dela para receber. E às vezes tem muito que você acaba perdendo mesmo! Chegou de eu perder de uma pessoa, perder 480 reais. (Isabel)

O procedimento de realização da venda informalmente chamado de *venda fiada*, ou a utilização da *anotação em caderneta*, refere-se à prática de vender um produto ao cliente e não receber o pagamento ao mesmo tempo, confiando que o cliente irá pagar o valor que deve mais tarde, em período combinado entre os dois. Trata-se de uma antiga forma de crédito informal, com pagamento à prazo. A venda *fiada* faz parte da estratégia de venda de Isabel, pois, segundo ela, se não fizer desta forma, não conseguiria vender seus produtos nestes bairros empobrecidos. A forma de cobrança que ela faz é sutil, ao mesmo tempo em que controla a utilização deste recurso para a conta não ficar muito alta.

Continua, tem bastante, risos. Mas se não fizer nos dias de hoje, você não consegue vender! (...) Muitos pagam no final do mês. Outros dão aquela enroladinha, vem com metade, outro vem só com um terço e assim vai indo. (...) Vai indo, porque se você para, você perde tudo. A esperança é passar e aquela pessoa te pagar. Vai virando uma bola de neve. Mas no final das contas, acaba dando certo. (Isabel – Entrevista Reflexiva)

Esta estratégia de venda com a possibilidade do não pagamento na hora da compra está ligada a uma relação territorial de confiança com seus clientes. Como Isabel passa de carro na rua vendendo, ela sabe onde cada um deles mora, e ao vender na semana seguinte, passa vendendo e cobrando. Neste processo, se torna conhecida pelas pessoas que ali moram,

cria vínculos de amizade e confiança, e também de compromisso e obrigação. Entretanto, Isabel comenta que já levou alguns calotes de seus clientes.

Ah, às vezes eu dou uma ou duas passadas ... eu passo: “e aí, tem um dinheirinho pra hoje?” “Ah, não tenho, vou receber tal dia”. Então tal dia eu passo de novo. Aí vai indo, mas tem uns que a gente acaba desistindo. Que aí não compensa ficar passando ali, porque vai que a pessoa quer pegar mais alguma coisa, aí fica chato você falar: Não vou te vender. Aí você acaba abandonando. Que é melhor você perder um pouco do que perder bastante. Sempre perde um pouquinho, mas é pouca coisa. Alguns! A quantidade que a gente tem na rua, leva calote de uns 5, 6, por aí. (...) [pouco no total] Sim, sim. Mas às vezes tem cliente que chega a 200, 400 reais. Já chegou de pessoa pegar 200, 400 reais. Ele pediu uma encomenda, você entregar pra ele, quando ele pegar a encomenda, ele fala: ah, depois eu te pago. E você achar que é para aquela hora, e não é. (...) Não tem o que fazer, não é? Perdeu, perdeu! Bola pra frente! Tem que trabalhar e pegar mais clientes. (Isabel – Entrevista Reflexiva)

O principal problema enfrentado por Isabel para geração de renda por meio do trabalho agropecuário não se situa na esfera de produção, mas sim de comercialização, considerando a dificuldade que tem de encontrar canais de vendas para seus produtos, evitando deste modo prejuízos e perdas. A forma como ela soluciona a comercialização de seus produtos é na venda direta ao consumidor que, por também se encontrar em situação de pobreza e baixa renda, compra em sua grande maioria por *fiado*.

A verdura é toda semana! Então tem o fiado e a gente não tem, que se fosse condição de produzir, produzir a gente tem né? Mas a gente ainda falta colocar no mercado. Então é só na rua mesmo, a gente consegue vender mais na rua mesmo. Aí tem dia que você leva verdura para rua, você vende tudo! Tem dia que você coloca 40 - eu não faço pé, eu faço macinho de alface, que meus maços são bem reforçados - então você leva 40 maços, você vende os 40. Tem dia que você leva 40 maços ou 30, você volta com 10 pra casa. Então depende do dia. Igual assim, tá um dia de calor, alface você consegue vender ela bem. Quando que o tempo está frio, você não consegue vender. Então daí é prejuízo. Você volta com ela e trata das galinhas.(Isabel)

A partir da experiência de venda de Isabel, ela percebeu que nos dias de calor, determinados produtos vendem mais, ao passo que nos dias frios, são outros aqueles comercializados: “É, a couve, a chicória, espinafre. Abobrinha se vende bem [no inverno]” (Isabel). Além disso, também demonstra domínio sobre a gestão da produção, com a venda de

itens que compensam produzir e itens que não compensam, visto incorrerem em um custo maior de produção.

Porque a energia ainda é cara pra a gente poder produzir muito aguando. Mesmo que a gente tem o poço, não é qualquer coisa que a gente pode plantar. Porque se não, joga muita água e aí não compensa. Porque se você gasta muita energia para produzir aquilo, quando você vai vender, você ainda tem que levar para a rua, você gasta combustível, gasta tempo... e daí é uma coisa que não compensa. (...) Energia está cara. Mesmo a gente que tem o poço. É caro! Então, a gente planta pouco. O que a gente está plantando bastante mesmo é a manga. A manga a gente tem 150 pés produzindo e a gente plantou mais 50 pés esse ano, que foi o que a gente conseguiu comprar, não é? E se Deus quiser, no ano que vem, a gente vai comprar mais 50 pés. (Isabel)

Ao produzir e colocar seus produtos à venda, Isabel nos mostra que aprendeu que suas vendas variam de acordo com a temperatura e estação do ano, lembrando igualmente que, mesmo possuindo poço artesiano e tendo condições de produzir culturas irrigadas, ela não pode usar tal recurso a ponto de encarecer seu produto com o alto gasto de energia elétrica, o que tornaria sua comercialização inviável por conta do elevado custo da produção. São saberes de experiência vivenciados (FREIRE, 2011a) e compartilhados por Isabel: segundo ela, por exemplo, a manga é uma fruta que compensa produzir, pois necessita de água apenas no começo do plantio e nos períodos de chuva. Ela comenta que sua produção recente, à época da entrevista, fora boa, obtendo grande êxito na realização da venda direta para seus clientes.

[Esse ano] Graça a Deus produziu bem! Por quê? No ano passado veio chuva de pedra e arregaçou tudo, acabou com as mangas. Nesse ano foi a seca. Mas mesmo assim produzimos bem! Nós tiramos mais de 1.000 kg de manga, mesmo por causa da seca. Então a manga é uma coisa que compensa mais. Tanto que a manga você vende de porta em porta, você vende ela no supermercado. Mas para vender ela no supermercado, não compensa! No mercado ele vende a 2 reais, e pra gente ele quer pagar 1 real, 1,25. Então não compensa! Ou você vende de porta em porta ou você entrega na prefeitura. (Isabel)

Tanto em 2017/2018 como em 2018/2019, Isabel conseguiu estabelecer um contrato público com a Prefeitura Municipal de São Carlos, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Pela prefeitura. Daí, a gente não conseguiu, ela não saiu na época. Que teve um pessoal que entregou em outubro, novembro. A nossa saiu em janeiro, fevereiro. Então a gente vendeu bastante na rua. Mas da minha parte, eu consegui quase dois mil quilos esse ano. Então deu pra ajudar um pouco. Mas na verdade, o dinheiro dessa manga de agora, eu nem recebi ainda. Tá pra cair na conta, vamos ver. (Isabel – Entrevista Reflexiva)

A prefeitura paga pelos produtos entregues pelas agricultoras na merenda escolar alguns meses depois da entrega, o que de certa forma dificulta o planejamento financeiro das produtoras. Com o dinheiro da venda de manga da primeira entrega no ano anterior, Isabel iniciou uma reforma em sua casa, ampliando sua cozinha. Imaginou que daria para fazer a maior parte da reforma com o dinheiro que recebeu da prefeitura, mas, ao longo do processo da obra, percebeu que o valor não seria suficiente. Realizou, então, ajustes nos gastos planejados, encontrando soluções para resolver a situação e finalizar a reforma.

Mariana: E no meio do ano passado [2018] mais ou menos eu vim aqui e você estava construindo essa cozinha. E você falou que era com o dinheiro da manga.

Isabel (entrevista reflexiva): É, quer dizer, a gente imaginou que seria. A gente ia colocar mais um pouquinho e ia conseguir. Ia comprar mais uma coisinha. Mas o dinheiro da manga não deu nem para pagar o pedreiro! Risos. Mas a gente apertou aqui, ali e deu pra fazer. Colocamos as coisas que a gente já tinha. Conseguimos o vitrô, pia, tudo usado. Não colocamos laje, só telha. Então deu pra fazer. Mas se fosse esperar só da manga, não deu nem para pagar o pedreiro! Risos.

No processo de diálogo realizado ao longo do período de diálogo com Isabel, realizamos trocas de saberes, em processo de convivência e respeito. Ao final da segunda entrevista, ela nos pediu ajuda para a “formação de preço” de um item novo que pretendia vender: o doce de leite em pedaço. Ela já vende doce de leite pastoso em pote a R\$ 10,00 cada, sendo que fizemos as contas juntas para chegar ao preço de venda, tendo o preço do doce de leite em pote como referência.

Depois da entrevista reflexiva com Isabel, ela me presenteou com dois pedaços de doce de leite, embalados em um saquinho. Me perguntou quanto eu cobraria por aquele pacotinho. Eu disse:

— Dez reais?

— Não, muito caro! Uns 6 reais?

— No mínimo seis. Vamos ver! – continuei – Com essa receita você usa quantos litros de leite? Que rende quantos potes de doce de leite mole?

Ela respondeu:

— Seis potes – E fez a conta logo em seguida – Sessenta reais.

— E nessa forma, dá pra cortar quantos pedaços?

Isabel contou e respondeu:

— Vinte pedaços.

Eu falei:

— Sessenta dividido por vinte dá três reais cada pedaço. Isso porque você disse que pra fazer ele duro tem que ficar mais tempo mexendo a panela, então dá mais trabalho, não é? Então seria no mínimo três reais mesmo cada pedaço.

Ela arregalou os olhos e falou:

— Até que você é boa nisso!

E deu risada. Eu também ri. (Diário de campo)

Margarida, Aurora e Rosa relataram a venda esporádica de excedente da produção realizada no lote como fonte complementar de renda, a qual se dá de forma direta para o consumidor. Rosa diz, que de 2018 pra 2019, parou de plantar hortaliças por conta da impossibilidade de continuar entregando na prefeitura⁶⁷. Na segunda entrevista, ela disse continuar vendendo ovos e galinha.

Tem, quando eu tenho verdura, eu vendo verdura. (...) É eu vendo também [galinha], os pintinhos também, o ovo. (...) Eu vendo direto para as pessoas. Que encomendam ou quando eu vou em algum lugar da cidade. (...) É o suficiente pra pagar uma conta. Não vou falar que eu tiro um bom dinheiro assim, mas é um dinheirinho que dá assim pra viver, pagar as conta, comprar as coisas de casa... Graças a Deus eu não tenho o que reclamar não. (Rosa)

Agora eu parei a horta porque eu estava com dificuldade de entregar para a prefeitura. A prefeitura só segurou pra quem tinha contrato [PNAE]. Quem não tinha contrato, parou de entregar. O PAA. E eu não tinha contrato [PNAE]. Está limpa a horta, eu não estou mexendo com nada. (...) Ovo ainda eu estou vendendo! (Rosa – Entrevista Reflexiva)

Na família de Margarida, eles também vendem o excedente da produção do lote como fonte complementar de renda, mas não entregam para nenhum programa de compras públicas operacionalizado pela prefeitura. Por conta de um incêndio ocorrido em julho de 2018 em seu lote, disse que ainda não havia retomado as vendas em 2019.

⁶⁷ Ela se refere ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) que foi interrompido por alguns meses por conta de questões burocráticas entre a Prefeitura e o Ministério da Cidadania. Houve continuidade da compra pública pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que exige um contrato e cronograma de entregas mais rígido que o PAA.

A gente vende reciclagem nossa, mesmo. A gente procura fazer um dinheiro com a criação, galinha, frango e galinha caipira, fruta, mandioca. As coisas que dá pra vender, a gente vende também! A gente sobrevive disso, esse tipo de dinheiro também que entra. Além do G. (marido) trabalhar. (...) Não é todo mês que a gente que tem comprador e não é todo mês que a gente tem no caso criação para vender, entendeu? Mas vamos dizer assim, Mari, dá para fazer uns R\$ 400 com essas coisas. (...) Mas não é todo mês. Exatamente. E tem mês que você faz R\$ 50, entendeu? Vende uma franga por exemplo. [Vende] Tudo pessoal, direto para o consumidor. Até pão! (Margarida)

Botaram fogo no lote. Nesse intervalo, botaram fogo no lote, e queimou quase tudo. Foi nas férias de julho. (...) Aí queimou quase tudo, a gente perdeu quase tudo. E a gente já não tinha mais as plantas, as coisas que a gente vendia na cidade. Então ficou mais difícil. Aí eu voltei pra assistente social, expliquei pra ela que tinham botado fogo no meu lote. Eu estava sem recurso financeiro, eu não tinha mais produção. Até o galinheiro tinha queimado, não perdi todas as galinhas. (...) É agora, um ano depois, graças a Deus a gente já está começando a ter as coisas já. E tira daqui. Mas pra vender a gente ainda não tem não. (Margarida – Entrevista Reflexiva)

Aurora disse não vender produtos produzidos em seu lote por conta da dificuldade em transportá-los para a cidade. Ela não possui carro e depende de caronas do genro para ir até a cidade. Ao longo da segunda entrevista, ela se lembrou de que vende o excedente da produção de leite e queijo.

Faço pra vender também. Que a vaquinha dele dá 15 litros de leite. E eu faço e vendo. (...) Pela minha filha ou vem minha comadre. Compra e vende no serviço dela. Até a vaca secar. Tinha semana que fazia uns 100, 150 reais de queijo. (...) Daí eu fazia e eles já levavam. Meu compadre me encomendava leite. Eu vendo leite, vendo queijo. Então, a gente vai reunindo, que aqui dentro você tem que segurar não é? (Aurora)

Carolina disse que já vendeu galinhas no passado, mas que desistiu, pois estas acabaram morrendo. Hoje não vende nada produzido em seu lote. Já Sheila diz vender produtos produzidos na terra quando tem disponibilidade, porém, relatou a nós não ter plantado nada em 2018 e 2019, por conta da seca e da falta d'água.

Então, quando tem, a gente vende. Quando tem, a gente vende, quando tem, a gente vende! Maracujá, esse ano que está bem fraquinho! Chuchu sai! (Sheila)

Para Sheila, a principal fonte de renda na primeira entrevista era obtida pelo Bolsa Família, ainda que realizasse alguns trabalhos temporários sem regularidade. Os pais de seus filhos não pagam a pensão de forma contínua, o que também agravou sua situação financeira. Em nossa segunda entrevista, relatou que sua mãe havia passado a morar com ela e, por ter rendimento obtido do aluguel de sua casa na cidade e do recebimento de sua aposentadoria, passou a colaborar nas receitas da casa, o que aliviou a situação financeira da família.

Na família de Margarida, Aurora, Carolina e Rosa, a principal fonte de renda é proveniente dos maridos que realizam trabalhos temporários⁶⁸, a qual é complementada com o benefício do PBF. A família de Rosa ainda possui a renda obtida pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que eles possuem pelo fato do filho ter tido câncer.

A gestão do dinheiro familiar: acesso e controle dos recursos

As informações sobre as receitas são importantes para compreendermos o processo de gestão, de controle do dinheiro e de gastos da família. O fato de, nas famílias de Margarida, Rosa, Carolina e Aurora, a principal fonte de renda em dinheiro de suas famílias virem do trabalho temporário dos maridos, reforça o papel do homem como provedor da casa. Como ainda estamos analisando a questão da geração de renda apenas em dinheiro, de fato, são eles que trazem a principal contribuição, o que termina por reforçar os papéis de gênero e as desigualdades historicamente instituídas. Além disso, o recebimento da remuneração do trabalho em dinheiro traz consigo, igualmente, o reconhecimento pessoal pelo trabalho realizado.

Outra informação que contribui para compreendermos a dinâmica da gestão de cada família é saber quem controla o dinheiro da família e o recurso oriundo do benefício do Bolsa Família, ou seja, a quem cabe a decisão acerca da forma de utilização e do manuseio do dinheiro em si. É um indicativo de quem exerce o poder de decisão sobre as finanças das famílias, e conseqüentemente, de como se expressam as relações de gênero no interior das

68 Cabe salientar que dentro das Instruções Normativas nº97, nº98 e nº99 do INCRA, é vedado que o Assentado ou Assentada tenha carteira de trabalho assinada, porém, é autorizado o trabalho desde que esta função seja compatível com a exploração direta pelo indivíduo ou pela família. Se configura como uma irregularidade, e é considerado abandono do lote, deixar de explorar o imóvel direta e pessoalmente, por meio da unidade familiar, por um período superior a 120 dias. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/legislacao/instrucao-normativa>. Acesso em: 15 jan. 2020.

relações financeiras.

Isabel, Aurora e Sheila nos contam que são elas que fazem a gestão e controlam o dinheiro da casa, tanto aquele proveniente do Bolsa Família como de outras fontes de renda. No caso de Isabel e Aurora, os maridos entregam o dinheiro que ganham em seus trabalhos para elas fazerem a gestão.

Isso! Sou eu que pago tudo. Se ele trabalha, ele entrega o dinheiro pra mim e eu pago as contas do que é mais necessário. (Isabel)

Carolina diz que faz o controle de forma compartilhada com o seu marido. Ela se considera mais “gastona” porque ela gosta de comer bem. Diz que o homem é “mais reservado”. Na entrevista reflexiva, perguntei o que significava “ser mais reservado”, e ela me explicou que é a postura de segurar e controlar mais os gastos. Esclareceu que o marido age desta forma pois já passaram anteriormente por muitas dificuldades financeiras, sendo que tais experiências deixaram aprendizados que produziram outras formas de ser e agir com relação ao dinheiro.

Ah, nós dois! É porque assim, eu sou mais gastona, sabe? Não com besteira essas coisas. Eu gosto de comer bem! Eu falo assim: a gente tem que comer bem! Comer bem que eu falo assim: não pode faltar o arroz, o feijão, uma mistura, um pão de manhã. Assim, comer bem! E ele já é assim mais reservado. Que o homem é sempre mais reservado né? Mas é nós dois. (Carolina)

Ah, ele é. Ele segura mais. (...) É, ele é mais controlado. Ele fala: nossa, você gasta de mais. Porque, às vezes a gente quer comer um lanchinho. Aí ele: ah, não vou gastar dinheiro com essas coisas, não! Porque não tem necessidade. Vamos lá, compra um pão, uma salsicha e faz em casa. Sabe? Ele é assim! Mais reservado. Mas por quê? Porque a gente já passou bastante dificuldade. Então acho que é por isso que ele segura. (Carolina – entrevista reflexiva)

No caso de Margarida, é ela quem faz a gestão do dinheiro do benefício do PBF, ficando a cargo do marido o controle do restante do dinheiro da casa. No entanto, ambos conhecem e acompanham os gastos um do outro. Na segunda entrevista, Margarida revelou que a decisão de seu marido controlar o dinheiro da casa foi dela, mas que em relação aos recursos do Bolsa Família ele “nem põe a mão”.

É o G. (marido), ele é o cabeça. Eu brigo com ele que eu falo que você é mais novo que eu, pai, então você assume as buchas. Ele é extremamente responsável e eu tenho uma confiança muito grande. Então não me atrevo a cuidar do dinheiro não. (...) Ele é o nosso tesoureiro. (Margarida)

Não, do Bolsa Família ele nem põe a mão, só se ele precisa... Oh nega, eu queria abater seu carro... ele nem pega. Só se for necessário mesmo! (...) então eu falo: Aqui ó pai, pega 50 reais, traz ração dos cachorros, por exemplo. Então eu pego do Bolsa Família, se não ele pega do dele. (...) Ah, participo! Participo! Ele fala... ele fala tudo que ele vai comprar, se ele precisa “Oh, nega, esse mês eu vou precisar trocar a corrente da motosserra”, então já está no orçamento (...). Mas ele procura trazer, até comigo, ele procura trazer assim: então eu recebi tanto, eu paguei x, paguei y, então tem esse daqui pra despesa da casa. (Margarida – entrevista reflexiva)

Graças a Deus é assim mesmo que a gente trabalha. Até às vezes é dois reais, pai comprei uma paçoquinha. Oh, nega, precisa falar? Precisa! Mas o dinheiro é meu mas precisa falar! Justamente pra não cair no esquecimento. Dá uma dor de cabeça muito grande. Um pinguinho de desconfiança. Você fala: puxa vida, está faltando dez reais. Nossa, mas será que meu marido tá gastando pra lá? Comprou uma cachaça, sei lá, coisa assim e [a gente] está precisando? Então graças a Deus nós não temos vício. Se você gasta dois reais numa paçoquinha, você vai falar que você gastou ali para não... para não ter perigo de achar que você não desperdiçou dinheiro. Nem eu e nem ele. A gente procura sempre comunicar um ao outro. (Margarida – entrevista reflexiva).

Rosa comentou em sua entrevista que o marido controla o dinheiro da casa e ela o do Bolsa Família, mas que eles dois decidem conjuntamente onde vão gastar o dinheiro da casa. Ela conta que existe um conflito entre os dois em relação a este assunto, pois o nome do Benefício de Prestação Continuada (BPC) do filho está no nome dele, sendo que ela não pode sacar o dinheiro no banco. Ela tem dificuldade em utilizar o caixa eletrônico e quer ver se consegue a mudança de nome do benefício com o gerente do banco.

No caixa eletrônico eu ainda (...) eu ainda não consegui ir. Eu tenho que ir lá e conversar com o gerente. (...) O dia que foi lá no médico, que era pra fazer o papel, já era pra ter feito no meu nome. Foi uma coisa que ele pegou e já... “não, faz no meu nome”. Aí nunca fui lá no banco nada. Depois qualquer coisa, ele pega, joga o cartão em mim. Toma, vai lá receber! Eu falo: como eu vou lá receber? Se eu não sei nem a senha e a minha digital não vai aceitar. Aí eu tenho dificuldade nessa parte também (Rosa – entrevista reflexiva).

Na primeira entrevista com Rosa, entendemos que os gastos do Bolsa Família eram

realizados pelo marido, porque ela disse não ter o hábito de ir ao mercado ou à farmácia, achando-se ignorante por conta disso - o que nos remete à introjeção que o discurso opressor faz sobre o oprimido (FREIRE, 2011a).

Não, porque eu não vou ao mercado né? Eu não tenho o hábito assim... Que como é ele que vai à cidade, então é ele que compra, que leva o dinheiro pra comprar as coisas. Que eu sou meio ignorante nessa parte. (Riso nervoso) Eu tenho até um nervoso que eu tenho disso. De eu ir no mercado mesmo, sabe? Eu não sei, acho que eu nunca fiz isso, de ir ao mercado, farmácia, essas coisas... (Rosa)

Já na segunda entrevista, Rosa diz que as compras com o dinheiro do Bolsa Família são realizadas por ela quando o marido a leva para a cidade. “Eu mesma vou lá e compro. Vou com ele e compro.” (Rosa – entrevista Reflexiva).

Todas as mulheres entrevistadas realizam o controle do dinheiro do Bolsa Família, mas, como vimos, nem todas realizam a gestão total do dinheiro da família. Como em geral o benefício é cadastrado no nome da mulher, e sendo necessário que a titular do cartão esteja presente no momento do saque, são elas que retiram e ficam com o dinheiro. Segundo Margarida, antes era permitido que o marido sacasse o benefício do PBF com o documento da esposa, mas que agora tal procedimento não era mais permitido pelo banco.

Aí o G. (marido) me leva porque antigamente, faz uns três anos eu acho, ele pegava a minha identidade e ele ia receber com o cartão, mas de um tempo para cá não pode mais. Então ele me leva. Como a minha carta está vencida, ele me leva. (Margarida)

Rosa também depende do marido para transportá-la até o local de recebimento do auxílio, sendo que antes de decidir mudar de postura, era ele quem auxiliava Rosa a fazer o saque. No entanto, durante a entrevista reflexiva, ela revelou que não entrega mais o cartão ao marido e que ela mesma é responsável por digitar a senha.

Eu acho que ele se acostumou com o comodismo que eu vivia aqui antes, não é? Ficar direto aqui, que nem eu falei pra você daquela vez, de não ir ao banco, de ir a lugar nenhum, não fazer nada. Agora eu mesma... daquela vez que eu falei para você, eu mesma agora estou indo na lotérica. Ele vai comigo na lotérica. Chega lá, ele fica na minha frente. Não dou o cartão na mão dele. Aí sai a pessoa, eu dou a volta por ele, entro na frente dele. Dou o

cartão. A moça põe a maquininha, eu digito a senha e ele fica lá. Aí eu pego, ponho na minha bolsa e ele sai de novo. Ah, mas você não esperou eu digitar a senha? Não, o cartão é meu! Eu que tenho que começar a aprender! Não é? (Rosa – entrevista reflexiva)

Para uma mulher que vivencia uma relação dependente e conflituosa como vimos pelos relatos, o fato de conseguir realizar atividades bancárias é uma conquista que colabora para a construção de processos maiores de autonomia e libertação. Rosa destaca esta transformação pessoal em relação à mudança de postura entre uma entrevista e outra, demonstrando maior apropriação de que o Bolsa Família é um benefício dela, em contraponto ao conflito do outro benefício, que está no nome do marido.

Como são todas as mulheres que controlam o recebimento ao menos do benefício do Bolsa Família, são elas que decidem onde vai utilizá-lo. De modo geral, a principal utilização do recurso é para pagamento da conta de energia elétrica, ou para compra de itens para as crianças, como material escolar, roupa e calçados, ou com alimentos e gás.

É um material de escola, é um tênis, é uma calça jeans. Uniforme não, porque eles não compram, de vez em quando ganham. De vez em quando mesmo! O que eles têm, eles ganharam foi duas vezes até hoje. Então vai passando, o que eles tem hoje tá apertado mas ainda dá para usar. Eles usam até do Sesi. Eu coloco pra ir à escola, porque não é exatamente do Sesi mas é uma maneira de classificar eles, porque vai no ônibus de escola não é Mari. Um tênis, frutas pra eles no decorrer da semana. É bem utilizado sim! O que tá precisando. Por exemplo, tem fruta, mas acabou o trigo. Eu pego o dinheiro do Bolsa Família, com certeza eu vou pegar o trigo com o dinheiro do Bolsa Família. É usado pra nós, pra nossa família. (Margarida)

No que eu gasto? Eu pago força com o dinheiro e o que sobra, assim, se o menino precisa de um sapato, eu compro. Uma calça, é uma cueca, é uma meia... é com ele! E já com nós assim, que nem já não tem jeito. Que nem pra nós comer, o E. (marido) arruma dia de serviço por fora e trabalha pra gente sobreviver. (Aurora)

Ah, às vezes eu compro o gás. Às vezes eu faço compra em casa. Às vezes eu compro roupa e sapato para as crianças. Não é sempre, mas eu vou intercalando entendeu? (...) Isso, é, [eu gasto] mais no que eu preciso sabe? (Carolina)

Gás, pago a energia. Estou até com vergonha, tem até duas energias para pagar ainda... Gás, energia, passe de ônibus, remédio. Esse aqui (filho mais novo) tem alergia à formiga, abelha, não pode pegar de jeito nenhum! Esse dia pegou, me deu trabalho! Então assim... e alimento! Às vezes precisa para passe de ônibus, aí nós põe na carteirinha da menina que é escolar. Que

eu tenho carteirinha escolar, só que assim, não dá para por nas duas. Aí eu coloco na dela e ele usa, precisa ir a algum lugar ele (filho mais velho) usa. Eu preciso fazer alguma coisa, então eu uso. (Sheila)

O impacto do recebimento do benefício do Programa Bolsa Família é singular para cada mulher e sua família, visto que, conforme pudemos perceber, o efeito do processo de monetarização não é homogêneo sobre as pessoas:

Assim, deve ser sublinhado que o fenômeno da monetarização da vida das pessoas é muito complexo, apresentando várias facetas, pois como já nos advertia Simmel, o efeito do dinheiro sobre as pessoas não é homogêneo exatamente porque suas múltiplas funções agem de forma diversa sobre subjetividades diversas (REGO, PINZANI; 2013a, p. 198).

Todas as participantes consideram ser bom receber o benefício, pois dizem que o dinheiro é utilizado para as necessidades da família e das crianças. Em nenhum momento as mulheres participantes de nossa pesquisa disseram comprar, com o dinheiro do PBF, algum item de necessidade pessoal delas. Vimos no capítulo 2 que as mulheres abrem mão do seu consumo individual para realizar compras para a família e filhos, expressando certa *moralidade dos gastos* (REGO, PINZANI; 2013a) em suas considerações acerca do certo e errado na qualidade dos gastos do benefício.

Tem gente que recebe Bolsa Família e gasta com coisa que não tem necessidade sabe? Eu fico triste com isso, porque tem tanta gente precisando! Mas cada um é cada um. Cada um tem sua consciência. Bom, eu pra mim, o Bolsa Família é muito bom. (Carolina)

A moralidade dos gastos revelam julgamentos sobre as atitudes dos outros mas também sobre as próprias atitudes, coibindo gastos pessoais com medo de julgamentos. Gastos estes que fazem parte de uma estratégia de gestão em cada família, principalmente os gastos com supermercado, que é o item de maior peso nas famílias de baixa renda. Ao perguntar se prefeririam receber o benefício em dinheiro ou em cesta básica, todas disseram preferir em dinheiro. As justificativas foram duas: alguns itens da cesta básica não são consumidos pela família; e com o dinheiro, elas podem escolher onde e com o que desejam gastar o benefício.

Em dinheiro mesmo! Pra mim, em dinheiro porque eu já pago a energia. Então pra mim é melhor em dinheiro do que a cesta básica. E uma que na cesta básica você vai comprar a cesta básica às vezes não vem aquilo que você usa no seu dia a dia. Então vem muita coisa que a gente não usa. Que às vezes até tem aqui no sítio. Então aqui para mim não compensa. (Isabel)

Não vai resolver, porque se eu gasto uns 400 reais de cesta básica, eu posso gastar 400 reais em alimento que não vai fazer mal pra minha saúde. (Margarida – entrevista reflexiva)

O dinheiro traz a possibilidade de realizar trocas com mais facilidade e rapidez. Simmel (1998) defende que uma das consequências do uso do dinheiro é “abrir espaço extraordinariamente vasto para a individualidade e para o sentimento de independência” (p. 5). A individualidade se traduz nas escolhas de cada família sobre os produtos que deseja consumir e quais são suas prioridades. Mas a *moralidade dos gastos* volta a estar presente quando se coloca a questão de receber em dinheiro ou cesta básica.

Eu acho assim, que pra quem sabe pegar o dinheiro e mexer com ele, ele é bom, ajuda muito! Ajuda porque fala bem a verdade pra você esse Bolsa Família ajuda bem eu! Que se não fosse esse Bolsa Família o que ia acontecer? O E.(marido) ia ter que trabalhar mais que daí ia ter pagar a força. E nós não podemos deixar um rapazinho ia andar mal “trapengo” pra escola. Não ia dar. Então o que a gente usa pra essas coisas assim, é pra ele mesmo e pra força. Mas tem muitos que a gente vê que pega, que nem tem o colega que pega o dinheiro e mora tudo na porta do bar bebendo cerveja. Eu acho que sei lá ... o dinheiro dessa aí, que a pessoa dessa aí era pra turma ver e pra aquele que necessita ... pra essa pessoa que tinha que dar cesta básica! Será que ia vender a cesta pra beber cerveja na porta do bar? Que eu tenho um colega lá no Aracy que ela pega o dinheiro assim ó, que ela tem criança! Ela tem 3 crianças pequenininha! Senta na porta do bar com aquele dinheiro e vai beber. Eu falo assim O que você compra pras crianças? Não, as crianças têm em casa! O que tem? Quando é no outro dia tá na porta da gente pedindo alguma coisa pra dar pras crianças. Então eu falo assim: **pra mim é um dinheiro bem vivo!** (Aurora)

A gestão do dinheiro familiar: estratégias de utilização dos recursos

Devido à instabilidade de renda, Rocha (2017) indica que a população mais pobre prefere fazer uma grande compra mensal com a entrada de renda principal e pequenas visitas ao supermercado em intervalos menores. A frequência de visitas ao supermercado depende

das idas para a área urbana e, na área rural, o transporte é um fator limitante ao deslocamento dos assentados. O fato de realizarem uma compra grande mensal tem a ver com a dinâmica de garantir a compra de alimentos para a família logo quando se recebe o dinheiro, indicando a preferência em “imobilizar” parte da renda em comida e ir administrando o consumo de destes itens ao longo do mês, evitando assim a falta de dinheiro caso haja necessidade de se comprar mais comida ao longo do mês.

Nos casos de Margarida e Rosa, como são os maridos que fazem a gestão da renda da casa e também são eles que, por irem com maior frequência para a área urbana, fazem as compras no supermercado. Margarida passou por um período difícil e que não se sentia bem ao fazer compras nos supermercados. Com o passar dos anos, este arranjo familiar se naturalizou e, apesar de o marido pedir, segundo ela, ela prefere que ele vá ao mercado.

Eu não saio daqui. Só pra receber o Bolsa e pra ir na reunião das crianças. Mas quando o G. (marido) não pode. Porque se ele pode eu falo vai você que eu prefiro. (Margarida)

Ele também que vai, porque eu não vou, no mercado é ele que vai. (...) Eu vejo o que está precisando ali, eu falo pra ele, ele vai lá e compra. É eu que falo. (Rosa – entrevista reflexiva)

Nos casos de Isabel, Aurora e Sheila, que são responsáveis pela gestão do dinheiro na casa, são elas que fazem as compras no supermercado. Isabel nos contou em entrevista que sua estratégia de gestão do dinheiro da casa é pautada pela ideia de ir pagando as contas na medida que o dinheiro vai entrando.

Sou eu que faço também! Mas a compra do mercado já mais assim, não é sempre que eu vou ao mercado e compro, faço um pedido de tudo que está faltando. Como eu vendo a verdura, então tem dia que eu recebo 100 reais, 200 reais. Então eu já passo no mercado e já vou comprando aquilo que eu já vou achando que está acabando para o meio da semana. Então sempre eu estou comprando. Sempre estou passando no mercado. E não pode faltar cervejinha também! Então sempre estou passando no mercado, risos. (Isabel)

Conforme vai entrando dinheiro você vai pagando aquilo que é mais necessário né? Igual energia você tem que pagar sempre. E às vezes, a gente tem um plano funerário e esse vai ficando, vai empurrando até entrar um bom dinheirinho e a gente vai lá e paga todos os atrasados (Isabel).

Aí tem a parte de ração dos animais que eu vou à pecuária, eu vou lá e vou

pegando. Aí chega uma hora que a gente pega um dinheirinho e vai lá, a conta está um pouquinho alta e a gente paga como pode. Chega a 400 reais, 300 reais, a gente dá pra dar, a gente vai abatendo da conta até a gente conseguir pagar tudo (Isabel)

E quando é uma conta, eu vou lá e pago uma parte e digo: oh, você espera aí, porque está feia a coisa, daqui uns dias a gente tem mais um pouquinho. E assim eu vou levando. (Isabel – Entrevista Reflexiva)

Isabel diz que possui um plano funerário e que espera juntar algumas parcelas em dívida para depois efetuar o pagamento; ao mesmo tempo, para comprar insumos produtivos na agropecuária, consegue negociar o crédito no pagamento e fazendo desta forma uma dívida com a loja; também faz dívida na oficina mecânica, pois diz que seu carro quebra com frequência. Assim, na medida em que vai entrando dinheiro com a venda das verduras, ela vai pagando suas dívidas. Destacamos anteriormente o fato de que ela mesma vende a prazo as verduras e produtos de seu lote para seus clientes, e assim vai negociando num polo e noutro, recebendo a dívida de seus clientes e pagando suas dívidas com seus fornecedores.

Já Aurora possui uma estratégia diferente de gestão da renda familiar, visto que, pela necessidade financeira pela qual passou no período de acampamento, aprendeu a fazer o dinheiro “virar”, a fazer o dinheiro render.

Quando, que a gente passando necessidade e você pegar aquela quantia ali na mão, **você tem de fazer aquilo virar**, virar pra você ir lá comprar as coisas pra colocar dentro de casa. Você pagar sua conta de luz para você não pega a turma vir e cortar a luz e ficar no escuro. Eu quando eu estava na cidade eu ganhava bem! Ele tinha o dinheiro dele também. Então eu não importava de eu ir ao mercado, de gastar no mercado 800, 700 reais pra passar o mês. Eu não ligava pra isso. Então agora já não. Depois que eu vim morar aqui que eu vi que a coisa já não é do jeito que a gente pensa! Aí que eu vim aprender, falei: não, tá errado o que eu fazia. Se eu vivia com 700 reais no mês, eu vou ter de viver com 700 reais dois meses. E assim que eu fui fazendo. E nós vivemos! Eu vou lá ao mercado, eu faço um pedido de 700 reais. E nós passamos dois meses. Dois meses sem passar necessidade nada aqui dentro de casa! Daí eu sei que dia 20 eu pego o dinheirinho do Bolsa Família, eu vou lá, eu pago a minha força, eu compro o que eu tenho que comprar pra ele, assim, dessas coisas assim, um par de sapato, uma calça, uma cueca, uma meia. **O que sobra eu guardo!** Para o outro mês eu sei que eu já tenho aquele dinheiro, eu já completo para a outra força. Que daí o outro mês, um mês é uma quantidade, outro mês é outra quantidade, você não sabe quanto vem, certo!?! Então é assim! É assim que eu aprendi viver! Risos... (Aurora)

Por conta da experiência vivida, ao passar por privações materiais no período do acampamento, em que ela não tinha mais a mesma fonte de renda nem as condições de moradia anteriores, Aurora afirma ter refletido e aprendido a fazer a gestão da sua renda de outra forma: ela prefere se precaver e guardar dinheiro para alguma situação que venha a necessitar, realizando assim uma poupança. Aurora afirma que, ao longo do tempo, mudou sua atitude: a quantia que antes gastava mensalmente no supermercado, passou a gastar a cada dois meses, ressaltando que assim procedendo não passa mais necessidade.

Quando conversamos com Aurora, ela demonstrou ter todas as contas dos gastos domésticos “na cabeça”. Defende que a gestão das compras para a casa pesa, recorrentemente, mais sobre a mulher, pois “mexe com a cabeça”, envolve um planejamento dos gastos que evoca a responsabilidade de suprir as necessidades familiares por meio da realização de uma “boa compra”, ou seja, uma compra suficiente para a família. Esta operação envolve, igualmente, a realização de um cálculo de equivalência de valor entre os itens a serem comprados no supermercado e o dinheiro disponível, a fim de evitar “passar vergonha no caixa”.

Esse mês eu usei para a força, tirei 100 da força. Ele estava sem sapato pra ir para a escola, eu comprei um par de tênis de 90 reais para ele. Sobrou 40 reais. Daí os 40 reais está guardado. (Aurora)

Mas assim, mas pesa [pra mulher], porque, ali já mexe com a cabeça. Você fala assim: tem tanto e eu tenho que levar tanto. Você tem que levar tudo batidinho não é? Ali, fazendo as contas pra você não passar vergonha no caixa, risos. Mas é nessas partes aí, que pesa mais para o lado da mulher. É isso aí, porque a mulher que está a frente da casa, a frente do fogão, a frente de tudo de parte de dentro de casa. (Aurora)

Além de poupar, Aurora prefere não fazer compras a crédito ou parceladas, realizando a compra daquilo que necessita com pagamento à vista.

Conta assim para pagar? Eu não faço conta! Só a força! Tudo que eu tiver de comprar, se eu tiver o dinheiro, eu compro tudo à vista. Porque a gente não pode contar com fazer conta. (...) Não, não parcela nada! (Aurora)

No caso de Sheila, ela descreve a seguir o modo como faz o cálculo para pagar suas

contas mensais, afirmando que, por ter feito curso administrativo, aprendeu a economizar. Do ano passado para este ano, comenta que passou por alguns momentos de “apertos”, ou seja, de maior privação material, mas que, agora com a mãe vivendo em sua casa, sua situação está melhor, pois elas dividem o valor gasto na compra do supermercado.

Eu lembro que assim, eu fiz uma compra de 300. Eu pego 1000. De compra, não compro mais. Já comprei tudo que tinha que comprar, certinho, bonitinho? A compra está encerrada. Então eu sei que eu tenho que pagar 300. 300 pra 1000 falta 700. Aí eu tenho 700, aí eu tenho a força para pagar, tenho o dentista para pagar, o passe de ônibus, o gás e deixar uma reserva. Aí eu fui controlando, tem esse mês pra pagar? Tem. Então vamos controlar tudo certinho. E administrar pra fazer. Como eu fiz o administrativo, então eu aprendi muito a economizar. Eu evito gastar. Não gasto. Se tem um perfuminho aí, só um perfume, a gente vai usando esse perfume! Devagarzinho. Então a coisa de economizar a gente aprendeu bastante. (Sheila – entrevista reflexiva)

Chegou a dar uma apertada! Mas aí minha mãe veio para cá, e minha mãe ajuda a gente! Mês passado a minha mãe deu um tanto e eu dei um tanto, e a gente pagou o mercado. Aí esse mês também! Falei: esse mês a senhora dá um tanto e eu dou um tanto para pagar o mercado. (Sheila – entrevista reflexiva)

Destacamos o uso do cartão de crédito utilizado por Sheila em sua estratégia de gestão da renda familiar, visto que desta forma consegue antecipar o consumo de certos bens frente à necessidade de pagamento. Caso o período de pagamento da fatura do cartão esteja se aproximando, prefere aguardar o fechamento do mês para efetuar a compra do gás, obtendo assim mais tempo para pagá-lo. Sheila afirmou que opta por não pagar o valor mínimo da fatura do cartão de crédito, pois tem juros muito altos, efetuando sempre o pagamento do valor total.

É, mesmo que não tenha o gás, e o cartão, por exemplo, vence dia 20. Então a partir do dia 20 você pode comprar que vai ser pro outro mês. Então mesmo precisando, eu falo: não, vamos esperar! Fazer o que? Tem que esperar! (...) Não, total [da fatura]. Esse negócio de mínimo não existe. Mínimo é besteira. (...) Eu não gosto de parcelar mais de 5 vezes. Negócio é de 3. As roupas que eu comprei para eles eu parcelei em 3, em 2. Mesmo que é um valor, agora eu estou com duas [parcelas] para pagar de 127. (...) Não tem 12, 10. Então daqui dois meses eu já terminei de pagar. Pelo menos estão usando a roupa, as coisas que precisa comprar. (Sheila – entrevista reflexiva)

Carolina faz a gestão do dinheiro em conjunto com o marido: as compras do supermercado são feitas pelos dois, mas, segundo o filho, quem escolhe os produtos é a mãe.

Mariana: E quem faz compra no mercado é ele ou você?

Carolina: Nós dois!

Filho: Mas quem escolhe as coisas é a mãe ...

Carolina: Risos. Tá bom! Deixa a mãe conversar...!

Ela possui cartão de crédito de um supermercado atacadista, o qual possibilita pagar a compra de um mês, no mês seguinte. Além disso, possui crediário aberto em uma loja de material de construção e, por dividir a conta de energia com familiares que não a pagam, possui uma dívida alta com a companhia de energia.

Não, não parcela. É assim, meu cartão vence todo dia 25. Então a minha compra fica 400 reais tudo. Vou lá e compro tudo. Aí dia 25/02 vamos supor, eu vou lá, pago o [boleto] do dia 25/02 e faço a compra. Dia 25/03 eu vou lá e pago os 400 e compro de novo. E assim vai. (Carolina – entrevista reflexiva)

Ah, a gente vai no mais necessário, né? Tipo que é as contas que a gente tem por mês, porque pra eu construir a casa, eu tive que abrir conta no material de construção. Então eu compro e pago parcelado por mês. Então eu vou nessas assim, o mais necessário. Tipo supermercado, o gás. Aí depois vem as contas que eu tenho mais necessidade que é a energia, que infelizmente já está 4 mil reais já de força atrasado lá, porque aqui a minha sogra usa mas também não ajuda a pagar. Então também eu não sou obrigada a pagar. Vinha 200, 300 reais e eu não tenho condições. Aí foi acumulando, acumulando, tá lá. Eu até fui negocieei pra tentar fazer de novo o parcelamento. Mas assim, eu vou nas coisas mais necessárias mesmo. Que é o material de construção eu compro, igual eu fiz o quartinho das crianças. (Carolina – entrevista reflexiva)

Sheila e Carolina adotam estratégias de gestão da renda em que mecanismos de financeirização⁶⁹ estão presentes, como cartão de crédito e cartão de estabelecimentos de redes varejistas, que possuem articulação com bancos ou agências financeiras. Sciré (2011), em estudo sobre a ampliação do crédito para setores populares e de baixa renda a partir dos anos 1990, e do impacto desta ampla oferta na gestão da renda de moradores da periferia da cidade de São Paulo, constatou a ampliação do processo de financeirização da pobreza,

69 Em termos marxistas, o dinheiro, ao ser emprestado mediante pagamento de juros, passa a ser também uma mercadoria.

demonstrando como a ampliação do crédito alterou a forma como as pessoas realizavam a gestão da sua renda (SCIRÉ, 2011). Se, nos anos 1980, as pessoas buscavam poupar e planejar com antecedência a realização de compras de maior valor, a partir dos anos 1990, com a ampliação da oferta de produtos financeiros para população de baixa renda, as pessoas passaram a contar com esta renda virtual na gestão da sua renda, parcelando seus gastos no cartão de crédito. Como os juros destes cartões são escandalosamente altos no Brasil⁷⁰, o endividamento se tornou um fenômeno generalizado entre as classes populares (SCIRÉ, 2011).

Sheila possui dívidas antigas obtidas pela utilização do cartão de crédito, faltando ainda duas parcelas para finalização do pagamento. Já Carolina não realiza compras parceladas pelo cartão do supermercado, mas nos constou que em situações de emergência já teve que emprestar o cartão de crédito de parentes e amigos para pagar o conserto do carro.

Tem, tem. Estou pagando uma dívida que eu emprestei. Cartão. Mas graças a Deus só tem duas parcelas. Quatrocentos e noventa e não sei o que. Mas tem que pagar. (Sheila – entrevista reflexiva)

Ai minha filha. Só Deus! Estourou o cabeçote. Ficou 2500 reais pra arrumar. Então a gente pegou o cartão de um, o cartão de outro e dividiu e parcelou essa dívida de 2500 reais. E é onde ele fala: tá vendo? Se a gente guarda dinheiro, a gente não ia ter necessidade de pegar nada de ninguém emprestado. Por isso que agora, se ele era reservado, agora ele está mais reservado ainda, entendeu? (Carolina – entrevista reflexiva)

Ao ser questionada sobre o fato de possuir ou não cartão de crédito, Isabel respondeu: “Não, isso é um perigo!” (Isabel – entrevista reflexiva). Apesar de ter dívidas pendentes em alguns estabelecimentos, são dívidas diretas, sem intermediação de banco ou de agências financeiras, o que faz com que ela não pague juros e que sua dívida se mantenha a mesma. Aurora, Margarida e Rosa relatam igualmente não utilizar cartão de crédito para realização de compras. Usar ou não cartão de crédito indica também uma postura específica sobre os mecanismos disponíveis para dar conta de “fazer virar”: em quase todos os estabelecimentos comerciais, sem o cartão, não é possível antecipar a compra de algo e adiar o pagamento; já o uso do cartão requer uma maior habilidade de controle e adequação dos gastos em relação ao

70 O Brasil é um dos países com maiores taxas de juros, com taxas de cartão de crédito e no cheque especial de 306% a.a. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/economia/noticia/2019-09/juros-do-cheque-especial-caem-e-do-cartao-de-credito-sobem-em-agosto> Acesso em: 01 fev. 2020.

orçamento disponível, pois a possibilidade de endividamento é sempre latente.

Sobre a utilização ou não de conta bancária, todas comentaram não ter ou não utilizar, indicando que o processo de financeirização da pobreza nos bairros de periferia urbana, descrito por Sciré (2011), teve um impacto parcial no território que analisamos, uma área rural peri-urbana.

Em certa ocasião, o filho de Aurora pediu para ela comprar um celular para ele, ao que ela colocou a opção entre comprar um celular ou roupas novas, pois não teria dinheiro suficiente para comprar as duas coisas e não iria “sujar” o nome dela para fazer uma compra que não pode pagar. “Sujar” o nome significa ter uma dívida que, ao não ser paga, insere a pessoa devedora em uma lista de inadimplentes. Além de possibilitar a cobrança da dívida por parte de financeiras, esta lista é consultada pelos comerciantes em outras situações de pedido de crédito, incorrendo na negação do pedido caso o seu nome esteja na lista.

Igual o menino aqui, ó ele não tem um celular. Porque eu sei se eu tirar um celular pra ele eu sei que eu não vou poder pagar. E vai sujar meu nome? Não é verdade? Então igual ele fala, esses dias mesmo ele falou assim: oh, mãe, compra um celular pra mim? Daí eu falei assim: ou eu compro um celular ou você anda mal arrumado e vai pra escola, qual você quer? Que daí o dinheiro da roupa é o dinheiro que eu vou ter de pagar esse celular pra você, porque eu não vou sujar o meu nome. **Que o que eu tenho limpo é o nome!** (Aurora)

Receber o pagamento do dinheiro e utilizá-lo da melhor forma, de modo a fazer “virar”, implica também na adoção de estratégias para economizar os recursos financeiros disponíveis. Isabel nos relatou a estratégia que utiliza para que o dinheiro renda mais quando vai fazer compra no supermercado.

Pra economizar? Então, porque comida não tem como, **comida isso é sagrado**. Então você economiza comprando o mais barato. E eu faço isso. Como se fosse eu tenho um dinheirinho a mais eu não vou entre o arroz mais ruim e o melhor ... eu vou no meio. Tem o mais ruim, eu não vou pegar o mais ruim, porque uma que não vai render, você não vai acabar comendo direito aquilo. Então você vai e tem um de 10, um de 12 e um de 15, eu vou no de 12. Então eu já economizo uns 2 reais ali. Eu vou no óleo, o óleo não tem gosto, então eu já vou no mais barato. O açúcar, eu já vou no mais barato. (...) E vai no supermercado aonde tem oferta. Você está passando por ali, você vê uma oferta. Opa, isso aqui tá mais barato! Você tá com dinheirinho, você já vai lá e compra um pouquinho a mais que dá pra um mês. E isso você já economiza um pouco mais. (Isabel)

Isabel diz que aprendeu com a sua finada mãe esta forma de fazer o dinheiro render, visto que sua mãe buscava continuamente comprar os itens mais baratos e que, por isso, sempre tinha comida para servir para a família toda.

Ela comprava dois frangos grandes, comprava também uns 3 refrigerantes também, do mais barato. E todo mundo comia e bebia a vontade. Então foi uma coisa que a gente aprendeu com ela. (Isabel – entrevista reflexiva)

Outras estratégias para economizar utilizadas por Isabel são: a feitura própria da ração dos cachorros, o fato de cozinhar no fogão a lenha aos finais de semana ou quando se trata de um prato com maior tempo de preparo, “que o gás está caro!” (Isabel). Margarida cozinha apenas no fogão a lenha, e Carolina lembra que gastar menos energia elétrica é, também, economizar dinheiro.

Margarida afirmou que não gosta de lidar com dinheiro, tratando-se de uma dificuldade muito grande para ela. Carolina, Aurora e Sheila também defendem que é uma relação complicada para elas, e que é necessário saber manusear o dinheiro. Rosa acha tal relação normal, porém confessa ter dificuldade em tirar dinheiro no banco e em ir para a cidade para fazer as compras, apesar de, na segunda entrevista, não ter mais problemas em ir às lojas. Já Isabel diz preferir ela mesma lidar com o dinheiro, visto que seu marido não sabe escolher e economizar. As falas a seguir demonstram como cada uma compreende lidar com dinheiro:

Eu não gosto. Não. Pra mim, eu acho que é até tortura, pra mim. Oh Margarida, pega mil reais aqui, faz uma compra pra mim. Mas o que eu vou comprar? Mas Margarida, o dinheiro tá aqui e o mercado tá ali. As coisas estão lá. É só você ir lá ao mercado. Aí pronto. A Margarida bloqueia. Aí eu bloqueio, eu tenho uma **dificuldade muito grande** em ... desenvolver assim, sabe? Em administrar. Eu tenho uma dificuldade em administração vamos dizer assim. (Margarida – entrevista reflexiva)

Eu acho que é complicado. Porque às vezes você vê as coisas e você quer. E você vai lá e compra. Se bem que assim, eu penso, penso, antes de fazer as coisas. Eu penso bem assim. Apesar de eu ser gastona, assim? Mas eu penso bem, sabe? Não, eu tenho que ver o que é necessário pra mim agora. Mas de comer eu não ligo não! Se eu estou com vontade, eu vou e como! Mas assim, **ah é complicado lidar com dinheiro! É complicado!** (Carolina – entrevista reflexiva)

Ah, tem que saber, tem que ter cabeça e mexer. Se você pegar o dinheiro e não pensar bem, você gasta ele sem fazer nada. Que é **complicado!** (Aurora – entrevista reflexiva)

É uma experiência viu? **Tem que saber!** Eu só vou além do que a mão alcança. (Sheila – entrevista reflexiva)

Lidar com dinheiro? Ah, falar o que... ah, normal assim. **Eu tenho dificuldade um pouco só de receber**, que eu nunca fui receber. Minha filha vai comigo e faz tudo. Que eu já falei pra você, né?... mas (...) É que eu fiquei muito tempo parada aqui, eu acabei ficando atrasada. Mas ele que tira pra mim assim, mas a dificuldade de comprar as coisas, de ir à loja, eu mesma que compro. Mas eu quase não saio daqui mesmo, fico mais aqui. (Rosa – entrevista reflexiva)

Não, não, eu prefiro até eu mesma, porque daí eu sei o que dá pra comprar, o que é melhor... **porque homem não sabe escolher nada.** Você manda ele no mercado buscar uma coisa, ele traz outra. Ou você manda pegar o mais barato, ele vai e pega o mais caro. Sempre aqui em casa, sempre é contrário. Então eu prefiro, eu mesma... (...) Então eu prefiro eu fazer isso. E eu sempre, eu gosto de economizar. Sempre, tudo o que dá pra economizar, eu vou vendo aqui, dali e vai indo. (Isabel – entrevista reflexiva)

Aurora também nos contou como foi aprendendo a economizar ao longo do tempo. Apesar de não lidar diretamente com dinheiro quando era mais nova, Aurora relata que seu pai também fazia compra a cada 3 meses e que poupava o dinheiro da colheita, e que sua mãe economizava com os gastos de dentro de casa. Além disso, lembra que, quando seus filhos eram pequenos, aprendeu a não gastar com itens supérfluos.

Não, e daí eu casei. Foi assim também. Tinha de economizar. A gente pagava aluguel. Tinha filho pequeno. Então tinha de economizar. (...) Olha, aprender com eles [pais], falar para você eu nem aprendi nada porque eu nem via dinheiro na minha mão, naquela época. E eu vim mesmo, assim, depois que eu casei e a gente começou ... Veio o primeiro filho, eu sabia que a gente não podia assim, o máximo que a gente economizasse era melhor pra gente. Não gastar sem precisar. Porque eu não gasto sem precisar. Eu, se eu tiver que compra alguma coisa assim, eu economizo. Eu faço assim, não faço as dívidas pra de eu tirar a prestação. Mas é muito difícil. Depois que eu estou morando aqui, pra falar bem a verdade pra você, eu não comprei nada assim de coisa pra cá... que essas coisas tudinho, eu que ganho. Mas com eles assim aprendemos né? Porque meu pai não era de gastar à toa, minha mãe também dentro de casa, ela economizava as coisas. Então a gente cresceu ali vendo o que eles [faziam]... Meu pai fazia colheita, ele pegava o dinheiro e colocava lá no banco. Ficava lá. Daí ele ia, fazia de 3 em 3 meses, ele ia lá, tirava e fazia compra pra nós passarmos 90 dias. A minha mãe

economizava dentro de casa. (Aurora – entrevista reflexiva)

Aurora procede da mesma forma como seus pais faziam: poupa, faz compras para períodos mais longos e economiza dentro de casa. Apesar de, em momento progressivo, não lidar com dinheiro quando morava com seus pais, aprendeu com a experiência deles e com a forma como eles lidavam com o dinheiro, o modo de fazer gestão da renda de sua própria casa. Aprendemos uns com os outros (FREIRE, 2011a; 2011b; FIORI, 2014a; 2014b; 2014c), não necessariamente fazendo a atividade em si, mas também por meio da observação e convivência. Hoje, Aurora diz que a filha é como ela e que ensina seu filho mais novo também a economizar.

Carolina destaca que aprendeu sozinha a fazer a gestão da renda familiar, e que ensina o que vem aprendendo para os filhos.

É nessa parte aí, de economizar. Igual eu falo, se vai gastar dez, gasta cinco. Igual eu falo pro menino. Oh, você vai levando dez, gasta cinco hoje, cinco amanhã. (Aurora – entrevista reflexiva)

Igual eu falei, eu aprendi sozinha, não tinha quem me explicasse, quem me falasse... Eu ensino para eles, eu falo: Ó, vocês tem que aprender a fazer as coisas, tem que aprender a varrer uma casa, tem que aprender a fazer uma comida, tem que aprender a ter responsabilidade. **Porque o dinheiro ele tem que ter responsabilidade, não é?** Esses dias eu dei o dinheiro pro meu filho, falei G. (filho), vai lá e põe passe na sua carteirinha. Põe 40 reais. Ai, como que eu faço mãe? Vai lá, e fala para a moça: Moça, eu quero por passe na carteirinha. Põe 40 reais, vai sobrar 10 reais. Eu explico pra eles, eu falo. (Carolina – entrevista reflexiva)

Pobreza e condição feminina na visão das mulheres assentadas

Além das estratégias para lidar com o dinheiro e conseguir economizar, outras estratégias são adotadas para lidar com *a falta de dinheiro*: as mulheres assentadas dizem vender a produção que possuem na terra, utilizando-a como uma espécie de poupança; também realizam empréstimos e utilizam cartão de crédito. Por fim, quando não conseguem acessar alguma alternativa, quase todas dizem ficar sem atender determinadas necessidades, até a entrada de alguma fonte de receita.

Ah, eu vendo as coisas! Vendo galinha, peixe... (...) É, eu saio pra vender!
(Rosa)

Nós temos a reciclagem e temos a criação. Então vai precisar, por exemplo, pagar a energia. Aí não tem o Bolsa Família, não tem o dinheiro do G (marido), **não tem, não tem**, aí então a gente pega uma criação ou pega reciclagem e vende pra conseguir o dinheiro para a situação que estiver precisando. (Margarida)

Tem que ficar sem! ... Aí tem de ir levando, até entrar um dinheiro.
(Aurora)

Então... **a gente fica sem** comprar as coisas não é? (Isabel)

Sheila foi a única entre as mulheres entrevistadas que comentou, mais de uma vez na entrevista, sobre falta de comida⁷¹, momento em que teve que pedir comida para outras pessoas, situação que para ela foi extremamente constrangedora. Recebendo o julgamento daqueles que consideram pessoas pobres como vagabundos, visão disseminada em nossa sociedade, Sheila se defende dizendo que tal julgamento ocorre sem estas saberem a dificuldade que a pessoa em situação de pobreza está atravessando, o que indica a falta de empatia pelo outro.

Fica sem! Olha o fogão a lenha lá [vazio]! Fica sem e fica sem! Fazer o que? Tem que esperar chegar o dia do mês pra comprar. Pagar e comprar. Quando Deus manda as pessoas e envia as pessoas pra ajudar! Na alimentação Deus ajuda muito a gente assim! Quando está acabando, quando tem um punhadinho de arroz, Deus envia as pessoas. É ruim, é constrangedor viver desse jeito, viu? Mas, vou fazer o que? Eu ensino eles: nunca pega nada que não é de vocês! Pelo amor de Deus! Nunca pega, mesmo que nós passarmos fome, não pega! Não pega que é roubo! Se você pedir é melhor! Hoje em dia se você vai pedir, se você for pedir você sabe que leva nome não é? É vagabundo, não tem saúde, tal. Mas não entende o que a pessoa está passando não é? Eu prefiro pedir. Esse aqui já ficou internado, eu ficou uns par de dias internado. Eu estava com fome, porque eu não podia comer. Eu fui atrás da Santa Casa e eu fui pedir. A empregada: eu não posso dar, porque o patrão não está, mas você quer uma banana? Me deu uma banana e me deu bolacha salgada, água e sal! Nossa, aquilo foi maravilhoso! Tá ótimo! E comi. Eu falo assim, melhor pedir do que roubar! Eu não tenho coragem! Misericórdia! Eu falo assim, Deus me livre! E não vejo. A não ser que um caminhão cair! Um caminhão cair, cair um monte de coisa, aí eu pego! Porque eu acho que vai ter bastante gente não é? E olha lá se eu pegar ainda,

71 Em outro trecho, que será analisado na categoria Direitos Sociais, ela fala para o filho “encher o bucho” na escola pois pode ter dia que não vai ter comida em casa e não saberão quando terão novamente.

eu sou meio cismada! (Sheila)

Assim como apresentamos no capítulo 1, tanto a escassez de itens básicos e essenciais para reprodução da vida, como comida, moradia, água, como a existência das desigualdades sociais fazem parte deste sistema econômico: “O sistema de mercado industrial institui a escassez de modo jamais visto em qualquer outra parte” (SAHLINS, 2004: p. 3). As falas a seguir nos aportam significados sobre o que é ser pobre para estas mulheres do campo. No trecho a seguir, Margarida apresenta uma reflexão sobre a possibilidade de **ser pobre** e feliz ao mesmo tempo.

Mas tem gente que interpreta diferente! Até na minha família eles entendem a maneira da gente viver como miséria, pobreza, extrema pobreza! E não é essa a intenção, não é que nem eu falo para as minhas irmãs: eu sou muito feliz! **Então como pode uma pessoa viver na miséria e extrema pobreza ter uma felicidade? Então tem alguma coisa que vocês não tão entendendo aí? Vocês! Eu acho que o preconceito está dentro da cabeça de vocês!** De vocês, o fato de eu morar. De viver dessa maneira, eu vivo no luxo ainda! Eu acho que eu vivo no luxo ... perto de muita gente! E aí o conhecimento e o saber das plantas, oh! É simples, do pó a gente veio, para o pó a gente vai voltar. Então se você sabe entrar e sair, você sabe sobreviver, você consegue estar dando uma educação pra sua família! Que mais, que outra coisa, que vaidade você tem que ter? Se você já está conseguindo isso? Então não precisa de tecnologia, de mordomia. Não precisa de tecnologia para você ajudar uma criança numa atividade de escola. Aí, precisa ter internet se não, não dá para resolver o trabalho. Será? Então eu sou feliz do jeito que eu sou! As minhas irmãs, minha tia me chama de Fiona⁷². Diz que eu e G. (marido) vivemos no pântano aqui. Que nós somos quadrado. Mas não é! As minhas irmãs, meu filho mesmo já pensa que a gente vive na miséria. Então é difícil agradar todo mundo não é, Mari? Nem Jesus Cristo conseguiu! E é difícil colocar na cabeça dessas pessoas, Mariana, aqui que a nossa maneira de viver está sendo legal para nós, está fazendo bem! É difícil colocar isso na cabeça das pessoas... preconceito. Eles acham que você estar bem, tem que ter o carro abastecido, e você todo final de semana tem que estar num churrasquinho com a família, ou numa pizzada com a outra turma, porque se você não vai, você só fica dentro de casa é porque você não tem dinheiro. Você não tem, você é pobre miserável, então por isso que você não junta com a família. Então a gente fica meio tachado assim... mas eu gosto dessa minha maneira de viver. E peço a Deus que as pessoas entendam, principalmente a minha família, os que não entendem muito. Porque eu até falei pro J. (filho). Mãe, vem morar comigo aqui, eu arrumo serviço pro G. (marido). Eu: que? Você está doido, cara? Tirar eu do meu paraíso, cara? Imagina! Nem pensar J. (filho)! Nem pensar! Nem que você faça uma casa

72 Se referindo ao filme Shrek, em que um ogro se casa com uma princesa e esta decide morar com ele em um pântano.

só para mim! Eu não vou! Ah, mãe! Ficou Bravo! Nossa, mãe, você está parecendo uma porteira mãe! Quanto mais velha mais teimosa! J. (filho), o que eu vou fazer na cidade J. (filho)? Eu vou morrer! Me deixa aqui, conversar com os meus bichos! Eles veem a guerreira conversando, veem me chamando de mãe! Até as galinhas me entendem! Eu fico conversando com os bichos! Mas é gostoso! Mas é gostoso! O assentamento pra mim eu penso que foi uma das melhores coisas, depois de eu ter conhecido o G. (marido), ter tido meus filhos, aí fechou o pacote é um lugar para eu morar, graças a Deus, sou muito feliz aqui! E o Bolsa Família não desperdiço, não! Não vou falar: ah, não preciso não, eu não quero! É útil sim! Se entrar é útil sim! Eu estou conseguindo usar o dinheiro sim pra benefício nosso! (Margarida)

Margarida aponta a aparente contradição existente no fato de uma pessoa poder ser feliz vivendo em situação de pobreza, indicando um erro de interpretação das pessoas em geral, que acham que para ser feliz é preciso ter dinheiro e bens de consumo, e apresentando uma crítica contundente à nossa sociedade de consumo. Apresenta sua concepção de mundo presente no seu modo de vida, que questiona o consumo, trazendo a simplicidade com que leva a vida como uma forma distinta de ser e estar no mundo, dado que vivemos tempos em que consumir bens é frequentemente associado à qualidade de vida e à felicidade (BRANDÃO, 2005). Na segunda entrevista, ela disse que o modo como sua família enxerga sua forma de viver está melhorando, reafirmando a felicidade e riqueza associada à vida que deseja ter, à vida na terra.

Então, não me considero pobre miserável, eu me considero uma pessoa muito rica, uma pessoa muito feliz. Então até a minha família continua... eu achei que melhorou até, infelizmente e fatalmente, depois que minha mãe foi embora, eu achei que os meus irmãos estão me respeitando mais. (...) Hoje em dia eu achei que eles já não me veem mais como pobre, miserável. Eles já estão me enxergando de maneira diferente. Então eu acho que está melhorando. Devagarzinho vai melhorando, a maneira das pessoas interpretarem a minha vida. (Margarida – entrevista reflexiva)

Carolina questiona o significado da palavra “pobre”, indicando outros elementos (não ter saúde, por exemplo) como sinal de pobreza.

O que é pobre? Ai, eu não sei, eu não sei o que que é pobre! An-ahn. Não vou saber te explicar porque assim eu não me sinto pobre, sabe? (...) Ah, porque assim. Só do fato da gente estar vivo, com saúde, sabe? Tem tanta gente aí ó, que está em cima de uma cama. Não tem condições para nada,

nem para andar, nem falar nem nada. Eu acho... sei lá, só de eu poder andar, eu poder falar. De eu poder arrumar um emprego. É muita coisa pra mim... (...) sei lá, é estranho né? **Pobre! É uma palavra que chama bem minha atenção! Pobre! Pobre!** Sei lá, acho que é ... **o pobre tem vários significados também não é?** Então, sei lá. **Acho que ninguém é pobre não,** assim, na minha opinião. Eu acho assim, que ninguém é pobre. (Carolina – entrevista reflexiva)

Ser mulher pobre para elas, não está centrado apenas no dinheiro. Sheila mesmo reconhecendo sua condição de pobreza, afirma ser feliz e ter saúde.

Eu assim tenho um ponto de vista que ser pobre não é um defeito, e sim que você não conquistou aquilo ainda para você estar naquele tipo... ser rica. Então para você chegar nesse "ser rica", tem que trabalhar bastante. Então igual a oportunidade, você vai subindo, adquirindo, você vai se tornar uma mulher rica. Mas assim, eu na minha opinião, **eu prefiro ser uma mulher pobre, porque eu não tenho dinheiro, mas eu sou feliz. Eu não tenho problema de saúde, graças a Deus.** Eu ando, eu converso, aonde eu entro, as pessoas falam que eu devia ser uma psicóloga, porque sara qualquer um. (Sheila – entrevista reflexiva)

Margarida nos apresenta outra reflexão importante sobre a condição de mulher empobrecida, problematizando a dependência criada pelo dinheiro, pela divisão social do trabalho e pela mercantilização de quase todas as atividades para nossa sobrevivência pessoal e de nossas famílias. Aponta que, enquanto as pessoas ricas compram serviços e produtos de que necessitam, as pessoas pobres sabem por sua vez realizar ou produzir aquele produto.

Depende da situação, Mariana. Eu penso assim, uma mulher pobre, por exemplo, ela vai ter mais jogo de cintura. Por quê? Ela é pobre, ela não tem tantos recursos, então ela já está mais acostumada com o pouco que ela tem. Vamos dizer, uma mulher rica... ela já está acostumada com uma certa mordomia. Então, uma dificuldade, acabou o dinheiro, essa pessoa vai sofrer muito mais... essa rica vai sofrer muito mais do que a outra. (...) A mais rica tem que estar mais preparada. Porque você pega um mendigo e coloca dentro de uma mansão, ele se vira. Ele vai achar o chuveiro, vai achar a comida, ele vai achar. Está tudo ali naquelas portas, ele vai achar! Agora se você coloca uma pessoa de uma mansão num rancho desse? (...) Não vai nem acender o fogão de lenha. **Então quem que está na desvantagem?** É a pessoa que tinha e infelizmente não está tendo mais. **Então a gente precisa aprender, não é, Mariana!** (...) Não vai saber matar a fome dela e dos filhos. (Margarida – entrevista reflexiva)

Este trecho nos remete a um conhecido provérbio indígena: “Somente quando for

cortada a última árvore, pescado o último peixe, poluído o último rio, que as pessoas vão perceber que não podem comer dinheiro”. Brandão (2005) nos apresenta o atual dilema vivenciado pela sociedade de consumo, diferenciando o que entende por *qualidade de vida*, da experiência expressa por uma *vida de qualidade*:

(...) ganhar, ter, possuir, reter e acumular para si mesmo, como a posse de algo que se conquista, uma qualidade de vida? Ou viver e ser com outros um momento e uma dimensão de uma vida *de* qualidade e direção a uma solidária qualidade *da* Vida, ao mesmo tempo pessoal e coletiva, que se cria e solidariamente se partilha a cada instante? (BRANDÃO, 2005; p.31)

Tal dilema também é apresentado na fala de Margarida quando questiona o fato de ser pobre e feliz, bem como no trecho a seguir, em que afirma que, mesmo podendo ter dinheiro para *comprar tudo*, ela *não precisa de tudo*.

Não importa que eu tenho dinheiro, **ah, eu tenho dinheiro e eu posso comprar tudo, mas eu não preciso de tudo!** Eu só preciso disso, disso e disso. Então essa pessoa é muito feliz. Porque, se lá na frente ela precisar de alguma coisa, ela deixou o dela guardadinho ali. Ela não vai passar dificuldade. Ela soube administrar a vida, né? **Então precisa ter uma escola, né? Aprender um pouco com as dificuldades. Passar um pouco de fome, de nervoso, raiva, tristeza, um pouco assim pra saber usar o antídoto, não é, Mariana? Porque se você nunca teve nada disso, como você vai saber aquilo que você não conhece?** (Margarida – entrevista reflexiva)

Margarida defende que as dificuldades financeiras trazem e trouxeram muitos aprendizados: como poderia ter aprendido a lidar de forma crítica com a necessidade de utilização do dinheiro, se não se passasse pela experiência da sua falta e da fome? Esta fala da Margarida de certa forma sintetiza o que chamamos de saber de experiência (FREIRE, 2011a; 2011b), ressaltando sua importância para os processos educativos vivenciados por ela.

Entretanto, apesar de não estar centrado no dinheiro, o entendimento de ser mulher pobre não ignora as dificuldades de privação material. Aurora e Rosa lembram o sofrimento que é não ter itens básicos para “a mulher pobre” e para os filhos.

Ah, a mulher pobre é mais sofrida né? **A mulher pobre ela tem dificuldades.** De tudo. De tudo mesmo! A mulher pobre tem dificuldade. De alimento, de roupa para os filhos... de tudo. (Rosa – entrevista reflexiva)

Pesa mais. Sei lá, a gente que é dona de casa, assim, você imagina a gente ser mulher que chega na hora de fazer a refeição não ter o que por na panela, para poder colocar na mesa para as crianças. Então nessas partes aí... O homem, se preocupa com as coisas. **Mas a gente que é mulher, a gente se preocupa mais!** (Aurora – entrevista reflexiva)

Isabel nos apresenta outra visão. Segundo ela, independente da classe social que a mulher esteja, ela não deve depender economicamente do marido, nos remetendo ao debate sobre as relações de gênero dentro do arranjo familiar e como isso impacta na vida da mulher.

Ah, não sei, aí é cada um no seu... o rico ele tem de tudo, o pobre tem que lutar. Mas se a mulher luta, ela consegue, não é? Porque esses dias eu estava até comentando com uma amiga minha, a mulher não trabalhar. Ser dependente do homem. Não! Mulher tem que trabalhar, tem que lutar e conseguir e não baixar a cabeça. Porque tem homem que quer mandar na mulher e tem muitas mulheres que aceitam. E não tem que aceitar isso, tem que lutar. E se ela trabalha, ela consegue. Agora se ela não trabalha, ela fica ali, dependente dele. Eu acho que para essa é mais difícil, independente dela ser rica ou não. (Isabel – entrevista reflexiva)

O fato da mulher, rica ou pobre, trabalhar e garantir sua própria fonte de sustento, produz independência econômica em relação ao marido e maior autonomia, principalmente nos momentos de separação conjugal. Isabel traduz a relação patriarcal quando fala que: “tem homem que quer mandar na mulher, e tem muitas que aceitam”, isto porque fomos socializadas de modo a aceitar esta posição hierárquica de poder. Defende romper com tal aceitação.

A interseccionalidade do ser mulher, em condição de pobreza, na maioria dos casos negra ou parda, assentada e moradora da zona rural, traz uma série de questões complexas para suas vidas. Para algumas delas, primeiramente, ser mulher está associado a ser mãe e às responsabilidades que incorrem ou são impostas na maternidade.

Ah, é bom, é maravilhoso. Eu acho! Sei lá, a gente é especial. A gente que é mulher é especial. Põe filho no mundo... (Carolina – entrevista reflexiva)

Tem que “**se virar nos 30**”. Porque a educação dos filhos é mais a mulher que tem que dar. Você é mãe e você sabe. Eu não sei qual é a convivência do seu marido com a sua filha. Se é assim, todo dia dentro de casa. Mas se ele trabalha, você está dentro de casa e você tem que corrigir. Ele está só à noite. Aqui mesmo, se depender do E. (marido) chamar atenção dos filhos dele, ele

não chama! Sou eu que tenho que ficar em cima deles. (...) Mesmo eles grande! Eu falo assim, pode dizer que a educação dessas crianças, quem deu fui eu! Porque o pai deles mesmo era só serviço. (...) Ele veio mais com o mais novo. Que eu estava trabalhando, ele levava na escola, ele buscava, ele cuidava. Mas dos dois mais velhos já não! Os dois mais velhos fui eu mesmo! (...) **Mas pra mulher é mais complicado que para o homem.** Eu sei que o homem tem que colocar as coisas dentro de casa. **Mas para a mulher é mais carregado.** Em tempo de escola, é a mulher que tem que correr atrás. Quando eu estava na cidade mesmo, os três estudavam. Eu tinha que ir à escola de um, de outro, e correr daqui, correr dali. Atrás de uma coisa pra um, para o outro. (...) Mas, ser mulher é meio complicado! Você tem que ter pulso firme. (Aurora – entrevista reflexiva)

Ser mulher é também ter responsabilidade por “dar educação” aos filhos e filhas, acompanha-los na escola, corrija-los. Aurora fala sobre a habilidade de “se virar nos 30”, se referindo à necessidade de dar conta de todas as tarefas, demonstrando de forma clara que para a mulher existe a sobrecarga de funções. Conforme vimos no capítulo 2, uma mulher dedica muito mais horas semanais nas tarefas domésticas e de cuidado dos filhos do que o homem. Quando as mulheres são chefes da família, elas acumulam ainda o papel de provedora e de cuidados da casa. Sheila coloca o dilema de ser “mãe e pai” ao mesmo tempo, constituindo-se na única referência para os filhos.

Ser mulher...? Tirando Deus, Jesus e Espírito Santo, é uma responsabilidade. Eu acho que eu estou vivendo mais pelos meus filhos. Ser mulher é maravilhoso. Se meus filhos dão um grito eu já ... eu acho que mãe é muita responsabilidade. Porque eu sou mãe e pai. Eu sou os dois. (...) Tudo é mãe. Eu falo que mãe é, fora Deus, Jesus e o Espírito Santo, mãe é tipo um milagre! (risos) Um milagre! Quem tem mãe, tem tudo! Mãe é tudo! A minha mãe até vai ... mãe é mãe. É tudo. (Sheila – entrevista reflexiva)

Vemos como a associação ao papel de mãe é presente em nossa sociedade, associando-se igualmente a certa condição de fragilidade e fraqueza, que seriam “inerentes” às mulheres. Entretanto, as mulheres participantes da pesquisa nos falaram que para ser mulher, ao contrário, precisa ter força e coragem para enfrentar as adversidades da vida. Ser mulher é ser guerreira, ser forte, ter pulso firme.

Acho que primeiro é ser mãe, depois ter coragem. Você ser forte o suficiente pra viver na roça, pra viver numa mansão ou você viver ... Como é que fala? Ah, eu acho que é você se amar, se respeitar, você respeitar o próximo. Você conseguir fazer suas atividades em casa. Você conseguir ajudar seu filho.

Você conseguir ajudar um vizinho. Acho que é isso! Você precisa ter coragem! Por quê? Porque o mundo é cheio de preconceito. Ela já é a parte frágil do ser humano. Do homem, **a mulher é o sexo frágil. Então ela precisa se desdobrar um pouco mais pra aparecer.** Se ela quer aparecer ela precisa ter um pouco mais de esforço justamente pelo preconceito da sociedade. (Margarida – entrevista reflexiva)

Para ser mulher tem que ser muito guerreira. Pra administrar uma casa, as coisas do jeito que estão hoje, a violência. Graças a Deus aqui em casa a gente não passa por isso, mas a gente vê lá fora. **Então está difícil ser mulher,** às vezes se for muito guerreira, consegue! (Isabel – entrevista reflexiva)

Margarida nos fez recordar sobre o preconceito existente contra as mulheres em nossa sociedade, que para conseguir a mesma condição que os homens têm que batalhar e fazer mais que este. Os dados apresentados no capítulo 2, sobre a posição em cargos de liderança e as diferenças salariais existentes entre homens e mulheres mesmo tendo a mesma escolaridade, corroboram o que Margarida aprendeu, enquanto mulher, ao longo de sua vida. Isabel relaciona o ser mulher com ser guerreira, mas também com a violência física e psicológica sofrida: “difícil ser mulher nos dias de hoje”.

Ser mulher é a gente cuidar de si, ficar sempre do lado deles [filhos], e ter amor-próprio mesmo, na gente mesmo. Eu acho que até enquanto a gente não toma uma decisão, fica parada, a gente não é mulher. Agora quando a gente toma uma decisão na vida da gente, de melhorar, para o bem da gente e dos filhos, a gente é mulher! É isso mesmo! **Eu mesma estava achando que eu não era mulher, estava achando que eu era uma parasita.** Mas agora, graças a Deus, tomei a decisão de voltar a estudar de novo. Voltar de novo a andar com as minhas próprias pernas. Eu acho que agora que eu estou mais feliz, eu estou me sentindo mais mulher agora do que antes. (Rosa – entrevista reflexiva)

Se sentir mulher para Rosa está ligado ao fato de não ficar parada, de melhorar e ter amor-próprio. Em nossa entrevista, ela nos fez uma confissão importante, a de que se considerava uma “parasita”, e não uma mulher, demonstrando baixa auto-estima e uma visão de si fortemente relacionada a autodesvalia. Desde a primeira entrevista, Rosa comentou o desejo de se separar do marido e de se mudar de sua casa, para poder “se virar” sozinha. Em todas as situações em que eu visitava Rosa, percebia que o marido estava por perto ouvindo nossas conversas. Na segunda entrevista realizada, em que ele não estava em casa,

conversamos novamente sobre a situação da separação, quando ela afirmou que as brigas tinham diminuído recentemente por ele estar mais tempo fora do lote, realizando um trabalho temporário.

Nossa, está sendo uma benção! Pelo menos a gente não fica brigando tanto. Porque eu não podia fazer nada. Eu ficava aqui, eu tratava das galinhas, mas não podia, por exemplo, ficar mudando as coisas de lugar, não podia nada. Daí eu falei para ele: Ah, D. (marido), eu vou começar a andar com as minhas pernas mesmo, está na hora já, não é? Que uma hora nós nos separamos de vez, e o que vai acontecer? Eu vou começar a passar fome com as crianças? E viver só de ... passar dificuldade na cidade. Eu falei: “Ah não, isso vai acontecer comigo, não! Vou voltar a estudar, vou tirar minha carta”. Ah, sabe o que ele fazia? Tinha um toco ali, ele colocava o carro bem pertinho do toco. Aí conforme eu desengatava o carro, o carro descia. Aí o carro “pá” no toco. Um toco mais ou menos dessa altura, e pegava embaixo. E eu com medo de dar uma ré no carro e puxar... aí eu descia e olhava. Aí quando chegava de tarde, ele olhava: “Ah, você mexeu no carro? Tentou? Olha lá, quebrou! Você vai ter que arcar.” Eu falei: “Não quebrou não, tá só embicado”. (...) Mas agora graças a Deus eu decidi eu mesma andar com as minhas pernas mesmo. (Rosa)

Para compreendermos como as mulheres assentadas realizam a gestão financeira das rendas familiares, foi-nos necessário adentrar em aspectos específicos de constituição desta prática social, tais como as fontes de receitas e despesas, o acesso e controle dos recursos auferidos, as estratégias de sua utilização (preferências e grau de importância dos gastos, por exemplo). Foi imprescindível, igualmente, apresentarmos as visões das mulheres entrevistadas acerca do que é para elas ser mulher, sobre as condições de pobreza e de gênero implícitas ao processo de gestão do dinheiro (ou da falta dele). Isto porque é no bojo do processo de produção material e simbólica da própria existência e de seus familiares que se encontram a maior parte dos processos educativos aqui apresentados.

A educação, pois, não transcorre fora do processo histórico-cultural, nem dentro dele; desenvolve-se ao lado de outras instâncias, em linhas paralelas de dinamismo autônomos. Ela se comensura à globalidade desse processo de elaboração da cultura toda, diverso em suas manifestações, porém unitário em seu sentido. Educação, aprendizagem, formação histórica do homem, equivale à produção da existência, cuja base estrutural é a produção material desta existência. (FIORI, 2014a; p. 108)

Ao longo da análise, vimos que há diferentes formas de realizar a gestão financeira da renda familiar, sendo o que todas possuem enquanto condição comum é o fato de “**ter que**

fazer virar” o dinheiro. Isto revela que as distintas estratégias para lidar com a escassez financeira dependem dos arranjos familiares que, por sua vez, decorrem das relações de gênero que conformam tais arranjos. A compreensão da sua própria condição, imersa neste conjunto de elementos, revela o processo subjetivo e intersubjetivo de aprendizado.

No capítulo a seguir, compreenderemos um pouco mais sobre a forma como se dá a gestão da renda por parte destas mulheres considerando o papel da terra e dos alimentos produzidos nela para autoconsumo das famílias como eixos centrais da análise.

Capítulo 4 – “Roça é tudo pra mim”: A mulher na gestão da terra

Neste capítulo abordaremos a gestão da renda familiar a partir da relação das mulheres assentadas com o lote de trabalho, compreendendo a terra de uma forma mais ampla do que o tratamento que a considera apenas enquanto insumo produtivo ou mercadoria; trazemos os significados e visões que elas nos apresentaram sobre o que é viver (e sobreviver) na e da terra.

Assim como no capítulo anterior, a análise desta categoria temática está dividida em sessões que apresentam os processos educativos vivenciados pelas participantes da pesquisa. Na primeira parte do capítulo, abordaremos a divisão do trabalho e divisão sexual do trabalho, revelando quais são as tarefas desempenhadas por elas dentro do lote e no trabalho doméstico. Analisar o trabalho, seja produtivo ou reprodutivo, quem realiza e quem é responsável por cada um deles, traduz a forma como as famílias configuram tanto as relações de gênero, como a própria reprodução material da existência. Além disso, a partir da divisão das tarefas, veremos como se dá a produção para autoconsumo, a proporção produzida para a alimentação familiar e a forma de gestão desses alimentos. Na segunda parte, apresentaremos os relatos que elas nos deram acerca dos diferentes modos de manejo da terra, a forma com que produzem e fazem gestão desta produção, como e com quem aprenderam estas técnicas de manejo. Também serão expostos os significados, para as mulheres, do viver na terra, bem como o que consideram o que é ser mulher do campo. Ao final, faremos uma discussão sobre a problemática de produzir e viver na e da terra.

É importante salientar que, nas trajetórias de vida das colaboradoras da pesquisa, a terra, a roça, são, em geral, seu local de origem. Rosa, Margarida, Aurora, e Isabel nasceram e cresceram em sítio até seus 12, 15, 17 e 18 anos, respectivamente. Carolina nasceu na periferia de São Carlos, mas cresceu em um sítio em Minas Gerais, retornando para São Carlos adolescente. Aurora, Carolina e Isabel foram trabalhadoras rurais na vida adulta, seja colhendo laranja ou outra cultura, seja trabalhando como caseiras. Apenas Sheila não relatou ter histórico de vivência na terra antes de morar no assentamento. Além disso, ressaltamos também que, no momento de mobilização e constituição do acampamento, todas elas moravam em bairros populares periféricos da zona Sul da cidade. Este fato é importante para

compreendermos as relações de vizinhança do Assentamento com os bairros que se configuraram enquanto local de origem mais recente delas, já na vida adulta.

A rotina e a divisão sexual do trabalho familiar

Para saber quais são as tarefas desempenhadas pelas mulheres participantes da pesquisa, buscamos compreender primeiramente qual é a sua rotina cotidiana de trabalho. Pela descrição que elas fizeram nas entrevistas realizadas, as mulheres são as primeiras do lote a se levantarem e as últimas a irem dormir. Se existe um paradigma de preguiça associado à pobreza, este desaparece quando vemos a quantidade de trabalho objetivado diariamente por estas mulheres. No entanto, devemos ressaltar que o trabalho reprodutivo não possui o mesmo *status* do trabalho produtivo, apesar de ambos serem igualmente importantes para a reprodução e manutenção da vida humana.

Eu levanto e gosto muito eu sou muito falante. Eu gosto muito de conversar com os bichos (...). Eu gosto de levantar cedo do tipo cinco e meia, 6 horas.(...) Mas enfim eu levanto, eu vou cuidar e dar comida pros bichos, depois as crianças já levantam e eu vou dar café da manhã. É o fogão de lenha, já preparo o almoço pro G. (marido) pra ele poder levar. (...) E aí eles tomam banho por volta de dez e meia e aí 11 horas que eu desço para o ônibus. Aí pôs eles na escola que eu volto, uma louça, uma roupa para lavar,, aí corro no **SAF**⁷³, hoje eu não vou não por conta do dente. Então o dia que eu posso eu vou carpir, roçar, plantar alguma coisa **dependendo da lua**, então é assim é a minha rotina é assim o dia inteiro. E sempre conversando com os bichos né. (...) Chega e a janta já tem que estar pronta, que nesse intervalo eu já deixo a janta pronta porque eles chegam varado. E janta e fica um pouco aí, conversa um pouco, brinca e já arruma a cama e escovar o dente e já vão dormir. (Margarida)

A minha rotina? Assim, eu levanto, eu limpo a casa. O dia de eu lavar a roupa, eu lavo. O dia de ... por exemplo, hoje é dia de faxina, eu faço a minha faxina. **Eu mexo com os bicho. Tenho porco, tem as galinhas.** (Aurora)

Aí, o dia a dia é assim mesmo aqui, eu mexo ali na horta, trato dos meus franguinhos e minhas angolinhas, fico aqui, cuida aqui... mando eles pra escola. Põe os ovos aqui pra chocar, trato eles no meio do dia, água. **Vai pra lá, pra cá.** Mas é aqui mesmo a rotina. (Rosa)

73 Sistema AgroFlorestal – técnica de plantio

Ah, a minha rotina... **eu não durmo mais!** Eu tento levantar antes da Y. (filha), eu tento! Porque ele (filho mais velho) não dorme [por conta da dor], às vezes eu durmo e eu ultrapasso! Até teve um dia que ela chegou a ir para o ponto sozinha! Ah, comecei a chorar. Y. (filha), por que você foi sozinha? Ah, a mãe estava cansada. Mas é perigoso, Y. (filha)! Eu levanto 4:15hs, 4:20hs e faço o café. Aí vai dar 5hs eu já falo: toma pelo menos um gole de café. Não, não vai dar tempo! Dá tempo, toma um gole de café e depois a gente vai correndo. Aí eu não durmo mais. Aí eu passo veneno, vou cuidando... Tem que fazer uma polenta ou alguma coisa pra esses bichos, que ração não é todo dia que tem né? Então aí eu cuido dos bichos, faço o que tem que fazer. Aí faço o almoço, (...) Aí eu vou correr atrás das coisas né? Pra benefício da casa. Ou se não eu vou lá mexer na cerca, **passar veneno**. É a rotina. (Sheila)

Cada família possui um arranjo específico da divisão do trabalho e divisão sexual do trabalho no lote. No entanto, as seis mulheres relataram que o trabalho doméstico e de cuidado dos filhos é feito exclusivamente por elas. Nos lotes de Margarida e de Aurora, os homens sabem cozinhar e o fazem quando as mulheres precisam se ausentar; porém, a responsabilidade das refeições no dia a dia é delas, ou, no caso do lote de Isabel, da *filha*.

Se eu sair. Se eu falo: tem curso hoje, eu vou ao curso. Aí eu posso ir descansada que quando eu chegar a janta está feita, está tudo arrumado, o menino, amanhã mesmo é dia dele. A casa ele que limpa. O mais novo.(...) Agora na parte de fazer serviço assim... mas se eu estiver em casa, filha, [eles] não fazem nada, não! Só eu mesmo! (Aurora – entrevista reflexiva)

Os filhos ajudam na limpeza da casa e em algumas atividades no próprio lote. O filho mais novo de Aurora, por exemplo, lava a casa todas as sextas-feiras. Na casa de Isabel, a filha cuida da produção hidropônica, das tarefas domésticas e do cuidado com os porcos e galinhas.

Tem, da G. (filha) a parte dela é hidroponia, daí eu não mexo, isso é tudo dela. Dela medir os adubos, dela plantar, até de colher é ela que colhe, porque daí eu estou tirando leite. E ele às vezes faz um biquinho pra fora e a parte de cerca. Serviço pesado é parte dele. E eu roço, a parte da roçadeira aí fica comigo, e a parte do leite também. Mexer com as vacas, só eu. Eu tiro o leite, eu aparto o bezerro, eu tiro leite, eu faço tudo. [Porco, galinha] isso é parte da G. (filha). Dela é hidroponia. Mexe na horta, a casa, e só roupa que é minha, a dela, ela que lava. E a minha sou eu que lavo. Daí é muita roupa que ela tem que lavar, mas tem vez que ela lava também. Se for preciso, ela lava, se eu estou fazendo outra coisa ela faz tudo. A parte dos porcos ela que trata, porque daí até então os porcos é dela. Então ela que tem que comprar comida dos porcos. Que é dela. Ela vende os porcos, o dinheiro é dela. E as

galinhas ela trata. [E cozinha é] a G. (filha) também! É, a parte de dentro de casa é da G. (filha) também, que ela não vai pra roça, ela não faz serviço da roça, só a hidroponia. Como ali é bem fácil, põe adubo, tudo, olhou a temperatura como que tá, ver se tem água. E aguar a couve e cheiro verde também é dela. Mas é tranquilo pra ela. (Isabel – entrevista reflexiva)

Margarida, ao relatar a rotina e divisão de tarefas realizada entre ela, o marido e os dois filhos, um menino e uma menina, demonstra o ensino de uma clara divisão sexual do trabalho. O marido “ajuda” nas tarefas domésticas, a filha ajuda a mãe dentro de casa e o filho ajuda nas tarefas da roça que ela também desempenha.

É, ... não é regra, não acontecendo assim diariamente, mas é mais ou menos assim: eu levanto, e arrumo a marmita e o G. (marido) vai trabalhar. Então essa é a parte do G. (marido), ele me ajuda no que ele pode, uma louça, ele varre uma casa. O que precisar na casa ele me ajuda. Mas basicamente ele levanta, pega a marmita e vai trabalhar. E as crianças... como que eu falo das crianças? É, as tarefas que eles tem é: levantar e arrumar a própria cama. Limpar a própria bagunça. De sapato, roupa, essas coisas, se organizar no quarto. E lição, se tiver uma lição eu prefiro que faça pela manhã do que fazer a noite. Mas eles têm... **aí ela ajuda eu a lavar a louça**. Todo dia ela guarda. Aí de vez em quando ela lava. Aí agora tem a minha sogra também, então tem a rotina dela também né? Coitada... (...) É... ela levanta, aí ela arruma a cozinha. Aí a gente faz a insulina dela, a L. (filha) que está fazendo a insulina dela. (...) É injeção, é insulina. Aí ela toma o cafezinho dela. Ela arruma a cozinha, a L. (filha) guarda. Aí depois ela vai carpir, fazer alguma coisinha ou outra. O M. (filho) depois de fazer as mesmas atividades do caso da L. (filha), de fazer a cama dele, as coisas dele, aí ele vai arrumar no que tem que tiver que arrumar. **Aí ele me ajuda bastante na roça** assim, que às vezes quando ele não vai à escola, “filho, vamos lá ajudar a mãe, que a mãe vai consertar o galinheiro”, por exemplo. Aí o M. (filho) a tarefa dele é me ajudar. Então eu pego um ou outro, sempre para estar me ajudando nas atividades. **Ela dentro de casa e ele lá fora**. (Margarida – entrevista reflexiva)

Este processo descrito por Margarida demonstra como nós, mulheres, reproduzimos o patriarcado, ensinando para as filhas as tarefas domésticas e aos filhos as tarefas de “fora” de casa, mesmo quando desempenhamos as duas funções, como é o caso de Margarida. Rosa também relata que o filho colabora com ela no manejo da horta e que a filha mais velha lava a louça, mas a maior parte do trabalho no lote é dela, tanto dentro de casa como fora.

De manhã cedo eu coloco a bota e vou lá na horta, quando eu olho ele [filho] está chegando atrás de mim. Nossa, ele é minha vida! (Rosa)

Ah, a S. (filha) levanta de manhã cedo, só lava a louça pra mim. Eles pegam o ônibus 11 horas, aí já se trocam os 3 e já descem. Eu desço lá no ponto, levo eles e volto. Às vezes quando dá tempo, eu estou limpando lá na parte de baixo. Eu cuido dos animais também, aí quando dá tempo eu varro a casa, eu varro a área, eu lavo a área, hoje mesmo eu ainda não fiz nada. Mas é assim, eu vou levando no dia a dia. Fazendo o que eu posso não é? É muita coisa. Lavar roupa. Fazer comida. Sou eu que faço! [Tarefas ligadas ao lote] Ah, ultimamente sou eu, risos. Eu também. Sou eu que fico aqui. (Rosa – entrevista reflexiva)

De modo padrão, os homens ficam responsáveis pela obtenção da renda proveniente do trabalho realizado fora do assentamento, seja por empreitada ou pagamento de diária, sendo as mulheres responsáveis pelas tarefas domésticas. As mulheres⁷⁴ em área rural trabalham muito mais horas que os homens, seja buscando água, cortando lenha, e nos cuidados dos familiares. No entanto, o trabalho feminino se torna invisível e desvalorizado. Em relação à divisão das tarefas no manejo da terra, tanto com fins comerciais como para autoconsumo, ela depende dos tipos de arranjos e acordos estabelecidos por cada família. Geralmente, são atividades realizadas pelos dois, a despeito dos maridos dedicarem-se a tais tarefas quando não estão trabalhando para fora, sendo que o tempo de dedicação depende da frequência com que realizam o trabalho externo.

Retomaremos uma questão complexa já apresentada no capítulo 2. Siliprandi (2011) coloca que as mulheres trabalham junto com seus maridos nas roças voltadas para comercialização e são responsáveis pelos “quintais”, visto como uma extensão da casa e do trabalho doméstico. O trabalho destes quintais fica invisibilizado e não é considerado nem contabilizado como *trabalho*, ou mesmo como fonte de renda para a família. Aurora relata não realizar trabalho na terra, mas é responsável pelo cuidado com os animais na sua rotina diária. Carolina diz que o marido é quem realiza as atividades ligadas à terra aos finais de semana, mas é ela quem cultiva uma “mini-horta” em seu quintal.

A divisão da roça? Eu assim, nessas partes ele não deixa eu ir. Logo que eu cheguei aqui, eu ajudei muito ele na roça. Daí depois eu parei. Mais é ele. (Aurora – entrevista reflexiva)

74 Ver: Siliprandi, 2011; Siliprandi; Cintrão, 2015; Pesquisa realizada em 2019 pela organização OXFAM Brasil também constata tal acúmulo de trabalho para as mulheres rurais. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/trabalho-domestico-vale-10-trilhoes-de-dolares-nao-pagos-a-mulheres-anualmente/> Acesso em 20 jan. 2020.

Ah, eu que limpo a casa. Às vezes de vez em quando, os meninos ajudam. Mas a casa quem limpa sou eu mesmo. Agora o lote, meu esposo no final de semana pega, dá uma mexida, dá uma carpida. Às vezes meus filhos até ajudam, mas é bem difícil. Mas a tarefa do lixo no quintal é deles, porque os cachorros aqui você sabe. Meu Deus do céu, tem que já tirar e queimar, porque se não faz uma bagunça. Mas eles limpam o quintal assim, mas de roçar, carpir, às vezes plantar alguma coisa é meu esposo que faz de final de semana. (Carolina – entrevista reflexiva)

Aí eu fiz uma mini-horta aqui atrás. Horta não, fui lá e comprei umas mudas. (Carolina – entrevista reflexiva)

Margarida e Rosa manejam o lote agrícola praticamente sozinhas. Pela fala de Isabel, é ela que maneja a terra, com ajuda da filha e do marido, especialmente no serviço pesado. Já Sheila relata alguns cuidados empenhados para manutenção do lote, realizados com a ajuda da mãe no cuidado com os animais. São nestes quintais onde geralmente são produzidos os alimentos que possibilitam a estruturação de um sistema de autoconsumo das famílias. Autoconsumo ou produção para consumo próprio da família é todo alimento e item básico produzido pelas próprias agricultoras e agricultores em suas propriedades. Corresponde à um modo de ser e viver na terra e de construir as relações socioeconômicas com a natureza pautados pela chamada cultura camponesa.

“Autoconsumo é por nós entendido como algo que foge a análise unicamente de integração às economias capitalistas regionais. Antes, são demonstrações específicas do comportamento de estabelecimentos agrícolas familiares, garantem a reprodução social e cultural da população estudada e provém às famílias sua base nutricional. Há, de fato, importante significado em retirar da terra seus alimentos. (...) O autoconsumo é visto como um elo, necessário para uma compreensão dos modos de vida dos assentados que se distancia de abordagens que possam reduzi-lo a um indicador de sucesso/fracasso das experiências de assentamentos ou de sua integração às economias regionais” (DUVAL; FERRANTE, 2008; p. 310).

No entanto, é perceptível a existência de uma dificuldade em mensurar o valor e a importância do autoconsumo na gestão da renda familiar. A Caderneta Agroecológica⁷⁵ (ALVES *et al*, 2018) foi criada como uma forma de sistematizar a produção para consumo próprio das famílias, em que as mulheres anotam os itens que foram consumidos, doados, vendidos ou trocados de seus quintais, considerando o valor corresponde ao item no mercado

75 Desenvolvida por um projeto realizado pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do governo federal, e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT da ANA).

local ou em feiras. Ao final do projeto de implantação da caderneta, percebeu-se que cada mulher havia produzido em média o correspondente a um salário-mínimo em produtos alimentícios para o autoconsumo. Este valor, em alguns casos, era maior que a própria renda gerada em dinheiro por seus companheiros (ALVES *et al*, 2018), o que demonstra a importância econômica deste tipo de produção e do trabalho realizado pelas mulheres agricultoras em seus “quintais” para a reprodução familiar camponesa.

Duval (2010) argumenta que a medição da produção de autoconsumo por valores de mercado pode corresponder a uma estimativa superestimada de seu valor, pois não estão contabilizados alguns processos que se inserem nas cadeias produtivas da alimentação. Nas entrevistas, pedimos que as mulheres indicassem não o valor, mas uma proporção aproximada do que corresponde, “no prato” delas, da comida que vem de dentro do lote e da comida que vem de fora. Além disso, pedimos para elas nos contarem o que elas produziam na terra para o consumo da família. Aurora e Rosa relataram que os produtos para o consumo doméstico advêm metade de dentro do lote e metade do mercado. Já no caso de Isabel essa proporção de consumo de produtos obtidos no lote é ainda maior.

Mas a gente plantou mandioca, manga... [Acerola] Deu, colheu bastante! (...) Fez [uma hortinha lá no fundo]! É pequena mas ainda tem lá uma cebola plantada... agora ele vai mexer de novo pra gente plantar no inverno. (...) É porque a gente não tem o jeito de ir para a cidade vender. Então tem que ser só o consumo de casa mesmo. (...) Não, [o leite] secou agora que está de cria. Eu até tirei e fiz estoque de leite. (Aurora – entrevista reflexiva)

Aqui, a gente não compra frango, não compra porco... É só a [carne] vermelha da cidade. Acho que sai **meio a meio assim**. Que nós comemos muito legume também. (Aurora – entrevista reflexiva)

Da terra eu tiro mandioca, verdura, manga, que eu tenho um pomar de manga. Mais é isso mesmo. (Rosa – entrevista reflexiva)

Ah eu acho que, por exemplo assim, o arroz feijão vem do mercado não é? E o óleo. Mas agora o tempero, uma mistura que é um frango, ovo, mandioca, um legume. Vem da Terra! (...) **Metade mesmo!** (Rosa – entrevista reflexiva)

Leite, galinha, ovo, mandioca ... ah, muita coisa, não é Mariana? Aí a gente tem um porco, a gente tem as frutas. Sempre tem fruta, não é só manga. A gente tem para o consumo, tem limão, tem laranja, tem abacaxi, mamão, abóbora. Tem bastante coisa que a gente utiliza daqui e que não precisa comprar. (Isabel)

Aí é meio difícil de falar. Vamos falar, uma mistura, a gente tem a galinha. A gente tem as verduras. A gente tem bastante fruta. Então, **eu acho que mais da metade do que a gente consome, é daqui do sítio mesmo.** (Isabel – entrevista reflexiva)

Margarida também consome muitos produtos de seu próprio lote. Durante a segunda entrevista, nos disse ainda consumir menos por conta do arroz e feijão, devido especialmente ao grande incêndio que atingiu sua propriedade, queimando boa parte de sua produção.

Olha, de tudo! Não é de todo mês... mas a gente usa o feijão, só arroz que não, aí a gente consome o parbolizado ou às vezes o integral, que é o que a gente compra. Mas do resto, a gente consome tudo daqui! A mandioca, a batata-doce, o milho quando tem, a fruta, manga, goiaba, abacate não. O que mais? Cebolinha, porque salsinha não dá muito certo não. Nós não conseguimos fazer uma horta ainda, precisa fazer mas não conseguimos por conta da falta d'água. Então a gente não fez um projeto assim pra ter verdura do quintal. Mas o que a gente come tudo... O feijão também a gente come daqui. Feijão, mandioca. (...) A criação, o ovo. (...) Mas quando tem ovo, o milho caipira, aquela vagem... feijão! É um feijão...(...) O guandu também a gente come... Fava! A gente come fava também. Bastante... como que fala... PANCs! **A gente tem muito no quintal!** Quase tudo daqui! Graças a Deus é pouco o que a gente compra da cidade. (Margarida)

É uns 60% do mercado e uns 40% nosso. Ainda tá vindo mais de fora ainda, por conta do arroz e do feijão. (...) Isso, arroz, feijão e o óleo. Vamos dizer que as coisas que a gente ainda não tem aqui. Que as outras coisas, as demais, aí eu posso dispensar. Por exemplo, se eu não quiser ir ao mercado e não comprar nada de mistura, por exemplo, de carne, essas coisas. Aí eu consigo daqui, que aí eu tenho as PANCs [Plantas Alimentícias Não Convencionais], eu tenho as galinhas. (...) E peixe! Eu não coloquei que nós tem peixe não é? Agora nós temos! (Margarida – entrevista reflexiva)

As Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) que Margarida se refere são plantas, espontâneas ou não, que podem ser consumidas, mas que geralmente são pouco conhecidas em nossa cultura, e, portanto, dificilmente são comercializadas. Margarida dá alguns exemplos desta plantas: a beldroega, a maria gorda, a taioba, o caramoela e cactus palma. São alimentos que eram consumidos por gerações passadas, mas, com o processo de homogeneização da cultura alimentar, este hábito e conhecimento acabaram se perdendo.

No que se refere aos produtos agrícolas e alimentares, houve, por um lado, o desmantelamento dos modos locais de produção e consumo (pela necessidade de

gerar produtos agrícolas para exportação e pela diminuição das políticas destinadas a apoiar a agricultura familiar, como, por exemplo, aquelas voltadas para os mercados internos), e levou, por outro, a uma crescente homogeneização da cultura alimentar (SILIPRANDI, 2004, p.2).

Além do consumo para alimentação, Margarida usa ervas e plantas medicinais para fazer os próprios remédios para a família.

Porque eu não gosto muito de antibiótico. Eu prefiro achar o antibiótico na batata-doce, tansagem, esse tipo de conhecimento eu procurei a medicina, como é que chama? A fitoterapia. (...) Quando eu tenho gripe, eu dou e tomo o sabugueiro. Eles tomam o chá de sabugueiro, que faz parte da fitoterapia, e aí ele mata o vírus da gripe. Deu o chá de sabugueiro, matou o vírus, aí eu cuido do respiratório. Eu tenho já o remédio de sinusite que é fitoterápico, pingo no nariz. Quando é garganta ou alguma coisa, o chá de romã, a folha de batata-doce ou até mesmo a própria batata-doce eu dou pra eles comer, que a gente sempre tem em casa. E assim vai graças a Deus quando é no outro dia já não tem mais nada. Quando aparece febre eu tenho alumã. Nem dipirona! É muito difícil eu dar dipirona! (Margarida)

Margarida não gosta de comprar e usar remédios farmacêuticos comerciais, e busca tratar a família toda com as ervas que produz na sua própria propriedade, traduzindo uma forma de ver as plantas não apenas como alimento, mas como fonte de cura para determinadas doenças. Além disso, no que diz respeito à gestão da renda, diminui o impacto da necessidade de dinheiro para a compra de determinados remédios no orçamento familiar.

No caso de Sheila e Carolina, a produção para o autoconsumo realizada em seus lotes é pequena. Sheila cultivava algumas culturas agrícolas, mas também passou por incêndio que, há alguns anos, destruiu a plantação. No momento da pesquisa, a maioria dos alimentos que Sheila e Carolina consumiam vinha, sobretudo, do mercado.

Ah, esse ano não. Ano passado a gente tirou bastante fruta. Manga, goiaba, mandioca a gente plantou mas parece que não sei. Aí eu fiz uma mini-horta aqui atrás. Horta não, fui lá e comprei umas mudas. Comprei berinjela, comprei jiló, pimentão, pimenta doce, tomate. Eu plantei e tá ali. Mas tá pegando! É bem pequenininho mas está pegando! Todo dia a gente vai lá e tira dois, três de cada um, mistura tudo e dá um belo refogado né? Mas assim, bastante não! (...) **É, mais no mercado.** (Carolina)

É mandioca, mamão, manga a gente ficou... tá com caju! Até caju ano passado! Caju, goiaba, tem cana mas eu não chupo cana, porque, misericórdia, tenho medo de perder os dentes! A boca, ela é saudável. Mas meus dentes tá fraquejando. Então... Tem pitanga, tem mandioca, tem pouca

mas tem. O fogo queimou demais. O que tinha a gente plantou. Maracujá. Chuchu, a gente come chuchu. Então a gente come coisa daqui. Tem abóbora quando é época. Essa época não pode plantar, porque seca mata tudo. Caxi...(Sheila)

Mariana: Sheila, esse ano passado, esse verão choveu bastante. Você chegou a conseguir lidar com a terra? A plantar alguma coisa pra consumo de vocês? Ou pra vender? (Sheila fez sinal de não com a cabeça.) Ou não deu tempo? Como que foi?

Sheila (entrevista reflexiva): Não! Do ano passado pra esse ano, correria! (...) Ela [mãe de Sheila] quer plantar, mas ela chama eu! Eu sou correria, não dá tempo!

O autoconsumo contribui para garantir a Segurança Alimentar e Nutricional das populações viventes nas áreas rurais. Segurança Alimentar foi um conceito desenvolvido na década de 1990, o qual defende que todas as pessoas tenham direito à alimentação, sendo dever dos governos assegurarem este direito por meio de políticas públicas de combate à fome e à desnutrição (STEDILE; CARVALHO; 2017). Stedile e Carvalho (2017) destacam a contribuição do estudo de Josué de Castro em tal concepção, no qual o autor defende o argumento que a fome é um problema social, decorrente da maneira como são produzidos e distribuídos nossos alimentos.

O direito à alimentação, sob o manto do capitalismo internacionalizado, não é mais um direito humano, de todos os seres humanos, independente de sua condição social, de cor da pele, local de moradia, gênero e idade. Agora, o acesso aos alimentos está regido pelas leis capitalistas do lucro e da acumulação. Portanto, as pessoas só podem acessá-los se tiverem dinheiro e renda para comprá-los. (STEDILE, CARVALHO, 2017; p. 136)

Este modelo hegemônico de produção e distribuição de alimentos gera desigualdades e fome nas periferias das cidades e em áreas rurais. Em entrevista concedida à Prado (2010), Marcel Mazoyer diz que “A grande maioria destes pobres, mal nutridos, subalimentados e que morrem são camponeses e agricultores familiares” que, de forma contraditória, poderiam produzir seu próprio alimento se tivessem condições para tal. Condições como acesso à água, à crédito para insumos e sementes, à formas de escoar sua produção. Condições de comercialização que possibilitem aos agricultores e às agricultoras familiares venderem seus produtos por um preço justo, sem passar por exploração dos atravessadores e grandes comércios que impõem preços baixíssimos para comprá-los. Aprofundaremos estas questões

no próximo item.

O manejo produtivo da terra nos lotes familiares

Nesses 10 anos de assentamento, todas as mulheres participantes relataram que já passaram por alguma dificuldade no manejo com a terra. Sheila diz não plantar nada por conta da seca e da falta d'água, relatando também a perda de criação de aves por conta de incêndio provocado pela Usina de cana-de-açúcar próxima, não tendo tido por isso nenhum ressarcimento. Desistiu de criar animais. Margarida também passou um grande incêndio durante a pesquisa de campo, que queimou cerca de 80% de seu lote. Aurora, por sua vez, comentou em sua entrevista que havia plantado feijão, mas que “a terra não está dando nada”.

Não, plantar eu não estou plantando nada. Se plantar nessa seca morre. Morre... e uma a água, a dificuldade de água aqui... eu lavo roupa uma vez por mês e olha lá ainda. (...) Eu não posso ter bicho nenhum. Só tenho os cachorros e os gatos aqui! Mas bicho nenhum eu posso ter! Porque eu tive uns danos materiais e o governo até hoje não... é assim! **Porque quando você não tem verba, eu acho que eles fazem muita desfeita.** Porque eu tinha ganso, eu tinha pato, eu tinha galinha, eu tinha peru, eu tinha galinha angola, eu tinha um monte... tinha... que dá ovo? Como que chama aqueles que dá ovinho? Codorna. Eu tinha mais de 80 cabeças de codorna. Tinha galinha caipira. Tinha mais de 200 de galinha caipira. Eles tacaram fogo, a Usina (vizinha) tacou fogo ali. Queimou tudo meus bichos. Queimou tudo! Até hoje não tive ressarcimento. Ah, o boletim de ocorrência tá aí! O advogado do INCRA falou que ia correr atrás e até hoje não... **Aí eu não quis criar mais.** E fora o cachorro dele aqui, que quando ele vinha trabalhar aí, catava as galinhas. (Sheila)

Porque aqui é assim, ó, do jeito que você vê aí. **A terra não está dando nada.** Esse ano nós gastamos com a gradeação, de falar bem a verdade pra você o dinheiro da gradeação foi dinheiro perdido, ele trabalhando por dia, que ele tem trabalhado por dia. Ia juntando o dinheiro, gradeamos a terra da banda de baixo, plantamos feijão, foi o que? Meio tambor de feijão? **Então está meio difícil.** (Aurora)

Não [plantei]! Do ano passado pra esse ano, correria! (Sheila – entrevista reflexiva)

Esse ano falar bem a verdade pra você a gente nem plantou. **Vai jogar semente fora.** Agora está fazendo dois anos que a gente não mexe nesse pedaço aqui embaixo. Daí esse ano, ele vai mandar tombar pra gente plantar. (Aurora – entrevista reflexiva)

Ela contou por telefone o que tinha acontecido, que tinham colocado fogo no lote e que tinha queimado uns 80% da área. Fui na mesma semana visitá-la com minha filha junto, pois tanto ela como os filhos de Margarida estavam de férias. Ao chegar perto do lote, pela estrada, já foi possível ver uma parte do lote que queimou. O fogo rodeou a parte da casa e do galinheiro. Ela me contou que as galinhas só não morreram porque eles abriram o galinheiro para elas saírem.

Fomos dar uma volta para ver. Meus olhos se encheram de lágrimas.

Margarida disse: “Mas esse homem chorou! Que nem criança!”

Tinha queimado toda plantação que eles tinham, todo SAF, plantação de abacaxi, mandioca, banana. Enfim, sobrou praticamente as árvores frutíferas perto da casa. (Diário de campo)

Isabel também nos contou como foi o início do processo de plantio e como ele se dá agora, explicando que a terra da região do Assentamento é arenosa e seca.

Igual milho ... aqui no primeiro ano a gente colheu muito milho. Primeiro e segundo ano. A gente plantou o lote inteirinho, eu e o meu marido. A menina não trabalhava ainda, que ela estudava. E a gente conseguiu plantar o lote inteiro, no primeiro e no segundo ano. Aí no terceiro, a gente tirou uma parte para fazer o pasto, que a gente comprou uma vaquinha e plantamos milho no resto. Mas não produziu já aquelas coisas. Hoje eu nem planto mais porque não produz. Uma porque a terra é arenosa e muito seca. Não produz milho. Nem feijão. O feijão se você adubar ele, você ainda consegue colher um pouco do feijão, mas como o adubo é muito caro, então não compensa, melhor pegar do mercado que é mais barato. (Isabel)

Em visita à casa de Margarida, ela me disse que:

O Assentamento foi feito em uma área de plantio de eucalipto. Comentou que eles [empresa de celulose] colocam muitos defensivos e adubo químico nessa produção e que ficam metais pesados na terra como resíduo. Que leva alguns anos para a terra se recuperar e produzir orgânicos. (Diário de campo)

As informações sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres assentadas no manejo produtivo indicam que a terra da área em que foi implantado o assentamento rural passou por um esgotamento de sua fertilidade, por conta da realização anterior de sistema de plantio em monocultura de eucalipto e do uso intensivo do solo e de agrotóxicos. Com a terra exaurida, ficou difícil manter produtividade de determinadas culturas, como milho e feijão. A busca por alternativas de manejo que possam ampliar e recuperar a produtividade do solo, e

consequentemente produzir mais alimentos, exige acompanhamento e apoio técnico⁷⁶ na sua implementação, além de investimentos financeiros. Dentro deste contexto, as saídas que cada mulher encontrou para lidar com a situação foram diversas: em termos gerais, elas perceberam, ao longo dos anos, as culturas mais ou menos adequadas ao tipo de solo do Assentamento, considerando ainda a questão da falta d'água para irrigação.

A fruta é melhor. E nessa terra arenosa aqui nossa aqui, muita gente fala: “ah, não produz, não produz!”. Não produz, mas você tem que saber aquilo que ela vai produzir! Aí você planta aquilo que produz. Não vai ficar plantando o que não produz. (Isabel)

Então aí é o que tá! Então aí o que você tem que fazer? Plantar fruta. É fruta que você tem que plantar! Porque o pé de fruta, você joga um pouquinho de água de manhã, um pouquinho à tarde, ele vai crescer bem. Então a fruta vai vir. Agora legumes, vegetais essas coisas assim já não tem condições, tipo alface, almeirão... já não tem condições, né? Porque se a gente tirar a nossa água do nosso consumo, a gente vai plantar como? Vai viver como? (Carolina)

Isabel buscou realizar a produção de hortaliças de forma tradicional, mas, depois, preferiu construir uma estufa para produção em sistema de hidroponia⁷⁷. Diz que coloca fertilizantes químicos na água, mas que não aplica “veneno” foliar como outros produtores de hidropônicos fazem. A instalação de sistemas de plantio que dependem da utilização de insumos químicos faz com que os agricultores necessitem permanentemente da obtenção de recursos financeiros para comprá-los, o que gera um custo constante de produção.

O uso de sementes modificadas geneticamente, chamadas de *transgênicas*, também condiciona a utilização conjunta de insumos tais como herbicidas na sua produção. Para compreender melhor a questão dos transgênicos, Whitaker (2008) nos apresenta sua linha de raciocínio:

Então minha dúvida era essa: por que não inventam uma semente transgênica que tenha mais resistência à praga, que não precise de herbicida? Por que não criam uma semente transgênica que tenha um produto com mais vitamina, com mais nutrição,

76 Dentro da política de reforma agrária fica estabelecido que o INCRA deve dar assistência técnica às famílias, em que agrônomos assessoram os assentados e seus problemas de manejo do lote. No entanto, tal política passou por reestruturação e terceirização e a assessoria tem sido insuficiente, com interrupções ao longo dos anos. Falaremos mais sobre esta questão no próximo capítulo.

77 O plantio em sistema de hidroponia é realizado em canos em que a planta não fica no solo e sim na água. Nesta água, colocam-se os nutrientes necessários para o alimento se desenvolver.

mais bonito, mais flores? - qualquer coisa boa – por que tem que ser a resistência ao herbicida?

Aí eu fui investigar e descobri o óbvio; que as próprias companhias que produzem as sementes que já patentearam e que já dominam, produzem também o tal herbicida que a semente vai suportar. (WHITAKER, 2008, p. 330)

Além da dependência nos insumos da indústria química, a semente transgênica não germina, o que também gera dependência de sempre obtê-la pelo mercado. Whitaker (2008) nos apresenta o conceito de *Soberania Alimentar* e o diferencia do conceito de *Segurança Alimentar*. Dentro do conceito de Segurança Alimentar, não importa a forma como o alimento foi produzido nem o local, desde que sejam atendidas as necessidades alimentares e nutricionais da população. Com isso, os governos dos países do Sul podem comprar arroz ou milho de outro país, produzido por multinacionais, que atravessam continentes para chegar a seu destino. Estes alimentos são vendidos com preços subsidiados por seus governos dos países do Norte, que inviabilizam economicamente os pequenos agricultores nacionais, gerando uma nova forma de colonialismo. Já a Soberania Alimentar:

Implica independência total dos países, ou de regiões bem delimitadas, para produzirem ali mesmo o que a população local necessita ou deseja consumir, sem depender de sementes produzidas por transnacionais e dos pacotes tecnológicos para agricultura que são viáveis apenas em grandes cultivos. Obviamente deixa-se de depender também da irracionalidade do transporte de alimentos que os encarecem e os tornam estéreis (desnutritivos) (WHITAKER, 2008, p. 324-325).

Sem soberania alimentar, países inteiros ficam dependentes das vontades e decisões de empresas multinacionais. Para ter autonomia, é necessária uma política de proteção aos mercados nacionais de alimentos para incentivar a produção interna, os comércios locais e a preservação de culturas tradicionais e do meio ambiente. Outros modelos de agricultura sustentáveis são propostos em torno do conceito da **Agroecologia**.

A ciência da Agroecologia, que é definida como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para desenhar agroecossistemas sustentáveis, oferece uma base mais ampla para avaliar sua complexidade. A Agroecologia vai mais além do uso de práticas alternativas e do desenvolvimento de agroecossistemas com baixa dependência de agroquímicos e de aportes externos de energia. (ALTIERI, 2012, p. 105)

A agroecologia se tornou bandeira de luta dentro de movimentos de camponeses e ambientalistas, para fortalecer a construção de uma agricultura sustentável e com produção de

alimentos baseados na agricultura familiar. Neste sentido, a Caderneta Agroecológica (ALVES et al, 2018) percebeu a importância do papel da mulher tanto na produção para o autoconsumo nos *quintais agroecológicos*, como na preservação do meio ambiente, das sementes e saberes ancestrais. Estes quintais foram definidos como locais de manejo que evitam aplicar produtos químicos e onde existiam uma grande diversidade de culturas (ALVES et al, 2018).

Podemos considerar que os quintais de Isabel, Margarida e Rosa são quintais agroecológicos, pela descrição do manejo da terra que elas fazem. Além da produção hidropônica, Isabel maneja as outras áreas plantando frutas, verduras e legumes na terra, sem o sistema de hidroponia.

Não, tem muita coisa que eu planto no chão mesmo. Cheiro verde, a couve, abóbora, banana, que a gente sempre tá levando para rua. Então tem muita coisa que a gente tem no chão. (Isabel)

Rosa tem uma estufa de plantio, onde faz sua horta, além de ter em seu quintal plantas frutíferas e outras culturas: “É orgânico também” (Rosa). Terrazan e Valarini nos apresentam uma proposta de conceituação do que é o manejo orgânico⁷⁸:

Os alimentos orgânicos são aqueles provenientes de sistemas de produção agrícola que, conceitualmente, visa manejar, de forma equilibrada, o solo e os demais recursos naturais como água, vegetais, animais, macro e microrganismos, procurando minimizar os impactos ambientais dessa atividade graças à eliminação do uso de agrotóxicos e de quaisquer adubos minerais de alta solubilidade nas práticas agrícolas, conservando-os em longo prazo e mantendo a harmonia desses elementos entre si e com os seres humanos. Além disso, recorre ao manejo racional das culturas, como os policultivos, e a ecologia da paisagem, a fim de atingir o equilíbrio e a otimização da produção (TERRAZAN, VALARINI, 2009, p. 27).

Margarida realiza o plantio das árvores frutíferas de forma orgânica também, mas em Sistema Agroflorestal (SAF), associando e consorciando as frutas com outras culturas.

Sistema agroflorestal é um nome genérico que se utiliza para descrever sistemas tradicionais de uso da terra amplamente utilizados, nos quais árvores são associadas no espaço e/ou no tempo com espécies agrícolas anuais e/ou animais. Combina-se,

⁷⁸ O manejo orgânico está dentro do manejo agroecológico, mas não necessariamente o agroecológico está dentro do orgânico. No manejo orgânico podem existir experiências de monocultura de um alimento orgânico, por exemplo, com insumos e fertilizantes químicos permitidos para este tipo de manejo. A diversidade e rotação de plantas colabora para a redução de pragas.

na mesma área, elementos agrícolas com elementos florestais, em sistemas de produção sustentáveis (FARREL; ALTIERI, 2012, p. 281).

Conta que aprendeu com seus pais, sogro e sogra a olhar para a lua para saber o que pode plantar e manejar em seu quintal, bem como outros conhecimentos do modo de vida camponês. Estes saberes, passados de geração em geração, foram construídos por anos e anos de experiência de homens e mulheres no manejo da terra.

Lidar com o fogão de lenha, eu agradeço a minha mãe (...) foi ela que me ensinou a fazer comida... [matar galinha] foi meu pai que me ensinou. Foi. Ele falou o jeito que fazia e nós que matava pra minha mãe. E lidar com a terra foi meu pai que me ensinou também. Com meu pai, com a minha mãe, meu sogro e a minha sogra também: as plantações, a lua, isso tudo a gente aprendeu com eles. Eu principalmente aprendi. Até o nascimento da L. (filha), meu sogro falava. Vai ser menina porque vai nascer na lua nova. Mas como é que o senhor sabe? E nasceu menina e nasceu na lua nova! Aí eu fui com muita contração. Vai ser moleque! E outra pode ver que estamos na lua minguante. Aí fui olhar e estava na lua minguante e eu sofrendo do M. (filho). E essas coisas, eu aprendendo com eles! E remédio caseiro. A lidar com remédio de farmácia. Não tenho conhecimento, não gosto, a gente quase não usa remédio. E é tudo remédio caseiro. E aí eu aprendi com eles. (Margarida)

Em sua entrevista reflexiva, Margarida nos relatou que não pretende usar veneno na comida que ela dá pra família dela, bem como o conflito que isto causa com vizinhos.

Tem... relação coletiva é... é complicada Mari. É complicada, porque às vezes se, por exemplo, você é uma pessoa que você está no seu lote, você só não quer problema. Mas você não aceita também o agrotóxico. Você não é realmente obrigado a aceitar. Só que, se o seu vizinho está usando, você não vai usar por quê? Por que você é melhor do que eu? Não, fulano, eu não estou me sentindo melhor, é, vamos dizer, não tenho dinheiro pra comprar adubo, eu acho adubo muito caro, então eu não quero usar. Para não dar briga. Ah, não, mas essa terra não vai, porque não presta, se não for com adubo não vai, e você tem que usar também ... Não, não vou usar. Aí você fala: eu não quero isso pra minha vida. **Eu não quero colocar agrotóxico na comida da minha família. Eu não quero!** Então aí você já passa a ser chata. Então a pessoa já começa a te ver diferente e começa a te marcar. (Margarida – entrevista reflexiva)

Sheila nos expôs que em sua rotina coloca veneno na cerca, mas não comentou colocar em outras áreas. O veneno que ela se refere é conhecido como “mata mato”, o Glifosato,

herbicida dessecante associado também ao plantio dos transgênicos. Este agrotóxico está fortemente associado à doenças como o câncer e seu uso traz contaminação, tanto em quem aplica, como ao solo, animais, plantas e água. É o agrotóxico mais vendido no Brasil e no mundo e seu uso está se tornando cada vez mais comum⁷⁹.

Ao serem questionadas sobre o que acham de viver na terra, as mulheres participantes da pesquisa realizaram, de certa maneira, algum contraponto com a vida na cidade. Todas elas passaram pela experiência de morar em bairros urbanos da região, lembrando como na cidade as coisas eram mais difíceis.

[facilidade] Ter as coisas assim, mais fruta, o ovo, a galinha, uma mistura, uma carne. Acho que daí agora é tudo mais fácil não é? **Porque na cidade era tudo bem mais difícil mesmo.** (...) Eu não tinha, graças a Deus o conforto que eu tenho hoje. Não tinha lá na cidade, era muito dificultoso! Hoje a possibilidade, graças a Deus né? Tem a casa... né? Eu falei que Deus me ajudou muito, graças a Deus! (Rosa)

Os perigos são maiores, e os problemas de saúde, também.

Na cidade eu tenho que ser mais forte, eu acho! (...) Agora na cidade você já tem que tomar cuidado com a rua, tomar cuidado que não pode deixar janela aberta. Se você não tiver um portão grande, você não pode nem abrir a janela, então você tem que ser muito mais forte pra ficar dentro de uma jaula, na cidade. Então você tem que ser mais forte. E tem que ter mais dinheiro também, porque você pagar os remédios depois de loucura, é muito eu acho... ah, sei lá eu penso assim... na roça você tem mais liberdade. Você precisa de força física, só. Para você carpir, buscar uma lenha, tratar de uma criação. Só. Não precisa estar preocupada, que alguém vai estar com uma arma de fogo, uma faca na mão, vai te assaltar, levar seu carro embora. Vai conseguir entrar na garagem, ou você está na garagem, o cara entra com você, leva seu carro ainda. Entendeu? Então aqui no sítio eu penso que a gente está um pouco mais seguro, por isso eu penso que a gente está mais seguro. (Margarida – Entrevista reflexiva)

Ah, é o que eu gosto. Sempre fui da roça, né? Então isso aqui é tudo. Porque eu na cidade, quando eu morava na cidade, tomava um monte de remédio, era depressiva, pressão altíssima, direto. Hoje não, levanto cedo, vou trabalhar, estou trabalhando o dia inteiro, eu não penso em nada, chega a tarde, tranquilidade. E é uma coisa que eu gosto. **Roça é tudo pra mim!** (Isabel – Entrevista reflexiva)

79 Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/589612-entenda-o-que-e-o-glifosato-o-agrotoxico-mais-vendido-do-mundo> Acesso em 16 jan. 2020.

Indicam, igualmente, que a roça é um bom lugar para se morar e criar os filhos, e que eles também querem ficar na terra.

Eu gosto daqui, é um lugar tranquilo, bom para criar os filhos não tem aquela coisa, sabe? Aquela violência toda. É isso daí. (Carolina)

Aqui é muito bom! Eu não penso em sair daqui! Nunca pensei, nunca passou na minha cabeça. Meus filhos também! Sabe, eles não gostam da cidade. Eu também não gosto, só vou à cidade de obrigação (Sheila)

Aí o A. (filho) fala, não, isso aqui vai ser meu! Eu sei que a G. (filha) e o G. (genro) não vão querer vir aqui mesmo! “O dia que o pai e mãe morrerem eu não saio daqui! Aqui eu vou criar minha família também!” (Aurora)

E a mulher que mora na terra é uma mulher feliz, que passou por muitas dificuldades para poder morar na roça e por isso teve que ter coragem e força pra lutar e resistir.

Ah, é **uma mulher muito feliz**. Eu acho! Ser uma mulher assentada ainda na roça? Ai, Mariana, não tem outra palavra! É felicidade. (Margarida – Entrevista reflexiva)

É maravilhoso, nossa, é muito bom! Ah, é muito bom! Eu não me vejo uma mulher urbana. Eu já vivi. Mas eu acho que eu amadureci mais aqui. As dificuldades, a situação. Agora eu sei como lidar com a dificuldade. Agora me manda para a cidade? Ah, eu vou ter dificuldade, porque eu não vou conseguir morar lá não! Então eu acho que aqui, eu acho não, eu tenho certeza que aqui, você sabe lidar com as dificuldades. Lá você não tem dificuldade! Não é? Tudo mais fácil. **E a gente tem que aprender o difícil também!** Eu tive fase boa, então eu vim pra cá e pensei que não ia conseguir. Mas eu consegui! Nossa, aqui é muito bom! Eu acho que é melhor uma mulher rural! E eu acho assim, que rural é um lugar bom pra se viver! Eu acho que uma mulher rural ela vive muito mais anos. (Sheila – Entrevista reflexiva)

Ah... eu já ouvi falar que tem que ter muita **coragem!** Que não é todo mundo que encara não! O que a gente encarou aqui não é qualquer mulher que encara não! Eu acho que é aquelas que... sei lá... se identifica com esse tipo de lugar, né? Que teve muita gente no começo, teve muita mulher que desistiu, foi embora! (...) Porque assim, **era quatro paus enfincado no chão e uma lona preta cobrindo**. Igual eu já falei, quando eu vim pra cá, eu vim com um colchão de casal e minhas roupas. Era o que eu tinha para vir para cá. Porque as coisas que eu tinha de valor. Fogão eu não tinha porque eu morava na casa do meu vô e a gente comia ali. Então a gente trabalhava, ele

comprava as coisas e a gente comia ali. Mas eu tinha uma televisão, eu vendi. Entendeu? Pra construir o barraco ali. Então quando eu vim pra cá, era muito dificultoso. **Não tinha água, não tinha energia.** Então era bem, bem dificultoso mesmo. Imagina? Nossa, quando eu vim pra cá, ai meu Deus! Nossa, eu até pensava: eu vou embora, não vou ficar mais aqui nesse lugar. Mas depois eu pensava assim, pelo menos no futuro eu vou ter a minha casa, o meu espaço. Mas era difícil aqui no começo. (...) E não pensava tanto em mim. **Eu pensava mais nos meus filhos, né?** (Carolina – Entrevista reflexiva)

Possuem força pra superar as adversidades, superar o que elas chamam de “lona preta”. A motivação, a esperança de Carolina traduzida em ação, em ocupação e resistência, era de conseguir algo para seus filhos. Aprender com as dificuldades, como ressalta Sheila. Rosa, na entrevista reflexiva, nos falou que são mulheres batalhadoras, lutadoras, mas não se considera uma, se tratando novamente como “parasita”.

Rosa: E agora? Ah, geralmente a mulher moradora de assentamento, né? **Não eu que eu sou uma parasita, né?** São tudo, quase tudo que eu conheço são mulher lutadora, batalhadora, que não tem medo. **Elas dirigem, elas saem, elas vendem, elas conversam, elas vão atrás das coisas, elas lutam...** é assim que é a mulher moradora do assentamento.

Mariana: E por que você acha que não você?

Rosa: Ah, porque eu fiquei muito parada!

Mariana: Mas olha a luta que você passou!

Rosa: **Mas agora que eu estou começando a abrir meu olho, começando a sair, a querer lutar pelos meus direitos.** Ah, assim que eu penso das mulheres do assentamento. Maioria é assim. Eu vejo mesmo, a maioria que eu vejo, do jeito delas tudo, mas igual a P. (vizinha), a D. (vizinha), a Sheila... **várias mulheres saem, dirigem, vão num lugar, vão no outro.** Criam os filhos sozinha. Eu admiro pela coragem delas. **Mulheres bem lutadoras. Ah, são lutadoras mesmo.**

O não reconhecimento de que é ela quem produz mais da metade do alimento da família, que faz a gestão e manutenção do lote inteiro, praticamente sozinha, e que a reprodução social da sua família depende dela, ainda é muito forte. O patriarcado e o machismo produzem e reproduzem estas opressões, com a consolidação da invisibilidade do trabalho feminino. Na visão de Rosa, ser mulher e ser uma mulher do campo é lutar pelos seus direitos, romper com as amarras que a imobilizam. Rosa diz que começou a se movimentar, se inscrevendo em uma sala de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para voltar a estudar; ação que representa um grande passo em seu processo de construção de autonomia.

Por fim, convém destacar que processos educativos decorrem das práticas de resistências cotidianas traduzidas na produção para o autoconsumo e no manejo da terra, na divisão do trabalho e nas diferentes formas de viver na terra. Processos estes que podem ou não ser libertadores, pois podem tanto reproduzir opressões como romper com as mesmas. Os saberes ancestrais, passados pela oralidade e por meio da vivência na terra com os mais velhos, são valorizados e representam uma agricultura mais natural, que valoriza o meio ambiente.

As mulheres participantes da pesquisa acumulam as atividades reprodutivas de cuidado dos filhos, dos idosos e da casa com atividades de manejo da terra e de autoconsumo, em graus diferenciados entre elas. Na divisão de tarefas, tanto nos trabalhos reprodutivos como nos produtivos, a justificativa da causa da pobreza ser a preguiça não encontra fundamentação na nossa análise dos dados.

As duas mulheres (Margarida e Rosa) que não fazem a gestão do dinheiro da casa, apenas do benefício do Programa Bolsa Família, são as mulheres que mais produzem para o autoconsumo, ao lado de Isabel, a única que consegue gerar renda com a venda de produtos produzidos em sua terra. Este fato demonstra que a contribuição delas na gestão da renda familiar vinda da terra é substancial, pois produzem próximo da metade dos alimentos consumidos pela família.

A agricultura familiar tem papel destacado na preservação da história e cultura camponesa, na gestão da terra e dos recursos naturais. Esta contribui cerca de 40% do valor bruto da produção nacional, e cerca de 77% do total de mão de obra ocupada na agricultura, tendo apenas 30% do território e áreas de cultivo (ROSSET, 2006). Além disso, são mais produtivas, gerando mais produtos e com maior eficácia que as grandes fazendas. Quando olhamos para os territórios no Estado de São Paulo, a presença de pequenas propriedades e de assentamentos rurais contribuem para a formação de “mosaicos diversificados”, em meio a grandes áreas de monocultura (WHITAKER, 2008).

Estes mosaicos contribuem para a produção para o autoconsumo e conseqüentemente, na redução da insegurança alimentar dos agricultores e agricultoras familiares. Mesmo assim, existem **tensões** sobre quais modelos e quais caminhos seguir:

No equilíbrio entre suas próprias necessidades e as do mercado consumidor, a família camponesa vive sob tensão. Assim, com a modernização (inclusive da

agricultura), novas exigências são cobradas do homem do campo, e, com isso, cresce a tendência por deixar de produzir seus próprios alimentos em benefício de cultivos comerciais. A necessidade de se criar fundos para suprir a família se transforma na necessidade de gerar lucro. Passa-se a vender produtos agrícolas especializados e força de trabalho, para como dinheiro ganho se comprar alimentos (DUVAL, 2010, p. 144) .

No PA Nova São Carlos, a “trama de tensões” (FERRANTE; BARONE, 2008) não se materializa com o avanço do modelo do agronegócio e sua ocupação dos territórios. Mesmo tendo uma usina vizinha de uma parte do assentamento, não existem relações de arrendamento ou parcerias, como em outros assentamentos mais próximos da produção monocultora da cana-de-açúcar no estado de São Paulo. Além disso, a maior parte do território é íngreme para produção de cana-de-açúcar.

Apesar do modelo de agricultura no Assentamento Nova São Carlos ser, de modo geral, da agricultura tradicional, com uso de alguns insumos químicos, não são largamente utilizados justamente pela questão de que são caros e exigem gasto em dinheiro para tal. Percebemos que, neste Assentamento, a “trama de tensões” é entre o rural e o urbano, a roça e a periferia. A tensão existente é entre as possibilidades de renda em área rural degradada, sem água e sem apoio técnico, e as possibilidades de qualquer trabalho temporário e precário na cidade. As mulheres ficam no lote, na resistência em produzir, cuidar da casa, dos filhos e da terra. São as guardiãs dos seus territórios.

Depreendemos de nossa análise que a reforma agrária também contribui para a redução da pobreza e da fome no campo e na cidade. Garantir o acesso à terra é condição necessária, mas não suficiente para a resolução destes problemas. Após muitos anos de tentativas frustradas, algumas pessoas do assentamento acabaram desistindo e indo embora para a cidade, segundo relato das participantes. Outras resistem, com muitas dificuldades.

Se a gente ficar esperando só o INCRA, só o INCRA, só o INCRA. E aqui a terra é muito fraca. Ela dá, se você plantar ela dá. Toda terra ela é fértil, mas ela não tem aquela força. Então se eu viver só daqui, eu não tenho condições. Uma que a gente também não tem capital pra isso, tem que ter. (Carolina – entrevista reflexiva)

Alternativas de plantio sem uso extensivo de água, como a agrofloresta, existem. No entanto, necessita de formação e acompanhamento técnico, de acesso às políticas de crédito produtivo, e para tal, também é necessário apoio técnico para fazer o projeto de manejo.

Discutiremos no próximo capítulo como é o acesso das assentadas aos Direitos Sociais universais, bem como seu acesso às políticas e ações de fomento aos assentamentos que são de responsabilidade do INCRA.

Capítulo 5 – “Eu quero saber se eu tenho direito”: a mulher em luta pelo acesso aos Direitos Sociais

Nesta categoria temática, trataremos sobre como se dá o acesso das mulheres assentadas à bens e serviços públicos e gratuitos, até o presente momento garantidos pela Constituição Federal de 1988. Os relatos das entrevistas nos revelaram o modo como as participantes da pesquisa percebem a qualidade deste acesso, bem como seu impacto no bem-estar de suas famílias.

O capítulo está dividido em três partes. A primeira abordará a percepção das mulheres sobre o acesso ao Programa Bolsa Família, incluindo também outras Políticas de Assistência Social; discutirá o modo como compreendem o funcionamento do programa, suas condicionalidades, o que pensam sobre o benefício ser feito no nome da mulher e sobre o programa em si. Na segunda parte, abordaremos seu acesso aos serviços públicos de educação, transporte e merenda escolar, e também assistência à saúde (como marcar consultas, realizar exames, comprar remédios, procedimentos utilizados em casos de emergência, questão também ligada à ausência de transporte público). Na terceira sessão, analisaremos o acesso à água e ao saneamento básico, à moradia e à Assistência Técnica Rural.

Por fim, realizaremos uma síntese da categoria temática, argumentando que a dificuldade de acesso à bens e serviços públicos⁸⁰ impacta na gestão da renda familiar, seja pelo fato das mulheres assentadas terem que utilizar fundo próprio para acessar estes serviços, seja pelos custos econômicos e sociais gerados pelo acesso negado, o que termina por fortalecer e reproduzir do ciclo intergeracional da pobreza.

Percepções das mulheres assentadas sobre o Programa Bolsa Família

Conforme vimos, o Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência de

80 Cabe salientar que não é objetivo realizar uma Avaliação das Políticas Públicas na área das Políticas Sociais, apesar de a pesquisa ser um importante termômetro sobre o acesso e a eficiência destas políticas e o impacto sobre a vida de mulheres assentadas. Outros instrumentos são aplicados nas avaliações assim como outros atores do processo de implementação são ouvidos.

renda condicionada para famílias em pobreza e extrema pobreza. Foi instituído por decreto presidencial, em 2003, e pela Lei Federal nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004, estando inserido na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). O PBF vem sendo implementado, desde então, com quantidades crescentes de beneficiários e de recursos financeiros (ver capítulo 1). No entanto, o programa encontra-se em uma espécie de “limbo institucional”, pois não foi inserido como um direito garantido em nossa Constituição⁸¹. Por conta disto, pode sofrer alterações com as mudanças de governos, o que representa uma fragilidade política e institucional do PBF.

Para ter acesso ao benefício é necessário, primeiramente, ir até às Secretarias municipais de Assistência Social, as quais possuem um setor exclusivo para realização da inscrição do cidadão no Cadastro Único - CadÚnico (sistema de informação que identifica e classifica as famílias de baixa renda⁸²). Após a realização do cadastro e a partir das informações repassadas, a família é considerada elegível ou não pelos critérios do programa. Em caso de resposta positiva, a beneficiária recebe um cartão de saque específico do PBF, bem como um calendário de datas para o saque, dependendo do final do seu Número de Inscrição Social (NIS).

As mulheres participantes da pesquisa nos contaram um pouco sobre o processo de cadastro e informações que obtiveram do Programa. Margarida fez o cadastro ainda quando morava em outra cidade, antes de vir para São Carlos e para o Assentamento rural.

Aí eu fui fazer o cadastro aí eu comecei por Brotas, eu comecei com R\$ 20 que era o da L. (filha). Aí a menina até falou que não era bastante. Eu falei que não é o valor, é um direito e **aí eu quero saber se eu tenho direito** e ela falou que eu tinha. Aí eu fiz o cadastro. Então comecei pegando R\$ 20. Aí dois meses ou três depois, um tempo depois, aí o M. (filho) nasceu aí eu comecei a receber R\$ 40. (Margarida)

Podemos perceber na fala de Margarida que, desde o começo, ao procurar o cadastro, ela desejava saber se ela tinha direito ou não de receber o benefício concedido pelo Estado, mesmo se tratando de um baixo valor financeiro. Já Isabel nos disse que sempre recebeu informações equivocadas sobre o ter ou não ter direito, inclusive das próprias assistentes

81 Para tal, necessitaria ter sido aprovado enquanto emenda constitucional.

82 Utilizam a conceituação de famílias de “baixa renda” como aquelas que recebem até meio salário-mínimo por pessoa ou com até três salários-mínimos totais por mês.

sociais que a atenderam, pois de início informaram que ela não poderia receber o PBF pelo fato de possuir apenas uma filha:

Então Bolsa Família sempre dizia que eu não tinha direito porque eu só tinha um filho só. Pelo menos é que o pessoal dizia né? Aí depois quando eu vim para cá, conversando com uma colega aí ela falou: olha tem um auxílio gás. Aí onde que eu fui na prefeitura né? Na assistência social, aí procurei e daí eu estou recebendo até hoje! (Isabel)

Em situação ocorrida quando Rosa trabalhava em uma cooperativa de reciclagem, quando uma assistente social foi realizar o cadastro no CadÚnico das cooperadas, esta informou que, por Rosa possuir filhos, ela teria direito ao benefício do PBF. Nos dois casos, com Rosa e Isabel, é importante salientar que a vinculação de ter ou não direito de receber o benefício foi explicitado pelas assistentes sociais, de forma incompleta, em relação à questão de se ter ou não filhos, sendo a renda um fator relevante a ser considerado para atender os critérios de elegibilidade. Percebemos que tal vinculação contribui na análise e compreensão da “moral das despesas” incorrida na utilização dos recursos oriundos do benefício pelas mulheres, analisada no terceiro capítulo (REGO; PINZANI, 2013a).

A institucionalização de um direito é realizada por instrumentos jurídicos, sejam eles perenes, sejam eles mais instáveis e passíveis de alteração. O PBF, apesar de ter se constituído por meio de um decreto presidencial, podendo ser alterado a qualquer momento pelos governos federais, já está socialmente institucionalizado como um direito na sociedade brasileira. As falas das agricultoras refletem isso. O processo de implementação do PBF consolidou-o como um programa de transferência de renda com papel destacado no campo das Políticas Sociais, integrando a vida de milhões de pessoas, a ponto de todos os candidatos a presidência da república, nas eleições de 2018, reafirmarem a importância do Programa Bolsa Família e se comprometerem com a continuidade deste⁸³. Em 2013, por exemplo, o simples boato de fim do Programa gerou protestos e tumultos em agências da Caixa Econômica Federal de algumas cidades do Nordeste⁸⁴.

Sheila nos disse, na entrevista que realizamos com ela, que recebe este benefício desde

83 Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/09/19/Como-os-candidatos-ao-Planalto-lidam-com-o-Bolsa-Fam%C3%ADlia> Acesso em: 24 jan. 2020.

84 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/19/boato-sobre-fim-do-bolsa-familia-causa-confusao-e-tumulto-em-estados-do-nordeste.htm> Acesso em: 24 jan. 2020.

1998. Quando perguntei se o programa já possuía este nome, afirmou que sim, mas sabemos que oficialmente o “Bolsa Família” foi criado apenas em 2003. Isto indica que ela recebia outro benefício de transferência de renda federal, estadual ou municipal. Em seu caso, uma assistente social auxiliou-a no processo de cadastramento.

O Bolsa Família? Nossa! Tem uma mulher que é maravilhosa! A R. (funcionária prefeitura)! Você conhece a R. (funcionária prefeitura)? Uma bem magrinha! Ela está lá no, como que chama lá? Você vai na justiça ... Procuradoria? Não é procuraria. Acho que é procuradoria! Lá na procuradoria na onde que arruma advogado? Acho que é lá mesmo!(...) Em 1998! Graças a Deus!(...) Não, já era Bolsa Família! Ela é uma pessoa maravilhosa, que se ela está onde ela está, ela merece! Acho que ela deveria subir mais. Ela é uma pessoa maravilhosa. Ela viu minhas condições! Eu estava morando no Jardim Gonzaga. E ninguém me ajuda! Só Deus! Deus ajuda a gente! Tem pessoas que ajudam a gente! Mas no momento ali ela me ajudou! Deus pôs ela no meu caminho que ela viu as condições que eu estava. E aí (...) Aí ela falou assim, não eu vou te ajudar! Ai eu recebia 60 reais. Eu recebia 60 reais. Aí ela falou assim, conforme o tanto de filho. Eu já tinha 3 filhos. Aí ela falou assim, é o governo que vê... (Sheila)

Carolina e Aurora passaram a receber o PBF depois que vieram morar no Assentamento rural, assim como Isabel. Carolina se cadastrou em 2009, mas começou a receber o benefício em 2010. Já Aurora recebe o recurso há menos tempo, 5 ou 6 anos.

Em dado momento de nossa conversa, Margarida nos contou sobre uma falha de funcionamento e comunicação das informações sobre as regras do PBF. Disse que, por duas vezes seguidas, o seu benefício foi reduzido sem justificativa:

Margarida: Já no Assentamento! Inclusive já morava aqui. Aí pensa que não, abaixou. Mandou um recado que eu tinha perdido um benefício. (...) Eu liguei lá aí ela só explicou que eu tinha perdido um benefício no valor de R\$ 80. Aí eu falei tá bom. Aí eu fiquei sabendo que tinha tirado R\$ 80. De R\$ 200 e pouco aí eu fui receber R\$ 163. Aí por último, em novembro ou dezembro do ano de 2017, do ano passado aí já baixou para R\$ 78. Aí eu liguei lá de novo que a moça do caixa não sabe me informar. Eu liguei lá de novo, ela falou que eu tinha perdido mais um benefício.

Mariana: Mas ela não especificou?

Margarida: Não especificou. Não falou, só falou que eu tinha deixado de receber mais um benefício. (...) Inclusive eu falei para a moça “mas a minha condição não mudou, por que diminuiu?” e ela por Deus, ela não soube porque senão eu ia falar para você.

Aurora também comentou, na entrevista reflexiva, que o valor do Bolsa Família dela

foi reduzido a partir de janeiro daquele ano. No mês de março, seu filho completaria 18 anos, e, portanto, perderia o valor do benefício para adolescentes de 16 e 17 anos. Entretanto, a redução veio antes, e mesmo com o filho ainda estudando; para ela, não fazia sentido eles reduzirem o benefício.

Aurora – entrevista reflexiva: Ah, mudou, porque cortaram pode dizer quase a metade.

Mariana: Cortou metade do valor?

Aurora – entrevista reflexiva: É, eu pegava 240 agora eu pego 140.

Mariana: O seu filho já completou 18?

Aurora – entrevista reflexiva: Não, ele faz 18 agora no domingo.

Mariana: Ah, no domingo.

Aurora – entrevista reflexiva: Agora se cortar mais!!!???

Mariana: E quando que foi que reduziu? Que mês que foi?

Aurora – entrevista reflexiva: Ah, faz uns 3 meses?

Mariana: Foi em janeiro?

Aurora – entrevista reflexiva: É, foi no começo do ano.

Mariana: Entendi. É, estranho, porque ele ainda não fez 18 né?

Aurora – entrevista reflexiva: E tá estudando ainda. Se fosse dele parar de estudar. Mas ele está?

Mariana: E como vocês estão fazendo para cobrir esta redução?

Aurora – entrevista reflexiva: Ah, daí apurou mais! Tem que trabalhar mais! Que desse dinheiro que eu pego é a luz e o dentista dele, do aparelho. Que ele tira só no final do ano.

Os exemplos de Margarida e Aurora demonstram que existem problemas de comunicação das normas de funcionamento do programa para os beneficiários. Aurora nos disse ter “apurado”, pois algumas dívidas que ela tem (como o aparelho dentário do filho), não poderiam mais ser pagas com o Bolsa Família. Por sua vez, Margarida relatou que a situação financeira dela não havia se alterado para justificar a redução do auxílio. Com as duas reduções do benefício, demonstrou em nossa conversa a angústia de buscar compreender tais critérios e não conseguir obter uma resposta segura. Pelo valor que ela declarou receber (R\$78,00), deduzimos que tal redução fora consequência da mudança de sua classificação de pessoa em situação de “extrema pobreza” para a de “pobreza”, o que faria com que passasse a receber o benefício apenas dos dois filhos⁸⁵.

Após passar pelo incêndio em 2018, Margarida e eu fomos à Secretaria Municipal de Assistência Social buscar um diálogo sobre os motivos das reduções do benefício, como

85 O valor era R\$ 39,00 reais cada filho na época.

também sobre a condição emergencial de Margarida, pois o fogo havia queimado toda a roça destinada ao autoconsumo da família, bem como a produção de excedentes. Nesta ocasião, o sistema do CadÚnico estava fora do ar e não foi possível realizar o atendimento, mas posteriormente Margarida foi com o marido atualizar seu cadastro e conseguiu reverter as reduções do benefício.

Exatamente. O que eu comia e o que eu poderia vender, e mais o galinheiro e as coisas [queimaram]. Aí eu fui à Assistência, expliquei a situação e subi. Então graças a Deus, melhorou bastante, consegui esse ano comprar o material, já ajudo muito mais dentro de casa. Pra mim ficou melhor, graças a Deus! (Margarida – entrevista reflexiva)

Quando questionadas sobre o cartão vir no nome da mulher, a noção de direito vinculado às tarefas que a mulher desempenha na casa, como o cuidado com as crianças e cumprimento das condicionalidades, justifica e corrobora o fato do dinheiro vir para elas e não para os homens.

Do Bolsa Família eu levo as crianças na escola, eu participo das reuniões. Então tem um porque de eu estar recebendo. (Margarida)

No caso de Aurora, ela afirma que, se fosse depender de seu marido, ele não teria buscado se cadastrar para recebimento do benefício, apresentando novamente uma questão relacionada às questões de gênero e divisão do trabalho doméstico e familiar.

Eu acho assim... a mulher tem mais atitude pra ir fazer as coisas que o homem. Porque se dependesse do meu pra ir lá fazer, ele não ia! Não ia! Ele ficava sem! Sem receber, mas ele não ia! Que tem muitos homens que não vai mesmo, a mulher vai! A mulher ela corre atrás das coisas. Você sabe porque que ela corre? Porque ela sabe que a mulher estando dentro de casa, que nem você que é mulher mesmo, você que tem a sua família, tem hora que a coisa não carrega mais sobre a mulher? É na hora de fazer uma comida, é na hora de você lavar uma roupa. Ali você tem que ter um sabão, ali você tem que ter um amaciante. Você vai lavar a casa você tem que ter o produto de limpeza. Se você vai fazer a comida, você tem que ter a comida não tem? Porque o homem tá lá trabalhando não tá? **Não sobra mais pras costas da mulher?** É mais a mulher...! Então por isso que a mulher toma mais atitude que os homens! Mas igual eu falo, eu falo assim mas desse aí, dependesse dele, ele não pegava não [o Bolsa Família]! (Aurora)

Esta fala de Aurora nos remete ao estudo apresentado no capítulo 2, acerca da divisão

sexual do trabalho entre homens e mulheres, em que as mulheres ficam com a sobrecarga do trabalho doméstico: “Mas, assim, eu falo pra você que o que pesa, porque ó, ele trabalha, dá o dinheiro pra mim, tudo bem. Mas eu que tenho de saber o que eu vou comprar, o que eu vou sair e o que eu vou gastar.” (Aurora). O peso da gestão da renda familiar, incluindo a busca pelo direito de receber o benefício do PBF, bem como o “fazer virar” dos recursos disponíveis para serem suficientes para o suprimento das necessidades da família sem que haja privações, recai recorrentemente todo em cima das mulheres.

Sheila considera ser bom o cartão vir no nome da mulher. Assim como Aurora, Sheila diz que a mulher tem maior conhecimento sobre o que os filhos e a casa estão precisando, defendendo que a mulher tem mais “juízo” que o homem e que ela, Sheila, “vive para os filhos”. Quando terminou de falar, ela começa a chorar.

Eu acho muito importante. Tem que vir no nome da mulher! Porque assim, a mulher, por mais que a mulher, que seja mulher, ela tem, eu como mulher eu digo que eu tenho um controle, eu sei controlar e ajuda muito, eu sei o que os filhos precisam, o que a casa precisa. Então tem que ser no nome da mulher! Quando não tem homem, que a esposa faleceu tudo, aí tem que ser no nome do pai. Que o pai tá ali como chefe, né? Se não tem esposa, não tem filha, claro, tem que ser adulto, não tem filha adulta. Então eu creio que seria assim, primeiro lugar, primeira instância no nome da mulher. Que tem mais segurança! Eu acho que mulher tem mais juízo (risos). Eu nunca peguei o dinheiro do Bolsa Família pra beber, pra fumar! Nunca! Eu nunca usei! Assim, eu vivo pros meus filhos, nem pra mim! (choro) (Sheila)

Sheila é mãe de 4 filhos, sendo que 3 moram com ela. Ela relata passar por dificuldades em encontrar um trabalho temporário ou permanente, como apresentado no capítulo 3. Acumula a sobrecarga da jornada dupla de trabalho, como provedora e cuidadora, aprofundada pelo fato de não receber pensão dos pais dos seus filhos.

Ao perguntar o que pensam sobre o programa Bolsa Família, todas as mulheres responderam achá-lo importante, sendo bom para elas. Carolina relatou que o recurso a “salvou” muitas vezes quando estava “apurada”, e Sheila sente gratificação por receber o benefício:

(...) Eu falo assim, né. tem gente que reclama do Bolsa Família: “Ah, mas eu pego muito pouco! Ah, mas tem que manter os filhos na escola!” Eu acho bom! É muito bom! Porque muitas vezes eu me senti apurada, quem me salvou foi o cartão do Bolsa Família. Então assim, se é pouco, se é muito, eu agradeço! Porque muitas vezes me salvou! **Quando assim, sabe não tem da**

onde tirar, não tem o que fazer, aí vem o Bolsa Família! Muitas vezes vem com aumento assim, vamos supor,. A hora que você mais precisa, você chega lá, aí Meu Deus esse mês não vai dar pra fazer nada, aí chega lá, tem o aumento. Dez reais, doze reais, mas tem! Tem gente que reclama. Eu não reclamo não, eu gosto! (Carolina)

Muito importante! Muito importante! Nossa, é um benefício maravilha pra quem sabe usar! É maravilhoso! Você estando em dia com a pesagem do postinho, com a vacinação, na escola. É muito, muito gratificante! (Sheila)

Ao mesmo tempo em que é alçado enquanto direito de cidadania, percebemos nas falas das mulheres assentadas que o recebimento do benefício configura-se como uma “ajuda” do governo, remetendo por sua vez às ações de cunho assistencialistas realizadas geralmente por governos e entidades filantrópicas. Remete, igualmente, à ideia de “contribuição”, no sentido que o recurso recebido colabora para a composição da renda familiar e para seu bem-estar, e, mesmo não se tratando de sua principal fonte de renda, tal contribuição é importante e “salva” nos momentos em que faltam itens de necessidade básica para as famílias.

Rosa, em nossa conversa, lembrou quem foi o presidente da república responsável por instituir o PBF, mas ainda confundia o Bolsa Família com outros programas assistenciais.

Eu acho que é um programa que ajuda muita gente, né? Ajuda bastante, né? (Isabel)

(...) Ajuda porque fala bem a verdade pra você esse Bolsa Família ajuda bem eu! Que se não fosse esse Bolsa Família o que ia acontecer? O E. (marido) ia ter que trabalhar mais que daí ia ter pagar a força. E nós não podemos deixar um rapazinho andar mal trapengo pra escola. Não ia dar. Então o que a gente usa pra essas coisas assim, é pra ele mesmo e pra força. (Aurora)

Ah, foi bom! Nossa, ajudava! Era na época do Lula, né? Aí tinha o vale leite e o vale gás né? Aí foi bom naquela época, me ajudou muito! Nossa! Até hoje! Quando tá desbloqueado e eu recebo. (Rosa)

Segundo publicação sobre como as normas de funcionamento do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2018a), as condicionalidades requeridas representam um critério de acesso por parte dos beneficiários, mas também, em contrapartida, um compromisso de oferta de tais serviços por parte do poder público.

Por meio das condicionalidades, as famílias atendidas pelo Programa são incentivadas a utilizar os serviços de saúde, educação e assistência social. Por sua vez, o poder público tem o compromisso de oferecer e monitorar o acesso e o uso desses serviços, identificando com maior precisão onde há escassez de oferta e trabalhando para ampliá-la. (BRASIL, 2018a, p 69)

Veremos, ao longo do capítulo, como as mulheres assentadas relatam o acesso aos direitos de saúde, educação e assistência social, bem como a outros direitos sociais. Entretanto, o cumprimento das condicionalidades colocadas pelo PBF como critério de acesso ao benefício é considerado por elas como sendo bom e necessário. Em geral, elas não permitem que os filhos faltem da escola para não cortar o benefício.

O percentual de presença mínimo para crianças do Programa Bolsa Família no ensino fundamental é de 85%, enquanto que para as crianças que não se inserem no programa serem aprovadas é de 75%. Esta exigência de maior presença para os filhos de pessoas empobrecidas, beneficiária do PBF, não encontra justificativas nos documentos do programa. Silva, Yazbek e Di Giovanni (2012) ressaltam que uma das inovações nos Programas de Transferência de Renda foi “articulação de uma transferência monetária, direcionada à família, enquanto unidade beneficiária, com a política da educação para crianças e jovens” (p. 205). Segundo os autores, tal medida vincula o enfrentamento da pobreza com melhorias na escolaridade das próximas gerações (SILVA; YAZBEK; DI GIOVANI, 2012).

Tem seus benefícios, mas tem suas obrigações! Então eu sou uma mãe que eu falo, vamos pesar! É duas vezes por ano, não mata ninguém! É um meio que o governo exige, coisa mínima! Eu pra mim é uma coisa mínima, isso não dói em ninguém! Que eu acho que não tem dificuldade nenhuma! Você vai pesar, pesa. Os meninos pesam até 8 anos de idade, que esse é o último ano do H. (filho) de pesar. E as mulheres até 40 anos, então acho que o meu também é último ano. E a Y. (filha) continua pesando até a data certa pra terminar o benefício. Então, pesa, vacina em dia, a escola. **Eles tem 100% de frequência. Meus filhos não faltam, pode estar tempestade.** Eu mando porque assim, como você tem o benefício, você tem que fazer os direitos valer também. **Já que seus direitos valem pra você, acho que tem que valer pro governo,** pro governo saber que... E é isso que me ajuda! (Sheila)

E não deixo as crianças faltar da escola não, pra não cortar! Como eles já não pesam mais. Porque até sete anos menino, só eu que peso! Então, eu ligo direto no postinho, ah, chegou a planilha? Pra pesar e não ter problema de cortar. Porque é importante eu acho uma ajuda muito boa! (Carolina)

Sheila entende esta condicionalidade como uma troca entre os beneficiários e o

governo, de direitos e obrigações. Rosa também considera esta condicionalidade uma obrigação boa, a despeito de ter tido dificuldades em cumprir a presença de uma das filhas na escola, pois ela adoeceu muitas vezes no ano e excedeu o limite de faltas permitido. Por conta disso, Rosa teve seu benefício bloqueado por alguns meses.

Tem! Se perder... Ai mesmo, por exemplo... Ah, é uma regra boa, ao menos as crianças não ficam fora da escola. Porque a T. (filha) teve falta da escola, uma época aí. Ai ela... porque a T. (filha) ela é bem sensível. (...) Aí qualquer coisa ela, nossa! Ela fica doentinha, ela é fraquinha. Nossa, então quando ela está ruim, eu nem mando ela pra escola! **E como eu falei pra você, eu não tenho o costume de pegar eles e ir de a pé para a cidade. O homem sabe, tá sempre apressado, vai e volta. Aí a T. (filha) perdeu muitos dias de aula. Foi quando aconteceu isso de bloquear.** Foi a perda da T. (filha)! Aí veio no papel, a assistente social falou para mim, que ela tinha perdido muitos dias de aula. (Rosa)

Rosa relatou, em sua fala, dificuldades em levar sua filha ao médico e do seu marido levar elas, pois ele está sempre “apressado”, mostrando que a obrigação do cuidado dos filhos quando estão doentes recai, em geral, sobre a mulher. Além disso, por seu lote ficar longe da estrada, local onde passam poucos ônibus, é grande sua dificuldade de deslocamento para o perímetro urbano. Assim, como Rosa não consegue muitas vezes levar sua filha ao posto de saúde por conta própria, ela não consegue obter atestado médico para justificar as faltas escolares de sua filha, que são contabilizadas normalmente. Pouco tempo depois do bloqueio, entretanto, Rosa conseguiu voltar a receber o benefício.

Conseguí desbloquear.(...) Desbloqueei. Depois de 3 meses ficou bloqueado. Daí eu fui lá, conversei com a assistente social e ela desbloqueou de novo. (Rosa – entrevista reflexiva)

Sendo um benefício destinado às famílias, a mulher acaba se tornando sua representante ao assumir a responsabilidade por cumprir os requisitos do programa. Mariano e Carloto (2009) apresentam críticas ao desenho do PBF, pois consideram que este reforça a divisão sexual do trabalho nas famílias com a responsabilização das condicionalidades por parte da mulher. Apesar de Aurora alertar sobre as “coisas ficarem mais nas costas da mulher” em relação ao cumprimento das condicionalidades, o reforço do papel da mulher de cuidadora dos filhos não parece ser uma questão para elas. Entretanto, tal percepção não faz desaparecer a situação concreta de opressão.

Dentro do desenho do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)⁸⁶, deve existir um acompanhamento das famílias beneficiárias do PBF que estão em maior situação de vulnerabilidade social, principalmente aquelas que possuem maior dificuldade em cumprir as condicionalidades: “Quando se observa o descumprimento de condicionalidades, são necessárias ações que promovam o acompanhamento dessas famílias, auxiliando-as a superar as vulnerabilidades ou riscos sociais a que estão submetidas.” (BRASIL, 2018a, p. 79). Tal acompanhamento deveria se dar no âmbito da estrutura organizativa da Política Nacional de Assistência Social, no âmbito das ações de assistentes sociais e agentes locais dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especial da Assistência Social (CREAS).

Algumas das mulheres assentadas relataram desconhecer o que é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e onde se localiza aquele que é responsável por atender sua região; também confundiram o CRAS com o local onde é realizado o Cadastro Único, assim como relataram não receber a visita de Assistentes Sociais. Por outro lado, Margarida relatou que os professores da escola dos seus filhos avisam aos responsáveis pela criança e que recebem o PBF que sua presença nas reuniões de pais é obrigatória, mesmo isto não sendo uma condicionalidade formal exigida pelo programa. Apesar disso, Margarida não acha tal exigência ruim, pois induz com que os pais acompanhem a evolução de seus filhos na escola.

Ah, elas costumam falar sim! Eu nunca arrisquei não Mari! Porque como eu falo pra você o meu foco é a educação, então pra mim não importa, se cortar o Bolsa [Família] e elas ligarem para reunião eu vou na reunião da mesma maneira. Mas elas costumam falar sim que se não participa, se a criança falta muito e os pais não participam da reunião, elas dão uma cutucadinha sim! Mas eu acho isso bom! Eu acho isso bom, porque elas estão nada mais nada menos querendo os pais pra poder cuidar das crianças. (Margarida)

A condicionalidade da obrigatoriedade da vacinação infantil é acompanhada na carteirinha de cada criança, pelos funcionários dos postos de saúde. Em determinadas campanhas de vacinação, a vacinação é realizada pela equipe médica no próprio Assentamento.

86 O SUAS está definido dentro da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº8.742 de 7 de dezembro de 1993, ideia de articulação município, estados e governo federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742compilado.htm Acesso em: 22 jan. 2020.

A da vacina, como a gente vai ao posto e...o que foi que o M. (filho) precisou? Ah, a da febre amarela! Então a gente já foi conferir, e eu levei a carteirinha pra nós toma a vacina e ela já conferiu lá. Graças a Deus estava tudo em ordem. E nós tomamos a vacina de febre amarela, e eles conferiram aqui mesmo, eles vieram no barracão [da associação] . (Margarida)

A avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil, com medição periódica do peso e da altura, é obrigatória para crianças de até 7 anos, devendo ser realizada no posto de saúde. O intuito de tal exigência é realizar uma avaliação nutricional da criança. Com isto, entendemos que o Programa Bolsa Família possui um papel importante em proporcionar e controlar a Segurança Alimentar e Nutricional das crianças pequenas de famílias beneficiárias. Também é realizado o acompanhamento de mulheres entre 14 e 44 anos, como possíveis gestantes, para realizarem a pesagem e avaliação nutricional (BRASIL, 2018a).

O acesso a outros direitos de cidadania

A educação é um direito constitucional que deve ser garantido pelo Estado, sendo que toda criança tem direito de estudar em escolas próximas ao local de moradia desta⁸⁷. Apesar de existirem escolas em bairros próximos ao Assentamento, muitas crianças que ali residem estudam em escolas afastadas, utilizando-se do ônibus escolar público para o traslado. O horário e trajeto do ônibus dependem da linha que a criança pega, pois são vários os ônibus escolares que passam pelo Assentamento.

[A filha fez] Até o terceiro completo! (...) o ônibus passava aqui e pegava ela às 10 horas da manhã e volta às 7, 8 horas da noite. Isso quando o ônibus não quebrava e tinha que ir buscar. E [quando] chovia, o ônibus não entrava aqui dentro. Já teve vez de eles deixarem eles lá na pista e a gente teve que ir buscar de noite. Porque o ônibus não conseguia entrar aqui dentro. Mas foi tranquilo. Ela estudou certinho. **Porque o estudo é tudo não é?** (Isabel)

Eles estudam à tarde. Só que como o ônibus tem que passar em várias escolas, eles saem daqui 10 horas da manhã e chegam 19hs da noite. É, várias escolas que tem que passar então... chega esse horário em casa. (Carolina)

87 Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 22 jan. 2020.

O ônibus que leva os filhos de Carolina passa por 4 escolas diferentes antes de chegar na escola deles. No trajeto, ele percorre quase toda a área urbana da cidade, sendo grande a quantidade de horas que as crianças permanecem no ônibus, considerando que o referido assentamento se localiza em uma região peri-urbana. Este grande tempo de permanência das crianças no ônibus escolar inviabiliza a realização das atividades de contra-turno ou reforço escolar, por exemplo. Além disso, o fato das crianças que moram na área rural de São Carlos geralmente estudarem em escolas muitos quilômetros de distância, em certa medida também contribui para sua evasão escolar.

Segundo informações do Censo Escolar 2014/2015, divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os dados de maior evasão escolar são de alunos da área rural, tanto para ensino fundamental como médio⁸⁸. A filha de Sheila estuda pela manhã em uma escola que não tem ônibus escolar, e, por isso, recebe o vale transporte para ir de ônibus de linha comercial. Sheila vai junto com a filha até o ponto de ônibus, que é longe de sua casa, pois considera ser perigoso a filha realizar o trajeto sozinha, de madrugada.

Ela vai de manhã.[5, 5:30] É, tem que pegar lá embaixo! E a gente anda! (...) Ela entra às 7hs. Porque o ônibus dá a volta no Aracy (...) De segunda, até junho, agora ela não volta pra casa, de segunda e quarta. Ela vai pro SENAC. Ela é bolsista auxiliar de escritório. Eu vi na televisão né, eu falei eu vou correr atrás. E aí eu falei, não, eu vou lá saber! Todo mundo fala que é bom, bom no SENAC, no SENAI, né? Então eu vou ver onde tem uma oportunidade. Aí eu fui pra lá e consegui uma bolsa de auxiliar de escritório e consegui uma pra mim também de bombeiro civil. Então, ela é que nem eu! Ela não falta um dia! (...) Não tadinha, ela come dez horas na escola. Aí ela fica até sete horas da noite sem comer! (...) Tem que ficar né? Fazer o que? Lá não tem, lá não dá alimentação. Também, né, já dá a bolsa, dar alimentação? (Sheila)

A filha de Sheila permanece um longo período de horas sem comer nos dias em que tem curso à tarde. Apesar deste curso ser realizado em escola que faz parte do Sistema S⁸⁹, deveria ser garantido o direito à alimentação escolar durante o período de permanência na

88 Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2017/apresentacao_indicadores_de_fluxo_escolar_da_educacao_basica.pdf. Acesso em: 24 jan. 2020.

89 As entidades de categorias profissionais ligadas ao Sistema S são aquelas que recebem o repasse de contribuições sociais do Estado e realizam ações na área de ensino e cultura. O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) citado pela entrevistada está ligado à Confederação Nacional do Comércio.

escola. Isto porque o direito à merenda escolar⁹⁰ contribui de forma importante com a segurança alimentar de crianças que não possuem comida em casa, como é o caso de alguns dias na casa de Sheila, conforme ela relata:

Então eu falo, vocês estão na escola, aproveita, come mesmo! **Come bastante porque quando chegar em casa, está com a barriga cheia! Que muitas das vezes a gente não tem!** Até o H. (filho), hoje eu trouxe bolacha! De vez de você pegar e comer tudo, você pega e guarda um pouquinho. Aí ele leva uma marmitinha, mas toda vez que leva a marmitinha, come! Meu Deus... Ele leva uma sacolinha. Ai fala eu estou cheio, mãe. Ele fala que está cansado. Eu falei: não é cansado, eu estou cheio. Aí você guarda na sacolinha e você come no outro dia. Então ele faz isso. Aí come no outro dia, né? (Sheila)

Conforme pudemos perceber, a merenda escolar é de suma importância tanto para contribuir para o desenvolvimento da criança como para garantir uma mínima segurança alimentar desta no período escolar. Margarida também passou por problemas relacionados ao transporte e alimentação da filha. Na primeira entrevista, comentou que os filhos almoçavam na escola.

Eles só tomam o café da manhã reforçado. Porque eles e já vão direto pra almoçar, ficam uma meia hora e depois almoçam. Eles chegam 12:10 na escola aí 12:40 eles vão almoçar. E a L. (filha) tem problema que se ela come e monta no ônibus, ela passa mal (...) Aí eles tomam banho por volta das dez e meia e aí 11 horas que eu desço pro ônibus. (...) [Chegam] Entre 6:15 às 6:30, muito difícil, só quando quebra o ônibus ou alguma coisa que chega mais tarde. (Margarida)

No ano seguinte, com a mudança da filha mais velha para o nível fundamental II, o que a levou para a escola estadual ao lado da antiga escola municipal, o ônibus por ela utilizado foi também alterado, e ela passou a ir para escola separada do irmão.

Margarida – entrevista reflexiva: É, teve um problema do transporte. Primeiro eles separaram as crianças do ônibus. E ela estava indo em um ônibus e ele em outro. Então aí deu problema nos dois ônibus. Um motivo que ela fica muito tempo no ônibus, ela chega quase 40 minutos a mais. E ela passa mal e ela não está conseguindo render na escola.
(...)

90 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm Acesso em: 24 jan. 2020.

Mariana: E você almoça?

Margarida – entrevista reflexiva: Não

Filha: Não, eu almoço só às 3 horas da tarde!

Margarida pediu para a filha voltar ao ônibus outrora utilizado, visto que as escolas ficam uma ao lado da outra, mas não conseguiu resolver a questão do almoço da filha. Ela nos contou que não sabia que não era servido almoço, e a filha foi falar apenas algumas semanas depois de iniciadas as aulas. Relatou que a filha estava sentindo tonturas e dores de cabeça, pois ela comia apenas no horário da merenda, às 3 da tarde. Não houve qualquer tipo de informe para os pais sobre as mudanças por parte da Secretaria de Educação.

Margarida – entrevista reflexiva: É, esse ônibus. Não vai resolver o problema do almoço, que ela realmente vai ter que almoçar aqui. Mesmo porque ela chega mais cedo, o almoço da escola que é tarde.

Mariana: Eles não servem almoço meio dia e meia mais?

Margarida – entrevista reflexiva: Não, não...

Mariana: É a mesma escola?

Margarida – entrevista reflexiva: Não, agora trocou. (...) Então até o ano passado, eles chegavam e almoçavam. Agora a escola dela é que não oferece o almoço na hora que chega. Então eles chegam e eles vão para a sala. 3 horas que eles saem pra comer alguma coisa, Mariana! Olha que judiação!

Filha: Só que dá tempo da gente comer alguma coisinha nas lojinhas. Que perto da escola tem umas lojinhas

Margarida – entrevista reflexiva: Força você dar dinheiro pra usar na cantina? Sendo que você está tentando tirar essas porcarias das crianças?

Filha: É lojinha, não é cantina

Margarida – entrevista reflexiva: Almoço não é biscoito! Almoço é almoço! Não é besteirinha!

Mariana: Entendi, aí fica complicado... Sabe uma coisa que minha mãe fazia bastante. Mas minha mãe estava junto. Não sei como ficaria. A gente tinha uma época que a gente morava no sítio. E eu estudava de manhã e meu irmão estudava à tarde. E ela não dava conta de buscar um, pra levar para almoçar para depois trazer o outro. Então na hora que ela trazia meu irmão que já estava almoçado, ela levava meu almoço.

Margarida – entrevista reflexiva: Ah, legal. Aí L. (filha)...

(...)

Margarida – entrevista reflexiva: Na terça-feira agora que você foi com o ônibus do M. (filho)? A hora que você chegou lá, se você tivesse levado comida, dava tempo de descer do ônibus, almoçar antes de entrar pra sala?

Filha: Dava

Margarida – entrevista reflexiva: Então vai dar!

No diálogo estabelecido, uma das saídas sugerida pela filha seria comprar algum

alimento para comer por perto da escola. Mas a mãe não gostou da sugestão, pois além de ter que gastar dinheiro, a qualidade da refeição não seria equivalente a de um almoço. Sugerimos de ela levar uma marmitta com o almoço, pois lembrava que ela passava mal no ônibus com a barriga cheia. Elas gostaram da sugestão e provavelmente resolveriam desta forma o problema do almoço. No entanto, ao longo da entrevista surgiu outra questão: a qualidade do lanche oferecido pela nova escola.

É, o da L. (filha) ficou ruinzinha (...) Ela chegou na última sexta-feira passando mal, estava com nariz inchado, dor de cabeça, dor no fundo do olho assim. Aí eu perguntei o que ela tinha comido, ela falou que tinha comido um bolo. Como ela é alérgica a industrializado, chocolate, esse excesso de industrializado, essas coisas. Ela tinha comido um bolo de chocolate então atacou a rinite ou sinusite. E teve suco de saquinho também. Ela falou que ela sentiu o gosto. Porque faz muito tempo que eles não estão nessa, não é Mariana? A gente está tirando isso do cardápio deles. (...) Foi. É da escola. Então quer dizer, já não tem opção, já come tarde. E ainda chega lá, você não comer o que tem, você vai passar mal mesmo. Então ela já chegou trincando de dor de cabeça. (Margarida)

Margarida apresenta preocupação com a alimentação da família, não utilizando alimentos processados e ultra processados por entender que não fazem bem para a saúde, e também porque a filha tem alergia a alimentos “industrializados”.

Atualmente, existem diferentes formas e entendimentos no debate da qualidade da merenda escolar. Algumas escolas oferecem à criança comida (arroz, feijão, carne) na hora da merenda, e outras oferecem lanches, com produtos ultra processados (biscoitos, achocolatados). Algumas escolas oferecem almoço na hora da saída ou entrada, e outras não. O questionamento da qualidade da merenda está centrado no oferecimento dos alimentos ultra processados, que contribuem para a obesidade infantil com seu alto teor de açúcar, sódio e gorduras não saturadas. Importante, aqui, ressaltar que o percentual obrigatório de compras da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é de 30%, sendo os outros 70% disputados pela indústria alimentícia, tanto de alimentos processados e ultra processados, como por grandes produtores.

Além das barreiras apresentadas no acesso à Educação, algumas barreiras ao acesso à Saúde são apresentadas pelas participantes da pesquisa. A região em que o Assentamento Nova São Carlos está localizado é atendida pela Unidade Básica de Saúde (UBS) do Cruzeiro do Sul, do bairro ao lado do Assentamento. Algumas pessoas, por terem morado em outro

bairro, o Cidade Aracy, mantiveram seus prontuários na UBS deste local. Os relatos descrevem o atendimento na UBS como sendo bom, tendo inclusive o oferecimento de algumas especialidades médicas, como serviço dentário. A UBS do Cruzeiro teve, em 2017, cerca de 50 mil prontuários cadastrados⁹¹, e uma demanda reprimida que alongou o tempo de espera em aproximadamente 3 meses, entre marcar e ter a consulta. Tal UBS possui pediatra, clínico geral e ginecologista, mas não atende demanda espontânea, ou seja, emergencial.

Nós, aqui é tranquilo. O pessoal daqui do assentamento também, só que nós aqui de casa mesmo é tranquilo. A gente vai ali do posto do Cruzeiro do Sul e a gente é bem atendido ali. [Quando é alguma coisa mais grave] Aí tem que ir pro Upa. Quando é final de semana aí você tem que enfrentar o UPA. Mas no dia a dia assim, porque nós, os dois são hipertensos né? E aí a gente já passa a cada 6 meses, a gente passa no posto, já marca a consulta. Quando que tem um mês assim pra terminar os remédios. Já passa, marca, e a cada 6 meses a gente passa, e já pega o remédio. Então é tranquilo! Às vezes falta algum, a gente passa na outra semana até a gente conseguir o remédio no posto. (Isabel)

Graças a Deus, Mari! Nós nunca ficamos doentes! Assim pra ter que ir pro Hospital, minto, o M. (filho) uma única vez, pra ter que ir pro Hospital Escola! Eles têm vacina, dentista, tudo em ordem! Eles começaram vacina no posto do Aracy, mas o prontuário deles deve estar aqui no Cruzeiro do Sul. (Margarida)

O acompanhamento da vacinação e pesagem também é realizada pela UBS. Caso o assentamento fosse atendido por uma Unidade de Saúde da Família (USF), já existente em outras regiões da cidade de São Carlos, existiria a presença de agentes de saúde, médicos e enfermeiros no território, o que facilitaria a resolução de situações em que a família tem dificuldade de locomoção, como foi o relato de Rosa no bloqueio de seu benefício com a filha doente. Entretanto, quando a situação de saúde é mais grave e é necessária a ida para um hospital, o desespero por não ter como ir é ainda maior: Aurora, por exemplo, só sai do Assentamento quando seu genro vem buscá-la; em uma situação de emergência, com o marido passando mal, teve que recorrer a dois vizinhos para conseguir levá-lo ao hospital.

Não, não tem [carro]. Daí nós não vai [pra cidade]. Não... o menino ainda vai daqui lá a pé, mas eu não vou.(...) Não tem ônibus. Tem o escolar. Mas o

91 Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos.

escolar não gosta de levar assim as pessoas. Daí a gente não vai. Que nem o dia que ele passou mal de noite aqui mesmo. Era duas horas da manhã eu e o menino correndo atrás de carro aqui dentro. Não tem esse homem que chegou aqui agora? Menina, nós quase derrubou a porta dele e esse homem não acordou? E ele aqui dentro chorando de dor. Daí descemos lá embaixo. Daí chegamos lá, sorte que a mulher estava dando mamar para a menininha dela. Daí nós chamou, o rapaz se arrumou correndo, subiu aqui, pegou ele e levou. Daí chegou aqui era 7 horas da manhã, dali a pouco ele deitou e falou assim: Ó, a dor tá voltando tudinho de volta. Daí eu liguei correndo para a menina. Daí ela veio com o meu genro, daí cataram ele e levaram lá pro hospital-escola. (Aurora)

O marido de Aurora tem problema na coluna e bacia, e estava aguardando alguns exames no Centro Municipal de Especialidades (CEME) ficarem prontos para ter um diagnóstico. O CEME é um centro médico em que existem outras especialidades que não atendem na UBS. Lá também é possível retirar o medicamento que precisa, apesar dos relatos de demora em conseguir consultas e exames. Quando passam por alguma situação de emergência, as mulheres relataram ir para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) ou para os hospitais da cidade, que são dois: Santa Casa de São Carlos e Hospital Escola - Hospital Universitário da UFSCAR.

Então, ele passou no cirurgião, ele falou que ele não opera o problema dele. Daí ele pediu outro exame. E esse exame precisa marcar, tá lá no posto. Já tem uns 2 meses. Está esperando sair esse laudo pro médico dar uma carta pra ele. Agora vamos ver se vai conseguir, do jeito que está o INSS, se ele conseguir. (...) Tá, ele tem que fazer esse exame, depois passar no médico de novo. E ele falou que o outro exame era do outro médico, que ele não ia querer. Daí pediu pra fazer outro exame. Ele vai fazer outro exame, pra ele voltar nele, pra ele poder dar a carta. (Aurora – entrevista reflexiva)

Então, eu fui ao médico. Deu encaminhando de eu ir lá pra Araraquara. Porque ele falou que nem ele sabe o que é isso que eu tenho no olho. Mas tá lá pra marcar também! É, passar lá com o especialista. (Aurora – entrevista reflexiva)

Não tem como falar correr atrás... eu tenho que ir ao Centro de Especialidades. Minha menina tem que fazer uma cirurgia no dedo. **As dificuldades de vaga são complicadas.** A minha menina tem os olhos claros né? Então, ela tem os olhos verdes. Eu não sei se é porque é branca, não sei. Ela está com dificuldade. Eu acho que o ar condicionado pra nós. A gente está acostumada nesse pó, essas coisas que irritam. Quando ela vai, ela vem e ela precisa. Ela falou: mãe, eu estou com dificuldade de enxergar longe. Ela não tinha. Ela falou mãe, eu estou com dificuldade de enxergar longe. E consulta? Não sabe ainda, acho que vai começar só outubro. E ela precisa

assim porque ela reclama muito. Ela fala mãe, eu preciso. Hoje já tá doendo de novo! (Sheila)

Aurora tem problema nos olhos e precisará ir para outra cidade marcar com outro oftalmologista, pois o que a atendeu aqui não descobriu seu problema. Sheila também relata dificuldades para marcar consulta para a filha. Rosa relatou o processo de demora de anos para a realização de cirurgia de uma hérnia do filho, sendo que, ao realizá-la, descobriu a existência de um câncer no local; relatou também o processo de anos de tratamento de tal doença, e como isto impactou em sua vida, na relação com as outras filhas e com seu marido.

O Programa Bolsa Família condiciona o benefício às ações da área da saúde como a vacinação e pesagem das crianças. Tal obrigação não necessariamente implica na ampliação do atendimento e acesso à saúde por parte dos beneficiários. O modelo de saúde da família é um modelo que realiza o acompanhamento de menor complexidade para evitar o agravamento e mesmo o atendimento em unidades de emergência e hospitais, que possuem custos mais elevados de funcionamento. Além disso, casos que poderiam ser tratados no início da doença acabam demorando em serem acompanhados. O baixo acesso à saúde implica em demora no tratamento e na cura da doença, reduz produtividade do trabalho e do bem-estar da pessoa doente e de seus familiares.

Direitos de um assentamento rural

Ao iniciar um projeto de assentamento, depois de pressão dos movimentos de luta pela terra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável por executar e acompanhar o processo de implementação da Reforma Agrária por parte do Governo Federal, possui a responsabilidade de dar condições mínimas de infraestrutura para sua consolidação, como a construção de estradas, de sistema de saneamento básico e energia elétrica, com recursos do governo federal ou com parcerias com os Estados e Municípios⁹². Também tem como atribuição distribuir créditos produtivos e crédito para construção de casas, bem como oferecer assessoria técnica rural⁹³, de forma direta ou terceirizada.

92 Fonte: Site INCRA. Disponível em: www.incra.gov.br Acesso em: 25 jan. 2020.

93 Regulamentada pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na

Neste caso, o INCRA foi responsável por dar Crédito Instalação Rural, para instalação inicial e crédito habitacional, bem como para fazer o tratamento de esgoto. Algumas pessoas optaram por acessar o crédito nas condições dadas para realizar a construção, outras preferiram não acessar naquele momento e aguardar outro processo licitatório. Outras, ainda, pegaram o crédito, mas não conseguiram finalizar a casa, pois o valor de R\$ 15 mil reais, na época, não foi suficiente para a finalização da obra. Segundo Ferreira (2014), utilizando-se do índice CUB⁹⁴, argumenta que o valor disponível era muito baixo para a construção de uma casa pequena. Muitas não realizaram o tratamento de esgoto, sendo a maior parte do tratamento feito por fossa caipira ou por fossa séptica do modelo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)⁹⁵, implantadas por meio de projetos de extensão universitária (VARISON, TAVER; 2017).

No Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos, o INCRA também avançou na implantação dos lotes, com divisão e topografia, bem como na construção de estradas e de 5 poços artesianos. No entanto, não construiu a rede de distribuição de água, sendo que isto, para as mulheres assentadas, se configura como uma das maiores dificuldades delas: não ter água (!) que seja suficiente tanto para consumo humano como para produção agropecuária.

A desvantagem é só ainda a falta d'água! (...) hoje veio metade, eles vem parcialmente trazer água. Então minha maior dificuldade hoje é essa, a falta d'água! Assim que Deus preparar as coisas e a gente colocar um poço, aí filha, aí eu estou no paraíso. (Margarida)

De dificuldade é a água! Aqui é... porque o caminhão vem uma vez por mês. Ele vive aqui no assentamento, mas como assentamento é muito grande e a maioria das pessoas não tem poço, então é uma vez por mês. Então essa é a dificuldade: é a água! (Carolina)

Água também! Tem que se virar. Eu nem lavo roupa, **lavo uma vez por mês e olha lá** ainda. Pra fazer eu faço de tudo pra não ficar sem água. E quando fica também, a gente pega a carriola e vai buscar. É o jeito, não tem jeito. É de 15 em 15 dias. Mas você tem que se virar. Eu falo, eu se eu fosse hoje

Reforma Agrária (PNATER), instituído na lei nº 12.188 de 11 de janeiro de 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/12188.htm Acesso em: 25 jan. 2020.

94 Custo Unitário Básico, índice do valor do metro quadrado na construção civil realizado mensalmente pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil - Sinduscom. (FERREIRA, 2014).

95 Fossa caipira é uma espécie de fossa negra rudimentar, sem proteção para contaminação das águas. Já a fossa da metodologia EMBRAPA é uma fossa séptica biodigestora, em que consiste em três reservatórios que filtram o esgoto com processo fermentativo. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-saneamento-basico-rural/sobre-o-tema>. Acesso em: 25 jan. 2020.

morar na cidade, eles iam dar até troféu pra mim. Porque eu sei economizar uma água. Faço de tudo, tudo, tudo pra não gastar água. Tudo! Eu falo vocês evitem de sujar roupa que tá feia a coisa. E eles já acostumaram já. Então não tem água mais na caixa pra tomar banho. Quando tá frio assim, a gente esquenta a água no fogão de lenha, pega uma lata. Uma lata dá para eu tomar banho, para ele e para a menina. A gente inteira com a água fria. Então uma lata de água quente dá pra nós três. E meia pra ele, pra ele tomar banho. (Sheila)

Carolina explica como alguns assentados estão buscando resolver o problema: eles ligam a bomba do poço com a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e fazem ligações hidráulicas de baixo custo até suas casas. O problema, segundo ela, é que alguém tem que se responsabilizar por dar o nome para a CPFL fazer a ligação, dividir mensalmente o valor entre os que utilizam o poço e fazer o pagamento das contas. Esta pessoa pode ficar com o nome em uma lista de inadimplentes caso os demais participantes do rateio não paguem sua parte da conta. Um, dos 5 poços em funcionamento, é rateado entre os moradores.

Tem um poço ali, mas ele está desativado. Está desativado porque alguém tem que ser responsável por ele. Aí vamos supor que aqui desse lado 20 famílias usam esse poço. Uma pessoa tem que ficar responsável para ligar o relógio da CPFL. Aí vinte pessoas usam, aí chega na hora de pagar, 5 paga e o resto não. E aí fica puxado, porque a energia está cara! E se a energia de um poço, imagina? Fica mais cara ainda! Porque é liga bomba, desliga bomba, liga.... E se queima uma bomba dessas é cinco mil reais. Então fica difícil! Aí onde falta água e vem o caminhão-pipa. A gente tem que esperar, quando ele não vem a gente vai buscar no SAAE. Mas é difícil. Água... o que eu acho ruim é água. Porque eu gosto de morar aqui! Um lugar tranquilo, sossegado. (Carolina)

Como a maioria dos assentados não tem acesso aos poços do INCRA, a opção dos demais assentados é a construção de um poço particular com recursos próprios, ou a dependência do abastecimento realizado pelo SAAE⁹⁶ por caminhão-pipa, que abastece as casas do assentamento a cada 15 ou 30 dias. Em pesquisa amostral, Varison e Taver (2017) diagnosticaram que a maior parte dos moradores do assentamento utilizam o SAAE como fonte de água, vindo depois em ordem de importância o uso do poço do INCRA e a construção de poços próprios. Das 6 mulheres assentadas com as quais pesquisamos, 3 possuem poço próprio, e 3 não possuem.

96 Serviço Autônomo de Água e Esgoto de São Carlos.

Então o que acaba acontecendo? A gente fica sem água para o consumo. Você não pode plantar, por quê? Porque se você plantar, vai depender da chuva. E se não chove? Então mandioca não precisa tanto, tanto, tanto. Nem os pés de fruta depois que cresce. Mas as outras coisas precisam. Aí vem a dificuldade, por que como você vai plantar e sobreviver daqui se não tem água? (Carolina)

Alguns assentados buscaram o auxílio do governo municipal e de vereadores para conseguir resolver o problema de distribuição da água, mas, no entanto, estas articulações ainda não deram resultado. “Não saiu, não virou...” (Margarida – entrevista reflexiva). Sem água para plantar, as possibilidades de geração de renda com a terra são ainda mais limitadas, segundo elas, o que aumenta a necessidade dos serviços de Assistência Técnica Rural para ampliar as possibilidades de manejo da terra e buscar a implantação de técnicas de aproveitamento da água, como cisternas para armazenar água de chuva, por exemplo.

O INCRA realizou Assessoria Técnica Rural (ATER) de forma direta no começo do Assentamento, mas logo depois, este serviço passou a ser terceirizado. A empresa contratada buscou continuar o trabalho do INCRA, mas, segundo relatos, eles não conseguiram realizar trabalhos coletivos como antes. Ao que parece, com o processo de terceirização, a assessoria ficou intermitente por conta dos processos de contratação e repasse de verba do INCRA para a empresa. Além disso, pelo fato de tais processos serem muito demorados, e as pessoas acabam desistindo de contar com os serviços de ATER

De início parece que tinha. Foi, mulherada ficou muito animada, a gente se divertia bastante! Porque o G. (ex-técnico INCRA) ele é alegre mesmo. Então a gente marcava ali mesmo no barracão e aparentemente ia funcionar sim.(...) Mas daí virou uma bagunça.(...) No fim agora nem sei se tem gente da IBS⁹⁷ aí. Aqui pelo menos nunca mais veio. Então não foi, está indo tudo pelo ralo. (Margarida)

Voltou [IBS], mas logo já foi embora. E agora praticamente a gente está largada de novo, né? Tem nada, nada não. (Isabel - entrevista reflexiva)

Eu participei de todas, né? Sei lá, é só promessa! É só promessa que eles falam! (...) Aqui, falar bem a verdade pra você **começa uma coisa por ali vai morrendo...** um desiste de uma banda, outro desiste de outra. Não vai pra frente. (...) Eu acho que é falta de união, e um quer ser mais que o outro. Que nem, se eu sei, não quero passar para o outro que não sabe. (Aurora)

97 IBS: Instituto BioSistêmico - empresa que ganhou licitação para realizar a Assistência Técnica.

Com a ausência do INCRA nos territórios, a parte da documentação comprovando que elas são assentadas fica de mais difícil acesso. Como determinados registros vencem de tempos em tempos, como a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)⁹⁸, ou podem sofrer bloqueios da parte do Tribunal de Contas da União (TCU), como o número do Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), a ausência dos técnicos que realizam tais renovações inviabilizam, muitas vezes, a participação dos assentados em projetos institucionais de apoio a comercialização de agricultores familiares. Para realizar entregas para os programas de compra pública como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por exemplo, é necessário estar com a DAP vigente (não vencida) e ter registro no Código Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) como produtor rural. Alguns assentados não possuem CNPJ, pois necessitam pagar serviço contábil especializado para tal⁹⁹, além de precisar contar com assessoria para o cumprimento das exigências burocráticas deste processo. No caso, as mulheres assentadas relatam que, mesmo um comprovante de endereço, fica mais difícil.

No postinho tudo igual, você vai lá e consegue consulta. Só que agora tem que ter o comprovante de endereço né? Tem que ter um papel do INCRA pra provar que a pessoa mora aqui. E é difícil, porque o INCRA não tá aqui dentro mais, né? Difícil ele vir. (Carolina)

A ausência do INCRA nos territórios assentados, implantados sob sua responsabilidade, configura uma situação complexa em que os sujeitos assentados terminam por se constituir em uma categoria de agricultores familiares específica, situada em um “limbo institucional”: não possuem nem a titularidade da terra, com a responsabilização e autonomias que seriam condizentes com tal situação, nem recebem o devido fomento dos órgãos públicos responsáveis pelo desenvolvimento destas áreas de propriedade da União. Por conta disto, têm dificuldade, por exemplo, em acessar serviços públicos como o de saúde, que

98 Registro para acessar as políticas de crédito como a do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

99 Aurora pediu ajuda para tirar o CNPJ de produtora rural dela, mas não conseguimos tirar, mesmo com contato com um contador que faria de graça, pois não encontramos um número em que o lote dela está registrado. Ela vai pagar outro contador que entenda mais da área para tirar o CNPJ dela e poder começar a participar dos programas de compra pública.

requere um comprovante de endereço que depende do INCRA para ser emitido; ou em terem seus registros de assentados e de aptidão ao PRONAF (DAP) renovados e, por conta desta impossibilidade, não conseguirem gerar renda da produção agrícola por meio da comercialização realizada pelas políticas de compras públicas institucionais.

Ao longo do capítulo, discutimos a noção de direito que as assentadas possuem em torno do PBF, mas também a noção de direito relacionada às formas de acesso à Educação, à Saúde, à Água, e Assistência Técnica Rural. Ao mesmo tempo em que a prática da luta por direitos (constitutiva da prática da gestão da renda familiar) produz saberes sobre a forma de funcionamento total ou parcial destas políticas, produz igualmente o sentimento de resignação pelo não atendimento dos direitos de cidadania por parte do Estado. Assim, o descaso se torna regra comum e as mulheres acabam por ter que aprender a conviver com ele e a criar suas próprias estratégias de sobrevivência. Descaso este que agrava as situações de precarização da vida que tanto a pobreza como as profundas desigualdades sociais produzem no Brasil.

Considerações Finais

Buscamos com este trabalho compreender os processos educativos decorrentes da gestão da renda familiar realizada por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, agricultoras do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos (São Carlos/SP). Como pressuposto analítico, consideramos as relações econômicas e, em específico, a gestão da renda doméstica, enquanto prática social conformadora de processos educativos. Compreendemos a educação como um processo permanente de transformação de mulheres e homens, no qual produzem sua cultura ao mesmo tempo em que tecem a si mesmos, em processo intersubjetivo com as pessoas com que compartilham o caminhar e a vida (FIORI, 2014a; 2014b; 2014c; FREIRE, 2011a; 2011b). A produção da cultura integra um processo em que, “ao transformar materialmente o mundo em que vive, o recria e se reproduz como ser humano” (BRANDÃO; ASSUMPCÃO, 2009, p. 54).

São nas práticas sociais, na ação, na produção material da existência que são gerados saberes, reflexões, significados de vida. No entanto, condições desumanizantes são criadas pelos próprios seres humanos no decorrer do processo histórico, gerando situações de opressão que segregam os seres humanos entre opressores e oprimidos. Uma educação comprometida com o processo de libertação e supressão destas relações de opressão e desumanizantes deve necessariamente cumprir o papel de questionamento dos valores hegemônicos de dominação e alienação, como também de problematização e crítica do futuro, visto que este, segundo Freire (2011b) e Fiori (2014), não é inexorável, mas sim uma construção histórica aberta ao porvir.

A educação libertadora não pode ser, obviamente, cúmplice do ensino dos valores da dominação, mas não pode também ser, somente a crítica das ideias dominantes. Será libertadora, na proporção em que seja aprendizagem, isto é, participação ativa na *práxis* produtora do mundo e do homem (FIORI, 2014, p. 111).

Prática que transforma a realidade, tensionando as condições desumanizantes em direção ao *inédito viável*, em que homens e mulheres oprimidos se libertam em conjunto, libertando assim seus opressores, a esperança é uma necessidade ontológica dos seres humanos (FREIRE, 2011a).

Fazendo-se e refazendo-se no processo de fazer a história, como sujeitos e objetos, mulheres e homens, virando seres da inserção no mundo e não da pura adaptação ao mundo, terminaram por ter no *sonho* também um motor da história. Não há mudança sem sonho, como não há sonho sem esperança (FREIRE, 2011b, p. 126).

Sendo a Esperança uma necessidade ontológica de educandas/os e educadoras/es em seu *quefazer* militante, a esperança crítica envolve uma **ação transformadora no mundo**, sendo que, deste modo, a ação de Esperançar nos coloca em movimento (FREIRE, 2011b). Freire salienta que a tarefa do educador para desvelar as possibilidades da esperança deve ancorar-se na prática, no embate e na luta, “**natureza pedagógica do processo político de que a luta é expressão**” (FREIRE, 2011b; p. 16). A luta pode também traduzir-se tanto enquanto resistência, na preservação da vida do oprimido (DUSSEL, 2007), quanto como “rebeldia, na aparente acomodação” (FREIRE, 2011b, p. 149).

É preciso, porém, que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o *ser mais* como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação, mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos (FREIRE, 2011c, p. 76).

Ao longo da pesquisa, pudemos perceber e propor compreensões acerca das várias práticas de gestão da renda familiar desenvolvidas por mulheres agricultoras em seu cotidiano de vida em um assentamento rural, e como tais práticas produziram processos educativos de **resistência, luta e persistência**. Com a discussão da categoria “*Tem que fazer virar*”: *a mulher na gestão do dinheiro*, iniciamos a busca pela compreensão da situação na qual estas mulheres se encontram, buscando entender o modo como elas realizam a gestão de seus recursos financeiros, as formas de utilização e de controle do dinheiro da casa. Também procuramos entender os significados que elas impingem ao benefício financeiro proveniente do Programa Bolsa Família (PBF). Percebemos que o impacto do recebimento é singular para cada mulher e suas respectivas famílias, mas que, em geral, ele contribui para pagamento de contas, para aquisição de itens de consumo essenciais (principalmente alimentos, quando estes faltam), trazendo dignidade advinda da possibilidade, a título de exemplo, de conseguir vestir seus filhos com roupas e calçados adequados.

No entanto, vimos também que a forma com que se dá a gestão financeira do benefício no interior das relações patriarcais das famílias reforça papéis de gênero, nos quais cabe sempre às mulheres o encargo pelo cuidado com os filhos, sem compartilhamento de tal tarefa com o marido ou companheiro. As mulheres que realizam a gestão da renda sentem, igualmente, a responsabilidade exclusiva por fazerem o planejamento do desembolso dos recursos e a realização de compras que sejam suficientes para alimentação da família durante todo o mês, buscando estratégias de gestão que permitam economizar recursos financeiros para que não falte comida na mesa de refeição. Tais ações são, por sua vez, oriundas dos processos educativos gerados na própria experiência prática de gestão da renda, em que as mulheres precisam entender as necessidades domésticas essenciais (incluindo o cuidado com os filhos), assumindo desta forma a responsabilidade por fazer o dinheiro *virar* até o final do mês. Se o peso da gestão financeira recai quase que exclusivamente sobre as mulheres, a ausência de dinheiro gera angústias, ao mesmo tempo suscitam processos educativos que promovem a criatividade para pensar em soluções para transpor tal situação limite.

Percebemos igualmente que, mesmo em relações conjugais opressoras, o fato do homem não colocar “a mão” no dinheiro do Bolsa Família promove processos educativos de construção de maior autonomia das mulheres que realizam sua gestão. Entretanto, esta autonomia no uso do dinheiro não significa, necessariamente, que as mulheres conseguem superar de modo pleno as relações machistas e patriarcais em que estão inseridas, pois em muitos casos elas decidem sobre a destinação do dinheiro considerando, unicamente, o bem da família, colocando suas próprias necessidades em segundo ou terceiro plano.

Buscamos, no caminhar da tese, desconstruir o preconceito envolto em algumas formas de enxergar a pobreza: uma delas refere-se à compreensão de que pessoas empobrecidas não sabem ou não possuem a capacidade de utilizar o dinheiro advindo dos benefícios sociais, e que por isso deveriam recebê-los sob a forma de bens de consumo. Ao longo da análise, contrariando tais visões estereotipadas, percebemos que todas as mulheres gerem de modo competente sua renda familiar no contexto doméstico (total ou parcial, de forma compartilhada ou não com seus companheiros), utilizando-se de técnicas de gestão financeira que permitem *fazer virar* o rendimento de cada família.

Tanto a visão da corrente de pensamento liberal como neoliberal sobre a pobreza reforça a profusão de mecanismos ideológicos que associam a pobreza com a preguiça, com a

vagabundagem. Entretanto, ao termos acesso a toda a rotina de trabalho realizada pelas mulheres colaboradoras e descritas nas análises, entendemos que estes estereótipos são carregados de preconceitos e afastamento da realidade destas e de tantas outras mulheres assentadas e empobrecidas. Vimos, com a discussão da categoria “*Roça é tudo pra mim*”: *a mulher na gestão da terra*, a rotina de tarefas desempenhadas por estas mulheres no bojo do desempenho do trabalho produtivo e reprodutivo dos lotes, em que a sobrecarga das tarefas domésticas se concentra especialmente na mulher. Também que as relações patriarcais condicionam a forma com que se dá a divisão das tarefas domésticas e, em alguns arranjos familiares, a governabilidade da gestão do dinheiro. Na maioria dos casos analisado, os homens ficam com o papel de provedor, e a mulher com o trabalho doméstico. No sentido apontado, o trabalho na roça visando autoconsumo configura-se, em certa medida, enquanto extensão da casa e do trabalho reprodutivo. Por isso, por mais que nos casos em que as mulheres gerem o recurso do Bolsa Família e produzem, ao mesmo tempo, boa parte do alimento consumido pela família, sua contribuição ainda é invisível aos olhos delas e de seus companheiros.

No seio desta categoria temática, também buscamos desvelar os significados da terra e de ser mulher na terra aos olhos das colaboradoras da pesquisa, propondo a compreensão de que a terra possui lugar central em seus modos de produzir e de cuidar da vida, dela e de suas famílias. No Brasil, a agricultura familiar tem papel destacado na preservação da história e da cultura camponesa, na gestão da terra e dos recursos naturais, na produção dos espaços geográficos, com a construção de “mosaicos diversificados” em meio a grandes áreas de monocultura (WHITAKER, 2008). Estes mosaicos diversificados contribuem para a produção para o autoconsumo e, conseqüentemente, para a redução da insegurança alimentar de agricultores e agricultoras familiares. Entretanto, as relações que estabelecem com a economia monetizada incorrem em **tensões** sobre quais modelos produtivos e caminhos a se seguir, expressa pela potencial concorrência entre a produção para autoconsumo (que diminuiria a dependência de dinheiro para aquisição de alimentos) e a produção comercial (com a qual podem auferir o dinheiro com que comprariam estes alimentos). Apesar do modelo de agricultura no Assentamento Nova São Carlos geralmente ser tradicional, com uso de insumos químicos, estes não são largamente utilizados por serem caros, incorrendo em custos financeiros que os agricultores não podem arcar.

Vimos que, no PA Nova São Carlos, a “**trama de tensões**” não se materializa diretamente com a ocupação do modelo do agronegócio dos territórios, com estabelecimento de contratos de arrendamento ou parcerias em seus lotes, tão comum em assentamentos localizados na região de produção monocultora de cana-de-açúcar no Estado de São Paulo (FERRANTE; BARONE, 2008). No assentamento estudado, esta “trama de tensões” se configura especialmente nas relações estabelecidas entre **o rural e o urbano**, a roça e a periferia, entre as possibilidades de geração de renda em uma área rural degradada, sem água e sem apoio técnico, e as possibilidades sempre abertas de trabalhos temporários e precários na cidade. Na expressão desta tensão, cumpre às mulheres ficarem no lote agrícola, em processo de resistência para produzir, cuidar da casa, dos filhos e da terra.

Carlos Rodrigues Brandão (2009a, 2009b) defende uma educação em que as pessoas, conjuntamente, promovam a compreensão do mundo em que vivem de forma crítica, compartilhando os saberes e construindo em conjunto sua libertação. Neste sentido, a Educação Popular possui papel “como resistência e oposição ao *status quo*” (BRANDÃO, 2009a, p. 9). A resistência e persistência são processos educativos desvelados pela pesquisa, pois a luta pela permanência na terra, com a possibilidade de sobrevivência tirada a partir de seu manejo, se traduz como resistência individual, familiar e coletiva dentro da realidade do assentamento. A resistência é a expressão de um esperar traduzido como verbo, como ação. No processo de construção conjunta desta tese, **denunciamos** algumas condições precárias vivenciadas pelas mulheres participantes da pesquisa e suas famílias no dia a dia do lote de trabalho. A **falta d’água** característica do assentamento, o qual se encontra localizado no município reconhecido como “*Capital da Tecnologia*” é, no mínimo, um contrassenso.

Por isso, venho insistindo, desde a Pedagogia do oprimido, que não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens. A utopia implica essa denúncia e esse anúncio, mas não deixa esgotar-se a tensão entre ambos quando da produção do futuro antes anunciado e agora um novo presente. A nova experiência de sonho se instaura, na medida mesma em que a história não se imobiliza, não morre. Pelo contrário, continua (FREIRE, 2011b, p. 127).

Outra denúncia realizada pelas próprias mulheres assentadas refere-se, conforme

descrito na categoria “*Eu quero saber se eu tenho direito*”, à dificuldade ou impossibilidade de acesso aos direitos sociais diversos (saúde, educação) e ao impacto desta situação em suas subjetividades. Comprendemos que a conquista do direito a terra se fez como processo de luta pela Reforma Agrária, na busca por condições humanizadoras; porém, ao se tornarem assentadas, a luta transcorre para outra etapa, se traduzindo na luta pela sobrevivência na terra e por meio dela. Neste contexto, a falta de condições produtivas básicas (como água e assessoria técnica) ampliam as dificuldades de consolidação das agricultoras neste Assentamento. Além disso, o baixo acesso a serviços públicos como transporte, educação, saúde e assistência social, **ampliam o grau de vulnerabilidade** e pobreza das famílias residentes em áreas rurais. Tal vulnerabilidade tem se agravado com o atual avanço das políticas neoliberais, as quais vem incorrendo em perda e corte de direitos. Dentro de tal contexto, acabamos por nos desesperarmos.

É preciso ficar claro que a desesperança não é maneira de estar sendo natural do ser humano, mas distorção da esperança. Eu não sou primeiro um ser da desesperança a ser convertido ou não pela esperança. Eu sou, pelo contrário, um ser da esperança que, por "n" razões, se tornou desesperançado. Daí que uma das nossas brigas como seres humanos deva ser dada no sentido de diminuir as razões objetivas para a desesperança que nos imobiliza (FREIRE, 2011c, p.71).

Apesar de todas as dificuldades apontadas, as mulheres assentadas permanecem como guardiãs de seus territórios, da produção e reprodução da vida, na medida das possibilidades objetivas dispostas à elas. A prática cotidiana de luta pela reprodução da vida nos revela a tensão entre o esperar, como verbo, ação¹⁰⁰, e a desesperança, carregada com todas as frustrações, negações e desumanizações no caminhar. **Tensão entre a resistência e a resignação.**

Outra contribuição proposta por nosso trabalho para desconstruir os mecanismos ideológicos e preconceituosos sobre a pobreza refere-se ao questionamento de que tal condição esteja centrada apenas na avaliação da renda financeira. As participantes de nossa pesquisa criticam esta perspectiva de pobreza e contribuem com a ampliação do olhar que

100 Durante o último ano da pesquisa, conseguimos mobilizar um grupo de dez mulheres que desejaram realizar formações em meliponicultura – criar abelhas sem ferrão – e com isto, gerar renda com uma atividade que não dependa de água de forma extensiva.

dedicamos ao fenômeno. Para elas, as pessoas com dinheiro, ricas, dependem de outras pessoas produzirem seu próprio alimento, realizar tarefas e atividades que não sabem realizar sem contratar empregados. Indicam igualmente que pobreza não é sinônimo de infelicidade, e que morar na terra amplia as condições de bem-estar para todas elas.

Mas tem gente que interpreta diferente! Até na minha família eles entendem a maneira da gente viver como miséria, pobreza, extrema pobreza! E não é essa a intenção, não é que nem eu falo para as minhas irmãs: eu sou muito feliz! **Então como pode uma pessoa viver na miséria e extrema pobreza ter uma felicidade? Então tem alguma coisa que vocês não tão entendendo aí? Vocês! Eu acho que o preconceito está dentro da cabeça de vocês!** De vocês, o fato de eu morar. De viver dessa maneira, eu vivo no luxo ainda! Eu acho que eu vivo no luxo ... perto de muita gente! E aí o conhecimento e o saber das plantas, oh! É simples, do pó a gente veio, para o pó a gente vai voltar. Então se você sabe entrar e sair, você sabe sobreviver, você consegue estar dando uma educação pra sua família! Que mais, que outra coisa, que vaidade você tem que ter? Se você já está conseguindo isso? Então não precisa de tecnologia, de mordomia. Não precisa de tecnologia para você ajudar uma criança numa atividade de escola. Aí, precisa ter internet se não, não dá para resolver o trabalho. Será? Então eu sou feliz do jeito que eu sou! As minhas irmãs, minha tia me chama de Fiona. Diz que eu e G. (marido) vive no pântano aqui. Que nós somos quadrado. Mas não é! As minhas irmãs, meu filho mesmo já pensa que a gente vive na miséria. Então é difícil agradar todo mundo não é, Mari? Nem Jesus Cristo conseguiu! E é difícil colocar na cabeça dessas pessoas, Mariana, aqui que a nossa maneira de viver está sendo legal para nós, está fazendo bem! É difícil colocar isso na cabeça das pessoas... preconceito. Eles acham que você estar bem, tem que ter o carro abastecido, e você todo final de semana tem que estar num churrasquinho com a família, ou numa pizzada com a outra turma, porque se você não vai, você só fica dentro de casa é porque você não tem dinheiro. Você não tem, você é pobre miserável, então por isso que você não junta com a família. Então a gente fica meio tachado assim... mas eu gosto dessa minha maneira de viver. E peço a Deus que as pessoas entendam, principalmente a minha família, os que não entendem muito. Porque eu até falei pro J. (filho). Mãe, vem morar comigo aqui, eu arrumo serviço pro G. (marido). Eu: que? Você está doido, cara? Tirar eu do meu paraíso, cara? Imagina! Nem pensar J. (filho)! Nem pensar! Nem que você faça uma casa só para mim! Eu não vou! Ah, mãe! Ficou Bravo! Nossa, mãe, você está parecendo uma porteira mãe! Quanto mais velha mais teimosa! J. (filho), o que eu vou fazer na cidade J. (filho)? Eu vou morrer! Me deixa aqui, conversar com os meus bichos! Eles veem a guerreira conversando, veem me chamando de mãe! Até as galinhas me entendem! Eu fico conversando com os bichos! Mas é gostoso! Mas é gostoso! O assentamento pra mim eu penso que foi uma das melhores coisas, depois de eu ter conhecido o G. (marido), ter tido meus filhos, aí fechou o pacote é um lugar para eu morar, graças a Deus, sou muito feliz aqui! E o Bolsa Família não desperdiço, não! Não vou falar: ah, não preciso não, eu não quero! É útil sim! Se entrar é útil

sim! Eu estou conseguindo usar o dinheiro sim pra benefício nosso!
(Margarida)

Os processos educativos advindos da gestão da renda familiar são traduzidos na forma como as mulheres assentadas produzem a vida na terra. Aqui, a terra ganha significado de éden, paraíso, libertação. Foi com o intuito de buscar novos caminhos e em busca de uma vida melhor que as mulheres participantes da pesquisa saíram da terra em direção à cidade quando jovens e adolescentes. Relatam que na cidade a vida era mais difícil e que, ao saberem do movimento de luta pela terra, optaram por juntarem-se a ele, morando embaixo da “lona preta” e em barracos de madeira em busca de seu pedaço de chão. Viveram a angústia de não saber se teriam o direito à terra, de ver os filhos chorando por não ter banheiro, água, energia elétrica, comida. Resistiram! Depois da conquista e homologação do assentamento, feita a divisão dos lotes, cada uma foi para seu próprio pedaço de terra. As dificuldades permaneceram e até aumentaram, pois agora estavam mais distantes umas das outras, sozinhas em seu núcleo familiar, vivenciando as contradições entre o poderem fazer o quisessem em seu território, mas terem poucos braços e investimentos. Buscaram e buscam incessantemente saídas e soluções para poder viver na e da terra, gerando formas e estratégias para dar conta do viver, cuidar dos filhos e da casa, e serem ao mesmo tempo guardiãs da terra, de um território em que, costumeiramente, os homens deixam para buscar parte da renda fora da casa.

Quando, que a gente passando necessidade e você pegar aquela quantia ali na mão, você tem de fazer aquilo virar, virar pra você ir lá comprar as coisas pra colocar dentro de casa. Você pagar sua conta de luz pra você não pega a turma vir e cortar a luz e ficar no escuro. Eu quando eu tava na cidade eu ganhava bem! Ele tinha o dinheiro dele também. Então eu não importava de eu ir no mercado, se eu de gastar no mercado 800, 700 reais pra passar o mês. Eu não ligava pra isso. Então agora já não. Depois que eu vim morar aqui que eu vi que a coisa já não é do jeito que a gente pensa! Aí que eu vim aprender, falei: não, tá errado o que eu fazia. Se eu vivia com 700 reais no mês, eu vou ter de viver com 700 reais dois meses. E assim que eu fui fazendo. E nós vive! Eu vou lá no mercado, eu faço um pedido de 700 reais. E nós passa dois meses. Dois meses sem passar necessidade nada aqui dentro de casa! Daí eu sei que dia 20 eu pego o dinheirinho do Bolsa Família, eu vou lá, eu pago a minha força, eu compro o que eu tenho que comprar pra ele, assim, dessas coisas assim, um par de sapato, uma calça, uma cueca, uma meia. O que sobra eu guardo! Pro outro mês eu sei que eu já tenho

aquele dinheiro, eu já inteiro pra outra força. Que daí o outro mês, um mês é uma quantidade, outro mês é outra quantidade, você não sabe quando vem certo!? Então é assim! É assim que eu aprendi viver! Risos... (Aurora)

Ao passar pelo processo de luta pela terra, novos significados e novas formas de compreender a gestão da renda familiar foram produzidos. Assim, defendemos a **tese de que a gestão da renda familiar por parte destas mulheres se construiu ao longo do processo enquanto luta pelo direito à terra, pelo direito de se viver na terra e por meio dela. Luta em direção à libertação, à humanização, à superação das situações-limite em forma de resistência e persistência. Foram processos educativos produzidos na tensão entre a desumanização que as condições objetivas impõem e o processo de busca pela libertação que se expressa, para elas, no viver dignamente na terra.** A terra não se configura apenas como espaço físico, local de moradia. É um território de produção de saberes, de trocas e de conservação dos conhecimentos ancestrais de agricultoras e agricultores. As diferentes dimensões do direito à vida e de reprodução da vida estão imbricados nestes aprendizados. Direito a uma renda mínima para acessar alimentos e itens básicos; direito a manejar a terra e acessar técnicas e crédito para ampliar as possibilidades de produção, de autoconsumo e de geração de renda; direito à possibilidade de ir e vir, de ter acesso a serviços médicos, de voltar a estudar. Direito de serem tratadas com dignidade pelos seus companheiros, pelo Estado e pela sociedade. Consideramos que a pesquisa atingiu seu objetivo, apresentando uma compreensão conjunta, construída entre mulheres assentadas e mulher pesquisadora, sobre os processos educativos advindos da prática social da gestão de suas rendas familiares, manifestados de formas objetivas e subjetivas em aspectos tão diversos da vida destas agricultoras.

Acreditamos que a metodologia proposta contribuiu para também produzir processos educativos, permitindo o estabelecimento do diálogo e da reflexão conjunta sobre as interpretações da pesquisadora. Neste processo de partilha e convivência, foi possível observar transformações, tanto nas participantes, como em mim, enquanto pesquisadora. O caminhar desta pesquisa, assim como a vida, se fez caminhando. Fez-se e se refez; fez-me e me refez. Aprender, olhar, escutar, estar com estas mulheres reafirmou em mim o compromisso de estar com elas em luta, a fim de trilharmos o caminho da superação e de

busca pela libertação dos limites impostos pelo patriarcado, pelas desigualdades sociais, pela ausência dos direitos de cidadania às pessoas empobrecidas; mas também superação dos nossos limites internos, em busca de nossa capacidade de agir e propor novos caminhos. Como limites da pesquisa, apontamos o fato de não ter sido possível trabalhar a temática de estudo de forma coletiva com as assentadas, o que poderia ter contribuído e ampliado os processos educativos gerado em tal processo de trabalho. Além disso, não conseguimos colaborar com a implantação de metodologias de sistematização e quantificação da produção de autoconsumo realizada em seus quintais agroecológicos, o que contribuiria para o aumento da visibilidade e da valorização do trabalho da mulher do campo.

Por fim, consideramos que a pesquisa poderá contribuir com novos conhecimentos para o desenvolvimento do campo de estudos em educação, pobreza e gênero em assentamentos rurais. Também pelo estabelecimento do compromisso da educadora com a realidade social em que trabalha, trabalho conjunto e dialógico, humilde e permanente. As pesquisas sobre práticas sociais e seus processos educativos trazem a tona a necessidade de produzir denúncias e anúncios, fazendo emergir os conhecimentos gerados por estes processos de luta, de resistência e de persistência que as participantes da pesquisa nos ensinaram com suas práticas. Caminho que, quando trilhado, conforme aponta Freire (2011b), demanda e produz transformações profundas nos/nas pesquisadores/as-educadores/as que sem empenham com coragem em tal tarefa.

Referências

ANSELMO, J. **Inclusão das mulheres como investidoras na bolsa de valores de São Paulo**: limites e ambiguidades dessa revolução conservadora. Araraquara, 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2013.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALVES, L.M. ALVARENGA, C; CARDOSO, E. CASTRO, N de; SAORI, S.; TELES, L. **Caderneta agroecológica e os quintais**: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil. Minas Gerais, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.

ARAÚJO-OLIVERA, S S. Exterioridade: o outro como critério. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. de. **Processos educativos em práticas sociais**: pesquisas em educação. São Carlos: EDUFSCAR, 2014, p. 46-112.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 2009

BARTHOLO, L. ; PASSOS, L.; FONTOURA, N. Bolsa Família, Autonomia feminina e Equidade de Gênero: o que indicam as pesquisas nacionais? **Texto para Discussão** nº 2331. IPEA, Rio de Janeiro, setembro de 2017.

BERNARDINO, N.F. **Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos**: Levantamento florístico e ambiental para análise do potencial para a meliponicultura. Monografia de Graduação, Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (USP), 2013.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto Editora, 1994.

BOSI, E. Sugestões para um jovem pesquisador. In: _____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 59-67.

BRASIL, Presidente (2003-2006: Luiz Inácio Lula da Silva) **Discurso de Posse – 1º Mandato**, Brasília, 1 jan. 2003, 13 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/discursos-de-posse/discurso-de-posse-1o-mandato/view> . Acesso em: 01 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 12 jan 2004. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/419075/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-01-2004> . Acesso em: 21 de julho de 2020.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Manual do Pesquisador: Programa Bolsa Família. Brasília: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2018a.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. Manual do Pesquisador: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal: MDS, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2018b.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRANDÃO, C. R. Pesquisar-Participar. In: _____ (Org). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984.

BRANDÃO, C. R. Qualidade de vida, vida de qualidade e qualidade da Vida. In: _____ **A canção das sete cores: educando para a paz**. São Paulo: Contexto, 2005 p. 28 a 72.

BRANDÃO, C. R. Aprender a saber com e entre os outros In: ASSUMPÇÃO, R (org). **Educação Popular na perspectiva Freiriana**. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009a.

BRANDÃO, C. R. Algumas palavras sobre ontem e agora. In: BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura Rebelde: escritos sobre educação popular ontem e agora**. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009b.

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura Rebelde: escritos sobre educação popular ontem e agora**. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009.

BUAES, C. S. **Sobre a construção de conhecimentos: uma experiência de educação financeira com mulheres idosas em um contexto popular**. Porto Alegre, 2011. 260 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BUAES, C. S. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educ. Real.**, Porto Alegre , v. 40, n. 1, p. 105-127, mar. 2015.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010.

CAMARGO, P. C. de. **Uma análise do efeito do Programa Bolsa Família sobre o desempenho médio das escolas brasileiras**. Ribeirão Preto, 2011. 58 f. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculdade de Economia, Contabilidade e Administração, Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2011.

CAMILLO, V. P. B. **Educação financeira e popularização da BM&F BOVESPA em instituições de ensino superior**. São Paulo, 2014. 86 f. Dissertação (mestrado) – Fundação

Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado Profissional em Administração com ênfase em finanças. São Paulo, 2014.

CASONATO, L. **O Programa Bolsa Família: contexto, propostas e seus resultados sobre a educação nos municípios brasileiros entre 2010 e 2012.** 135 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2014.

CARVALHO, G. de S. **Identificação e análise dos elementos essenciais da rede institucional de suporte à promoção do saneamento básico nos assentamentos rurais: estudo de caso do Projeto de Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos (São Carlos-SP),** Monografia, EESC-USP, 2016.

CARVALHO, J. G. **Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto.** Tese de Doutorado UNICAMP, Campinas, SP, 2011.

CAVALCANTI, D. M. **Avaliação dos impactos do programa bolsa família na renda, na educação e no mercado de trabalho das famílias pobres do Brasil.** Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2013.

CAVALCANTI, D. M.; COSTA, E. M.; SILVA, J. L. M. da. **Programa bolsa família e o nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006.** *Rev. econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, abr. 2013.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** Coleção Primeiros Passos. 2 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

CORAZZA, G. **Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo.** *Cadernos IHU Ideias.* Ano 3, Nº 39, São Leopoldo, RS, 2005.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** 1ª ed. . São Paulo: Boitempo, 2016.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, G. C. **Previdência social e desenvolvimento rural.** In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2015, p. 429-442.

DUSSEL, E. **20 teses de política.** 1ª edição, Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

DUSSEL, E. **Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da humanidade.** In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010, p. 285-335.

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, V. 31, Nº 1 – Jan/Abr, 2016.

DUVAL, H.C.; FERRANTE, V.L.S.B. Autoconsumo e políticas municipais: perspectivas de segurança alimentar e de desenvolvimento. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); São Paulo UNIARA (co-editor), 2008.

DUVAL, H.C., Da terra ao prato: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. Dissertação de mestrado, São Carlos, UFSCAR, 2010.

ELA, J-M. **Investigação Científica e Crise da Racionalidade**. Edições Mulemba e Edições Pedagogo, Angola e Portugal, 2007.

FAGNANI, E. Política Social no Brasil (1964-2002): entre a cidadania e a caridade. Tese de doutorado IE/UNICAMP, Campinas: 2005.

FAGNANI, E. Brasil: dois projetos em disputa. **Le monde diplomatique Brasil**, ano 7, n. 84, julho de 2014.

FARREL; J. ALTIERI, M. Sistemas Agroflorestais. In:ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

FEIDEN, A. Agroecologia: introdução e conceitos. In: AQUINO, A.M.; ASSIS, R. L. de; (org) **Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília: Empraba informação Tecnológica, 2005.

FERRANTE, V.L.S.B; BARONE L.A. Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento: desafios e rumos da política de assentamentos rurais**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); São Paulo UNIARA (co-editor), 2008

FERRANTE, V.L.S.B; DUVAL, H.C; Mulheres assentadas na região central do estado de são paulo: apresentando dados de pesquisas. **Estudos Universitários (UFPE)**, v. 30, p. 35-60, 2012.

FERREIRA, L. A. **Bolsa Família: importante determinante para a educação e crescimento socioeconômico do Brasil**. 2012. 183 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Direito, Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo, 2012.

FERREIRA, T. L. **Arquiteturas vernáculas e processos contemporâneos de produção: Formação, experimentação, e construção em um assentamento rural**. Tese de doutorado –

IAU/USP São Carlos, Brasil e AE&CC, ENSAG, Grenoble, França; 2014.

FICK, M. H. R. **Gritos do Poder e Ecos da Resistência**: a condicionalidade da educação nos processos de subjetivação do Plano Brasil Sem Miséria. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Araraquara, 2015.

FIORI, E. M. Educação Libertadora. *In*: FIORI, E. M. **Textos Escolhidos**, Vol. II, Educação e Política. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 105-119, 2014a.

FIORI, E. M. O fio condutor de um pensamento itinerante. *In*: FIORI, E. M. **Textos Escolhidos**, Vol. I, Metafísica e História. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 41 - 60, 2014b.

FIORI, E. M. Conscientização e Educação. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. **II Caderno de educação popular em saúde**. Brasil: Ministério da Saúde, 2014c, p. 55-72.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011a.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 17ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 2011b.

FREITAS, M. M. de. **As políticas públicas de Economia Solidária no governo federal: 2003 a 2010**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2012.

FREITAS, M. M. de; MONTRONE, A. V. G. Gestão do Bolsa Família como prática social promotora de processos educativos. **MOTRICIDADES**: Revista da Sociedade de Pesquisa Qualitativa em Motricidade Humana, v. 3, n. 2, p. 131-140, 2019.

GOMES, G.; CRUZ, C. A. S. da; Vinte anos de Economia Brasileira – Atualização 2016. **Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI**. Brasília, 2017. Disponível em <http://brasildebate.com.br/wp-content/uploads/vinte-anos-de-economia-brasileira-1994-2016-abril-2017-compressed.pdf> Acesso em: 01 nov. 2018.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p. 595-609,set/dez. 2007.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. 2ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HORA, K.;BUTTO, A. Políticas Públicas para mulheres rurais no contexto dos territórios da cidadania. *In*: BUTTO *et al*, **Mulheres rurais e autonomia**: formação e articulação para

efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. Brasília, MDA, 2014, 132 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2018. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf Acesso em: 10 dez. 2019.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. “**Nota técnica** - Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014”. Ipea: Brasília, 2016.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (orgs). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo, 2019.

LAVINAS, L. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, ano 4, nº2, 1996, p.464-479.

LOPES JUNIOR, D. da S. **Nível de conhecimento financeiro dos jovens da geração Y estudantes de um centro universitário na zona sul de São Paulo**. São Paulo, 2014. 80 f. Dissertação (mestrado) – Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado - FECAP - Mestrado Profissional em Administração, 2014.

LOUREIRO, I. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST In: SINGER, A.; LOUREIRO, I. (org). **As contradições do Lulismo: a que ponto chegamos?** 1ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GUIMARÃES, M.B.L. Feminização da pobreza e religiosidade. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; ALGEBAILLE, E. B. (orgs). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005, p. 169-190.

MATEUS, K. A.O. Modos de vida e convívio escolar: o Assentamento Rural Santa Helena – São Carlos/SP. Tese de doutorado. São Carlos: UFSCAR, 2016.

MARIANO, S. A.; CARLOTO, C. M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 17, nº 3, 2009, p. 901-908.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARX, K. O capital: crítica da economia política: livro I, volume II. 18ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MELO, R. da M. S.; DUARTE, G. B. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: o caso da agricultura familiar no Nordeste do Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 48, n. 3, p. 635-657, set. 2010.

MINAYO, M. C. de S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 34^a ed., Petrópolis (RJ), Editora Vozes, 2015.

MONTRONE, A. V. G.; DÍAZ, M. Políticas de saúde da mulher, Gênero e sexualidade, Direitos sexuais e reprodutivos. In: FABBRO, M. R. C.; MONTRONE, A. V. G. (orgs). **Enfermagem em saúde da mulher**. São Caetano do Sul: Difusão Editora; Rio de Janeiro: Editora SENAC, 2013, p.29-55.

MOUNTIAN, A. G. O Liberalismo Econômico e a Pobreza: raízes teóricas, estratégias de redução e limitações. In: **XXIII Encontro Nacional de Economia Política**, 2018, Niterói. XXIII Encontro Nacional de Economia Política, 2018.

MUSZKAT, S. Violência e masculinidade: uma contribuição psicanalítica aos estudos das relações de gênero. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo, 2006.

MUSZKAT, S. Desamparo e violência de gênero: uma formulação. **Revista Psicanálise e Cultura**. 31(47) São Paulo, 2008, p. 125-132.

NERI, M. Qual foi o impacto da crise sobre a pobreza e distribuição de renda. **Centro de Políticas Sociais**, Fundação Getúlio Vargas, 2018a. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/NOTA-CURTA-Pobreza-Desigualdade-a-Crise-Recente_FGV_Social_Neri.pdf Acesso em: 10 out. 2019.

NERI, M. Alta da desigualdade e da pobreza, superação da crise e políticas de renda: Versão preliminar. **Centro de Políticas Sociais**, Fundação Getúlio Vargas, 2018b. Disponível em: <https://www.cps.fgv.br/cps/bd/papers/ALTA-DA-DESIGUALDADE-E-DA-POBREZA-SUPERACAO-DA-CRISE-E-POLITICAS-DE-RENDAS-FGV-SOCIAL-MARCELO-NERI.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.

O PLANTADOR. Intérprete: Geraldo Vandré. Compositores: Hilton Acioli, Geraldo Vandré. In: Canto geral. São Paulo: Odeon, 1968

OLIVEIRA, M. W.; SILVA, P. B. G. E.; GONCALVES JUNIOR, Luiz.; MONTRONE, Aida Victoria. G.; JOLY, Iza. Z. L. Processos educativos em práticas sociais: Reflexões teóricas e metodológicas sobre pesquisa educacional em espaços sociais. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. de. **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014a, p. 29-46.

OLIVEIRA, M. W.; RIBEIRO JUNIOR, D.; SILVA, D. V. C. da; SOUSA, F. R. De; VASCONCELOS, V. O. de. Pesquisando processos educativos em práticas sociais: reflexões e proposições teórico-metodológicas. In: OLIVEIRA, M. W.; SOUSA, F. R. de. **Processos educativos em práticas sociais: pesquisas em educação**. São Carlos: EDUFSCAR, 2014b, p. 113-141.

OLIVEIRA, S. S. B. de. **O programa Bolsa Família na cidade de Manaus: análise das**

dimensões da inclusão social e escolar. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2009.

PACHECO JUNIOR, I.; TORRES, M. M. Atualidade do pensamento de Paulo Freire na Educação Popular. In: ASSUMPCÃO, R. (org). **Educação Popular na perspectiva Freiriana**. Editora Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2009.

PACHECO, M. E. L. Os Caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres. **Revista Agriculturas**. v.6, nº 4, dezembro 2009.

PAULANI, L. M. Capitalismo Financeiro, estado de emergência econômico e hegemonia às avessas no Brasil. In: OLIVEIRA, C.; BRAGA, R; RIZEK, C. (orgs); **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo, Boitempo, 2010.

PECADO capital. Intérprete: Paulinho da Viola. Compositor: Paulinho da Viola. In: Pecado Capital, Rio de Janeiro: Som Livre, 1975. Disco vinil, faixa 6.

PIRES, A. Orçamento familiar e Gênero: Percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**. V. 42, nº 145, 2012, p. 130-161.

PITANGUY, J. Gênero, Cidadania e Direitos Humanos. In: BRUSCHINI, C.; UNDEHAUM, S.G. (orgs). **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo, 2002, p. 109-120.

PRADO, D. Segurança Alimentar é o grande desafio do século XXI. **Carta Maior**. 1 de setembro de 2010. Seção Economia Política. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Seguranca-alimentar-e-o-grande-desafio-do-seculo-XXI/7/15860> Acesso em: 20 de jan. 2020.

QUADROS, W. 2009 a 2012: heterodoxia impulsiona melhorias sociais. **Texto para discussão IE/Unicamp**, Campinas, nº 230, maio 2014.

QUADROS, W. A profundidade da atual crise social. **Texto para discussão IE/Unicamp**, Campinas, nº 361, set. 2019.

REIS, A. C. E. dos. **Bolsa Família: uma análise dos resultados sob a óptica educacional**. Marília, 2009. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista. Marília, 2009.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur Revista Internacional de Direitos Humanos**. V.13 nº 24, 2016. p. 99-104.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Pólen; 2019.

REGO, W. L.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família**: autonomia, dinheiro e cidadania. São Paulo, Editora UNESP, 2013a.

REGO, W. L.; PINZANI, A. Liberdade, dinheiro e autonomia: o caso do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (orgs). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania. IPEA, 2013b, p. 359- 366.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**: afinal de que se trata? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, T. P. M. Compra de alimentos por consumidores de Baixa Renda: Comportamentos no Ponto de Venda. In: **ANAIS Seminários em Administração**, 2017.

ROSA, J. G. **Grande Sertão: Veredas**. São Paulo: Nova Aguilar. 1994.

ROSSET, P. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, S. PEREIRA, J.M.M (orgs) **Captando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAHLINS, M. [1972] 2004. “A sociedade afluente original”. In: SAHLINS, Marshall. **Cultura na Prática**. Rio de Janeiro: UFRJ

SALEH, A. M.; SALEH, P. B. de O. O elemento financeiro e a Educação para o Consumo Responsável. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 29, n. 4, p. 189-214, dez. 2013.

SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p.31-83.

SANTOS, C. C. G. **Transferência de renda e educação**: uma análise da contrapartida educacional do programa Bolsa Família e sua relação com o desempenho dos alunos beneficiários na cidade do Recife. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A.. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 41, n. 6, p. 1121-1141, dez. 2007.

SCIRÉ, C. D. de O. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria & Pesquisa**, v. 20, p. 65, 2011.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**. Porto Alegre: v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- SILIPRANDI, E. Políticas de Segurança Alimentar e relações de gênero. **Cadernos de Debate** (UNICAMP) , v. XI, p. 38-57, 2004
- SILIPRANDI, E. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento iberoamericano** , v. 9, p. 169-184, 2011.
- SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para o seu reconhecimento como cidadãs. In: GRISA, C. SCHNEIDER, S. (orgs). **Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.
- SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna (1896). In: SOUZA, Jessé e ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora UnB. 1998. p. 23-40.
- SINGER, P. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SINGER, A. **Os sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. 2012
- SINGER, A. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SILVA, M.O. da S. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 6, n. 2, p. 65-102, 2002.
- SILVA, M. O. da S. e; YAZBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A Política Brasileira no Século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2012.
- STANGANINI, F.N.; LOLLO, J. A. de; O crescimento da área urbana de São Carlos/SP entre os anos de 2010 e 2015: o avanço da degradação ambiental. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, nº 10, supl 1, 2018, p. 118-128.
- STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. In: RIBEIRO, Dionara Soares et al (org) Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo, Expressão Popular, 2017.
- STRATE, A. B. S. **Implicações provenientes da elaboração de um orçamento familiar**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Exatas, Centro Universitário Univates, Lageado, 2010.
- SZYMANSKI, H. Entrevista Reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, H. (org). **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Plano Editora, 2002.

TAFURI, D. M.; GONÇALVES JUNIOR, L. Fundamentos teórico-conceituais da pesquisa em práticas sociais e processos educativos. **Educação Unisinos** (online), v. 21, p. 40-49, 2017.

TAFURI, D. M. Deus e o diabo na terra da cerca: a educação como expressão da luta pela terra no Assentamento Santa Helena. Tese de Doutorado, UFSCAR, São Carlos, SP, 2019.

TELES, M. A. de A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TELLES, V. S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Editora 34, 2001.

TERRAZZAN, P.; VALARINI, P. J.. Situação do mercado de produtos orgânicos e as formas de comercialização no Brasil. **Informações Econômicas**, SP, v.39, n.11, nov. 2009.

TRUZZI, O. M. S.. **Café e indústria**: São Carlos: 1850-1950. São Carlos, SP: EduFScar, 2007. 203 p.

VALLA, V. V. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. **Educação e Realidade**. 21 (2), p. 177-190, 1996.

VALLA, V. V. Globalização, a questão social e a nova pobreza. In: VALLA, V. V.; STOTZ, E. N.; ALGEBAILLE, E. B. (orgs). **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 2005, p. 33-52.

VARISON, L. R.; TAVER, L.C. Diagnóstico do Assentamento Comunidade Agrária Nova São Carlos e Região (ACASCAR), Relatório de Bolsa, EESC/USP, São Carlos/SP, 2017. Mimeo.

VAZ, J. D. **Educação, programa bolsa família e alívio à pobreza**: o cinismo instituído. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**. Campinas, ano 22, nº 44, ago/dez 2014. p. 203-220.

WHITAKER, D.C.A. Soberania alimentar e assentamentos da reforma agrária. In: FERRANTE, V.L.S.B.; WHITAKER, D.C.A. (orgs). **Reforma Agrária e Desenvolvimento**: desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); São Paulo UNIARA (co-editor), 2008

ZERRENNER, S. A.. **Estudo sobre as razões para o endividamento da população de baixa renda**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

Sites consultados

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED
<http://www.anped.org.br/>

Banco Mundial:
<http://www.worldbank.org/>

Governo Federal do Brasil
<http://www.planalto.gov.br/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<https://www.ibge.gov.br/>

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
www.incra.gov.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
www.ipea.gov.br

Ministério do Desenvolvimento Social
<http://www.mds.gov.br/>

Scientific Electronic Library Online - SCIELO
<http://www.scielo.org/>

Portal da transparência
<http://www.portaltransparencia.gov.br/>

Apêndices

I) Roteiro da 1ª entrevista:

- 1) Me conta um pouco de você, onde nasceu, cresceu?
- 2) Quem mora aqui com você?
- 3) Como é sua rotina?
- 4) Quando fez o cadastro do Bolsa Família?
- 5) O que fez com o primeiro dinheiro?
- 6) O que acha do cartão vir no nome da mulher?
- 7) Quem cuida do dinheiro da casa? Como organiza?
- 8) O que faz para ganhar dinheiro? É mensal ou de vez em quando?
- 9) Como é o dia de receber o Bolsa Família?
- 10) No que costuma gastar?
- 11) Quais contas você tem?
- 12) Quando falta dinheiro, o que você faz?
- 13) Você tem dívida? Como faz?
- 14) Se fosse dar dicas para economizar, quais dicas daria?
- 15) Prefere receber em cesta básica ou em dinheiro?
- 16) O que tira do lote para consumo próprio?
- 17) E você vende alguma coisa do lote?
- 18) Quais as facilidades e as dificuldades de morar no assentamento?
- 19) O que acha de morar aqui? O que as pessoas acham de quem mora aqui?
- 20) Qual escola filhos estudam? O que acha da escola? Tem transporte escolar?
- 21) Quando alguém fica doente, para onde você vai? Em qual posto você vai?
- 22) Como faz para ir para a cidade? Tem ônibus aqui?
- 23) Conhece o CRAS? Já foi lá?
- 24) O que acha do Programa Bolsa Família?

II) Roteiro da 2ª entrevista:

Leitura resumida da 1ª entrevista, perguntas sobre dúvidas de entendimento de algumas respostas, realização de perguntas da primeira entrevista que não foi realizada, inserção de novas perguntas:

- 1) Como você se declara em relação à sua cor?
- 2) No dia a dia, como é a divisão das tarefas da casa, dos filhos, marido, e as tarefas do lote entre você e eles? Eles cozinham? Limpam a casa? Como vocês fazem?
- 3) Mudou alguma coisa do Bolsa Família do ano passado pra esse ano?
- 4) Como é lidar com dinheiro para você?
- 5) Possui conta em banco? Dívida? Cartão de crédito?
- 6) Em relação à saúde e educação, mudou alguma coisa? Teve alguma dificuldade?

Assistência social?

7) O que você acha sobre ser mulher?

8) E mulher e pobre?

9) E mulher pobre e moradora de um assentamento?

III) Exemplo de entrevista e entrevista reflexiva

Entrevista - Aurora

27/04/2018

perdi o começo da entrevista porque o gravador não estava gravando :((perguntar novamente no retorno - onde nasceu, cresceu...)

Aurora: Aí quando chegou aqui eu fui trabalhar na laranja mais ele, paga aluguel né?

Mariana: Então deixa eu só voltar aqui, a senhora nasceu no Paraná, e veio pra cá com 17 anos.

Aurora: Casou e nós viemos embora. Aí nós recomeçamos a nossa vida aqui, né? Nós trabalhou na laranja, depois ele achou serviço em firma, daí ele não deixou eu ir mais pra laranja sozinha né? Daí eu fui trabalhar de babá. Que nós pagávamos aluguel. Que eu tinha que ajudar ele né?

Mariana: Onde vocês foram morar aqui?

Aurora: No Monte Carlo. Daí depois nós descemos pro Aracy. Daí nós compramos um terreninho. Daí eu entrei trabalhando. Eu tinha os dois mais velhos, eu entrei trabalhando, ajudando ele. Daí nós construímos a casa. A casa que nós temos lá. E daí depois ele ficou doente e ele se afastou. Ficou uns 5 anos afastado. Daí deu alta para ele. Ele falou, eu vou... daí abriram esse assentamento aqui. Daí foi um pé de guerra de nós dois, porque eu não queria vir! Porque eu trabalhava!

Mariana: Trabalhava no quê?

Aurora: Eu era cozinheira da F. (multinacional) ! Daí ele: Não, nós temos de ir! Aí foi até o fim! Daí quando a terra saiu, eu pedi demissão do serviço e vim para cá. Aí tá aí nossa vidinha!

Mariana: E como foi o começo do assentamento?

Aurora: Um pouco foi bom e outro pouco foi ruim, porque a gente não tinha força não tinha água. A gente muitas vezes pra você fazer as necessidades, tinha que correr pro meio do mato, que não tinha água pra você ir no banheiro. As crianças, a minha menina que morava com nós, era tomar banho de canequinha. Ela chorava todo dia na hora de tomar banho pra ir pra escola, ela chorava. E o menino? Daí quando ela tirou os estudos dela. Ela falou: Ah,eu vou embora, morar na cidade, trabalhar lá pra mó di eu ajudar o pai e a mãe aqui. Porque aqui é assim, ó, do jeito que você vê aí. A terra não tá dando nada. Esse ano nós gastou com a gradeação, de falar bem a verdade procê o dinheiro da gradeação foi dinheiro perdido, ele trabalhando por dia, que ele tem trabalhado por dia. Ia juntando o dinheiro, gradiemo a terra da banda de baixo, plantemo feijão, foi o que? Meio tambor de feijão? Então tá meio difícil. Mas é uma coisa que ele sair daqui ele não sai. E eu me apeguei agora aqui! Eu vou pra

cidade, a menina fala: mãe, vem dormir aqui em casa? Eu não, deixa eu dormir aqui! É assim a nossa vida...

Mariana: E como é a rotina da senhora?

Aurora: A minha rotina? Assim, eu levanto, eu limpo a casa. O dia de eu lavar a roupa, eu lavo. O dia de ... por exemplo, hoje é dia de faxina, eu faço a minha faxina. Eu mexo com os bicho.

Mariana: O que a senhora tem aí?

Aurora: Tenho porco, tem as galinha.

Mariana: Tem horta também?

Aurora: Tem, tem a hortinha ali que agora não tem nada plantado porque a gente está esperando o meu genro trazer o esterco lá da fazenda donde o irmão dele trabalha, né? Mas a gente planta! Planta alface, cebola, couve, almeirão. Pro gasto né? Porque para gente vender na cidade, já pra nós não tem como porque a gente não tem jeito pra gente entregar. E tem a vaca do menino lá embaixo. Tem a vaca, e daí ele danou e vendeu o bozinho dele para comprar as mangas pra ele investir aí na ... que ele falou assim: “Ah, eu não tenho vontade de eu ir embora pra cidade ...”

Mariana: Seu filho?

Aurora: É, meu filho. Então eu vou vender o meu boi, eu vou investir em manga e eu vou, daí quando for no ano que vem, esse ano ele foi atrás de serviço mas com a escola tá difícil. E o ano que vem ele faz o tiro, eles não pegam esse ano, né? Daí o ano que vem ele falou, ele falou daí “ O ano que vem eu vou trabalhar na cidade, mas vou trabalhar e vou voltar embora. Eu não vou ficar lá”. Que ele pegou junto aqui com nós e ele não larga. Ele não larga de nós mas de jeito nenhum!

Mariana: Quem mora aqui?

Aurora: Mora eu e ele...

Mariana: Como chama seu filho?

Aurora: A. (filho). E o rapaz que separou da mulher e tá aqui junto com nós. Mas ele tá ai por um tempo, mas embora ele não vai ficar aqui porque não gosta.

Mariana: Então, a senhora tem quantos anos?

Aurora: Eu tenho 47.

Mariana: E seu marido?

Aurora: Cinquenta.

Mariana: E seu filho?

Aurora: Tem 17. Ele tá com 17 anos.

Mariana: E quando a senhora fez o cadastro do Bolsa Família? A senhora lembra quando foi?

Aurora: Vixe, sabe que eu não lembro?

Mariana: Faz tempo que a senhora recebe?

Aurora: Faz! Uns 5, 6 anos! Faz tempo!

Mariana: E sempre recebeu o mesmo valor ou muda?

Aurora: Não, primeiro eu recebia 70 real, depois subiu pra 90 e depois subiu pra 230 e ficou nisso ai.

Mariana: A senhora lembra o que a senhora fez com o dinheiro da bolsa?

Aurora: O primeiro dinheiro? O primeiro dinheiro eu inteirei pra comprar o poste.

Mariana: Da força?

Aurora: Da força, é! Que era 300 reais e eu tinha 200 e eu não tinha o resto. Daí a primeira parcela que veio, daí eu inteirei pra comprar o poste da força.

Mariana: E hoje em dia? Com o que você gasta?

Aurora: Que que eu gasto? Eu pago força com o dinheiro e que sobra, assim, se o menino precisa de um sapato eu compro, uma calça, é uma cueca, é uma meia... é com ele! E já com nós assim, que nem já não tem jeito. Que nem pra nós comer, o E. (marido) arruma dia de serviço por fora e trabalha pra gente sobreviver.

Mariana: Então, das coisas que a família faz pra ganhar dinheiro, a senhora ganha o Bolsa e seu marido trabalha?

Aurora: É, trabalha por dia.

Mariana: E as atividades do trabalho dele é toda hora?

Aurora: Não, é quando aparece.

Mariana: É mais esporádico então!

Aurora: É

Mariana: E quem cuida do dinheiro da casa?

Aurora: Eu, risos. Eu! Porque quem vai no mercado é eu. Quem mexe com as coisas assim é eu. Mais é eu.

Mariana: Então é você que decide no que tá precisando?

Aurora: É eu que decido! Que nem eu pego, eu vou na gaveta dele, eu vejo que ele tá precisando de cueca. Eu falo assim, não, mês que vem eu já tenho que comprar umas cuecas pra ele. Porque o bicho vai crescendo só vai perdendo, né? Daí eu olho as calças dele, eu falo assim, não, eu tenho que comprar uma calça esse mês. Compra camiseta mês que vem... é assim.

Mariana: E de comida também?

Aurora: E de comida também! Daí que nem ele trabalha, eu vou lá eu faço um pedido já que dá pra nós passarmos dois meses. Daí ele vai, pega um biquinho aqui, pega um biquinho ali, daí é uma mistura que a gente compra, é outra coisa... daí assim essas partes aí é eu também que mexo.

Mariana: Entendi. E o que que a senhora tira da terra aqui pra comer?

Aurora: Da terra que nós tira pra comer é o feijão! Milho que nós planta assim, mas esse ano não deu. Nem o milho nem o feijão. Não sei se você chegou a ver o tamanho dos pé de milho aí embaixo?

Mariana: Aqui não, mas eu ouvi falar em vários lugares que esse ano não deu muito milho.

Aurora: Não, não deu! Deu umas espiguinhas assim. E o que tira daqui é isso aí! Da horta... daí fruta assim: banana, manga, mamão. De fruta tudo é daqui de cima, que a gente tira.

Mariana: E a senhora compra carne na cidade e pega daqui também?

Aurora: A carne assim, porco não, porco e galinha não. Assim, eu compro na cidade assim uma carne de boi e uma mistura diferente.

Mariana: E quando é galinha você pega daqui...

Aurora: Daquí, um frango. Ontem mesmo que eu cheguei tarde já tinham matado, ele fez um frango com batata de tarde. Pra nós jantar. Mas eu olho assim eu tenho dó. Ele matou um porco mês passado, eu olho na cara do porco assim, eu olho lá o chiqueiro aberto. E fico assim, aí tenho uma dó, eu tava tratando desse bicho. Eu tratei um na mamadeira, ele ficou desse tamanho assim, o porco. Daí ele ficou mais grandinho, dava hora dele mamar, ele pulava o chiqueiro e vinha pra dentro. A porta da minha geladeira tava tudo arranhada. Parecia que ele sabia da onde eu guardava o leite. Daí eu ia lá ponhava a vasilha de leite dele lá fora, ele bebia. Daí eu catava ele e levava, ponhava no chiqueiro de volta. Daí teve que aumentar o chiqueiro dele pra cima. Daí eu falei E. (marido), e agora o pirulito? Que que vai fazer com

ele? Ele falou assim, agora o pior, você vai deixar matar? Eu falei não! Então eu vou trocar! Daí ele trocou com outro rapaz! Numa leitoa pra matar. Daí ele fala assim, a gente tem que criar pra comer! Mas eu tenho dó! Não gosto de ver! Mas a rotina é isso aí minha filha...

Mariana: E o dia que você vai receber o Bolsa Família? Como você faz?

Aurora: O meu genro ... ele que vem buscar.

Mariana: Vocês não tem carro?

Aurora: Não, não tem.

Mariana: E como vocês fazem quando não tem o seu genro pra levar?

Aurora: Daí nós não vai. Não... o menino ainda vai daqui lá a pé mas eu não vou.

Mariana: Porque não tem ônibus né?

Aurora: Não tem ônibus. Tem o escolar, né? Mas o escolar não gosta de levar assim as pessoas. Daí a gente não vai. Que nem o dia que ele passou mal de noite aqui mesmo. Era duas horas da manhã eu e o menino correndo atrás de carro aqui dentro. Não tem esse homem que chegou aqui agora? Menina, nós quase derrubou a porta dele e esse homem não acordou? E ele aqui dentro chorando de dor. Daí descemos lá embaixo. Daí chegamos lá, sorte que a mulher tava dando mamar pra menininha dela. Daí nós chamou, o rapaz se arrumou correndo, subiu aqui, pegou ele e levou. Daí chegou aqui era 7 horas da manhã, dali a pouco ele deitou e falou assim: Ó, a dor tá voltando tudinho de volta. Daí eu liguei correndo pra menina. Daí ela veio com o meu genro, daí cataram ele e levaram lá pro hospital-escola.

Mariana: De madrugada levaram ele pra onde?

Aurora: Pro UPA. E daí quando ele veio de novo com a dor, levou ele pro hospital-escola. Ele ficou até quatro horas da tarde. Foi quando que deu aqueles problemas nele. Agora tá aí. Depois daquele dia, nós passou no ortopedista. O ortopedista falou pra ele que ele não pode pegar peso, que não é pra ele se esforçar. Que como tá na bacia, pegou muito na bacia, então é perigoso ele ficar em cima de uma cadeira de rodas. E agora nós tá esperando ele marcar um exame pro médico passar o remédio, o tratamento. Agora quanto é que vai ficar o tratamento nós não sabe porque ele falou que não tem na rede pública.

Mariana: E o acompanhamento está sendo feito no postinho?

Aurora: Está sendo feito lá no posto da vila Isabel, no CEMI.

Mariana: No de especialidades?

Aurora: É, tá sendo feito lá. Agora está esperando o exame sair, e o outro exame que o médico pediu, que agora pediu do corpo inteiro pra ver né se tá em todos os ossos do corpo. Pra daí ele começar a dar o remédio.

Mariana: E a senhora falou que ontem também foi ao médico?

Aurora: Fui no médico.

Mariana: E a senhora foi no postinho?

Aurora: É

Mariana: Da onde?

Aurora: Lá no CEMI.

Mariana: A senhora não usa o do Cruzeiro?

Aurora: Não, eu uso ali o do Aracy. Porque lá eu comecei meu tratamento, que eu tenho depressão né? E eu tomo remédio controlado. Aí de lá, a médica de lá não deixou eu sair de lá. E o certo em 3 em 3 meses era pra eu passar no psiquiatra. Pra ele ir vendo. Mas só que nós não tá conseguindo marcar com o psiquiatra. Na rede não tem. Então, agora é ele lá e eu aqui. Falei assim: agora juntou eu e você. Não sabe qual é mais ruim. O meu, ainda eu tomando o remédio certinho, eu vou né? Agora o dele é o pior né? A gente não tem a mínima

ideia do que pode acontecer. Ontem a menina falando que aqui não pode pagar INPS [INSS].

Mariana: Da aposentadoria né?

Aurora: É você pagar INPS aqui você... eu já estou bloqueada [no SIPRA] e não sei por quê? E acaba de mandar de “coisar” e eles mandar tirar nós daqui. Agora nós vamos ver, nós vamos esperar esses papéis, se conseguir pegar... que o médico dar lá o papel. Que eu acho que esses papel tudinho vai sair no meu nome, porque a terra tá no meu nome.

Mariana: Mas voltando... do dia que você recebe o Bolsa, você pede pro seu genro vir te pegar. E você passa o dia na cidade?

Aurora: Não, como ele trabalha a tarde, ele vem, ele me pega e daí nós vamos lá na Caixa, tira e ele já vem me trazer embora.

Mariana: E como a senhora faz pra comprar no mercado?

Aurora: Daí no mercado eu espero o dia que ele esteja de folga.

Mariana: E já faz a comprona...?

Aurora: É, que já compro para dois meses.

Mariana: E esse mês o que a senhora usou mesmo o dinheiro?

Aurora: Esse mês eu usei pra força, tirei 100 da força. E daí eu comprei, ele tava sem sapato pra ir pra escola, eu comprei um par de tênis de 90 reais pra ele. Sobrou 40 reais. Daí os 40 reais tá guardado. Daí eu guardo! Daí eu não gasto com nada! Por exemplo, daí eu vou no mercado, ele quer alguma coisa diferente do mercado, daí eu não tiro do dinheiro de eu comprar as coisas de comer, daí com aquele dinheiro eu compro as coisas pra ele, se ele não estiver precisando de cueca e meia.

Mariana: E quais contas a senhora tem aqui na casa?

Aurora: Conta assim para pagar? Eu não faço conta! Só a força! Tudo que eu tiver de comprar, se eu tiver o dinheiro, eu compro tudo à vista assim. Porque a gente não pode conta né com fazer conta

Mariana: Então não parcela

Aurora: Não, não parcela nada!

Mariana: E quando falta um dinheiro pra vocês fazerem alguma coisa que vocês estão precisando?

Aurora: Tem que ficar sem! ... Aí tem de ir levando, até entrar um dinheiro.

Mariana: Se você for dar a dica pra alguém que tá precisando economizar um dinheiro, o que a senhora falaria?

Aurora: Que tem de economizar, né? Tem de fechar, né? Que tem muita gente que pega o dinheiro e ele não sabe gastar no que é necessário né? E sabe lá ir comprar o que não é preciso. Igual o menino aqui, ó ele não tem um celular. Porque eu sei se eu tirar um celular pra ele eu sei que eu não vou poder pagar. E vai sujar meu nome? Não é verdade? Então igual ele fala, esses dias mesmo ele falou assim: oh, mãe, compra um celular pra mim? Daí eu falei assim: ou eu compro um celular ou você anda mal arrumado e vai pra escola, qual você quer? Que daí o dinheiro da roupa é o dinheiro que eu vou ter de pagar esse celular pra você, porque eu não vou sujar o meu nome. Que o que nós tem limpo é o nome! Ih, igual eu converso com a minha filha. Eu falo assim: Ó G. (filha), você pega o dinheiro, fia, cê não gasta à toa. Se você não tem o que gastar, você não tem conta, cata aquele dinheiro e guarda! Aqui eu vou guardando, tem vez que pega assim, eu pago força, eu compro alguma coisa pra ele. Eu guardo ó! Quando chega de eu fazer o pedido assim, daquele dia que vem da força, eu já tenho aquele dinheiro do mês passado nesse mês pra pagar a força, porque eu não gasto! Então ele fala assim, mãe, tem dez reais pra eu levar pra escola? Eu falo assim, não, não

tenho! Eu tenho dó, mas eu sei, ele almoça pra ir pra escola e ele chega na escola, ele come, ele quer ir comer na cantina. Eu falei não é preciso! Então eu não dou! Eu guardo esse dinheiro pra ele. Que nem, os dentes dele tava tudo torto, tudo um por cima do outro. Daí a menina falou assim: mãe, precisa levar o A. (filho) no dentista. Eu falei assim: G. (filha), mas não tem como nós pagar o dentista pro A. (filho) agora. Ela falou assim: ele pode ir que eu vou pagar! Daí o dentista dele é ela que paga. Ele pôs aparelho pra acertar os dentes. Agora o dinheiro do começo do ano, agora não é contado nem dinheiro nem pra força nem pra roupa não! Tem o material da escola! Que eles não dão o material no começo do ano né? Vem bolsa, vem caderno, vem tudo pra comprar! E você vai lá com duzentos reais, fica tudinho lá de material. Aí esse dinheiro no começo do mês não é contado pra nada! É do material dele!

Mariana: Ele está no último ano?

Aurora: Não, ele tá no primeiro. Que apareceu o nono ano né? E ele repetiu um ano. E o ano que vem ele terminava.

Mariana: Oh Dona Aurora, a senhora preferia receber o benefício do Bolsa Família em dinheiro ou em cesta básica?

Aurora: Ó, em cesta que tem hora que era bom. Mas o dinheiro pra mim, que nem, já é contado pra força, né? Pra força e uma coisa que ele precisa, sapato, uma calça, que precisa... uma camiseta da escola. Então esse dinheiro é gastado não com nós, com nós assim, que eu pago a força, mas é gastado mais é com ele.

Mariana: E o que a senhora acha que tem de facilidade e de dificuldade de morar aqui no assentamento?

Aurora: De dificuldade daqui? Pra mim mesmo é só o transporte daqui pra cidade. De outra dificuldade eu não acho não. Acho que peguei amor no lugar mesmo né?! Então agora que o meu genro assim tem carro. Que ele tinha só moto. Daí ele falou assim, não, eu tenho... que quando nós ia, tinha que pagar viagem pra esse rapaz que tava aqui levar nós lá na cidade. Daí ele levava e vinha embora. Daí a gente fazia o que tinha que fazer, daí tinha que arrumar carro pra vim trazer aqui de volta. Tinha que pagar de novo! Daí ele falou assim, eu tenho que dar jeito de comprar um carro pra mó di essas parte aí. Agora não, se eu tenho médico 7 horas, ele vem 6 horas aqui, me pega e me leva. Daí que nem, se o E. (marido) tá parado, não tá trabalhando, tá por aqui mesmo, aí eu fico o dia inteiro lá, esperando, daí ele chega do serviço e vem me trazer. É só ... o negócio é só o que eu posso, né? Mas igual o A. (filho) falou assim no ano que vem, eu começar a trabalhar eu vou comprar um carrinho pra nós, nem que seja um velhinho. Pra gente não ficar precisando. Que a gente precisar sair, que nem aquele dia eu vi o pai passando mal e nós sem jeito de levar o pai pro médico e o pai chorando de dor... então que ele chora muito! Que ele fica com medo!

Mariana: E de facilidade de morar aqui? O que a senhora acha que é bom aqui?

Aurora: Paz, sossego, não aquela bagunça que tem na cidade de carro. E o jeito da criação que a gente cria. Que eu não vou falar que eu criei os outros lá que eles é bandido... que eles não é isso! É tudo... a menina graças a Deus estudou, depois já começou a trabalhar, já casou, tá com o marido dela. O rapaz deu um pouco de trabalho, que largou da mulher, danou beber. E nós teve que tirar ele da rua, pra trazer ele pra cá. Mas também chegou aqui e sossegou. Mas é aí, eu gosto disso aí!

Mariana: Quantos filhos a senhora tem?

Aurora: Três!

Mariana: Tem um que mora aqui e dois que mora na cidade?

Aurora: Agora tô com dois [morando] aqui e porque o que largou da mulher tá com nós! Mas

ele arrumou um serviço agora e tá falando que vai alugar uma casa pra ele. Agora se ele for, é só nós três.

Mariana: A sua filha é a mais velha?

Aurora: Não, a do meio.

Mariana: Quantos anos tem seu filho mais velho?

Aurora: 26, a menina tem 24 e o mais novo 17.

Mariana: O que a senhora acha que as pessoas acham de quem mora no assentamento?

Aurora: Bandido e vagabundo.

Mariana: É?

Aurora: Risos!

Mariana: A senhora já ouviu isso?

Aurora: Eu já! Porque eles acham que a turma que tá aqui é “Tambuio” de ladrão porque roubou a terra de outro. Que isso a gente escuta mesmo. E tem um daqui de cima que diz que é vereador, que ele tá comprando que eu to vendendo o que eu comprei... diz que ele tá falando pra turma aqui é um bando de ladrão e vagabundo. Tem um vereador... Agora não sei se é verdade que ele falou isso ne?

Mariana: E quando a senhora ouve alguém falando isso, o que a senhora fala?

Aurora: Eu fico quieta!

Mariana: Porque não conhece né?

Aurora: Porque não conhece... eu não vou ficar discutindo com as pessoas né? Igual quando eles invadiram aqui. Só o que você ouvia na cidade, ah, é um bando de vagabundo, vai roubar o que é dos outros...

(pausa)

Então, daí eu só escutava. Daí a menina já chorava: ah mãe, a mãe tá escutando o que a turma tá falando? Eu falei assim, eu tô filha... mas eu não tô nem aí não! Agora muita gente que falava que vem aqui, aí chega aqui fala: nossa, que lugar gostoso que é aqui. Porque tem muitos que pegou pra vender! Tem muita gente que vendeu isso aqui! Eu não vendo! Eu não vendo porque é uma coisa que não é nossa. É a mesma coisa de eu estar roubando né? Eu falo pro E. (marido). Isso aqui jamais! Aí o A. (filho) fala, não, isso aqui vai ser meu! Eu sei que a G. (filha) e o G. (genro) não vai querer vim aqui mesmo! “O dia que o pai e mãe morrer eu não saio daqui! Aqui eu vou criar minha família também!”

Mariana: Ele pegou gosto pela terra...

Aurora: Pegou! Ele vai na cidade assim, chega lá ele mesmo que a pé ele vem embora.

Mariana: Que escola ele estuda?

Aurora: Ele estuda no Juliano Neto.

Mariana: Onde é?

Aurora: Na vila Nery.

Mariana: Passa o ônibus?

Aurora: Passa!

Mariana: E ela almoça na escola?

Aurora: Ele almoça aqui e almoça na escola. Risos! Ele fala assim: você sabe, chega na hora que a gente vê a molecada tudo comendo, a gente vai ficar sem comer?

Mariana: Essa fase come muito né?

Aurora: Come, come! O bichinho come! Ele chega dá um jeito daqui, dá um jeito dali, se eu

não tenho nada pronto ele pede um macarrão. Ele faz, eu falo assim, se vira filho!

Mariana: E a senhora já foi naquele CRAS, no Centro de Referência da Assistência Social do Aracy ou do Pacaembu.

Aurora: Eu vou naquele do centro lá. É conde do pinhal lá?

Mariana: Isso. E dona Aurora, o que a senhora acha do programa bolsa família?

Aurora: Eu acho assim, que pra quem sabe pegar o dinheiro e mexer com ele, ele é bom, ajuda muito! Ajuda porque fala bem a verdade pra você esse Bolsa Família ajuda bem eu! Que se não fosse esse Bolsa Família o que ia acontecer? O E. (marido) ia ter que trabalhar mais que daí ia ter pagar a força. E nós não pode deixar um rapazinho ia andar mal “trapengo” pra escola. Não ia dar. Então o que a gente usa pra essas coisas assim, é pra ele mesmo e pra força. Mas tem muitos aí que a gente vê que pega, que nem tem o colega que pega o dinheiro e mora tudo na porta do bar bebendo cerveja. Eu acho que sei lá ... o dinheiro dessa aí, que a pessoa dessa aí era pra turma ver e pra aquele que necessita ... pra essa pessoa que tinha que dar cesta básica! Será que ia vender a cesta pra mo di beber cerveja na porta do bar? Que eu tenho um colega lá no Aracy que ela pega o dinheiro assim ó, que ela tem criança! Ela tem 3 crianças pequenininha! Senta na porta do bar com aquele dinheiro e vai beber. Eu falo assim O que que você compra pras crianças? Não, as crianças têm em casa! Que que tem? Quando é no outro dia tá na porta da gente pedindo alguma coisa pra dar pras crianças. Então eu falo assim: pra mim é um dinheiro bem vivo! A menina pegava mas da menina cortaram.

Mariana: Ela tem filhos?

Aurora: Tem! Ela tem um menininho. Daí igual ela falou, mãe eu não ligo não, igual agora que nem eu to trabalhando, o [genro] também tá trabalhando, então eu não ligo porque... ah, deixa pra outra pessoa que precisa. Porque pra mim eu não ligo não! Gostei quando eu recebi, me ajudou bem, pra comprar uma mistura pra dentro de casa, fralda pro A.(neto). Mas agora eu to trabalhando, o [genro] tá trabalhando. Então tá bom!

Mariana: E o que a senhora acha do cartão vir no nome da mulher?

Aurora: Então, mas tem os homens que recebe também, né?

Mariana: Tem, mas a maioria é mulher. Se tem o casal, eles colocam o nome no nome da mulher.

Aurora: Eu acho assim... a mulher tem mais atitude pra ir fazer as coisas que o homem. Porque se dependesse do meu pra ir lá fazer, ele não ia! Não ia! Ele ficava sem! Sem receber, mas ele não ia! Que tem muitos homens que não vai mesmo, a mulher vai! A mulher ela corre atrás das coisas. Você sabe porque que ela corre? Porque ela sabe que a mulher ‘tando dentro de casa, que nem ocê que é mulher mesmo, você que tem a sua família, tem hora que a coisa não carrega mais sobre a mulher? É na hora de fazer uma comida, é na hora de você lavar uma roupa. Ali você tem que ter um sabão, ali você tem que ter um amaciante. Você vai lavar a casa você tem que ter o produto de limpeza. Se você vai fazer a comida, você tem que ter a comida não tem? Porque o homem tá lá trabalhando não tá? Não sobra mais pras costas da mulher? É mais a mulher...! Então por isso que a mulher toma mais atitude que os homens! Que nem quando eu fui trabalhar mesmo, ele não queria que eu fosse trabalhar de jeito nenhum! Ele tava afastado. Eu falei, não, falei assim, não, vou trabalhar sim! Eu falei você cuida do A. (filho), a menina já era mocinha, né? A G. (filha) ajuda a casa sozinha pra limpar. Não vai esforçar ele nada que até passa um pano na casa, limpa, você cuida pra eles não deixa bagunçado. “Ah, mas você não tá passando fome?” Eu falei não é o negócio que eu tô passando fome! O negócio que eu vejo que o dinheiro dá pra nós comer, só que não dá pra nós dar uma roupa, um sapato pra eles. Tão tudo aí ó! Eles é de menor, eles ainda precisa de nós.

Mas dependesse dele eu tinha ido trabalhar não! Tanto de eu bater o pé que eu fui! Mas igual eu falo, eu falo assim mas desse aí, dependesse dele, ele não pegava não!

(pausa)

Quando, que a gente passando necessidade e você pegar aquela quantia ali na mão, você tem de fazer aquilo vira, virar pra você ir lá comprar as coisas pra colocar dentro de casa. Você pagar sua conta de luz pra você não pega a turma vir e cortar a luz e ficar no escuro. Eu quando eu tava na cidade eu ganhava bem! Ele tinha o dinheiro dele também. Então eu não importava de eu ir no mercado, se eu de gastar no mercado 800, 700 reais pra passar o mês. Eu não ligava pra isso. Então agora já não. Depois que eu vim morar aqui que eu vi que a coisa já não é do jeito que a gente pensa! Aí que eu vim aprender, falei: não tá errado o que eu fazia. Se eu vivia com 700 reais no mês, eu vou ter de viver com 700 reais dois meses. E assim que eu fui fazendo. E nós vive! Eu vou lá no mercado, eu faço um pedido de 700 reais. E nós passa dois meses. Dois meses sem passar necessidade nada aqui dentro de casa! Daí eu sei que dia 20 eu pego o dinheirinho do Bolsa Família, eu vou lá eu pago a minha força, eu compro o que eu tenho que compra pra ele, assim, dessas coisas assim, um par de sapato, uma calça, uma cueca, uma meia. O que sobra eu guardo! Pro outro mês eu sei que eu já tenho aquele dinheiro, eu já inteiro pra outra força. Que daí o outro mês, um mês é uma quantidade, outro mês é outra quantidade, você não sabe quando vem certo!? Então é assim! É assim que eu aprendi viver! Risos. E a menina ela segura igual eu, assim. Ela vai lá, vocês gastam um pacote de arroz no mês, ela vai lá e compra um pacote de arroz no mês pra ela passar o mês. Que é só os dois mais o bebê, né? O nenê come mas não dá o gasto. Daí é igual ela fala assim, mãe, eu tô aprendendo igual a mãe, a economizar! Eu falei assim, é fia, tem de economizar mesmo! Porque quando ela pagava aluguel, era aquele sacrifício né? Aí o marido dela deu câncer né? Daí nós pegou ...

(me mostrando a foto da filha)

Mariana: Que linda!

Aurora: Daí o marido dela deu câncer. E a casa nós tava, tinha já gente pra mudar na casa. Ai o E. (marido) falou assim, agora eu não posso deixar eles pagar aluguel, como que eu vou deixar eles pagar aluguel, ele doente? Daí pegou e deu a casa!

Mariana: A casa de vocês da cidade?

Aurora: É a casa nossa da cidade. Daí pegou e deu pra eles morar. Daí eles mora lá!

Entrevista Reflexiva Aurora

28/03/2019

Mariana: Na outra vez eu comecei a gravar, o gravador deu algum problema. Você estava contando da sua vida, e o gravador só começou a gravar quando a senhora contou que já tinha vindo pra cá, trabalhar na laranja. Então perguntar de novo, pra senhora, onde a senhora nasceu,

Aurora: Eu nasci no Paraná, me criei lá. Vim pra cá com 17 anos.

Mariana: Veio casada já né?

Aurora:É, casada.

Mariana: E a senhora morava em sítio lá no Paraná?

Aurora: Em sítio.

Mariana: Que cidade que era?

Aurora: Godoy Moreira

Mariana: Godoy Moreira. E vocês vieram pra São Carlos por quê?

Aurora: Ah, porque lá pra gente assim, já tinha que dar o que dava né? Aí nós viemos tentar pra cá, pra ver se... pra recomeçar a vida aqui mesmo.

Mariana: E lá, os seus pais tinham fazenda, sítio?

Aurora: Tinha sítio, mas o sítio lá era arrendado. Agora que é deles.

Mariana: E a senhora é de quantos irmãos?

Aurora: Comigo 7.

Mariana: E todos saíram de lá?

Aurora: Não, só tem uma lá, a mais velha.

Mariana: Que ficou com a sua mãe?

Aurora: Não, que está lá é meu irmão, que cuida dela agora. Que mora com ela.

Mariana: Entendi, eu esqueci de perguntar para a senhora qual a declaração que a senhora dá da sua cor: branca, negra ou parda?

Aurora: Acho que branca né?

Mariana: Então eu vou ler uns trechos e perguntar algumas coisas que eu fiquei com dúvida, tá? A senhora fala que veio pra cá e foi trabalhar na laranja, e aí começou a vida aqui, que foi morar no Monte Carlo, depois desceu pro Aracy. Que vocês compraram um terreno. E a senhora estava trabalhando, que tinha dois mais velhos. Que você começou a trabalhar, e vocês construíram a casa lá. E ele [marido] ficou doente e afastou. Que ficou uns 5 anos afastado. E depois abriram o assentamento e vocês vieram pra cá. Você conta até que teve um pé de guerra entre vocês dois. Você trabalhava na F. (multinacional) e depois veio pra cá. Aí que perguntei como foi o começo do assentamento: " Um pouco foi bom e outro pouco foi ruim, porque a gente não tinha força não tinha água. A gente muitas vezes pra você fazer as necessidades, tinha que correr pro meio do mato, que não tinha água pra você ir no banheiro. As crianças, a minha menina que morava com nós, era tomar banho de canequinha. Ela chorava todo dia na hora de tomar banho pra ir pra escola, ela chorava. E o menino? Daí quando ela tirou os estudos dela. Ela falou: Ah, eu vou embora, morar na cidade, trabalhar lá pra mó di eu ajudar o pai e a mãe aqui. Porque aqui é assim, ó, do jeito que você vê aí. A terra não tá dando nada. Esse ano nós gastou com a gradeação, de falar bem a verdade procê o dinheiro da gradeação foi dinheiro perdido, ele trabalhando por dia, que ele tem trabalhado por dia. Ia juntando o dinheiro, gradiemos a terra da banda de baixo, plantemo feijão, foi o que? Meio tambor de feijão? Então tá meio difícil". Então você falou que ano passado deu pouca coisa, deu pouca colheita. E esse ano?

Aurora: Esse ano falar bem a verdade pra você a gente nem plantou. Vai jogar semente fora. Agora está fazendo dois anos que a gente não mexe nesse pedaço aqui embaixo. Daí esse ano, ele vai mandar tombar pra gente plantar.

Mariana: O que tem ali, tombar o que? Mato?

Aurora: Mato!

Mariana: Eu vi que aqui no meio das mangueiras, tem uma linha de mandioca, é isso?

Aurora: Tem!

Mariana: Eu não tinha visto.

Aurora: Tem mandioca, nós plantou o maxixinho, mas acho que a chuva amarelou bastante.

Mas a gente plantou mandioca, manga...

Mariana: E colheu bastante acerola esse ano, não é? Que a senhora me deu na semana passada...

Aurora: Deu, colheu bastante! É que na seca a gente põe ela pra gotejar. Então não para de dar.

Mariana: Entendi.

Aurora: Ela dá quase o ano inteiro. E ele puxa um cano aqui da casa e manda pra lá. Isso daí é serviço do menino. Ficar furando as mangueiras.

Mariana: E você molha mais a acerola? A manga você não chega a ...

Aurora: Não, a manga até ela pegar, a gente teve que molhar, dois meses molhando. Até a muda pegar. Aí depois que pega aí não precisa mais...

Mariana: E o que mais que a senhora tem aí no lote?

Aurora: Tem banana. Por enquanto só.

Mariana: Fez uma hortinha lá no fundo?

Aurora: Fez! É pequena mas ainda tem lá, uma cebola plantada... agora ele vai mexer de novo pra gente plantar agora no inverno.

Mariana: Mas é mais pra consumo da casa né?

Aurora: É porque a gente não tem o jeito da gente ir pra cidade pra vender né? Então tem que ser só o consumo de casa mesmo.

Mariana: A senhora comentou um pouco da sua rotina, falou que no começo construiu a casa aqui. E a senhora ficou pouco tempo no que o pessoal chama de barraco?

Aurora: Ah, acho que nós ficamos uns 5, 6 anos...

Mariana: Então ficou mais tempo.

Aurora: Em 2016, por aí, 2015 a gente começou a fazer a casa...? Ah, quase 5.

Mariana: A senhora falou que foi difícil esse começo, com a água, com a energia elétrica.

Aurora: Foi, foi difícil.

Mariana: E como você acha que as condições de moradia influenciava sua vida aqui?

Aurora: Bem, melhor... tudo bem, o barraco era bem arrumado, contrapiso, tudo. Mas depois que fez a casa, melhorou, porque fez o quarto pro menino. Eles tinham o quarto deles, mas dormia junto com a menina no quarto.

Mariana: Teve mais conforto né?

Aurora: Mais conforto... Eu achei até falta ...

Mariana: Dona Aurora, a senhora comentou alguma coisa do Bolsa Família das vezes que eu vim aqui. E eu queria perguntar se mudou alguma coisa do Bolsa Família?

Aurora: Ah, mudou, porque cortaram pode dizer quase a metade.

Mariana: Cortou metade do valor?

Aurora: É, eu pegava 240 agora eu pego 140.

Mariana: E aí a senhora foi conversar com a assistente?

Aurora: Não, eu não fui não. Porque a menina trabalha, pode-se dizer direto. O meu genro também. Então eu fui um dia lá, eu e meu genro. Ai chegando lá minha filha tinha tanta gente, tanta gente, que não tinha onde sentar. Daí tava com meu netinho, né? Então eu falei: deixa pra lá. Agora semana que vem ela pega férias, daí nós vamos lá ver, por que tiraram!?

Mariana: O seu filho já completou 18?

Aurora: Não, ele faz 18 agora no domingo.

Mariana: Ah, no domingo.

Aurora: Agora se cortar mais!!!???

Mariana: E quando que foi que reduziu? Que mês que foi?

Aurora: Ah, faz uns 3 meses?

Mariana: Foi em janeiro?

Aurora: É, foi no começo do ano.

Mariana: Entendi. É, estranho, porque ele ainda não fez 18 né?

Aurora: E tá estudando ainda. Se fosse dele parar de estudar. Mas ele está?

Mariana: E como vocês estão fazendo para cobrir esta redução?

Aurora: Ah, daí apurou mais! Tem que trabalhar mais! Que desse dinheiro que eu pego é a luz e o dentista dele, do aparelho. Que ele tira só no final do ano.

Mariana: E seu marido está fazendo bico?

Aurora: Faz bico. É, quando aparece ele faz. Aí ele sai trabalhar. Que é difícil, que quem arruma assim, já tem seu parceiro pra trabalhar pra levar pra cidade, então... é mais complicado pra ele.

Mariana: E ele faz bico em que área?

Aurora: Servente, servente de pedreiro. Bom, aparecer o serviço que for, ele faz de tudo né? O que aparecer ele faz. Carpir... é difícil ele ficar assim parado de tudo, né? Mas pesou mais um pouquinho o dinheiro... mas... nós gastávamos o dinheiro mais como menino mesmo, uma roupa pra ele, um sapato. Era ele mesmo que trabalhava, trabalha pra nós comer.

Mariana: Eu lembro que a senhora tinha comentado. Que gastava mais com o menino, uma calça, cueca, um tênis. E como a senhora acha que é lidar com o dinheiro? Como é lidar com o dinheiro pra senhora?

Aurora: Ah, tem que saber, tem que ter cabeça e mexer. Se você pegar o dinheiro e não pensar bem, abrir a mão, vc gasta ele sem fazer nada né? Que é complicado!

Mariana: E a senhora comentou que a senhora não faz dívida né?

Aurora: Não, eu não faço dívida!

Mariana: E a senhora então, não tem nem cartão de crédito?

Aurora: Não!

Mariana: E conta em banco?

Aurora: Não, nem conta em banco.

Mariana: Da outra vez eu tinha perguntado se você vendia alguma coisa daqui, da terra pra fora. Esse ano acabou nem plantando, né?

Aurora: Não.

Mariana: Então acabou nem vendendo, né?

Aurora: Não.

Mariana: Nem essa acerola, que deu bastante?

Aurora: Nós dá pros outros, fia!

Mariana: Mas a senhora não vende, a polpa da acerola?

Aurora: Se você levar na cidade, você tem que arrumar um carro e pagar a gasolina. Aí não compensa. Que se for vender o preço que tem que vender, a turma não quer comprar. Porque a Isabel já levou acerola pra vender, e eles... chegou de hora ela reclamou pra mim mesmo que a turma achou caro de mais.

Mariana: Por quanto que Isabel vendeu?

Aurora: Não sei, nem perguntei. Mas ela disse que a turma achou caro de mais. E com essas frutinhas assim, não compensa levar não. Que vai ficar só na gasolina.

Mariana: E a criação, o que a senhora tem aqui mesmo?

Aurora: Eu tenho porco

Mariana: Tem vaca? E a vaca tá dando leite?

Aurora: Não, secou agora que tá de cria. Eu até tirei e fiz estoque de leite. Que ah, se eu levantar cedo e não tiver leite pra mim, eu fico doente, risos. Eu não ligo de comer de manhã cedo, eu não gosto de comer de manhã cedo. Mas o leite?

Mariana: Eu também gosto de tomar leite de manhã

Aurora: O leite eu gosto! O E. (marido) fala: parece uma bezerra! E a menina lá na cidade é igual. O meu netinho não toma leite, mas o meu genro fala assim: Ah, dona nega, eu não gasto leite com o Artur, mas com a bezerrona véia eu gasto duas caixas por mês. Se ela levantar cedo e não tiver leite pra beber ela chora! Eu fico assim, tomo um cafézinho preto ... mas assim, sem o leite eu não fico não. Aí quando seca o da vaca eu compro quando eu vou no mercado. Fazer meu pedido, eu já trago meu leite. Daí eu economizo. Se eu tomo dois copos durante o dia, daí eu tomo um. ah, daí eu passo assim, bom, o mais importante é o de manhã cedo né? Aí é só eu, que o menino não bebe! Ele bebe quando é de caixinha. Mas no mercado eu falo assim: pega o leite de caixinha. Ah, não mãe, não quero não! Mas acho que é por causa desse remédio que eu tomo, que se eu só tomo o café preto, me dá azia, queimação no estômago danado! Mas compensação durante o dia é uma garrafa de café.

Mariana: E qual o peso do benefício na renda total de vocês, assim?

Aurora: Ah, ajudava bem! Que nem, se ele trabalha assim. Se eu fosse tirar o dinheiro dele pra comprar uma roupa pra ele, já eu tenho que diminuir na compra do mês. E agora acontece isso daí. Porque ele tá rapazinho. Pra ele ir pra escola, é sempre um tênis, uma camiseta que gasta mesmo. Daí é um dinheiro que tem que tirar do pagamento do mês.

Mariana: E por exemplo, de comida vai mais com o dinheiro do trabalho do seu marido né? E o dinheiro do Bolsa Família acaba sendo gasto no aparelho dele e na conta de luz?

Aurora: É, na conta de luz.

Mariana: E dos gastos que você tem, é mais essas três coisas?

Aurora: É

Mariana: Eu lembro da senhora falar que fazia compra que durava dois meses.

Aurora: É, eu faço isso aí.

Mariana: Então mais ou menos por mês acaba gastando... eu lembro da senhora falando que gastava 700, então por mês acaba gastando 350 de comida?

Aurora: Por mês...

Mariana: E mais 140 do Bolsa Família.

Aurora: Isso!

Mariana: Então o Bolsa Família ainda faz uma diferença né?

Aurora: Faz!

Mariana: Comparado com esse valor... porque a senhora comentou que pegava desse dinheiro pra comprar alguma comida pro seu filho...

Aurora: Ah, assim, uma bolacha assim... porque ele está rapazinho, mas sei lá, eu tenho dó. Pra mim ele não cresceu ainda, risos. Desde o começo ele ficou junto, porque a menina ficou o que, dois anos só. Daí ela foi embora, agora tá o mais velho junto com nós. Mas o mais velho dá um trabalho...

Mariana: Eu lembro que ano passado ele já tinha vindo, né? Que ele tinha se separado...

Aurora: Sim. Ele continua morando aqui.

Mariana: E ele ajuda na casa?

Aurora: Se ele tá trabalhando, ele ajuda! Ajuda! Assim, agora que o serviço dele acabou. Que por mês assim, era 500 reais que ele me dava por mês.

Mariana: Olha, que bom...

Aurora: Agora que ele tá parado. Mas ele estando trabalhando ele ajuda sim. Só que é descabeceado né? Bebe... quando ele tira pra beber, é dois, três, quatro dias... sabe aquele barracão lá?

Mariana: Que barracão?

Aurora: Aquele lá embaixo perto da Margarida? Eles ficam lá, hiberna.

Mariana: O pessoal vende bebida lá?

Aurora: Não, eles compram mesmo.

Mariana: Eles compram e ficam lá?

Aurora: Ficam lá bebendo. Semana passada ele ficou na terça, quarta, quinta, sexta, veio embora no sábado. Daí ele ficou até hoje e tá sem beber, nem nada. Então hoje ele falou que ia no G. (vizinho), no rapaz aqui embaixo. Mas não foi não, porque quando ele vai ali, ele vai e já volta. Tá pra lá. Então eu até sei, nem espero. Mas assim, também bebe mas não dá trabalho não. Ele pode chegar aqui miando de bêbado, ele vai nas panelas, tira a comida, come, fala que vai deitar e dorme. Não toca conversa com ninguém. Se conversa com ele, ele conversa. Mas eu fico brava com ele, eu também não converso. Daí ele deita e vai dormir. Quando é no outro dia, ele amanhece meio ressabiado... aí eu já dou umas carcaça nele. Mas assim, igual o pai dele fala assim, não dando trabalho... mas não dá não. Mas o mais novo fica bravo, fica furioso. Dele chegar bêbado, o mais novo fala assim: mas de novo seu mendigo? Você bêbado?

Mariana: Dona Aurora, a senhora comentou que vocês pegam a galinha, o porco daqui...

Aurora: É

Mariana: E também a senhora faz a hortinha ... quanto que a senhora acha que usa de comida do mercado e quanto que usa de comida aqui de dentro? Se a senhora for colocar, se é metade, metade... 30/70... ?

Aurora: Aqui, a gente não compra frango, não compra porco...

Mariana: Carne, é só a vermelha?

Aurora: É só a vermelha da cidade. Acho que sai meio a meio assim. Que nós come muito legume também, assim... Se eu faço uma mandioca frita na janta, eu não faço outra mistura. Se o menino chega, ele gosta também da mandioca, ele bate um suco e come a mandioca frita com suco. Nem vai atrás de arroz e feijão. Daí se eu falo que num dia vou fazer mandioca frita e ele fala, ah, eu não quero. Aí eu faço outra mistura pra ele. Mas assim, mas de outras verduras ele come de tudo. Mas é meio a meio.

Mariana: A senhora tem bastante coisa que come daqui né? Mandioca, alface, cebola, frango...

Aurora: Cebolinha, essas coisas assim é tudo daqui da roça.

Mariana: Entendi, então essas coisas assim diminui o gasto do mercado não é?

Aurora: Diminuiu. A carne vermelha assim, quando é na hora do almoço, já na janta você não quer. Não sei por que ela é enjoativa. Mas uma coisa, peixe assim, nós cria aqui. Ontem mesmo nós comeu peixe. Fiz uma tilapia pra jantar.

Mariana: E é gostoso, né?

Aurora: Eu só como no molho. E aí eu fritei pro menino, que ele não come no molho.

Mariana: E da relação com a vizinhança, a senhora faz alguma troca, vende alguma coisa, compra alguma coisa?

Aurora: Não. Assim, quando eu não tenho leite, eu compro leite da Isabel. Um queijo. Mas quando eu tenho assim, não, mas eu faço também meu queijo. Faço pra vender também. Que

a vaquinha dele dá 15 litros de leite. E eu faço e vendo.

Mariana: E quando tem queijo pra vender, você vende como?

Aurora: Pela minha filha, aí vem minha cumadre, compra e vende no serviço dela, ela vende. Até a vaca secar, tinha semana que fazia uns 100, 150 reais de queijo. Porque dá dois queijos no dia né?

Mariana: Dá bastante né?

Aurora: Daí eu fazia e eles já levavam, meu cumpadi. Aí me encomendava leite, eu vendo leite, vendo queijo. Então, daí esse dia assim a gente vai reunindo, que aqui dentro você tem que segurar né?

Mariana: Daí você vai guardando?

Aurora: Eu vou guardando! Eu vou guardando! Porque que nem assim, se apura em alguma coisa, que nem remédio, ele mesmo quando tem que comprar, daí eu nunca fico sem nenhum centavo assim na mão. Eu sempre guardo assim porque talvez você vai no médico assim, não tem aquele remédio lá no posto. Você tem que comprar. Daí eu guardo assim, eu largo até lá com a menina. Porque se fica aqui o A. (filho) fala: mãe, tem 10 reais? Eu tenho dó de falar não! Eu falo: por que? Ah, pra comer um salgado na escola. Hoje é arroz com atum na escola e eu não como. Daí eu largo lá, ele fala: mãe tem dinheiro? Eu falo assim: não, não tenho! Daí eu largo lá com a menina. Ou mesmo de uma mistura se acaba, daí eu ligo lá e falo: Oh, manda o [genro] comprar uma mistura e trazer pra mim!

Mariana: Aí fica mais fácil né?

Aurora: É, daí o dinheiro já tá lá mesmo! Só traz!

Mariana: E teve um dia que eu vim conversar com a senhora, que a senhora deu um leite pra Margarida. Ela estava procurando leite pra comprar e você falou: ah, não, não precisa pagar não, eu te dou! E aí por isso eu perguntei. Eu vi que você deu pra ela, e pensei, talvez tenham outras situações que você venda ou que dê pro seus vizinhos. Como que é isso né?

Aurora: Não, eu dei pra Margarida porque eu nunca vejo ela... Daí ele tinha acabado de tirar. Eu tinha coado. Tava em cima da mesa pra eu engarrafar. Engarrafado. Tinha chegado a menina aí, eu tava conversando com ela. Daí eu peguei aquela garrafa e dei pra Margarida.

Mariana: E a senhora comentou um pouco da dificuldade de ir pra cidade por causa do carro. E seu genro vem buscar, quando precisa tirar o Bolsa Família e também quando precisa ir pro postinho. E como está o acompanhamento da saúde? Eu lembro que a senhora tinha falado da aposentadoria do seu marido...

Aurora: Então, ele passou no cirurgião, ele falou que ele não opera o problema dele. Daí ele pediu outro exame. E esse exame precisa marcar, tá lá no posto. Já tem uns 2 meses. Está esperando sair esse laudo pro médico dar uma carta pra ele. Agora vamos ver se vai conseguir, do jeito que está o INSS, se ele conseguir né?

Mariana: Entendi. Então tá nesse processo de conseguir o laudo?

Aurora: Tá, ele tem que fazer esse exame, depois passar no médico de novo. E ele falou que o outro exame era do outro médico, que ele não ia querer. Daí pediu pra fazer outro exame. Ele vai fazer outro exame, pra ele voltar nele, pra ele poder dar a carta.

Mariana: E do problema dele de coluna, como que está? Ele está tomando remédio?

Aurora: Tá tomando, ele está tomando injeção.

Mariana: E está pelo menos conseguir trabalhar?

Aurora: É, trabalha assim... mas quando chega de noite. Ele fica trabalhando com a máquina aqui embaixo. Mas quando chega de noite ele reclama bastante! Você já ouviu falar de uma doença espumosa?

Mariana: Não.

Aurora: Fura tudinho os ossos.

Mariana: Como chama? Espumosa?

Aurora: É

Mariana: É osteoporose?

Aurora: Não, espumosa!

Mariana: Não, nunca ouvi falar.

Aurora: Dá aquelas manchas assim. Ele tem os exames mas tá lá com a menina.

Mariana: Que a senhora tinha comentado ano passado.

Aurora: É, nós só sabia que era problema de coluna. Veio descobrir esse ano, essa doença.

Mariana: E do seu olho? A senhora conseguiu ir lá depois? Que eu lembro que ano passado a senhora tinha comentado que tinha alguma coisa do olho também! Que ...

Aurora: Então, eu fui no médico. Deu encaminhando de eu ir lá pra Araraquara. Porque ele falou que nem ele sabe o que que é isso que eu tenho no olho. Mas tá lá pra marcar também!

Mariana: Pra você ir pra Araraquara também!?

Aurora: É, passar lá com o especialista.

Mariana: Por que o especialista daqui não conseguiu saber o que que é?

Aurora: Não.

Mariana: Entendi. Bom Então a senhora comentou aqui, como a senhora vai pro supermercado, que faz compra a cada dois meses, que a senhora tira o dinheiro da força, o que sobra você compra o dinheiro do menino. E o que sobra desse dinheiro, você guarda pro mês seguinte, que quando já tem o dinheiro pra pagar a força. Que a senhora não faz conta e que você fala bastante pra essa coisa de economizar. Que você comenta que seu nome tá limpo e que a única coisa que você tem, né? Que você não vai sujar o nome, por exemplo, pra alguma coisa. E até você tinha comentado que seu filho tinha pedido um celular, né?

Aurora: Hum, esse ano o ... nós tínhamos uma máquina de picolé que meava com nosso cumpadre. Daí nem ele vendia essa máquina, nem queria que a gente vendesse. Aí o pai dele pegou e falou assim: você quer uma máquina de celular? Vai lá e bate em cima da sua madrinha lá, ela vai lá e compra esse celular e nós bate nessa máquina aí, depois ela me dá o restante do dinheiro. Ah, daí ele bateu em cima da madrinha dele! Daí ela desceu lá embaixo e tirou um celular pra ele! Mas ela que tá pagando! Daí ela vai pagar, pegar o restante do dinheiro e pagar pra nós.

Mariana: Então pelo menos conseguiu resolver sem fazer conta!

Aurora: Conseguimos resolver sem fazer conta!

Mariana: E você comenta também que fala pra sua filha, pra ela guardar dinheiro, não fazer conta. Então eu queria perguntar duas coisas: uma coisa em relação aos seus pais. O que a senhora acha que aprendeu da sua mãe ou do seu pai dessa coisa de lidar com o dinheiro, ou com as coisas da casa... que a senhora acha importante.

Aurora: Olha, aprender com eles, falar pra você eu nem aprendi nada porque nós nem via dinheiro na nossa mão, naquela época. E eu vim mesmo, assim, depois que eu casei e a gente começou ... veio o primeiro filho, eu sabia que a gente não podia assim, o máximo que a gente economizasse era melhor pra gente. Não gastar sem precisar. Porque eu não gasto sem precisar. Eu, se eu tiver que compra alguma coisa assim, eu economizo. Eu faço assim, não faço as dívidas pra de eu tirar a prestação. Mas é muito difícil. Depois que eu to morando aqui, pra falar bem a verdade pra você, eu não comprei nada assim de coisa pra cá... que essas coisas tudinho, eu que ganho. Mas com eles assim aprendemos né? Porque meu pai não era de

gastar a toa, minha mãe também dentro de casa, ela economizava as coisas. Então a gente cresceu ali vendo o que eles ... Meu pai fazia colheita, ele pegava o dinheiro e colocava lá no banco. Ficava lá. Daí ele ia, fazia de 3 em 3 meses, ele ia lá, tirava e fazia compra pra nós passarmos 90 dias. A minha mãe economizava dentro de casa.

Mariana: Dessa coisa de não desperdiçar ?

Aurora: Não, e daí eu casei. Foi assim também. Tinha de economizar. A gente pagava aluguel. Tinha filho pequeno. Então tinha de economizar.

Mariana: E o que a senhora acha que é mais importante de você ensinar seus filhos?

Aurora: É nessa parte aí, de economizar. Igual eu falo, se vai gastar dez, gasta cinco. Igual eu falo pro menino. Oh, você vai levando dez, gasta cinco hoje, cinco amanhã. Que pra amanhã já não tem, e gatar tudo hoje amanhã você não leva nada. E pra menina também. Mas eu já não posso colocar a cara, porque já tá casada né? Então ela e o marido dela, os dois lá que... Mas assim, com o mais velho eu pego bastante no pé dele do negócio de economizar, do mais novo... Então é o que eu passo pra eles! A menina agora ela fala assim Mãe, agora que eu sou mãe eu sei a quantia que é difícil. Eu falo assim: eu falei pra você que você ia ser mãe. E não é assim, que se você é sozinho, você pega o dinheiro, você sabe que você não tem filho né? Não vai gastar com filho. É só os dois, então? Mas agora, ela também deu uma boa de uma economizada no dinheiro deles. Ela quer tirar uma casa da Caixa pra ela. Então ela falou assim: tem que economizar mesmo. Porque remédio com o menino não gasta. Leite é só com ela. Então se ela quer alguma coisa, tem que economizar.

Mariana: A senhora fala da dificuldade também de morar aqui, é mais da questão do transporte né? E você fala que você gosta daqui, que é um sossego, que não é a bagunça da cidade. Que prefere ficar aqui. O que mais... A senhora falou que teve vez, que eu perguntei sobre o que a senhora acha que acham do pessoal daqui do assentamento. E que já ouviu que o pessoal chama de bandido, de vagabundo. Mas que a senhora não entra em discussão com as pessoas. E que seu filho mais novo, gosta bastante da terra, que ele fala que vai ficar aqui.

Aurora: Gosta

Mariana: Que daqui ele não sai. E o mais velho não gosta muito da terra? Que ele faz outra coisa?

Aurora: Não, o trabalho dele é fora.

Mariana: E o que a senhora vê, porque eu sei que tiveram algumas reuniões ano passado do IBS, algumas reuniões que o pessoal articulou. A senhora chegou a participar?

Aurora: Eu participei de todas, né? Sei lá, é só promessa! É só promessa que eles falam!

Mariana: Como que é? Porque o IBS eram os técnicos que vinham fazer a assessoria aqui pra vocês. Que retomou ano passado. Mas eu sei que tinha um grupo de mulheres. Era esse grupo que você fazia parte ou era de todo mundo?

Aurora: O grupo das mulheres, acho que eu não tô no meio.

Mariana: Mas acho que nem sei tem mais, não é?

Aurora: Não. Aqui, falar bem a verdade pra você, começa uma coisa por ali vai morrendo... um desiste de uma banda, outro desiste de outra. Não vai pra frente.

Mariana: Por que você acha que não vai pra frente? Como que é?

Aurora: Eu acho que é falta de união, e um quer ser mais que o outro. Que nem, se eu sei, não quero passar pro outro que não sabe. Quando nós estávamos na associação mesmo, por exemplo. Tinha reunião aí que passava assim, depois de três, quatro dias assim, que a gente ficava sabendo que tinha tido uma reunião da Associação? Eu acho que se a gente é associado, a gente tem que participar também. Daí foi indo. Ainda jogaram pra um receber, pra outro

receber. Virou aquele bolo de neve, chegou na hora não deu em nada. Agora tá reerguendo de novo.

Mariana: Ah, é? Quem é que está puxando?

Aurora: Agora é o N. (vizinho) do sr. B. (vizinho).

Mariana: Não conheço.

Aurora: Então, até o dia da reunião, eu passei mal. Fui parar lá na UPA. Daí não consegui participar da reunião. Nem fui. Mas também nem especulei assim, porque eu não gosto. Se eu não fui assim, se eu sou uma associada, na minha opinião, eu não fui porque eu não quis, né? Eu passei mal porque meu marido teve que me socorrer. Eu acho que eles deviam ter passado alguma coisa né? Ali só sei que teve a reunião.

Mariana: Mas você não sabe quem foi.

Aurora: Não. Quem foi, o que falaram, o que deixaram de falar... Não fiquei sabendo de nada.

Mariana: E a senhora faz parte do grupo da divisão da água aqui do poço?

Aurora: Não, porque eu tenho poço.

Mariana: Mas como a senhora vê, assim, mesmo não estando, é no seu vizinho, não é?

Aurora: Ah, sei lá. Eu acho que tem muita gente que usa a água e não paga. Chega na hora, aqueles que pagam... tem que tirar... Por exemplo eu não paguei e a dona Divina pagou. Tem que ir tirando de todo mundo até completar a minha parte. Eu acho que os outros não são obrigados a pagar a conta pra mim. Se eu gastei eu tenho que pagar.

Mariana: E tem gente então que usa e não paga?

Aurora: Tem gente que usa e não paga! Se for cobrar, eles querem bater ainda. Quer brigar. Que quando... o B. (vizinho) então, nossa! Várias vezes. Acho que ele ficou com a conta de energia pra pagar desse poço, acho que conta de mais de 3 mil reais. Que a turma não pagou a água e ele teve que desembolsar do bolso dele. Pra não sujar o nome. Eu acho errado. Daí entrar no meio, a gente vê a discussão deles. Mas se a gente tivesse que usar. A gente ia usar e ia pagar. Mas eu acho muito desunida a turma. Que eu não pego, a Isabel não pega. Agora o outro rapaz aqui embaixo, fez o poço, também não. Então eu acho que umas 5 ou seis. Ah, I. (vizinha) lá também não pega. A turma da L. (vizinha). Eles também tem o poço, não pega. Mas quem pega assim, muitos pagam certinho. Mas o certo paga pelo errado né, que tem que pagar a força do outro também. Que daí bate aquela quantia de força que veio. Quem não pagou, eu vou ter que pagar a conta do outro.

Mariana: Complicado né?

Aurora: É complicado! É meio desunido.

Mariana: E essa nova articulação da Associação. A senhora sabe por que que o pessoal estava articulando de novo?

Aurora: Não, não sei.

Mariana: A senhora tinha comentado comigo de querer tirar nota de produtor rural. Eu fui lá, mas ainda não consegui resposta do contador. Mas a senhora quer vender a manga?

Aurora: Esse ano nós vendemos a manga no nome do N. (vizinho) do sr. B. (vizinho). Mas deu ... Mas bora que a turma vem e pede, e leva né? Mas deu 200kg de manga!

Mariana: Que bom! Aí você vendeu pra prefeitura?

Aurora: Vendi pra prefeitura. O N. (vizinho) que pegou no cadastro dele. Daí, que nem eu tendo a nota pra eu vender, eu vou poder entregar e ter a nota né?

Mariana: Sim, vamos tentar ver com o contador pra ver se a gente consegue. Bom, continuando... hum... [lendo] ... eu perguntei o que a senhora achava do Bolsa Família e de

vir no nome da mulher. A senhora falou assim que se fosse vir no nome do homem, o homem não ia atrás de correr, fazer o cadastro pra pegar o ...

Aurora: Não

Mariana: Bolsa Família, né?

Aurora: Não, não ia.

Mariana: E a senhora comentou que "tem hora que as coisas pesam mais sobre a mulher". Então eu entendi que a senhora fala mais das tarefas de casa, né? Que tem relação que pesa mais sobre a mulher. Então, o seu marido e seu filho eles contribuem nas tarefas de casa? Como que é? Eles sabem cozinhar, por exemplo? Limpar?

Aurora: Não, sabem! Se eu sair. Se eu falo: tem curso hoje, eu vou no curso. Aí eu posso ir descansada que quando eu chegar a janta tá feita, tá tudo arrumado, o menino, amanhã mesmo é dia dele. A casa ele que limpa. O mais novo.

Mariana: E você faz essa divisão de tarefas?

Aurora: É, mas só isso aí também! Agora, se eu to doente, assim, aí eles fazem, tanto o mais novo como o mais velho. Se eu sair assim, o mais velho estiver aqui, eu falo: Oh, M. (filho), eu vou sair, a janta é por sua conta, porque eu não vou chegar com tempo de fazer janta. Aí ele cozinha, todo mundo cozinha.

Mariana: Sabe se virar?

Aurora: Sabe se virar! Agora a casa assim... o mais novo. Eu encerava isso aqui tudo, mas aí vem com aquele pézão, eu falei: quer saber de uma coisa? Eu não vou fazer mais isso não! Daí dia de sexta-feira, o mais novo lava tudo. Lava os dois quartos, banheiro, cozinha, a outra cozinha de lá que eu tenho o fogão a lenha, a área. Daí o mais novo faz, antes de ir pra escola. Mas assim, eu falo pra você que o que pesa, porque ó, ele trabalha, dá o dinheiro pra mim, tudo bem. Mas eu que tenho de saber o que que eu vou comprar, o que eu vou sair e o que eu vou gastar.

Mariana: Esse planejamento das coisas que tem e do que não tem, né?

Aurora: É

Mariana: Que você mesma tinha comentado

Aurora: Ah han

Mariana: ... se você vai lavar uma louça, tem saber se tem sabão, limpar casa, saber se tem produto... a senhora fala isso aqui nesse trecho

Aurora: É, então, se eu vou assim no mercado, eu já levo o A. (filho) junto comigo. Daí eu falo assim: tem que nem, por exemplo, eu vou fazer pedido, eu tenho 4 pacotes de arroz, ele fala assim, então vamos levar mais 5 pacotes. Aí eu falo assim: tem 3 pó de café e ele fala assim: então vamos levar mais 6 pó de café. Açúcar eu não gasto muito, porque aqui em casa ninguém é de doce. É difícil eu fazer um doce, é difícil... eu mesma não como mesmo... coisa doce. O doce pra mim é só o bolo mesmo e o suco. **Mas assim, mas pesa, porque, ali já mexe com a cabeça. Você fala assim: tem tanto e eu tenho que levar tanto. Você tem que levar tudo batidinho né? Ali com, fazendo as contas pra você não passar vergonha no caixa, risos.** Mas é nessas partes aí, que pesa mais pro lado da mulher é isso aí, porque a mulher que tá a frente da casa, a frente do fogão, a frente de tudo de parte de dentro de casa, né? Agora na parte de fazer serviço assim... mas se eu tiver em casa, fia, [eles] não fazem nada não! Só eu mesmo! Ainda esses dias eu tava brigando com eles, eu sozinha, pra cuidar de três homens! Um vai, come, larga o prato em cima da pia, outro vai, bebe e larga o copo em cima da mesa. Outro coa o café, larga o coador lá em cima do fogão. Daí eu tenho que sair catando e fazendo. Aí quando eu saio assim também, eu chego, a casa tá tudo arrumada,

comida feita e tudo. Então essas partes aí, faz.

Mariana: O que que a senhora acha que é ser mulher?

Aurora: Risos. Sabe que essa resposta é meio complicada pra dar? Tem que de se virar nos 30 né? Porque a educação é mais a mulher que tem que dar pros filhos. Você e mãe e você sabe, né? Eu não sei qual é a convivência do seu marido com a sua filha. Se é assim, todo dia dentro de casa. Mas se ele trabalha, você tá dentro de casa e você tem que corrigir. Ele tá só à noite. Que nem aqui mesmo, se depender do E. (marido) chamar atenção desses filhos dele, ele não chama! É eu que tem que ficar em cima deles.

Mariana: Mesmo eles grande?

Aurora: Mesmo eles grande! Assim, eu falo assim, pode dizer que a educação dessas crianças, quem deu fui eu! Porque o pai deles mesmo, era só serviço. Ele entrava 3 horas no serviço e saía 8 horas da noite. Muitas vezes ele chegava, os dois mais velhos estavam dormindo. Ele veio mais assim, com esse mais novo. Que daí eu tava trabalhando, ele levava na escola, ele buscava, ele cuidava, dele todo. Então, mas dos dois mais velhos já não! Os dois mais velhos foi mais eu mesmo! Então você tem de ali saber ... eu falava pra eles assim: só que eles nunca falam... a menina mesmo, graças a Deus, só o rapaz que dá trabalho pra mim com esse negócio da bebida né? Mas outras partes assim, não dá não. A menina graças a Deus, não foi dar trabalho pra mim de jeito nenhum. Então agora esse mais novo também, o trabalho que ele dá é sair com os coleguinhas pra ir pro rio tomar banho. Mas eu fico em cima dele! Mas pra mulher é mais complicado que pro homem. Eu sei que o homem tem que colocar as coisas dentro de casa. Mas pra mulher é mais carregado, é escola. Em tempo de escola, é escola que a mulher tem que correr atrás. É quando tava na cidade mesmo, os três estudavam. Eu tinha que ir na escola de um, de outro, e correr daqui, correr dali. Atrás de uma coisa pra um, pra outro. Depois que eu cheguei aqui mesmo, eu fui fazer do A. (filho) porque não aceitaram a menina fazer. Mais essa né? Daí eu fui fazer. Mas quando a madrinha dele pode, a madrinha dele vai lá e assina também. Mas, ser mulher, filha, é meio complicado! Você tem que ter pulso firme ali.

Mariana: O que a senhora acha... porque assim, o Bolsa Família ele é um programa que eles dizem que ajudam pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. O que a senhora acha que é ser mulher pobre?

Aurora: Você sabe que eu não vou saber responder?

Mariana: É? Porque se a coisa pesa mais pra mulher, como que é pra uma mulher que ainda é pobre? Será que pesa mais, pesa menos? Tem como comparar?

Aurora: Pesa mais. Sei lá, a gente que é dona de casa, assim, você imagina assim a gente ser mulher que chega na hora de fazer a refeição não ter o que por na panela, pra poder colocar na mesa pras crianças. Então nessas partes aí... O homem, se preocupa com as coisas. Mas a gente que é mulher, a gente se preocupa mais!

Mariana: E quando eu conversei com outras pessoas eu fiz a pergunta assim: como que é a diferença de uma mulher rica e uma mulher pobre né? Tem diferentes tipos de preocupação também?

Aurora: Tem né, porque se talvez ela não pode ser preocupar assim com o dinheiro né? Mas ela tem outra preocupação né? É filho, é trabalho, é muitas coisas. E a mulher pobre já não, ela pode ter preocupação com o filho dentro de casa, mas o que leva assim mais acho que é na hora de você colocar o que comer dentro de casa.

Mariana: Está tendo bastante pesquisa que está aumentando a fome já

Aurora: Tá

Mariana: Aumentando o desemprego,

Aurora: É, o desemprego aí fia... eles falam que aumentou emprego. Aonde que aumentou emprego? Tem aumento de emprego não!

Mariana: E o que a senhora acha que é ser mulher moradora de um Assentamento?

Aurora: Eu acho que é igual as outras, mesmo.

Mariana: Eu esqueci de falar da divisão de tarefas aqui, como que entra as tarefas da roça? A divisão?

Aurora: A divisão da roça? Eu assim, nessas partes ele não deixa eu ir. Logo que eu cheguei aqui, eu ajudei muito ele na roça. Daí depois eu parei. Mais é ele.

Mariana: Até a hortinha lá atrás?

Aurora: Assim, ele faz assim... eu assim aguuoo, mais assim mas a gente divide.

Mariana: E com os animais também?

Aurora: An han

Mariana: Mais ele?

Aurora: Mais ele. Mas se ele tá trabalhando assim, eu cuido!

IV) Diários de Campo (exemplo)

Terça-feira, dia 4 de junho de 2019

Fui ao Assentamento ver se encontraria Rosa e se conseguiria marcar a entrevista com ela. Encontrei ela plantando algumas mudas de abacate. Ela me pediu desculpas e disse que no dia marcado teve que ir ao hospital pois seu irmão estava internado. Eu disse que não teria problema! Perguntei se ela gostaria de dar novamente a entrevista e se poderíamos marcar uma data. Ela disse que sim, e que poderia ser naquela hora. Fomos para a casa e ela me contou que o marido não estava, pois está trabalhando em um fora. Fiquei mais tranquila em fazer a entrevista naquele momento. No meio da entrevista apareceu seu irmão e sobrinho. Paramos a entrevista. Percebi que o irmão ficou desconfiado, e veio olhar a lista de perguntas que eu tinha no papel. Com já estava com o braço em cima, apenas tampei algumas partes e disse que era sobre o Bolsa Família, como ela fazia e que era uma pesquisa na parte de Educação na UFSCAR. Ele logo andou e foi em outra direção. Eles terminaram o assunto deles e foram embora. Continuamos a entrevista. Saí dizendo que se ela precisasse de algum apoio, de alguma ajuda sobre a sua situação com o marido, eu estava a disposição. Que eu poderia trazer alguma conhecida do grupo de “promotoras legais”, mas ela logo falou que não precisava e que se seu marido soubesse ou visse, iria ficar bravo. Eu não insisti. Falei sobre o grupo das abelhas e ela se mostrou interessada, que talvez participaria. Demos um abraço e fui embora.

V) Tabela de análise (exemplo)

Assunto geral	Primeira entrevista	Assuntos secundários e observações	Segunda Entrevista	Reflexão e observações
<p>Dinheiro, gestão financeira</p>	<p>Conforme vai entrando dinheiro você vai pagando aquilo que é mais necessário né? Igual energia você tem que pagar sempre. E às vezes, a gente tem um plano funerário e esse vai ficando, vai empurrando até entrar um bom dinheirinho e a gente vai lá e paga todos os atrasados. (Isabel).</p> <p>Pra economizar? Então, porque comida não tem como, comida isso é sagrado. Então você economiza comprando o mais barato. E eu faço isso. Como se fosse eu tenho um dinheirinho a mais eu não vou entre o arroz mais ruim e o melhor ... eu vou no meio. Tem o mais ruim, eu não vou pegar o mais ruim, porque uma que não vai render, você não vai acabar comendo direito aquilo. Então você vai e tem um de 10, um de 12 e um de 15, eu vou no de 12. Então eu já economizo uns 2 reais ali. Eu vou no óleo, o óleo não tem gosto, então eu já vou no mais barato. O açúcar, eu já vou no mais barato. Então, a farinha de trigo, eu já vou ... então, você acaba economizando um pouco. E vai no supermercado e aonde tem oferta. Você tá passando por ali, você vê uma oferta. Opa, isso aqui tá mais barato! Você tá com dinheirinho, você já vai lá e compra um pouquinho a mais que dá pra um mês. E isso você já economiza um pouco mais. (Isabel)</p>	<p>Como faz com as contas? Como planeja? Estratégias de gestão</p> <p>Processos educativos</p>	<p>Ah, essa parte é com a minha mãe, minha finada mãe. Minha mãe, depois que ela se aposentou, ela com um salário mínimo, ela conseguia pagar as contas da casa, tudo, ela ainda comprava ... isso a gente gosta de falar muito... no final de semana ela sempre comprava uma coisa de diferente. Então ia todo mundo pro almoço, então como era bastante gente, ela não podia comprar uma carne cara. Ela comprava dois frangos grande, comprava também uns 3 refrigerantes também, do mais barato. E todo mundo comia e bebia a vontade. Então foi uma coisa que a gente aprendeu com ela. (Isabel)</p>	<p>Processos educativos: Aprendeu com a mãe</p>

Quando, que a gente passando necessidade e você pegar aquela quantia ali na mão, você tem de **fazer aquilo virar**, virar pra você ir lá comprar as coisas pra colocar dentro de casa. Você pagar sua conta de luz pra você não pega a turma vir e cortar a luz e ficar no escuro. Eu quando eu tava na cidade eu ganhava bem! Ele tinha o dinheiro dele também. Então eu não importava de eu ir no mercado, se eu de gastar no mercado 800, 700 reais pra passar o mês. Eu não ligava pra isso. Então agora já não. Depois que eu vim morar aqui que eu vi que a coisa já não é do jeito que a gente pensa! Aí que eu vim aprender, falei: não tá errado o que eu fazia. Se eu vivia com 700 reais no mês, eu vou ter de viver com 700 reais dois meses. E assim que eu fui fazendo. E nós vive! Eu vou lá no mercado, eu faço um pedido de 700 reais. E nós passa dois meses. Dois meses sem passar necessidade nada aqui dentro de casa! Daí eu sei que dia 20 eu pego o dinheirinho do Bolsa Família, eu vou lá eu pago a minha força, eu compro o que eu tenho que compra pra ele, assim, dessas coisas assim, um par de sapato, uma calça, uma cueca, uma meia. O que sobra eu guardo! Pro outro mês eu sei que eu já tenho aquele dinheiro, eu já inteiro pra outra força. Que daí o outro mês, um mês é uma quantidade, outro mês é outra quantidade, você não sabe quando vem certo!?! Então é assim! É assim que eu aprendi viver! Risos.. (Aurora)

**Processos
educativos
Passando
necessidade**

Eu vou guardando! Eu vou guardando! Porque que nem assim, se apura em alguma coisa, que nem remédio, ele mesmo quando tem que comprar, daí eu nunca fico sem nenhum centavo assim na mão. Eu sempre guardo assim porque talvez você vai no médico assim, não tem aquele remédio lá no posto. Você tem que comprar. Daí eu guardo assim, eu largo até lá com a menina. Porque se fica aqui o A. (filho) fala: mãe, tem 10 reais? Eu tenho dó de falar não! Eu falo: por que? Ah, pra comer um salgado na escola. Hoje é arroz com atum na escola e eu não como. Daí eu largo lá, ele fala: mãe tem dinheiro? Eu falo assim: não, não tenho! Daí eu largo lá com a menina. Ou mesmo de uma mistura se acaba, daí eu ligo lá e falo: Oh, manda o [genro] comprar uma mistura e trazer pra mim! (Aurora)

Não, e daí eu casei. Foi assim também. Tinha de economizar. A gente pagava aluguel. Tinha filho pequeno. Então tinha de economizar. (...) Olha, aprender com eles [pais], falar pra você eu nem aprendi nada porque nós nem via dinheiro na nossa mão, naquela época. E eu vim mesmo, assim, depois que eu casei e a gente começou ... veio o primeiro filho, eu sabia que a gente não podia assim, o máximo que a gente economizasse era melhor pra gente. Não gastar sem precisar. Porque eu não gasto sem precisar. Eu, se eu tiver que compra alguma coisa assim, eu economizo. Eu faço assim, não faço as dívidas pra de eu tirar a prestação. Mas é muito difícil. Depois que

**Aprendeu com
o pai a coisa
da compra pra
durar meses;
deixa \$
guardado;
economiza
dentro de casa
(mãe); mesmo
não lidando
diretamente**

		<p>eu to morando aqui, pra falar bem a verdade pra você, eu não comrei nada assim de coisa pra cá... que essas coisas tudinho, eu que ganho. Mas com eles assim aprendemos né? Porque meu pai não era de gastar a toa, minha mãe também dentro de casa, ela economizava as coisas. Então a gente cresceu ali vendo o que eles ... Meu pai fazia colheita, ele pegava o dinheiro e colocava lá no banco. Ficava lá. Daí ele ia, fazia de 3 em 3 meses, ele ia lá, tirava e fazia compra pra nós passarmos 90 dias. A minha mãe economizava dentro de casa. (Aurora)</p>	com dinheiro
--	--	--	---------------------

VI) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – Modelo utilizado

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar da pesquisa de Doutorado sob o título “**EDUCAÇÃO E GESTÃO DA RENDA FAMILIAR DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DOIS ASSENTAMENTOS RURAIS DA CIDADE DE SÃO CARLOS/SP**”. O objetivo central deste estudo é compreender as práticas de gestão da renda familiar por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família moradoras do Assentamento Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa Helena e Assentamento Nova São Carlos, ambos localizados na cidade de São Carlos/SP. Sua participação neste estudo consistirá em conceder entrevistas gravadas e autorizar sua utilização na pesquisa. Os dados coletados consistirão na transcrição das entrevistas e registros em diário de campo. Você poderá desistir de participar desta pesquisa e retirar seu consentimento a qualquer momento antes de sua conclusão, sendo que sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Todos os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, possibilitando a divulgação dos resultados da tese em congressos, palestras e outros eventos científicos. Os riscos com sua participação é de eventual constrangimento durante a coleta de dados, mas cuidados como a discrição, o respeito e o sigilo estão sendo e serão tomados para evitá-lo. Sua participação é voluntária e não haverá compensação em dinheiro por ela. Não haverá despesas com o transporte e a alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa. Poderá haver benefícios com a sua participação na pesquisa no sentido de evidenciar as práticas populares de gestão da renda, sendo estas monetárias e não monetárias, no contexto rural, sendo que esta discussão poderá trazer benefícios para os campos da Educação, Economia, Políticas Públicas e Gênero. Salientamos que as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e que os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, assegurando o sigilo sobre sua participação. Você receberá uma cópia deste termo onde constam os dados documentais e o telefone da pesquisadora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto, agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. A pesquisadora me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: cephumanos@ufscar.br

Pesquisadora Responsável: Mariana Machitte de Freitas
Aluna regular do Programa de Pós-Graduação em Educação / UFSCAR
Orientada pela professora Dra. Aida Victoria Garcia Montrone

Endereço:

Contato telefônico:

E-mail: mari.machitte@gmail.com

Local e data: _____

Mariana Machitte de Freitas

Nome da participante da Pesquisa

(RG: _____ / CPF: _____ / Tel.: _____)

Anexos:

I) Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: EDUCAÇÃO E GESTÃO DA RENDA FAMILIAR DE MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM DOIS ASSENTAMENTOS RURAIS DA CIDADE DE SÃO CARLOS/SP

Pesquisador: MARIANA MACHITTE DE FREITAS

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 81195517.5.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.504.205

Apresentação do Projeto:

O Projeto de pesquisa OBJETIVA compreender e analisar os processos educativos decorrentes da gestão financeira familiar realizada por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, moradoras de assentamentos rurais localizados na cidade de São Carlos/SP. o projeto pretende desenvolver um estudo qualitativo

baseado na pesquisa participante. Espera-se, com o desenvolvimento desta pesquisa, ampliar a compreensão acerca dos processos educativos engendrados na gestão da renda de mulheres chefes de famílias em situação de extrema pobreza beneficiárias do programa social, na perspectiva de que em tal gestão, as próprias mulheres, familiares e outros atores econômicos (comerciantes, vendedores, prestadores de serviços, entre outros) tecem relações sociais mediatizadas pelo dinheiro e pelo consumo, ou alternativas a estes, conformando novas formas de ser, agir e estar no mundo.

Objetivo da Pesquisa:

"O objetivo geral do presente projeto de pesquisa é compreender e analisar os processos educativos decorrentes da gestão financeira familiar realizada por mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família, moradoras do Assentamento

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SÃO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

Projeto de Desenvolvimento Sustentável Santa

Helena e do Assentamento Nova São Carlos, ambos localizados na cidade de São Carlos/SP. Partimos do princípio de que as relações econômicas e, em específico, a gestão da renda doméstica, se constituem enquanto prática social conformadora de processo educativos, em que mulheres, familiares e outros atores econômicos (comerciantes, vendedores, prestadores de serviços, entre outros) tecem certas relações sociais ora mediatizadas pelo dinheiro e pelo consumo, ora mediatizadas por relações de trocas, de colaboração e pelo autoconsumo."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos e benefícios avaliados adequadamente.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa bem elaborada, objetivos claros e bem definidos, assim como, de acordo com as Normas vigentes. Cronograma de acordo com o tempo de vigência da Pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O TCLE foi entregue e está de acordo com a Norma do CEP/Conep vigente.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1047641.pdf	12/12/2017 21:32:59		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Mariana_final.pdf	12/12/2017 21:30:05	MARIANA MACHITTE DE FREITAS	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_final.pdf	12/12/2017 21:29:38	MARIANA MACHITTE DE FREITAS	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto_Mariana_digitalizada.	11/12/2017	MARIANA	Aceito

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905
 UF: SP Município: SAO CARLOS
 Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.504.205

Folha de Rosto	pdf	15:42:26	MACHITTE DE FREITAS	Aceito
----------------	-----	----------	---------------------	--------

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 21 de Fevereiro de 2018

Assinado por:
Priscilla Hortense
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235
Bairro: JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905
UF: SP **Município:** SAO CARLOS
Telefone: (16)3351-9683 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br

Página 03 de 03